



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIOMASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

ARTIGO: 10

TÍTULO: **HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO DE 1911**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O momento histórico do Direito Processual brasileiro atual é de bonança. A novel legislação é uma conquista democrática e promete simplicidade, efetividade e eficiência. Em verdade, nos primórdios dessa matéria legal, esta sequer era aplicada em todo território nacional, o que fez surgir, no início do período republicano, códigos estaduais para o trato da matéria. De tal monta mister é a análise desse iter histórico para que se compreenda, em sua totalidade, o momento que vive a ciência processual contemporânea. Desde o início de nossa história jurídica, o direito brasileiro esteve intimamente ligado à matriz portuguesa, de onde, inclusive, transplantou parte da legislação após a independência. Ainda que independentes da Metrópole, os legisladores brasileiros seguiram inspirações europeias, nomeadamente a matriz portuguesa, incorporando o modelo estrangeiro à realidade nacional. Entretanto, com o início da República e a vitória do federalismo de moldes de confederação encampado por Campos Salles no Congresso Nacional, os Estados brasileiros foram incumbidos de produzir a própria legislação processual, fazendo com que esta se aproximasse do que era entendido como realidade local. Em verdade, muitos desses Estados não o fizeram, por desinteresse. Mas outros não só fizeram os próprios códigos, como permitiram inovar, modificar e vencer as corruptelas que permeavam a praxe jurídica em seus territórios. O Código de Processo Civil do Estado do Maranhão de 1911, criado por Godofredo Mendes Vianna, foi um desses expoentes legislativos - inclusive com propostas de inovação e de separar-se do legislador português. A moção é de revisitar a História do Direito nacional, através da análise de legislação e doutrina da época à partir do método hipotético-dedutivo, buscando desvelar o mito sobre a legislação pátria ser, de fato, brasileira e descolada da matriz portuguesa. Não se quer, portanto, fazer uma história personalizada do passado, pautada na justificação da existência do Direito nacional tal como ele o é, mas revelar que há uma forte conexão entre o direito luso-brasileiro (ainda colonial), o direito (que se diz) brasileiro e o direito contemporâneo. Ainda mais: encontrar se, de fato, há um momento de cisão entre o direito luso e o direito brasileiro e a participação do legislador maranhense nesse processo.

PARTICIPANTES: MANOEL JUNIOR FERREIRA VELOSO, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

ARTIGO: 14

TÍTULO: **A EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CASOS DA AMÉRICA LATINA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CASOS DA AMÉRICA LATINA

A sustentabilidade ambiental é um assunto cada vez mais abordado pela sociedade. No entanto, em países como o Brasil, apesar da existência da legislação ambiental, programas, projetos e iniciativas voluntárias para alavancar a educação ambiental, a pouca implantação prática, atrelada à falta de informação e de fiscalização, tem desvalorizado a solidez da sustentabilidade, mesmo frente a programas governamentais importantes como a Agenda 2030. Neste contexto, a formação de parcerias entre instituições governamentais, não-governamentais, comerciais, educacionais e de apoio, como as bibliotecas, pode contribuir para a disseminação da cultura de sustentabilidade ambiental. Tal fato pode resultar num avanço significativo em relação ao consumo mais consciente, à produção e ao descarte do lixo de forma adequada e, por fim, à conscientização das mudanças climáticas. As bibliotecas, portanto, desempenham um papel fundamental na reflexão da responsabilidade social, por meio da disseminação de informação. Para tal, é necessário que as bibliotecas adotem a responsabilidade ambiental, incorporando-a em seus serviços de informação. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar como as bibliotecas vêm trabalhando a visibilidade da sustentabilidade ambiental nos serviços de informação, tendo como metodologia a análise de algumas bibliotecas da América latina, baseada em dois grupos de indicadores: o grupo A - missão, visão e valores; o grupo B - nível de sustentabilidade - arquitetura, gestão e projetos/programas/atividades de educação ambiental. É possível observar que as bibliotecas pesquisadas possuem maior atuação nos níveis de sustentabilidade relacionados às atividades/projetos de conscientização ambiental e gestão ambiental.

Referências

BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **A biblioteca**. Disponível em: <<http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/estadual/a-biblioteca/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PAULA, Chico de. Qual a relação entre bibliotecas, sustentabilidade e meio ambiente? Disponível em: <<http://biblioo.cartacapital.com.br/qual-relacao-entre-bibliotecassustentabilidade-e-meio-ambiente/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDAD CATOLICA ARGENTINA (UCA). Sistema de Bibliotecas UCA. **Biblioteca central San Benito Abad**. Disponível em: <<http://www.uca.edu.ar/index.php/site/index/es/uca/sistema-de-bibliotecas/bibliotecas-centrales/biblioteca-central-san-benito-abad/>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN (SBPM). **Bienvenidos a la Biblioteca Pública Altavista**. Disponível em:

<<http://bibliotecasmedellin.gov.co/cms/blog/bienvenidos-a-la-biblioteca-publica-altavista/>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

SISTEMA DE INFORMACIÓN CULTURAL COSTA RICA SICULTURA. **Biblioteca Carlos Monge Alfaro**. Disponível em: <<https://si.cultura.cr/infraestructura/biblioteca-carlos-monge-alfaro-ucr.html>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

PARTICIPANTES: MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ, NATHÁLIA CORRÊA

ARTIGO: 15

TÍTULO: **A AVALIAÇÃO DE RISCOS DE UMA AUDITORIA INDEPENDENTE COMPANHIA SMART S.A.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

O principal objetivo desta pesquisa é demonstrar quais são as melhores ferramentas a serem utilizadas durante o processo de tomada de decisão a respeito da avaliação de riscos nos trabalhos realizados por auditorias independentes. A metodologia utilizada neste trabalho tem como base os tipos de pesquisa bibliográfica e documental, visto que foram utilizadas como embasamento obras da literatura de auditoria contábil, com enfoque na avaliação de riscos, em língua portuguesa e língua inglesa disponíveis no Brasil. Além disso, foram utilizadas, também, normas e procedimentos de auditoria previstos pelos órgãos reguladores brasileiros. E por fim, foi apresentado, também, um estudo de caso, onde foram analisados os pontos de maior e menor risco definidos pelo trabalho da auditoria de uma companhia, e de que forma os



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

mesmos foram definidos. Os resultados obtidos atestam que os riscos foram definidos de forma mista (análise qualitativa e quantitativa). A qualitativa é a forma quando os riscos se dão pela essência de uma operação ou operação contábil, e não somente pela sua relevância monetária, embasamento este conhecido como risco quantitativo. Assim, conclui-se que a auditoria realizada se embasou através de subsídios suficientes para divulgação de sua opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia, cobrindo tais riscos identificados através de procedimentos direcionados aos mesmos, não apontando, assim, nenhum tipo de opinião adversa sobre o relatório da Companhia recém-constituída.

PARTICIPANTES: FREDERICO OTAVIO SIROTHEAU CAVALCANTE, IGOR VILAR DE QUEIROZ LAZARO

ARTIGO: 19

TÍTULO: UM ESTUDO DA AUTORIA E DA AUTORIDADE NA WIKIPÉDIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia e Gestão de Unidade de informação, que tem como objetivo estudar os aspectos relacionados à autoria e autoridade nos conteúdos dos verbetes da Wikipédia. Aponta, como uma das justificativas, a necessidade de práticas informacionais críticas com a avaliação de fontes de informação em contextos de desinformação e hiperinformação. Para isso, indica das temáticas referentes à autoria, coautoria e colaboração (Beatriz Martins, Samili Vanz e Ida Stumpf), fonte de informação (Lena Pinheiro, Murilo Cunha, Maria Inês Tomaél e Marta Valentim), competência em mídia e em informação (Arthur Bezerra, Regina Beluzzo, Bernadete Campello e Eli Pariser), desinformação (Vladimir Volkoff, Don Fallis, Vladimir Brito e Marta Pinheiro). Desenvolve uma pesquisa descritiva e exploratória em seu procedimento metodológico na elaboração da análise da autoria e da autoridade dos verbetes da Wikipédia, servindo como medidores na identificação da qualidade e veracidade com que são produzidos os verbetes. Apresenta como resultado, o surgimento das diferentes práticas de autoria e validação de autoridade como forma de avaliar uma fonte de informação. Conclui que a competência em informação é o principal aliado no combate a desinformação e a informação falsa.

PARTICIPANTES: LARISSA GUIMARÃES QUINTANILHA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 35

TÍTULO: A INTEGRAÇÃO DO BRASIL NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E A ASCENSÃO DA CHINA NO CENÁRIO MUNDIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é analisar as mudanças causadas na economia brasileira devido a ascensão da China no cenário mundial nos últimos anos. Focaremos o estudo nos anos de 1995 - onde a China ainda era uma economia relativamente pequena, porém com grande potencial de expansão e o Brasil uma economia emergente também em expansão - e 2011 quando a China já se consagra como a segunda maior economia do mundo, perdendo apenas para os EUA. Deseja-se avaliar o impacto do vertiginoso crescimento chinês sobre a economia brasileira, em especial sobre sua inserção nas CGV's (cadeias globais de valor) através do aumento das exportações para aquele país. A importância deste estudo será entender o qual a participação do Brasil nas CGV's em 1995 e 2011 assim como a chamada "primarização" da economia brasileira ao longo do tempo decorrente da alta dependência em relação à demanda chinesa.

O Brasil é um dos países com menor índice de integração nas cadeias de produção global tanto para frente quanto para trás. Isso reflete basicamente o fato de que o país ao longo dos últimos anos investiu pouco na indústria, setor que mais demanda insumos importados e que portanto aumenta o índice para trás, e muito na agricultura e mineração, setores que conhecidamente agregam pouco VA e são basicamente insumos para indústrias de outros países aumentando o índice para frente. Dessa forma, o país se torna pouco integrado nas CGV's, comparando-se a outros países que chegam a 70% no índice de integração, dado que o índice para frente já é baixo - cerca de 30% - e o para trás menor ainda (10%).

A principal causa do alto investimento brasileiro nos setores primários foi, sem dúvida, a ascensão da China no cenário mundial visto que a crescente demanda chinesa por *commodities* refletiu um aumento de preços sem precedentes, o que beneficiou muito a economia brasileira, grande produtora de tais artigos. Além disso, o aumento comércio - tanto exportações quanto importações - entre as duas nações é um fator de grande importância para entender a crescente relação de dependência da economia brasileira em relação à chinesa. Outra consequência da ascensão chinesa sobre o Brasil foi relacionada às importações. Ao longo dos anos a China passou de exportadora produtos de baixa qualidade e baixo VA para produtos cada vez mais sofisticados e de melhor qualidade, mas ainda com preços abaixo do mercado. Isso provocou a redução da produção doméstica por conta da substituição por importações chinesas.

Atualmente, a forte relação entre os dois países resultou em certa dependência em relação a China tanto para exportações quanto para importações e isso pode ter sido a causa da maior lentidão e dificuldade da economia brasileira em se integrar nas cadeias de produção global visto que, para um país de dimensões continentais e grande potencial de expansão como o Brasil, eram de se esperar resultados mais satisfatórios em relação a isso.

PARTICIPANTES: ADRIANA PERINI FILIPPETTO, VICTOR PROCHNIK

ARTIGO: 53

TÍTULO: PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM COMUNIDADES DE COMPOSTAGEM

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta um Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/UFRJ) que estuda as práticas informacionais na página do Facebook da comunidade "Grupo Composta São Paulo". Utiliza como ponto de partida a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e a noção de complexidade (Morin) e relaciona com o referencial teórico das temáticas de prática informacional (Capurro, Nascimento e Araújo), informações ambiental e sustentável (Ercegovac e Nolin) e compostagem (Modesto Filho). Para isso, indica uma pesquisa social qualitativa, com método observacional associado à descrição qualitativa na análise do questionário compartilhado com os participantes da comunidade. Expõe, como principal resultado, que as interações em diferentes meios e mídias possibilita a construção do conhecimento de práticas sustentáveis e ambientais. Conclui indicando a possibilidade e a necessidade de desenvolvimento de estudos que relacionam o meio ambiente e a sustentabilidade no campo de estudos da informação de forma que seja possível contemplar a complexidade das práticas informacionais, ambientais e sustentáveis.

PARTICIPANTES: CRISTIANA PINHEIRO MACHADO DE SIQUEIRA, MARIANNA ZATTAR



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 54

TÍTULO: **O RACISMO VELADO E SUA PARTICIPAÇÃO NO ATUAL CENÁRIO DAS CORPORações BRASILEIRAS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

I. Objetivo do Trabalho

O trabalho trata da temática do racismo e procura expor mais especificamente o racismo velado e institucionalizado na cultura brasileira e como ele está presente nas corporações. Tendo em vista que a cultura negra é quase sempre estudada através de uma visão etnocêntrica, e que inevitavelmente parte do pressuposto que a cultura europeia é a cultura universal, neste artigo abordaremos uma visão que prioriza a identidade negra e enxerga o racismo como dominação socioeconômica e que visa a emancipação do negro na sociedade capitalista; apresentando com destaque a sua história desde o colonialismo até os seus efeitos para sua subordinação nos dias de hoje. Com foco na sociedade brasileira, abordaremos também o mito da democracia racial e a miscigenação utilizada como desculpa para a não implantação de políticas públicas a favor do negro. Além disso, haja vista que o racismo nas organizações atuais esconde-se nos detalhes e sutilezas, posicionar-se como neutro e não-opressor diante do racismo é uma forma de cumplicidade passiva que mantém os estereótipos e contribuem para o mantimento das diferenças socioeconômicas, trazendo o episódio da escravidão para o contexto da exploração capitalista e perpetuando a dificuldade que negros possuem de atingir cargos de alta escala e que, então, comumente assumem posições operacionais ou de serviços gerais, se homens negros, e de domésticas, se mulheres negras.

II. Metodologia

Para a realização do projeto serão efetuadas consultas bibliográficas, com o intuito de formação de base teórica e intelectual da argumentação, além delas serão utilizados documentários e conteúdo áudio visual de forma geral (como entrevistas de professores e ativistas, concedidas a imprensa), também serão feitas entrevistas com negros ativos no mercado de trabalho e enquetes públicas, realizadas principalmente em ambiente virtual.

PARTICIPANTES: GABRIELA BORDALO FERREIRA SCHEER, LUCAS ALVES ROCHA, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 94

TÍTULO: **O PROCESSO INOVATIVO DAS EMPRESAS DO SETOR E DAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE P&D DA ANEEL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

No Brasil, o setor elétrico tem um mecanismo institucional de indução de inovação por meio do fomento à Pesquisa e Desenvolvimento, que é o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O Programa foi instituído pela Lei nº 9991, de 2000, e, atualmente, constitui-se como o maior programa de fomento à inovação do setor elétrico, tendo mobilizado 8 bilhões de reais em 4.400 projetos desde o início de sua implementação.

Este estudo tem como objetivo principal analisar de que forma as empresas do setor e suas fornecedoras estão respondendo às transformações em curso. Para isso, analisar-se-á o processo inovativo das empresas e das fornecedoras, tendo como foco a caracterização das atividades inovativas, o desempenho inovativo, as parcerias estabelecidas e as atividades de treinamento e capacitações desenvolvidas pelas empresas. Pretende-se, com isso, traçar uma comparação entre o processo inovativo dos dois grupos de empresas.

A pesquisa foi feita a partir de uma série de entrevistas realizadas junto às empresas do setor e às fornecedoras de bens e serviços para o setor. Os resultados foram interpretados a partir de um *software* de análise qualitativa e por meio da elaboração de índices de inovação, que foram criados para interpretar os dados quantitativos do questionário.

As categorias dos índices foram construídas com base na PINTEC, a Pesquisa de Inovação elaborada pelo IBGE. Seguindo a metodologia do Manual de Oslo da OCDE, a PINTEC se estrutura a partir de dados coletados das próprias empresas, por meio de entrevistas pautadas por um questionário.

Pelos resultados das entrevistas, constata-se que as empresas fornecedoras de serviços são mais focadas em inovações de produto e de processo e, como dependem fortemente da interação com o cliente, tendem a se especializar em nichos de atuação. Os produtos e serviços introduzidos pelas empresas fornecedoras foram novos para o mercado nacional, o que pode denotar o caráter incremental das inovações. Caso fossem inovações introduzidas no mercado internacional, teriam caráter mais disruptivo. Ademais, parcela expressiva dos entrevistados declarou não haver inserido inovações de processo e de mudanças organizacionais na empresa, que são importantes para promover a criação de conhecimento dentro das empresas.

As empresas do setor, por outro lado, realizaram mais inovações referentes a processos tecnológicos novos para o setor de atuação. Assim como as empresas fornecedoras, as empresas do setor também introduziram produtos novos para a empresa, mas existentes no setor, e produtos novos para o mercado nacional, o que denota o caráter incremental das inovações. As empresas do setor também não desenvolveram inovações de caráter disruptivo.

A partir dos resultados encontrados serão propostos pontos de reflexão para a compreensão da dinâmica de inovação no setor e os desafios por ela colocados ao Programa de P&D da ANEEL.

PARTICIPANTES: ANTONIO PEDRO LIMA, GUILHERME SANTOS, RENATA LÈBRE LA ROVERE

ARTIGO: 100

TÍTULO: **CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO "CASO DE ACARI": ENTRE "GUERRAS", "TRAGÉDIAS", FATOS E LEIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa tem por objeto a descrição e análise das narrativas jornalística e judiciária acerca do "Caso de Acari". Trata-se de evento violento, ocorrido no município de Acari, em 30/03/2017, envolvendo a morte de uma adolescente (Maria Eduarda) e de dois homens que, segundo relatos, estavam em confronto armado com policiais militares do 41º Batalhão da Polícia Militar.

Estampando páginas e páginas dos noticiários me chamou a atenção o caso de Acari, que, diferentemente de outros eventos considerados trágicos ocorridos durante a mesma semana na cidade, possuía a peculiaridade de uma gravação em vídeo, que fora veiculada amplamente pela grande mídia, em que os policiais, Sargento Davi Gomes Centeno e Cabo Fábio de Barros Dias, atiravam contra os jovens já caídos em frente à Escola Municipal. Jornalista Daniel Piza- local em que a adolescente Maria Eduarda, de 13 anos de idade, se encontrava quando fora



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

atingida por disparos.

Por meio da análise das matérias jornalísticas publicadas no jornal O Globo e dos autos do processo criminal, cujos réus são dois policiais militares envolvidos no evento, a pesquisa busca centrar seu foco nos seguintes aspectos: a) na mobilização de certas palavras/expressões, por meio das narrativas, para direcionar os efeitos de sentido acerca do evento; b) na articulação entre fatos e leis; c) na construção biográfica de autores e vítimas do crime.

Trata-se de uma etnografia das formas narrativas de produção de sujeitos e evento. A perspectiva analítica está centrada na concepção de **descrição densa**, proposta pelo antropólogo Clifford Geertz.

A análise preliminar dos dados demonstra o lugar central das palavras “guerra” e “tragédia” como categorias organizadoras dos sentidos produzidos acerca do evento.

A grande contribuição do trabalho estaria, principalmente, pautada na investigação dos aspectos subjetivos que vão influenciar as decisões judiciais, através das disputas narrativas no presente caso, sejam essas dadas por meio dos jornais, documentos anexos aos autos do inquérito policial e do processo judicial em curso. Dentre os aspectos subjetivos encontrados, temos a construção da trajetória de vida das vítimas do evento, e as mobilizações das categorias “Guerra” e “tragédia” que, inevitavelmente, produzirão um sentido acerca da inteligibilidade e aplicação das leis do vigente ordenamento jurídico, sobretudo do direito penal e processual penal, possibilitando, assim, em última análise, uma produção de conhecimento acerca da própria atuação prática do direito a partir do estudo de caso.

PARTICIPANTES: TAMIRIS GONÇALVES ALMEIDA, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 102

TÍTULO: AS DISPUTAS POLÍTICAS E JURÍDICAS EXISTENTES NA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO ORDENAMENTO

JURÍDICO BRASILEIRO: PL 4.211/12

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem por objeto a descrição e análise das disputas político-jurídicas acerca da regulamentação da prostituição no ordenamento jurídico brasileiro. O foco central da pesquisa, diz respeito às disputas sobre o Projeto de Lei 4.211/12, de autoria do deputado federal Jean Wyllys. Este projeto foi construído em parceria com o movimento das profissionais do sexo no Brasil inteiro e, principalmente, com o movimento de prostitutas do Rio de Janeiro. Atualmente, esse projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

A pesquisa pretende responder algumas perguntas: a) Quais são os argumentos favoráveis e contrários à aprovação desse projeto? b) Quais estratégias de ação dos principais atores dessa disputa? c) Quais as percepções que as profissionais do sexo no Rio de Janeiro acerca da regulamentação da prostituição por meio do PL 4.211/12?

A perspectiva analítica encontra-se ancorada na noção de “descrição densa” de Clifford Geertz.

A metodologia qualitativa envolve: entrevistas, levantamento e análise bibliográfica e acompanhamento da tramitação do projeto no Congresso Nacional.

Bibliografia:

BARROS, Lúcio Alves de. Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 827, 8 out. 2005

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). A Dominação Masculina. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

GASPAR, Maria D.. Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1985.

LEITE, Gabriela. Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro, objetiva, 2009.

PARTICIPANTES: LAIS GRANJEIRO DE SOUZA, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 103

TÍTULO: GOVERNANÇA E INOVAÇÃO: NOVOS ARRANJOS E MODELOS DE CONTROLE SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo geral realizar um estudo exploratório sobre casos de organizações que agem de encontro à lógica predominante



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

de lucro das grandes corporações. Desta forma, após fundamentação histórico-teórica por meio de levantamento da literatura de referências do campo de ciências humanas aplicadas, a pesquisa realiza uma análise de organizações que criam oportunidades sociais e, assim, proporcionam um aumento das capacidades humanas e da qualidade de vida (SEN, 2009), que estejam necessariamente em atuação nos últimos dez anos.

Já que “o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação” (CASTELLS, 2017, p. 242) e já que modificações e criações de decisões são o maior apelo para o desenvolvimento da sociedade (Ibid), os casos analisados nesta pesquisa pretendem destacar um estilo de governança com propósito, renegando a limitação aos aspectos utilitaristas das organizações e estabelecendo condutas de participação social que exaltem a democracia.

Para Castells (2017), esses movimentos são criados a partir de um sentimento coletivo de indignação que alcance um canal comunicativo e forme uma rede de relações que dispute territórios de poder na sociedade. É nessa perspectiva que os conceitos de Castells se unem às ideias de campo e capital de Bourdieu (2005). A composição de campo é formatada por uma teia dinâmica de relações em diferentes posições hierárquicas, definidas pelo acúmulo de capital dos seus participantes. Como os casos escolhidos desafiam os aspectos comumente vigentes na esfera corporativista, o diálogo entre os pensamentos de Bourdieu e Castells (1) evidencia o caráter imprescindível da noção de poder para o entendimento da sociedade e (2) proporciona uma estrutura teórica que possibilita uma análise mais profunda e compreensiva dos fenômenos estudados.

Além de propor a criação de um modelo de análise para as organizações que divergem do pensamento utilitarista, o estudo busca responder as seguintes perguntas: Quais são as razões para os indivíduos exercerem ações que possam ressignificar os padrões de poder predominantes na esfera privada? Como os indivíduos as fazem? Quais são seus efeitos?

Uma vez que a pesquisa foca em proporcionar maior visibilidade e familiaridade para o eixo de governança social conjuntamente à produção de novas informações com base no aprofundamento e compreensão do tema, optou-se pelo estudo exploratório quanto ao objetivo e qualitativa quanto a abordagem. Possui ainda natureza bibliográfica e documental quanto aos procedimentos, por meio do levantamento não só de publicações e artigos, mas também de reportagens investigativas, notícias e documentários (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

PARTICIPANTES: RICARDO HENRY DIAS ROHM, FELIPE TINOCO, PEDRO HENRIQUE TELES EIRAS

ARTIGO: 139

TÍTULO: A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO E AS MÍDIAS SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO E AS MÍDIAS SOCIAIS

Devido aos avanços tecnológicos e o exacerbado uso das mídias sociais, a sociedade do espetáculo nunca esteve em tanta evidência quanto nos dias atuais. A pesquisa realizada se embasa nessa afirmação e tem como tema: A Sociedade do Espetáculo e Sua Difusão nas Mídias Sociais. O objetivo é analisar e avaliar a existência da vida espetacular, como essa questão se apresenta na sociedade e os efeitos gerados nos âmbitos sociais e econômicos. O referido estudo é fruto de uma pesquisa qualitativa, em que a metodologia aplicada é o estudo de casos com indivíduos de diversas idades e diferentes classes sociais, a fim de analisar como o espetáculo se apresenta, mais especificamente, no Facebook e no Instagram, visando alcançar os objetivos propostos. Como reflexão de fundo, o estudo é acompanhado de uma discussão a respeito da aparência transcender o ser, de como as mídias sociais têm influenciado o modo de ver a vida e até mesmo a forma de viver, tendo como arcabouço teórico o livro A Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord.

PARTICIPANTES: MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ, MYLENA CRISTHINA ARAUJO DE OLIVEIRA, RAYANE STEFANIE RODRIGUES COELHO

ARTIGO: 141

TÍTULO: AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE LÍDERES DE PROJETOS SOCIAIS VIGENTES NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O empreendedorismo social surge como uma via promissora da renovação da intervenção social, das oportunidades do mercado de trabalho, da criação de formas alternativas de produção econômica e de participação social e democrática (GODOI DE SOUSA; GANDOLFI; GANDOLFI, 2011) em contrapartida ao modelo econômico vigente. Hodiernamente, cenários de crises éticas, políticas, ambientais e sociais são presenciadas, sendo a liderança transformadora o agente transformador, capaz de transformar a realidade enfrentada. Este trabalho tem como principal objetivo elaborar e validar uma matriz de critérios para avaliação de práticas de formação e empoderamento de líderes de projetos sociais, pautados em um modelo de liderança transformadora. Foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo os últimos 10 anos da literatura científica em inglês e português, para analisar as principais formas da liderança transformacional (transformadora) e a liderança pelo exemplo; os conceitos de empreendedorismo social e os variados modelos de gestão. Por meio de um estudo de caso foram mapeadas as práticas de formação e empoderamento nas principais instituições sociais e programas de formação de líderes. Fez-se uma análise dos contextos social e econômico em que os projetos sociais estão envolvidos, realizando uma observação empírica dos modelos de liderança atuantes nas organizações. As organizações foram escolhidas pelo seu impacto socioeconômico e importância no contexto brasileiro. Enactus, a maior plataforma de aprendizado experimental do mundo, focada no desenvolvimento de líderes empreendedores e inovadores sociais; Ashoka, ativa em mais de 90 países, constrói redes que fazem as pessoas se verem como agentes de mudança; CADI, uma organização que ajuda pessoas em situações de vulnerabilidade; SEBRAE, focada no empreendedorismo e desenvolvimento sustentável; Skoll, gera uma mudança em grande escala investindo, conectando e celebrando empreendedores sociais e inovadores que ajudam a resolver os problemas mais desafiadores do mundo. Como resultado, espera-se fornecer, com a matriz criada, informação para a formação mais assertiva de líderes em empreendimentos sociais e na realização do trabalho desempenhado pelos mesmos, possibilitando uma sociedade mais justa, ética e engajada.

PARTICIPANTES: LUCAS ROCHA, RICARDO HENRY DIAS ROHM, CLÁUDIA RAPHAEL RODRIGUES, JEFFERSON LIMA RIBEIRO

ARTIGO: 174

TÍTULO: "TER MENOS E SER MAIS": RELAÇÕES E PERSPECTIVAS DO CONSUMIDOR DO ARMÁRIO CÁPSULA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No campo do comportamento do consumidor, muito se investiga a respeito dos processos de adoção e compra. As decisões de abandono,



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

entretanto, são um tema periféricamente estudados (SUAREZ, 2014; DINIZ; SUAREZ, 2018), ainda que capazes de proporcionar importantes aprendizados para empresas, governos e organizações não governamentais no contexto atual de intensa competição, críticas ao consumo e questionamento dos seus impactos no meio ambiente.

Suarez e Chauvel (2012) definem o abandono como o processo de abrir mão de algo que previamente consumido. Como tal, o abandono refere-se ao processo de reduzir ou eliminar consumos anteriormente valorizados. Fundamentando-se nessa perspectiva do abandono, o estudo investiga o fenômeno do armário cápsula, definido como uma pequena coleção de roupas, agrupadas de modo a compor um guarda-roupa com peças de alta qualidade e em quantidade limitada (DOUGHER, 2015). Usualmente, a implementação do armário capsula exige das consumidoras o descarte de diversas peças que compõem o seu armário, bem como o abandono de algumas categorias. Assim, a presente pesquisa pretende compreender quais fatores motivaram jovens consumidoras na adoção do chamado armário cápsula e os benefícios percebidos pelo público ao adotar a iniciativa.

O estudo, de natureza qualitativa, utiliza em sua metodologia a análise do discurso apresentado em notícias, publicações de blogs e demais conteúdos midiáticos. Por meio da netnografia (KOZINETS, 2015), também são observadas na rede social *Instagram* as falas de consumidores que, em algum momento, se tornaram adeptos do armário cápsula e trouxeram a público seus relatos ou comentários a respeito. Espera-se contribuir com reflexões a respeito dos processos de abandono, redução e mudança dos padrões de consumo, aspectos ainda negligenciados na literatura de comportamento do consumidor.

REFERÊNCIAS:

DINIZ, F.; SUAREZ, M. C. Cultural Meanings and Consumers' Discourses about Their Brand Abandonment. **BAR, Braz. Adm. Rev.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-7692bar2018170061>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

DOUGHER, K. You're doing the "capsule wardrobe" wrong. **Fashion**, sep. 2015. Disponível em: <<https://fashionmagazine.com/fashion/youre-doing-the-capsule-wardrobe-wrong/>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

KOZINETS, R. V. **Netnography: Redefined**. Toronto, Canadá: SAGE, 2015.

SUAREZ, M. C. Meanings of consumption and abandonment: understanding smoking cessation symbolism. **BAR, Braz. Adm. Rev.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 210-227, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1807-76922014000200006>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

SUAREZ, M.; CHAUVEL, M. A. Different ways of saying goodbye: outlining three types of abandonment of a product category. In: BELK, R.; ASKEGAARD, S.; SCOTT, L. (Eds.), **Research in Consumer Behavior**, v.14. Bingley: Emerald, 2012, p. 277-295.

PARTICIPANTES: GISELE ARAUJO DE LIMA, MARIBEL CARVALHO SUAREZ

ARTIGO: 177

TÍTULO: **AValiação DA USABILIDADE DE SITES DAS BIBLIOTECAS DE IFES BRASILEIRAS: ANÁLISE EMPÍRICA DE AMOSTRA SELECIONADA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta a importância de manter sites, enquanto fontes de informação eletrônica, usuais e acessíveis na experiência de navegação do usuário. Possui como objetivo geral a avaliação, com base no critério de usabilidade, dos sites de bibliotecas vinculadas às instituições federais de ensino superior (IFES) no Brasil. A importância desta pesquisa está em promover análise, com base em critérios de usabilidade, a fim de obter resultados que possam contribuir para possíveis atualizações dos sites de modo que se tornem mais usuais e com isto facilitar a disseminação e o acesso à informação. Este estudo se baseia nos conceitos de fontes de informação eletrônica e nas heurísticas de Nielsen. Adota como metodologia pesquisa aplicada com método avaliativo de codificação dos sites para análise dos dados colhidos por meio de etapas pré-definidas. As heurísticas selecionadas foram: **Correspondência com o mundo real**, onde o site precisa fazer uso de termos que sejam da compreensão do usuário; **Controle fácil**, referente a autonomia do usuário para realizar ou desfazer alguma atividade de modo ágil; **Consistência e padrões**, em que a interface precisa ter consistência adotando os mesmos elementos de página sejam eles caracteres, menus, ícones e botões de atalho; **Reconhecimento**, identificação de recursos e ícones para estimular a intuição do usuário e não a memorização; **Flexibilidade**, ocorrência de atalhos que dinamizam a navegação. A primeira etapa constituiu no levantamento das IFES, que foram ordenadas por regiões, obtendo-se o seguinte resultado: 10 instituições no Norte, 17 no Nordeste, 5 no Centro-Oeste, 19 no Sudeste e 11 instituições no Sul, totalizando 62 IFES. A etapa subsequente foi a verificação se todos os sites estavam ativos, tendo resultado positivo. Em seguida os sites foram analisados, apresentando os seguintes resultados preliminares: 91,5% dos sites apresentam correspondência com o mundo real, 70,18% dos sites possuem controle fácil, 74,1% tem consistência e padrões, 83,96% são de fácil reconhecimento e 61,4% demonstram mais flexibilidade. Conclui-se que a aplicação de testes de usabilidade, baseados em determinados critérios (nesta pesquisa as cinco heurísticas de Nielsen), são fundamentais para garantir que estas fontes não venham a fracassar em sua função informacional ao correr o risco de ficarem inativas, pois diante da dificuldade de acesso à informação o usuário buscará outra fonte de informação. Acresce, ainda, que ao proporcionar uma navegação fácil, ágil e eficaz o usuário retornará a essas fontes outras vezes em busca de informação. Por fim, sugere-se que as bibliotecas desenvolvam estudos sobre o comportamento e práticas informacionais dos usuários potenciais dessas instituições, de modo a aprimorar os sites para facilitar o acesso e a disseminação da informação.

PARTICIPANTES: GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, GABRIELA DA SILVA OLIVEIRA, NYSIA SÁ, ROBSON SANTOS COSTA

ARTIGO: 180

TÍTULO: **ANÁLISE DA USABILIDADE DOS PORTAIS WEB DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS COM BASE NO DESIGN EMOCIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

A atual sociedade em rede impulsionou o surgimento de novos suportes de informação como os sites e portais mediados por interfaces disponíveis na web. À medida que os suportes se tornaram acessíveis, preocupações a respeito da usabilidade dos recursos e serviços presentes nas interfaces passaram a fazer parte desse contexto. No entanto, percebeu-se que as tradicionais metodologias de usabilidade não abarcavam questões sensoriais e emocionais na experiência de acesso do usuário, consideradas fundamentais neste trabalho. O design emocional surge então como alternativa para avaliação de sites e portais. O objetivo geral deste estudo é facilitar o uso de recursos informacionais disponíveis nos portais web das bibliotecas universitárias existentes em universidades federais brasileiras por meio do design emocional. Utiliza como base teórica os conceitos de biblioteca universitária, fontes de informação eletrônica, portais web, design, design emocional e usabilidade. Consiste em uma pesquisa aplicada e de natureza exploratória, onde busca-se obter resultados na aplicação do design emocional como alternativa para avaliação de portais web que considerem a percepção do usuário nos três níveis colocados por Donald Norman: visceral, comportamental e reflexivo. Adota-se abordagem qualitativa no que diz respeito à análise das respostas baseadas na percepção dos usuários com relação a teoria dos níveis emocionais. Apresenta dois métodos: observação direta e análise de conteúdo. A técnica para coleta de dados se constitui em: atividade prática de interação usuário-fonte de informação; aplicação de um questionário com quatro perguntas. A análise dos dados obtidos foi baseada nas respostas de cada tarefa tanto pela interpretação da observação, quanto pela



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

análise de conteúdo nas respostas dos questionários, ambas permeadas pela teoria. Aponta como resultado uma predominância à intuitividade na experiência de navegação pelos participantes da pesquisa na maioria dos portais (aspecto favorável), mas também questões de desconforto, dificuldade e confusão provocadas por questões de luminosidade, disposição de elementos e organização de menus. Conclui-se que os aspectos emocionais são essenciais em teste de usabilidade para avaliação e análise de interfaces na web.

PARTICIPANTES: GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, NYSIA SÁ

ARTIGO: 191

TÍTULO: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO DA PRÁTICA INFORMACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta o resultado de um trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) que teve como objetivo analisar a prática informacional de idosos em mídias sociais digitais. A proposta foi orientada a partir dos estudos de Competência em Informação, a Desinformação, as relacionando. Indicou como procedimento metodológico uma proposta de pesquisa com método descritivo e abordagem qualitativa. Apontou a utilização de questionário organizado em perguntas abertas e fechadas em tópicos temáticos como técnica de coleta. Expõe as escolhas relacionadas à composição da amostra na seleção de um determinado grupo de idosos que contemplou as características enunciadas. Como resultado parcial, aponta a necessidade da promoção da competência em informação para amenizar e/ou solucionar problemas informacionais relacionados à população idosa, em especial a que reside em Instituições de Longa Permanência.

PARTICIPANTES: ELLEN FERNANDA DA SILVA COSTA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 205

TÍTULO: AS COZINHAS DO SUBÚRBIO CARIOCA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Desde a década de 80, discute-se o crescente protagonismo do consumidor na esfera produtiva, muitas vezes colaborando com empresas ou substituindo ofertas oferecidas pelas mesmas (MARTIN; SCHOUTEN, 2014). A presente pesquisa investiga o papel da competência do consumidor, buscando entender como esta oferece suporte ou dificulta a posição produtora do consumidor em seu cotidiano. Tem por objetivo, analisar as formas de consumo alimentar de famílias do subúrbio carioca, com foco no modo de cozinhar diário, analisando insumos, competências manuais, estratégias para eficiência e interferências ou influências externas. Além disso, objetiva descrever o papel das competências corporais, envolvidas no ato de cozinhar, sobre os padrões de consumo de famílias de classe média.

Foram utilizados os métodos de entrevista em profundidade, associado à História de Vida (ATKINSON, 2002) e o Método dos Itinerários (DESJEUX; SUAREZ; CAMPOS, 2014), para compreender como as rotinas alimentares das famílias entrevistadas são desenvolvidas. Para a participação foram selecionadas 8 famílias da Classe B2 na zona norte do Rio de Janeiro. Além da entrevista, o trabalho de campo envolveu a observação de todo o processo de preparação do almoço da família.

Como resultados, foram observados como competências são desenvolvidas a partir dos contextos em que consumidores se encontram. O tempo, o espaço, as competências manuais, os utensílios revelaram-se fatores de grande importância para o desenvolvimento do cardápio semanal. As escolhas de ingredientes e receitas são movidas pela busca de simplificação do cozinhar. Observou-se ainda que as consumidoras aprendem a cozinhar com suas famílias, e que isso define o contorno de seus hábitos cotidianos. Mas, por vezes, precisam lançar mão de novas redes para aprendizado quando se deparam com novos regimes de gosto (ARSEL; BEAN, 2013), buscando então apoio nas mídias sociais, em aplicativos, na mídia, na oferta de mercado ou com profissionais de saúde. A entrada em novos regimes de gosto ampara-se, no entanto, nas habilidades corporais adquiridas, que são adaptadas para novas receitas e rotinas.

REFERÊNCIAS

ARSEL, Z.; BEAN, J. Taste regimes and market-mediated practice. *Journal of Consumer Research*, v. 39, n. 1, p. 899-917, 2013.

ATKINSON, R. The Life Story Interview. In: GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, J. *Handbook of Interview Research*. Thousand Oaks: Sage. 2002. Chapter 6. p. 120-140.

DESJEUX, D.; SUAREZ, M.; CAMPOS, R. The itinerary method: A methodological contribution from social sciences to consumer research in management. *Revista Brasileira de*

Marketing, v. 13, n. 2, p. 74-83, 2014.

MARTIN, D.; SCHOUTEN, J. Consumption-driven market emergence. *Journal of Consumer Research*, v. 40, n. 1, p. 855-870, 2014.

PARTICIPANTES: BEATRIZ BARROS DE AZEVEDO, ROBERTA DIAS CAMPOS

ARTIGO: 207

TÍTULO: MERCADO DE TRABALHO E PRODUTIVIDADE NO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL - 2004/2015

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No período entre 2004 e 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou melhoras em várias dimensões, com forte geração de empregos, crescimento dos salários reais e maior grau de formalidade, entre outras. Nesse contexto, o setor terciário, composto pelo comércio e pelos serviços, que já desempenhava um papel importante no mercado de trabalho, teve um crescimento especialmente forte.

O principal objetivo da pesquisa é desenvolver uma análise multidimensional do mercado de trabalho do setor terciário, a fim de acompanhar a geração de empregos, a evolução da produtividade e a qualidade dos empregos gerados nos diversos segmentos do setor. Para tanto, é feita uma revisão da literatura sobre o setor de serviços, seguida de uma análise do comportamento de uma série de variáveis (emprego, salários, escolaridade, formalização, contribuição previdenciária e produtividade) para as atividades do setor. Além dos cruzamentos setoriais usuais, são também considerados diferentes tipologias de serviços: destinação (consumo final ou voltados para as empresas); padrão tecnológico (modernos ou tradicionais); função (de custo ou de agregação de valor). São também utilizadas as classificações da OCDE (PBS ou



15
21^a
OUT

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

tradicionais), da Standard Industrial Classification (sem fins lucrativos, empresas, distributivo ou para o consumidor) e a proposta por Browning e Singelmann (social, produtivo, distributivo e pessoal). Por fim, elaboramos uma análise estatística multivariada a partir dos clusters formados e das componentes principais. A fonte básica de dados utilizada é a Pnad do IBGE, além das informações do Sistema de Contas Nacionais para o cálculo da produtividade do trabalho. O período do estudo vai de 2004 a 2015, quando a economia brasileira passou por anos de crescimento, desaceleração e crise.

A pesquisa mostra melhora em praticamente todas as variáveis, exceto na produtividade em alguns segmentos do setor. Além disso, percebe-se que os dados para os serviços mais modernos ou voltados para empresas são sempre significativamente melhores que nos mais tradicionais ou voltados para o consumidor final. Finalmente, a análise de clusters coincide perfeitamente com a classificação de Browning e Singelmann (sendo o grupo com melhores resultados composto pelos serviços sociais e produtivos e o outro formado pelos serviços distributivos e pessoais).

PARTICIPANTES: LUIZ HERMIDA, JOÃO SABOIA, JOÃO VÍTOR PEREIRA, FERNANDA BAETA NEVES, GUILHERME LACERDA

ARTIGO: 211

TÍTULO: O NOVO MARCO LEGAL NACIONAL DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RELEITURA À LUZ DO DIREITO À CIDADE E À MORADIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No ano de 2017, promoveu-se a uma significativa mudança no modelo de regularização fundiária adotado pelo país por meio da aprovação da Lei 13.465/17 e consequente revogação do capítulo III da Lei 11.977/09, que estabelecia o modelo anterior. Trata-se de mudança que, de modo geral, visa a facilitar a titulação de moradores por meio da propriedade privada plena em detrimento da obrigatoriedade de melhorias territoriais e sociais que se associavam no modelo anterior. Esta mudança é de interesse direto dos moradores de assentamentos informais de baixa renda, especialmente aqueles situados em zonas valorizadas da cidade, pois tende a piorar sua condição de segurança da posse e a não mais trazer melhora em suas condições de vida. Neste cenário, torna-se fundamental o apoio da universidade no sentido de levar o novo marco normativo da regularização fundiária até os movimentos sociais e moradores destas áreas, a fim de problematizar suas potencialidades e perigos para sua manutenção do território. A isto se pretende o projeto que origina o presente trabalho, em conformidade com a necessária e importante vocação de extensão da universidade, que deve levar e também trazer conhecimentos externos para suas análises.

PARTICIPANTES: TARCILA FIDALGO RIBEIRO, ALEX FERREIRA MAGALHAES, RENATA CRISTINA NASCIMENTO ANTÃO

ARTIGO: 220

TÍTULO: CONSUMO, IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE: O CASO DO FILME PANTERA NEGRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O consumo é um processo social, caracterizado como uma das atividades básicas do ser humano (BARBOSA; CAMPBELL, 2006). Objetos, bens e serviços são utilizados para conferência e afirmação de status, mediação de relações sociais, produção de sentido e como um mecanismo que possibilita a construção da identidade (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Este estudo investiga o consumo em um contexto de lazer e de movimentos recentes de valorização da representação da população negra em diferentes mídias e escolheu analisar o filme Pantera Negra. O filme traz o primeiro super-herói e protagonista negro e é, até o momento, a única produção de Hollywood com predominância do elenco e produção negra. Consumidores negros têm clamado por reconhecimento social (ROCHA; CASOTTI, 2017). Identidade e representatividade são algumas das questões para as quais chamam a atenção.

Como o filme Pantera Negra explora elementos de identidade e representatividade étnica nas práticas de consumo mostradas? A identidade é "um recurso que opera baseado em sistemas de classificação e atua no sentido de identificar e diferenciar o sujeito dos demais indivíduos e dele próprio ao longo do tempo" (GIOIELLI, 2004, p. 15). O conceito de identidade traz conflitos, desafios sociais, fluidez temporal e espacial (SANTINELLO, 2011). Representatividade são formas de conhecimento "socialmente elaboradas e compartilhadas que contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação" (SPINK, 1993). A representatividade suporta valores sociais e subjetivos perante o contexto (SENTINELLO, 2011).

O estudo utilizou um "Estudo de Caso" (YIN, 2015). Este método é adequado a pesquisas que visam analisar um fenômeno contemporâneo específico (o "caso") em seu contexto no mundo real. Os achados iniciais da pesquisa revelam no filme práticas de consumo que exploram aspectos de identidade e representatividade negra, por meio de questões socioculturais e históricas associadas a diferentes rituais, danças, vestuário, músicas, penteados de cabelo e acessórios de "beleza".

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GIOIELLI, Rafael P. Pistas para entender a identidade cultural no contexto da globalização. **Novos olhares**, São Paulo, n. 14, 2004.

ROCHA, A. R. C.; CASOTTI, L. M. Reflexões sobre o consumidor negro brasileiro. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017, p. 47-62.

SANTINELLO, J. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 12, n. 28, maio/ago. 2011, p. 153-159.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul/sep, 1993, p. 300-308.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2015.

PARTICIPANTES: LEONARDO DA SILVA VIDAL, ANA RAQUEL COELHO ROCHA, LETICIA MOREIRA CASOTTI

ARTIGO: 228

TÍTULO: CONTRADIÇÕES DE UMA MARCA VEGANA DE COSMÉTICOS: UM ESTUDO DE RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Partimos nesse estudo de uma realidade socialmente construída, holística e contextual (ANDERSON; OZANNE, 1988). Consideramos aqui o consumo como um processo que envolve significados que são construídos na cultura (MCCRACKEN, 1987; DOUGLAS; ISHERWOOD, 1979). Kozinets (2002) observa que consumidores são atores que interagem com o mundo material que está envolta deles. A perspectiva da cultura do consumo (ARNOLD; THOMPSON, 2005) apoia o entendimento e interpretação de novos significados associados ao consumo de diferentes marcas e categorias de produtos como, por exemplo, alimentos e os produtos de higiene e beleza. Algumas empresas utilizam termos em seu posicionamento tais como: orgânico, natural, vegano, crueldade animal (*cruelty free*) e bem-estar animal (*animal welfare*), que nem sempre são compreendidos por seus consumidores.

A marca brasileira Lola de cosméticos para cabelos posiciona seus produtos no mercado como veganos. Os produtos chamam atenção não apenas por esse posicionamento, mas também pelo humor utilizado nos nomes trazidos em suas embalagens como, por exemplo, "Morte Súbita", "Tarja Preta" e "Eu sei o que você fez na química passada". Esse estudo se realiza no contexto dos produtos cosméticos para cabelo.

O estudo buscou entender e analisar como essa marca vegana - preocupada com as questões ligadas aos animais - pode ser alvo de tantas reclamações de consumidores que relatam problemas diversos com o uso dos produtos Lola. As reclamações foram retiradas de postagens no site "Reclame aqui". Dessa forma o estudo usou dados secundários e selecionou dentre as 169 reclamações postadas aquelas que relatavam danos causados em seus cabelos. Os achados discutem as contradições de uma marca vegana - que não causa dano aos animais - mas que pode causar dano aos humanos.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, E. J.; THOMPSON, J. C. *Consumer Culture Theory*, 2005.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *The world of goods*. New York Basic Books. Inc. 1979.

MCCRACKEN, G. *Culture and Consumption: New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities*, 1987.

KOZINETTS, R.V. "Can consumers escape the market? Emancipatory illuminations from burning man". *Journal of Consumer Research*, v. 29, June 2002, p. 20-38.

PARTICIPANTES: KLEIDE NASCIMENTO, LETICIA MOREIRA CASOTTI

ARTIGO: 237

TÍTULO: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES INGRESSANTES PELA AÇÃO AFIRMATIVA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACC/UFRJ: DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A implementação das Ações Afirmativas (AA) na UFRJ além de tardia, se comparada a outras universidades públicas que implantaram suas políticas no início dos anos 2000, não ocorreu sem resistências. Estas ações, também conhecidas como políticas de reconhecimento ou de descriminação positiva se distinguem, sobretudo pelo seu caráter específico, ou seja, são ações voltadas para grupos que vivem sem condições históricas de subalternidade, como os negros, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais, dentre outros (SALVADOR; HERINGER; OLIVEIRA, 2014). No ano de 2011, a universidade, por meio do seu Conselho Universitário, optou pela reserva de vagas para alunos oriundos apenas de escolas públicas estaduais que ingressassem pelas vagas disponibilizadas através do ENEM. No ano de 2012, a UFRJ decidiu utilizar exclusivamente o sistema ENEM/SISU para ingresso nos cursos de graduação, destinado 30% das vagas oferecidas em cada curso para reserva de vagas, aliando ao critério escola pública (já adotado no ano anterior), critério de renda, definindo o valor de um salário mínimo per capita familiar como limite desse critério. Em 2013, considerando a necessidade de aplicar o estabelecido na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 ("Lei de Cotas"), o Conselho Universitário definiu o percentual de vagas em 30% e 50%, respectivamente, para o ingresso nos anos de 2013 e 2014, para os candidatos oriundos de escola pública, mantendo o critério de renda ao estabelecido na referida Lei. Esta pesquisa consiste na obtenção de dados empíricos para análise das condições de permanência e da trajetória acadêmica dos alunos ingressantes pela AA nos cursos da FACC. Objetiva-se evidenciar, num primeiro momento, a situação de matrícula dos alunos ingressantes em 2014 nos referidos cursos. Pretende-se: a) observar se a matrícula continua tiva ao final de 2017/2, no mesmo curso de ingresso; b) verificar se ps ingressantes nas diversas modalidades de AA continuam com matrícula ativa em 2017/2, mas em curso diferente daquele em que ingressaram; c) identificar (quantitativamente) os casos de trancamento ou abandono; d) verificar se os alunos ingressantes descritos "a" e "b" (desde que a mudança seja para os cursos do CCJE) estão com trajetória acadêmica compatível com a média dos estudantes do curso. Os dados servirão para o acompanhamento dos estudantes ingressantes pela AA, oferecendo parâmetros para a aferição dos impactos decorrentes da Lei de cotas. O referencial teórico esta ancorado em Bourdieu (1998) e Coulon (2008).

PARTICIPANTES: ANA LUCIA DA SILVA DO NASCIMENTO, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA

ARTIGO: 283

TÍTULO: AUTOGESTÃO: RETRATO DE UM FENÔMENO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho buscará apresentar um abrangente cenário acerca da autogestão, no âmbito político, econômico e social (LECHAT; BARCELOS, 2008; MARINHO, 2015), com o objetivo geral de mapear a autogestão, na atualidade, bem como, de forma específica, identificar como a autogestão impacta nas relações de poder das pessoas, organizações e políticas, verificar como a autogestão tem sido tratada na comunidade acadêmica; averiguar os modelos de gestão participativa como meio social e identificar como a evolução tecnológica impacta em seu funcionamento. Para enriquecer esta análise, serão incluídos resultados de pesquisas que evidenciam a relação da autogestão com as teorias de participação e com as estratégias de gestão (KICH et. al., 2012). De acordo com as contribuições de Silva e Menezes (2005), bem como de Oliveira (2011), trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca atribuir significados ao fenômeno da autogestão e dos temas a ela relacionados (participação, poder, influência, estratégias). Tal pesquisa foi classificada como um estudo exploratório que, para compreender melhor a autogestão, utilizará como métodos técnicos a pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de casos múltiplos. A pesquisa bibliográfica foi realizada entre o período de dezembro de 2017 e maio de 2018, em bases disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Proquest e no Directory Open Articles Journal (DOAJ), sem que o tempo de início seja delimitado, com a inclusão de somente artigos completos. A pesquisa documental será construída por intermédio da elaboração de um mapeamento jornalístico de publicações acerca da autogestão nos últimos 10 anos. O estudo de caso será realizado por meio de múltiplos exemplos de funcionamento da autogestão. Esta pesquisa encontra-se em fase de revisão teórica acerca da autogestão e dos temas a ela relacionados, de mapeamento das estratégias de participação e das estratégias de autogestão, bem como de documentação das publicações jornalísticas acerca da autogestão. As próximas etapas deste ensaio consistirão no desenvolvimento da relação entre conceitos e casos a respeito da autogestão, adotados por este trabalho, com o intuito de identificar o impacto da autogestão no setor político, econômico e social, considerando sua diferenciação a partir da evolução tecnológica (ROHM, 2018).



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: ANDREZA DE LIMA GONÇALVES, RICARDO HENRY DIAS ROHM, FELIPE DE LIMA FIRMINO

ARTIGO: 284

TÍTULO: PORTO DE ITAGUAÍ E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA FLUMINENSE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nas últimas décadas, a economia fluminense tem passado por algumas mudanças, tais como a atração de projetos de investimento em vários setores, com destaque para o portuário. Dentre esses, o projeto do Porto de Itaguaí, inaugurado no início da década de 1980, que recebeu aporte de recursos com o objetivo de aumentar sua capacidade e fomentar o crescimento da região contígua ao Porto, concretizando um pólo industrial na Baía de Sepetiba. A partir dos anos 2000, foram iniciadas operações do terminal de contêineres, que seriam indispensáveis para a dinâmica industrial fluminense no âmbito dos Distritos Industriais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e do sul fluminense.

OBJETIVO: Este projeto de iniciação científica pretende analisar os investimentos realizados no Porto de Itaguaí nas duas últimas décadas. Busca-se examinar os atores envolvidos no espaço contíguo ao porto impactados pelos projetos. Busca-se fazer uma análise sobre os dados de transporte e a composição de cargas, sendo o principal foco a movimentação de contêineres no terminal Sepetiba Tecon. Busca-se também estudar os impactos deste projeto no setor portuário e na economia fluminense a partir de 2010, com atenção especial para 2014, quando se iniciam as operações parciais do Arco Metropolitano. Esta última é a principal infraestrutura de transporte que viabiliza uma maior participação do Porto de Itaguaí no carregamento de contêineres.

METODOLOGIA E FONTES: Será feito um levantamento de estudos bibliográficos sobre as mudanças recentes na economia fluminense, focando nos investimentos portuários realizados no Porto de Itaguaí e os atores envolvidos na implementação do Pólo de Sepetiba. Também será feito um levantamento sobre os dados de investimentos portuários, transporte e movimentação de contêineres. Com o auxílio bibliográfico e dos dados estatísticos, pretende-se fazer uma análise da participação do Porto de Itaguaí e compreender o sua atuação na economia fluminense.

RESULTADOS PARCIAIS: A partir de revisão bibliográfica e dados levantados, foi constatado que o Porto de Itaguaí tem passado por importantes mudanças em sua estrutura. Com o aumento na movimentação de contêineres e dada a sua expressividade como um dos principais portos do Brasil, tem sido destino estratégico de grandes investimentos, com movimentação de cargas de diversos estados. Sua importância nacional enquanto Porto ainda é majoritariamente no transporte de cargas do tipo granéis sólidos. Porém, sua importância no transporte de cargas na escala estadual é bastante relevante, tendo grande participação quando se leva em consideração cargas brutas em toneladas de todos os tipos. Por outro lado, o porto enquanto "zona de sacrifício", se apresenta como um modelo de desenvolvimento que prejudica povos historicamente dependentes de atividades naquele espaço como a pesca, e os benefícios do porto, enquanto um grande projeto de investimento, tem maior impacto em escala nacional.

PARTICIPANTES: ALEXANDRE ALVES DE MEDEIROS, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, DEBORAH WERNER

ARTIGO: 340

TÍTULO: A CRIAÇÃO DE UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DO CONSUMO COLABORATIVO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nos últimos anos, a economia global passa por mudanças estruturais necessárias para a adaptação às crescentes demandas, à escassez dos recursos e à necessidade de preservação ambiental. Além disso, não podemos ignorar, como fator motivador de transformação da economia, a questão social que urge em todo o mundo, cada vez mais. Essa questão social pode ser observada através do desemprego, fome, populações desprovidas de condições básicas de higiene, saneamento e saúde; analfabetismo de diversas populações em todos os continentes; consequente violência física e psicológica presente nas relações humanas. Essa situação representa um dos paradoxos do capitalismo moderno; pois ele propaga a ideia de desenvolvimento e a prosperidade, porém o que vemos na prática é um aumento gradual da disparidade entre diferentes camadas sociais das populações, ou seja, o enriquecimento cada vez mais acentuado de pequenos grupos no mundo, detentores do poder e do capital das grandes corporações; e, de outro lado, a crise se generalizando e afetando as classes médias e baixas em diferentes níveis.

É inegável que o consumo colaborativo é uma resposta ao hiperconsumo e suas consequências. Mas, seria suficiente para reverter ou frear os danos ambientais e sociais causados pelo hiperconsumo? Seria possível expandir o consumo colaborativo tornando-o a principal forma de consumo da economia do mundo em um futuro não muito distante? O que propõe este trabalho, fruto da pesquisa base para meu TCC, orientado pelo professor Renato Bittencourt, a ser entregue no fim desse ano, é justamente avaliar se é possível, através do consumo colaborativo, criarmos um capitalismo sustentável. Obviamente não se pretende chegar a uma resposta concreta, pois, além de não existir uma conclusão definitiva para esta questão, não estamos pesquisando no campo das ciências exatas. Para a busca por proposições e possíveis respostas, recorre-se ao estudo bibliográfico de importantes autores contemporâneos desta temática, como Hall, Kotler, Lipovetsky e Rifkin, e estudos realizados sobre experiências econômicas de colaboração. O que se objetiva aqui é propor idéias e buscar maneiras pelas quais o consumo colaborativo possa expandir-se e propiciar um capitalismo mais sustentável, no qual a escassez dos recursos seja mais bem administrada, em que a natureza seja menos impactada e as relações sociais e produtivas sejam menos danosas à vida humana. Concluindo que podemos chegar a um cenário de organização sócio-econômica em que se estabeleça um sistema de bem-estar social baseado no consumo colaborativo sustentável.

PARTICIPANTES: HENRIQUE NASCIMENTO, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 367

TÍTULO: CIBERATIVISMO COMO FENÔMENO SOCIOPOLÍTICO EM UMA SOCIEDADE EM REDE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A criação da internet e o consequente desenvolvimento de novas ferramentas digitais na sociedade em rede permitem que a vigilância, exercida por governos e corporações, divida este novo espaço público virtual, também chamado de ciberespaço, com o ativismo, tornando fundamental que a sociedade esteja informada e ciente de sua capacidade de denúncia, atuação e mudança da ordem. O presente estudo apresenta como objetivo geral identificar como os ativistas podem influenciar, por meio do uso das atuais ferramentas digitais, os processos decisórios de Corporações e Governos, fazendo-se necessário, portanto, elaborar um arcabouço teórico de apoio para que seja possível analisar o fenômeno em questão, em que se contemplaram os conceitos de vigilância, dominação (FOUCAULT, 2017) e poder (CASTELLS, 2014; FOUCAULT, 2017), ativismo e não-violência (SHARP, 1973), sociedade em rede, internet e ferramentas digitais (KEEN, 2009; CASTELLS, 2014; TUFEKCI, 2017), ciberespaço, hacktivismo e hackers (JORDAN; TAYLOR, 2004; COLEMAN, 2015; SINGER; FRIEDMAN, 2017). Quanto ao objetivo, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que, segundo Gil (2010, p. 27), "seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado". Por focar no caráter subjetivo do fenômeno



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIOMASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

analisado, define-se a abordagem como qualitativa, uma vez que “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 92). Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica por ser “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007, p. 65), de modo que se possa construir uma base conceitual para a discussão do ciberativismo a partir da literatura levantada e apresentar as vertentes do ciberativismo em função das modalidades de participação identificadas. A pesquisa caracteriza-se, ainda, como documental, posto que é necessária a utilização de “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2007, p. 66), como matérias jornalísticas, filmes e documentários, para apresentar uma análise da conjuntura política e socioeconômica em que o fenômeno do ciberativismo emerge, assim como mapear as ferramentas digitais utilizadas pelos ativistas, categorizando-as. Por fim, buscar-se-á identificar as motivações existentes em torno da criação de marcos regulatórios, bem como a influência da criação destes na criminalização do ciberativismo, a partir de estudo de casos específicos, coletados mediante pesquisas bibliográfica e documental, de ações ciberativistas com o propósito de “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2007, p. 73).

PARTICIPANTES: GABRIEL DE SOUZA VALUANO, RICARDO HENRY DIAS ROHM, SARA HUMMEL, SOFIA XAVIER

ARTIGO: 391

TÍTULO: **O OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS: ATUALIZAÇÃO, PESQUISA E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA REDE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SETMACS) e busca desenvolver e otimizar sua principal ferramenta de pesquisa: o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (OSAB). O OSAB constitui-se em um banco de dados online que registra e disponibiliza informações sobre empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Esta ferramenta surgiu a partir de uma demanda do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e tem por objetivo sintetizar, agrupar e divulgar os dados produzidos para fins de pesquisa acadêmica, como também para o controle da sociedade civil. A atividade de pesquisa hoje é mantida por colaboradores e bolsistas de extensão que participam da pesquisa, da elaboração das fichas e da manutenção do site. O trabalho aqui apresentado tem como propósito organizar um plano de desenvolvimento para o site do Observatório a fim de torná-lo mais acessível aos movimentos sociais, a comunidade acadêmica, e ao público em geral. Através da modernização da página será possível manter os dados atualizados e disponíveis em uma linguagem clara e descomplicada de forma a atender todo tipo público. Além disso, propor um espaço que possibilite uma maior interação com os usuários do OSAB tem como finalidade obter novos colaboradores e construir possíveis parcerias. O trabalho também busca descrever projetos similares realizados no Brasil, com intuito de estabelecer uma rede nacional de troca de informações sobre os conflitos e transformações envolvendo os atingidos por barragens de outras regiões.

PARTICIPANTES: ANA BRAGA, VINÍCIUS BORDIGNON SARMENTO, CARLOS BERNARDO VAINER

ARTIGO: 405

TÍTULO: **REPRESENTAÇÃO DO FEMINICÍDIO BASEADO NO CONTO DA CARTOMANTE DE MACHADO DE ASSIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho foi desenvolvido para a disciplina Representações Sociais na Literatura: contribuições para a Biblioteconomia, no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a violência contra as mulheres não é atual e já nos contos e narrativas de séculos passados já retratavam esse aspecto da sociedade machista, retratando a violência contra as mulheres como a normalidade cotidiana. Para isso, foi analisado o conto “A cartomante” de Machado de Assis, no qual os personagens desempenham papéis e ações facilmente encontrados nos dias atuais: adultério (a mulher que trai), feminicídio (o marido que mata a mulher), homicídio (idem) e a crença popular, representada pela figura de uma cartomante. Nesse conto, escrito no ano de 1864, e publicado pela primeira vez em 1869, Machado de Assis apresenta sua visão crítica sobre a sociedade da época. Analisando do ponto de vista discursivo e aplicando a análise do discurso como metodologia, foi pensado, a princípio, em buscar informações em panfletos, *folders* ou *flyers* daquele período, pois estes são registros de um tempo-espaço e trazem determinados recortes sociais. Queríamos saber se eram semelhantes aos que vemos atualmente pela cidade. Esses suportes informacionais existem até os dias atuais e veiculam informações rápidas e eventuais para atender a um público flutuante do local onde são distribuídos. Entretanto, não foram encontrados registros destes suportes na busca realizada na Biblioteca Nacional. Dessa forma, optou-se por realizar pesquisa bibliográfica apenas em livros e jornais. O objetivo dessa pesquisa era levantar dados que registrassem o comportamento social e a violência contra a mulher na sociedade do século XIX ao XXI. Para demonstrar que esse fenômeno social acontece até os dias atuais, de maneira ainda mais fortalecida, apresentamos manchetes de jornais que registram esses acontecimentos. Esse trabalho comprova, então, que a banalidade com que a violência contra a mulher é retratada, vem sendo registrada há muito tempo e os textos literários, especialmente esse conto machadiano, confirmam essa tragédia social. Registra-se, assim, que é necessário desconstruir o pensamento machista que ainda predomina entre grande parcela dos cidadãos.

PARTICIPANTES: MARCELA FAGUNDES CASOTTI, INGRID CARDOZO SOUZA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA

ARTIGO: 441

TÍTULO: **HOMO SAPIENS: UMA HISTÓRIA EVOLUCIONÁRIA PARA ALÉM DO HOMO OECOMICUS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A partir da consolidação do pensamento econômico de matriz liberal, a teoria da escolha racional (TER) conformou-se, por excelência, como estruturação teórica do comportamento esperado dos agentes econômicos, prevendo que o agente individual possui prioridade em seu auto interesse, com desejos infinitos e recursos limitados, utilizando sua capacidade cognitiva racional para alcançar o máximo possível de bem estar ao menor custo para si. Essa hipótese comportamental é comumente criticada, mas apesar disso continua sendo a base de muitos modelos econômicos. Ao mesmo tempo, temos que a maximização de recursos com o mínimo custo é uma das bases ecológicas da seleção natural; considerando a ecologia humana em sua complexidade, e as relações entre essa ecologia e a formação cognitiva, é interessante pensar na possibilidade de que os fenômenos que dão substrato à TER sejam parte de ferramentas cognitivas desenvolvidas durante o processo evolutivo de *Homo sapiens*, que é definitivamente uma espécie social, mas apenas *um conjunto circunscrito de ferramentas*, coexistente com outras, que lhe contrabalançam. Outros mecanismos cognitivos além daqueles descritos pela TER surgiram para equilibrar a sobrevivência do indivíduo, do grupo e das interações sociais. Assim, através de um recurso à antropologia, à arqueologia e aos estudos evolucionários, propomos neste trabalho explorar em que medida o comportamento maximizador na busca de vantagens individuais encontrou-se, ao longo da história evolucionária de *H. sapiens*, em tenso equilíbrio com contra-medidas cognitivas capazes de sustentar a sobrevivência coletiva, a despeito das agendas econômicas individuais.

BOWLES, S. GINTIS, H. *Moral sentiments and material interests: the foundation of cooperation in economic life*. Massachusetts: MIT press. 2005, v.1.



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2016

DUNBAR, R. Neocortex size as a constraint on group size in primates. *Journal of Human Evolution*, Londres, v. 22, n. 6, p. 469-493, 1992.

DUNBAR, R. The social brain hypothesis. *Evolutionary Anthropology*, Nova Jersey, v. 6, p. 178-190, 1998.

JENSEN, K. et al. Chimpanzees are rational maximizers in an ultimatum game. *Science*, New York, v. 318, p. 107-109, 2007. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/>>. Acesso em 04 out. 2016

MITHEN, S. J. *The prehistory of the mind: a search for the origin of art, religion and science*. London: Thames and Hudson, 1996. v.1.

PERSKY, J. Retrospective: the ethology of *homo economicus*. *Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v. 9, n. 2, p. 221-231, 1995.

WÖRSDÖRFER, M. Animal behavioural economics: lessons learnt from primate research. *Economic Thought*, Frankfurt, v. 4, n. 1, p. 80-106, 2015. Disponível em: <<http://et.worlddeconomicsassociation.org/>>.

PARTICIPANTES: DANIEL BARREIROS, BERNARDO NERY DUARTE SÁ, DANIEL RIBERA VAINFAS

ARTIGO: 442

TÍTULO: **EU TRABALHO COM FATOS: IMPRENSA, JUDICIÁRIO, INTERAÇÕES E CONSTRUÇÕES NARRATIVAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O sistema jurídico e a mídia são instituições de interconexão e interdependência intensa na sociedade, podendo-se analisar as relações entre estas, sob as lentes sociológicas, em diversos aspectos. Preocupada em teorizar fenômenos sociais recentes e de relevância para sociedade, parti da reflexão sobre o tratamento dado ao processo penal nessas esferas de construção de narrativas para analisar como as relações entre os atores dessas entidades se estabelecem e influenciam o curso dos processos criminais. Assim, pretendo trabalhar como as narrativas criadas pelas mídias interagem e modificam o trabalho realizado pelos representantes do **poder judiciário** nos processos criminais - sendo este, então, o objeto de estudo da pesquisa em curso. Para isso, a metodologia de pesquisa utilizada será entrevista de defensores públicos, advogados criminais, delegados e policiais e a partir de casos lembrados por eles, em que tenha havido uma intervenção midiática significativa, buscarei perceber em que medida a repercussão e a história que tomam forma com a atuação dos jornalista alterou a percepção e a atuação dos entrevistados nos casos. Também, como metodologia, buscarei nas mídias impressa, televisiva e *online* as matérias citadas pelos entrevistados a fim de eventualmente comparar os relatos recebidos e conferir um olhar holístico à pesquisa.

Com o andamento dado à pesquisa, pude perceber algumas particularidades relacionais entre a imprensa e os representantes criminais. Estes muitas vezes fazem uso da posição de poder social que dispõe os jornalistas e repórteres para obter resultados no processo em curso. Também, conclui haver formas de intervenção na construção da narrativa em torno de um crime que apenas a mídia, com os meios que dispõe, como a exposição de figuras públicas à sociedade, consegue realizar.

PARTICIPANTES: MARINA CABADA POLYDORO, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 538

TÍTULO: **A RELEVÂNCIA DOS TEMAS DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS NAS CÚPULAS DO BRICS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Pretende-se analisar a relevância dos temas da paz e segurança internacionais ao longo das Reuniões de Cúpula do BRICS. O Fórum emergiu como plataforma revisionista do sistema financeiro internacional, no âmbito do G-20 e no contexto da crise do subprime. O protagonismo do mesmo tende a ser associado a questões de ordem econômica, financeira e comercial, e seu papel em assuntos eminentemente políticos é insuficientemente pesquisado. Observa-se que seus membros partiram de posição de não-intervenção, na qual a paz e a estabilidade internacionais estiveram relacionadas ao estímulo do desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do multilateralismo e da multipolaridade. Em matéria de securitização, as primeiras declarações conjuntas restringiam-se à defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e à condenação ao terrorismo. A Cúpula de Sanya marca momento de inflexão no comportamento dos atores, que passaram a adotar postura mais assertiva na promoção da paz global. Tal mudança se deu no seio do Conselho de Segurança, em meio aos debates acerca da intervenção na Líbia e assinalou transição de posicionamento de não-intervenção para o de não-indiferença. Com a eclosão da Guerra Civil na Síria - e os interesses russos sobre a região -, o Fórum sofreu nova guinada na sua agenda de pacificação: desde então, passou-se a advogar a facilitação dos processos de estabilização, os quais deveriam ser conduzidos pelos próprios povos em conflito. Pode-se ver tal discurso na atuação do Grupo frente a questões como: a disputa árabe-judaica, o programa nuclear iraniano, a recuperação do Afeganistão, a Guerra Civil Iraquiana, os conflitos no Norte da África, a guerra no Iêmen e as operações de paz das Nações Unidas. A política de não-indiferença evoluiu para regime de não-ingerência, o que atribuiu à Coligação maior legitimidade como promotora da paz no mundo emergente. Com a recente institucionalização do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, o Grupo mostra-se também como alternativa de assistência financeira para a reconstrução das economias afetadas pelos conflitos. Usar-se-á, como fonte, os documentos produzidos nos encontros entre os Chefes de Estado, Funcionários de Alto Nível, Grupos de Trabalho e nas Reuniões de Especialistas. Valer-se-á, como referencial teórico, das doutrinas de pacificação de conflitos, em especial os debates entre as categorias Responsibility to Protect (R2P) e Responsibility while Protecting (RwP). A título de conclusões preliminares, percebe-se que o BRICS apresenta-se não apenas como relevante agente estabilizador no plano internacional, dotado de maior legitimidade entre os emergentes, como também potencial promotor da restauração pós-conflito. O presente trabalho está vinculado ao projeto dedicado ao estudo do BRICS pelo Grupo de Pesquisa de Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pioneiro dentre a academia brasileira no estudo do BRICS.

PARTICIPANTES: MAURO FILGUEIRAS, ALEXANDER ZHEBIT, LUCAS BUZINARO

ARTIGO: 541

TÍTULO: **PESQUISA APLICADA PARA DESENVOLVIMENTO DE REPOSITÓRIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (BIBEAD) NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Educação a Distância possibilita vantagens pedagógicas como autonomia, interatividade e mais eficácia da aprendizagem para os alunos. No contexto educacional, o campo da Biblioteconomia se constitui de profissionais, que são capacitados para processar o grande volume de informações geradas no mundo. Atualmente, existem 43 cursos presenciais, ministrados em instituições de ensino superior brasileiras (IPES), oferecendo aproximadamente 3.000 vagas anuais, o que se apresenta insuficiente diante da expansão dos espaços/unidades de informação em diversos segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)



15
21
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

desenvolveram a proposta pedagógica do primeiro curso de EaD nessa área e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi selecionada, para gerenciar o processo de elaboração do material didático para o curso. Assim, este projeto tem como objetivo desenvolver repositório de recursos educacionais aberto (REA), de maneira aberta e gratuita, em plataforma livre, para armazenar o material didático (53 disciplinas) produzido pelos conteudistas. A pesquisa é aplicada de caráter exploratório e com análise qualitativa. A primeira etapa dessa pesquisa se constitui no aprofundamento do referencial teórico, para a estruturação do repositório de REA e também a organização e recuperação do seu conteúdo. Primeiramente, realizou-se levantamento bibliográfico em fontes informacionais especializadas sobre o tema em questão. Para tanto adotou-se os seguintes critérios: artigos científicos; publicados nos últimos 07 anos; a partir de busca nas seguintes bases de dados: Portal de Períodos CAPES, Scielo, BRAPCI, Google Acadêmico e RCAAP utilizando as palavras-chave: repositório educacional e repositórios educacionais abertos. Foram recuperadas 13 referências. Após leitura e análise dos textos selecionados, identifica-se critérios que possam contribuir para a estruturação e desenvolvimento do repositório, considerando os relatos de experiências apresentados, além de outros artigos cujo objetivo é descrever os problemas de interoperabilidade que podem ocorrer entre repositórios, de modo a minimizá-los. Essa questão é de extrema importância, considerando que o REA do repositório migrará para as instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), no Brasil, que oferecerão o curso de EaD em Biblioteconomia. A literatura analisada aponta, também, para diferentes conceitos sobre o que são REA. No entanto, para fins dessa pesquisa será adotado, de acordo com especialistas da área REA como materiais de ensino e aprendizagem tais como, textos, livros, vídeos, áudios e artigos científicos entre outros, disponibilizado em acesso aberto (open access), gratuitamente, permitindo o uso aproveitamento e reutilização, armazenados em ambientes digitais, de modo a facilitar a criação, aprimoramento e utilização de novas mídias.

PARTICIPANTES: NYSIA SÁ,VÂNIA PEREIRA SAMPAIO DE LEMOS,MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS,ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO,NADIR FERREIRA ALVES,GUSTAVO FELIPE SABA SERRA,JOSÉ ANTONIO GAMEIRO SALLES

ARTIGO: 551

TÍTULO: O CASO NUCLEAR ARMS RACE E O PARADIGMA DO CRITÉRIO DA “CIÊNCIA OBJETIVA”

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 2016, a Corte Internacional de Justiça proferiu seu Julgamento sobre as Objeções Preliminares do caso *Nuclear Arms Race*, que envolve as Ilhas Marshall contra o Reino Unido, Paquistão e Índia. Nesse, denuncia-se o não cumprimento das obrigações impostas pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear. A Corte definiu através de sua jurisprudência o que seria uma disputa internacional jurídica, caracterizada por um desentendimento quanto a um ponto jurídico ou de fato; um conflito de visões jurídicas ou de interesses, devendo estar demonstrado que a demanda de uma parte é positivamente oposta pela outra; os dois lados terem visões claramente opostas quanto à questão da performance ou não de uma obrigação internacional. Aponta-se também que a data para a cristalização de uma disputa, seria aquela em que a aplicação é submetida a Corte. Tal decisão foi considerada polêmica, pois na fase de Objeções Preliminares, ela reestruturou sua definição de existência de uma disputa, criando o critério de ciência objetiva. Esse determina que a parte ré deveria ter ciência da disputa previamente ao ingresso na Corte. Essa reestruturação deu-se devido a sensibilidade da matéria do desarmamento nuclear, que vai além de uma simples obrigação convencional ou costumeira, sendo uma obrigação *erga omnes*, por lidar com a proteção do desenvolvimento saudável, da paz e da vida humana. Portanto, ao decidir que o Reino Unido não tinha ciência da oposição de visão com as Ilhas Marshall, houve a transformação efetiva de um critério não-formal em um formal.

O conceito de obrigações *erga omnes* é um efeito jurídico produzido por uma dita obrigação, que a torna exigível de todos. O Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional menciona a possibilidade de invocação da responsabilidade de um Estado por outro Estado que não o Estado lesado, e pela violação de uma obrigação *erga omnes*. Contudo, percebe-se um claro vácuo legal, pois ele não se alonga no funcionamento dessa responsabilização.

Entende-se então que a Corte poderia ter clarificado a invocação da responsabilidade internacional de um Estado por violação de obrigação dessa natureza com a adjudicação do caso em tela. Porém, por tratar de matéria sensível, a reformulação do conceito de disputa internacional, visando eximir-se da análise do caso, pode ter concretizado um óbice à competência para conhecer novos casos tratando de obrigações *erga omnes*. Por isso, visa-se entender, a partir do caso *Nuclear Arms Race*, como a Corte lida com obrigações *erga omnes* e estudar o critério de ciência objetiva, questionando-se quanto à possibilidade da Corte ter criado uma armadilha para si mesma.

É importante ressaltar que este trabalho ainda está em desenvolvimento e integra o projeto “Disputas Multilaterais e Obrigações Erga Omnes na Corte Internacional de Justiça (CIJ)”. Nessa fase, objetivava-se analisar o caso *Nuclear Arms Race* e as implicações do critério da “ciência objetiva”.

PARTICIPANTES: PAULINA BOECHAT,PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO

ARTIGO: 568

TÍTULO: ACESSO A INFRAESTRUTURA DE ÁGUA E ESGOTO NAS MORADIAS DA NOVA HOLANDA NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ:AS DIFERENTES SITUAÇÕES NO TEMPO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa teve como objetivo analisar a efetividade social de acesso a redes de água e esgoto na Nova Holanda, uma das favelas do Complexo de Favelas da Maré,utilizando-se casos escolhidos de diferentes tipos de moradias e habitantes das mesmas. Analisou-se de maneira mais específica as diversas trajetórias de vivências em cada moradia durante um determinado período de tempo, buscando-se as situações desde a ausência e/ou precariedade de acesso a água e esgoto até o acesso pleno com a implantação de redes oficiais de infraestrutura, passando por situações intermediárias de acesso parcial e irregular até ligações alternativas, clandestinas ou não. A metodologia do estudo foi de natureza qualitativa, com trabalho de campo com foco em entrevistas abertas,de longo tempo, com conversas múltiplas com os moradores para se formar uma espécie de "autobiografia habitacional", trabalhando suas percepções sobre as mudanças em suas moradias, nos arranjos internos e nas rotinas diárias, e como foram mudando ao longo do tempo em face do grau de acesso a água e esgoto, de dificuldades, constrangimentos, problemas de operação e manutenção. Trabalhou-se, assim sendo, com as percepções dos moradores sobre suas moradias, com suas falas sobre persistências de ausência e/ou precariedade de acesso a água e esgoto, e caso tenham existido, sobre quais as mudanças foram ocorrendo ao longo do tempo em suas rotinas diárias e arranjos internos dos cômodos das casas face a introdução de água e esgoto no espaço privado com o uso e de que forma com objetos correlacionados com estas infraestruturas básicas-como chuveiros, pias, vasos sanitários, máquinas de lavar roupas, entre outros. Como resultados podemos apontar que na favela Nova Holanda existe um conjunto de especificidades face a questão do acesso a água e esgoto. Em casas com mais de três andares ,não há um abastecimento regular de água, pois em determinados horários do dia a pressão não é suficiente para atingir os andares mais elevados servindo só ao primeiro andar onde então se procura localizar banheiro e cozinha. Usa-se também, em dias de falta de abastecimento de água, fato muito corriqueiro,ações alternativas como guardar água em galões ou garrafas, ter bomba para puxar água de algum encanamento próximo, ou ir buscar o líquido com parentes ou vizinhos que a tenham fazendo percursos diários de sair e retornar a casa. A configuração interna das casas tem pela questão das dificuldades de acesso a água um padrão onde a sala esta acoplada com uma cozinha e tem banheiro junto a mesma e um quarto e uma área de serviço que pode estar na laje ou cobertura ou próximo a entrada da casa.Já o esgoto é descartado, em geral, em canais ao lado das moradias ou lançado na baía da Guanabara, mas analisou-se igualmente, moradias mais precárias de um único cômodo, com ausência de abastecimento de água, implicando numa rotina de saídas e retornos a casa para ter o líquido necessário a vida e atividades diárias do morar.

PARTICIPANTES: MAURO KLEIMAN,LETICIA ROSA DA SILVA



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 574

TÍTULO: **O BRASIL E SEU ENTORNO ESTRATÉGICO: INVESTIMENTOS E EXPORTAÇÕES COMO PARTE DE UM PROJETO DE LONGO PRAZO?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A partir de um recorte recente da política externa, no que diz respeito aos investimentos externos e relações comerciais, percebe-se que no início desse século ocorre um redirecionamento das iniciativas no âmbito das relações econômicas externas do Brasil no sentido de seu "entorno estratégico", tanto no continente africano como no de nossos vizinhos latino-americanos. Nesse sentido, há uma expansão dos investimentos aliados a outros acordos em diversos países da África em conjunção com uma expansão sensível da exportação de manufaturados e dos próprios IEDs na América do Sul. Através dessa conjuntura recente, ou seja, do início dos anos 2000 até meados de 2017, será feita uma leitura acerca dos interesses estratégicos de política externa do Brasil. Seguindo por essa linha, a ideia central é desenvolver uma interpretação pautada na sincronia entre atividades estatais e empresariais em acordos internacionais, no intuito de identificar se havia, de fato, um projeto sólido de longo prazo, que tenha visado resultar em aumento da influência brasileira nesse entorno estratégico. Para fins de análise, serão utilizados trabalhos teóricos acerca das relações econômicas e políticas internacionais, com foco em teses e dissertações recentes. Conjuntamente com o suporte secundário, serão utilizadas, na condição de fontes primárias, bases de dados amplamente disponíveis, como o IPEADATA, e relatórios de governo para um suporte quantitativo e descritivo sobre os fluxos comerciais e de investimento do Brasil para os países previamente mencionados.

PARTICIPANTES: CAIQUE ANDRIEWSKI PEREIRA DA SILVA, DANIEL BARREIROS

ARTIGO: 689

TÍTULO: **HISTÓRIA DO LIVRO E MEDIEVO: O LIVRO DE HORAS E SEU SIGNIFICADO PARA A SOCIEDADE MEDIEVAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta uma pesquisa de cunho teórico baseada em questionamentos que adentram o campo da História do Livro, buscando assim compreender a importância do manuscrito medieval no período da Idade Média. Como objeto desta pesquisa, temos o Livro de Horas, considerado o manuscrito mais produzido e de maior circulação no período medieval. O objetivo principal é discutir o Livro de Horas e seu significado em sua dimensão do ponto de vista histórico e social no período correspondente ao final da Idade Média, especialmente Livros de Horas na forma de códice manuscrito, que tem o pergaminho como um dos suportes utilizados, e sendo difundidos na Europa Ocidental Católica, principalmente na França e nos Países Baixos. Para tanto, procurou-se estabelecer uma reflexão metodológica e teórica do campo escolhido com o foco em pesquisa bibliográfica, subsidiada por livros, periódicos e revisão de literatura sobre os temas História do Livro, História Social, História da Cultura e Idade Média. Por fim, como proposta da pesquisa, pretende-se evidenciar a importância do Livro de Horas em seu contexto temático, pois possibilitou à sociedade cristã medieval, fazer suas orações e leituras e no contexto de sua materialidade tornando-se assim, o objeto considerado mais valioso neste período. Este trabalho origina-se a partir de idéias que surgiram no âmbito da disciplina de História do Registro da Informação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/UFRJ).

PARTICIPANTES: JULIANA LIMA, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: 701

TÍTULO: **PRÁTICA INFORMACIONAL DOS NATIVOS DIGITAIS: UM ESTUDO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIOINTERACIONISTA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação que tem como objetivo estudar a prática informacional dos nativos digitais. Justifica, entre outras coisas, a partir da necessidade de compreender o processo de aprendizagem para além das formas, modos, meios, espaços e ações tradicionais no processo de aprendizagem. Desenvolve o referencial teórico com base nas noções de Competência em Informação (American Library Association); Prática Informacional (Savolainen); Nativos Digitais (Lehmkuhl e Palfrey) e Aprendizagem Sociointeracionista (Bessa) com foco na Pedagogia da libertação e na Pedagogia da autonomia (Freire). Indica nos procedimentos metodológicos uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e detalha a estrutura do questionário que orientou a coleta e a análise de dados. Detalha as características da formação do campo de pesquisa, população, amostra. Indica como principal resultado a relação de prática informacional com a proposta atual da competência em informação voltada para o aprendizado coletivo. Conclui que as características dos nativos digitais demandam um olhar minucioso na criação, uso e compartilhamento de informação em diferentes mídias para o processo de aprendizagem sociointeracionista, destacando a importância de ser desenvolvida em ambientes de ensino com a participação de bibliotecários (as).

PARTICIPANTES: MARIANNA ZATTAR, TAMIRIS DA SILVA PENICHE NUNES

ARTIGO: 703

TÍTULO: **ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS SOBRE NEGÓCIOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE NOS PERIÓDICOS DE ADMINISTRAÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho reúne um tema relevante para área de Administração para saber o que a área de administração produz sobre os conceitos de Negócio Social e Sustentabilidade. O objetivo desse trabalho foi compreender se, e o que os periódicos científicos da área de Administração estão publicando nas temáticas, foram realizadas buscas na Base *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*) para saber o ano de publicações dos artigos, a segunda pautou em analisar a quantidade de artigos publicados no período selecionado e por último observou quais os assuntos mais estudados dos artigos publicados sobre o tema. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica quantitativa analisando publicações, no período de 2000 até 2018, em 5 periódicos da área de Administração: Revista de Administração de Empresas (RAE), da Eaespp-FGV; a Revista de Administração, da Universidade de São Paulo (Rausp), da FEA-USP; a Revista de Administração Contemporânea (RAC), da Anpad; Revista Eletrônica de Administração (REAd), da UFRGS e a Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN), da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP. O estudo representa um esforço no conhecimento científico em Administração na área de Sustentabilidade visto que a ONU (Organizações das Nações Unidas) estimula práticas nas empresas e na sociedade que garantam o desenvolvimento sustentável. Além disso, é esperado estimular o debate e a conscientização sobre o assunto. Os resultados indicam que as



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40^ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15^º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10^ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5^ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

publicações no tema de Negócios Sociais e Sustentabilidade nos periódicos brasileiros é inferior a 15 artigos publicados ao ano, o que é bem baixo comparando a bases de dados Internacionais como a *Web of Science* que publicam cerca de 500 artigos na temática durante o ano. Como sugestões de pesquisas futuras é esperado que a comunidade científica publique mais artigos na temática de Negócios Sociais e Sustentabilidade uma vez que são temas que terão grande impacto no futuro próximo e merecem ser mais explorados em assuntos de pesquisa.

PARTICIPANTES: MONIQUE ARAÚJO SANTOS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 711

TÍTULO: BIBLIOLASTIA DA GUERRA: UMA CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA INVISÍVEL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Ao longo da história, as bibliotecas sofrem com diversas ameaças, sendo uma das mais relevantes a guerra, pois durante esses períodos a produção bibliográfica e seu abrigo se encontram em risco. Este trabalho tem como objetivo entender o surgimento da Biblioteca Invisível, inspirada no termo Museu invisível (HERZBERG, 2010), ocasionada pela biblioclastia durante as guerras e seu prejuízo para a memória. Para isso, se utiliza de um referencial teórico que aborda memória (SILVEIRA, 2010; SILVA, 2006), biblioclastia (BAEZ, 2006; SANTOS, 2016), conhecimento e seus perigos (CASTRO, 2006), história dos livros e das bibliotecas (BATTLES, 2003; DARNTON, 2001), inseridos em livros, artigos e matérias de jornal. Utiliza como procedimento metodológico uma pesquisa de formato exploratório e explicativo, com abordagem qualitativa sobre o que é tocante à destruição bibliográfica. Relaciona o potencial do conhecimento com a destruição de bibliotecas e acervos, considerando esse o real motivo da tentativa em apagar a memória e não o caráter físico do livro e outros suportes. Aponta as guerras como causadores das maiores perdas bibliográficas ao longo da história e relata a constância desses acontecimentos como as 1^ª e 2^ª guerras mundiais, Bósnia, Iraque, entre outras. Nesse sentido, procura-se evidenciar que os ataques contínuos contra as bibliotecas trazem apenas danos à memória e a história, sendo essa a finalidade da biblioclastia da guerra, porém não se sabe a dimensão dessas perdas. Conclui que buscando a destruição da memória, as guerras acarretam na eclosão da Biblioteca Invisível, uma gigante biblioteca, constituída de obras destruídas que não poderão ser utilizadas, inútil e em constante expansão.

PARTICIPANTES: DIANA DOS SANTOS MARQUES, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: 722

TÍTULO: DIREITOS CULTURAIS E ACESSO: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA DISSEMINAÇÃO ONLINE DE EVENTOS CULTURAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Analisa sites governamentais, pela ótica dos direitos culturais e da acessibilidade, para compreender como é feita a divulgação de eventos culturais por parte do Estado. Possui como objetivo geral debater qual o papel do Estado na disseminação de eventos culturais pela ótica da acessibilidade, e entender como é feito esse processo. Apresenta os conceitos separados em duas grandes seções, uma que define capital cultural, acessibilidade e direito cultural; outra sobre disseminação da informação e eventos culturais. Adota como metodologia uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e de abordagem qualitativa. Teve como técnica de coleta de dados a observação sistemática nos sites governamentais do município e estado do Rio de Janeiro. A utilização da técnica foi feita a partir das seguintes etapas: identificar se o site: a) era acessível visualmente; b) possuía um mecanismo de busca; c) continha notícias sobre eventos culturais em sua página inicial; d) dispunha de uma área para eventos culturais; e f) mantinha informações atualizadas ou não. Os dados foram coletados no dia 11 de abril de 2018. A análise dos dados foi feita pela análise de conteúdo dos sites em responsabilidade do Estado no Rio de Janeiro. Os resultados apontam para sites desatualizados, de difícil acesso e que não contemplam a maioria dos eventos culturais existentes em sua divulgação. Conclui, portanto, que os sites governamentais possuem falhas na divulgação de eventos culturais. Propõe como solução para esse problema a inserção de vídeos explicativos que apresentem os eventos dos espaços culturais, de maneira mais pedagógica, na página principal de cada site, e a criação de um aplicativo geral de divulgação de eventos, que esteja disponível para qualquer pessoa que tenha acesso a um *smartphone*.

PARTICIPANTES: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, THIAGO RIBEIRO CHAVES, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

ARTIGO: 758

TÍTULO: ECONOMIA E EDUCAÇÃO: PERCEPÇÃO, EVOLUÇÃO E RESPONSABILIDADE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Foi apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial que o campo das Ciências Econômicas e o da Educação começaram de fato a dialogar. Antes vista apenas como bem de consumo, a percepção do economista sobre o objeto Educação sofreu alguns pontos de inflexão ao longo dos anos. Entretanto, certamente ficou clara a mudança em prol da Educação como forma de investimento. Esta consolidação seria a responsável por sedimentar a fundação da área de pesquisa da Economia da Educação, vigente até hoje. O movimento, bem situado temporalmente, precisou rapidamente tomar posição sobre diversas questões de cunho ético, sociológico e filosófico quanto ao significado e ao fim último da Educação, o que teve impacto direto sobre as formulações político-estratégicas internacionais e sobre os planos de desenvolvimento nacional. Tão necessária reflete, conseqüentemente, as mencionadas percepções sobre o tema, assim como o grau de responsabilidade inculcido às Ciências Econômicas e ao próprio economista frente às demandas globais. A evolução dessa relação, entre Economia e Educação, bem como seus percalços, sucessos e entraves, são o ponto focal do presente trabalho, que busca entender de que maneira as Ciências Econômicas incorporaram esse complexo objeto ao seu escopo de pesquisa e fomento, conformando um novo campo autônomo - a Economia da Educação. Para melhor refinar as indagações levantadas, o trabalho lançará mão do instrumental kuhniano, em particular, sua articulação sobre paradigmas científicos, e, tangencialmente, as principais influências do ponto de vista sistêmico, ou seja, as repercussões dos acontecimentos e agendas externas sobre o desenvolvimento da área.

PARTICIPANTES: DANIEL BARREIROS, VÍCTOR RABELLO AYRES

ARTIGO: 778



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

TÍTULO: EMERGENTES E DESIGUAIS: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS ATIVAS DE SALÁRIO MÍNIMO NA DESIGUALDADE SALARIAL NO BRASIL E NA CHINA DO SÉCULO XXI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O tema das desigualdades é um daqueles que ultrapassa a academia e é alvo de acaloradas discussões na sociedade como um todo. Como prova disso basta ver o sucesso e as críticas enfiadas feitas ao livro *Capital* no século XXI, de Thomas Piketty, que recolocou a desigualdade em pauta como um dos desafios ao desenvolvimento socioeconômico contemporâneo. Além disso, o lançamento da plataforma World Inequality Database (WID) revolucionou as discussões sobre distribuição funcional da renda ao permitir a comparação da desigualdade de renda entre países de forma rápida e fácil.

Com o renovado ímpeto lançado sobre a questão, esse trabalho pretende abordar tanto o nível quanto a trajetória das desigualdades salariais na China e no Brasil a partir dos efeitos das políticas de valorização do salário mínimo em ambos os países. Em particular, o objetivo é analisar, à luz da experiência brasileira de diminuição da desigualdade da renda do trabalho pela via do aumento do salário mínimo, a evolução dos salários mínimos, das rendas e empregos provinciais na China do século XXI. Para tanto, é fundamental a compreensão de aspectos específicos à institucionalidade do mercado de trabalho chinês, passando pelos movimentos migratórios, níveis de informalidade e os padrões de migração.

Parte-se do argumento central de que a história das desigualdades, assim como a da fixação dos salários mínimos, é essencialmente política, também sendo os determinantes de sua redução. Mais que isso, argumenta-se que a evolução das desigualdades salariais é um produto dos regimes de acumulação de capital vigentes, estando as políticas de regulação do mercado de trabalho no centro da transmissão entre a acumulação e o padrão das desigualdades em si. Por isso, a junção dos dados disponíveis sobre distribuição de renda, emprego e salário mínimo da WID e da base China's Statistical Yearbook interpretados à luz da compreensão da Economia Política por trás do regime de regulação do mercado de trabalho consiste no principal eixo de análise deste trabalho.

Tendo em mente a sua estrutura analítica, o artigo se subdivide em 3 sessões, além de uma conclusão. Primeiro, uma revisão da literatura internacional sobre os mecanismos de transmissão entre a valorização do salário mínimo e a diminuição na concentração de renda, com foco na experiência brasileira do século XXI de queda das desigualdades salariais. Em seguida, é necessária a caracterização da institucionalidade e do funcionamento do mercado de trabalho chinês, apontando os efeitos da formação de um mercado de trabalho unificado sobre a desigualdade tendo em vista o enorme crescimento registrado. Por último, pretende-se relacionar os dados da evolução dos salários mínimos provinciais com os de rendas e emprego, buscando responder à pergunta motivadora deste projeto de iniciação científica: Afinal, qual o efeito das políticas ativas de salário mínimo sobre as desigualdades na China do século XXI?

PARTICIPANTES: JOÃO PEDRO LOUREIRO BRAGA, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS

ARTIGO: **815**

TÍTULO: INOVAÇÃO ABERTA E AS INTERAÇÕES NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Cada vez mais as indústrias buscam novos caminhos e opções para desenvolver inovações, que podem usar somente recursos internos ou, também, recursos externos às empresas. A inovação aberta é a união do conhecimento interno e externo para gerar inovação que pode se apresentar em diversos arranjos. Cada arranjo irá apresentar diferentes características como forma de investimento e gerenciamento da inovação. Essas características são fundamentais para a decisão das empresas de inovar com outros atores.

O objetivo deste trabalho é mapear as principais fontes de inovação aberta da indústria farmacêutica brasileira, ou seja, onde as empresas estão buscando informações para inovar, e os arranjos cooperativos que se formam para desenvolver inovações. Este mapeamento será realizado a partir de revisão bibliográfica acerca dos temas inovação aberta, interações e desenvolvimento de inovação da indústria farmacêutica, e dados secundários. A partir deste mapeamento, serão analisados, utilizando a literatura disponível, os motivos que influenciam as indústrias a interagir em determinados arranjos. Para identificar como estes arranjos vêm se apresentando no Brasil, serão utilizadas as edições da PINTEC, Pesquisa de inovação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, 2011 e 2014 na Classificação Nacional das Atividades Econômicas versão 2.0 (CNAE 21 - fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos).

PARTICIPANTES: CAROLINE SOARES NASCIMENTO DA SILVA, JULIA PARANHOS

ARTIGO: **866**

TÍTULO: PROCEDIMENTOS FORENSES EM CRIMES DE PORNOGRAFIA INFANTIL: UMA ABORDAGEM BIOLÓGICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Atualmente, muitos casos de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes estão sendo divulgados em vários veículos de comunicação. De acordo com o art. 240 da Lei 8.069, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito, pornográfica ou, até mesmo, simulada envolvendo criança ou adolescente é crime. Nesses casos, a vítima além de sofrer no momento do ato, pode carregar para sua vida enormes prejuízos em seu desenvolvimento físico e emocional.

Muitos desses abusos são praticados por agressores denominados como pedófilos, sendo muitas vezes um familiar, ou uma pessoa próxima. Entretanto, é cediço que a pedofilia em si não é tipificada em nosso sistema penal brasileiro, uma vez que é cientificamente tratada como uma doença psicológica na qual o indivíduo sente-se atraído por crianças e adolescentes pré-púberes, sendo necessário o tratamento médico-psiquiátrico, de acordo com a OMS.

Contudo, embora a pedofilia não seja prevista como crime no sistema penal brasileiro, a violação e agressão a direitos de crianças e adolescentes a partir da prática de crimes sexuais, bem como abusos infantis e a pornografia infantil, se encontram tipificadas em nosso ordenamento, ponto este que abordaremos na forma de objetivo geral. Uma vez que a guarda e a tutela de crianças e adolescentes são institutos presentes em nosso ordenamento jurídico que, sobretudo, visam a proteção integral destes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Entretanto, delimitar as características desses indivíduos agressores pode ser uma via para compreensão e diagnósticos da ocorrência de tais casos, muitas vezes velados e obscuros, que fazem diversas vítimas a cada dia.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo, por meio da ação das Ciências Forenses, a partir da análise de casos concretos de crimes de pornografia infantil, decorrentes de atos de pedofilia, estabelecer uma análise dos perfis social e biológico do agressor e da vítima. Assim como, avaliar se as características de estrutura corpórea, por exemplo, o dimorfismo sexual secundário da vítima, podem determinar as características mais buscadas pelos agressores (imaturidade física), auxiliando na previsão de situações de risco e no enquadramento das vítimas ao ECA.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

É importante também verificar os possíveis meios em que tais crimes de pornografia infantil são praticados, tendo sempre como norte que a exteriorização da pedofilia é que será sancionada pelo Estado, por exemplo, por meio da internet em sites conhecidos como "fórum de compartilhamento de conteúdos infantis", usados por indivíduos que detêm o aspecto psicológico de agressores pedófilos. Será realizada uma pesquisa exploratória a partir de fontes primárias da legislação e secundária da doutrina e julgados. Além de pesquisa descritiva por meio da análise de ações recentes contra a pedofilia e da divulgação destas nos jornais de grande circulação.

PARTICIPANTES: LAYENNE ESCALEIRA SODRÉ, LORRAYNE ESCALEIRA SODRE, RODRIGO GRAZINOLI GARRIDO

ARTIGO: 871

TÍTULO: PEÇA TEATRAL "O EVANGELHO SEGUNDO JESUS, RAINHA DO CÉU": ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A liberdade de expressão artística é imprescindível ao exercício da democracia em um Estado de Direito, bem como consiste em instrumento essencial para a reivindicação crítica dos direitos humanos, já que questiona o hegemônico e visibiliza o que é marginalizado. Escrito pela dramaturga escocesa transexual Jo Clifford e representado pela atriz Renata Carvalho, também transexual, o monólogo teatral "O Evangelho segundo Jesus, rainha do céu", apresentado em diversas cidades brasileiras, a partir de 2016 até o ano corrente, traz Jesus Cristo como uma travesti em uma perspectiva contemporânea e, segundo os realizadores do projeto, questiona a discriminação e a intolerância sofridas pelas minorias, com o intuito de fomentar o respeito à diversidade.

Contudo, em algumas cidades onde a peça seria encenada, grupos religiosos e políticos defensores de valores tradicionais acionaram o Poder Judiciário a fim de suspender a exibição da obra, alegando que a encenação atentaria contra a liberdade religiosa tutelada na Constituição Federal republicana, além de constituir prática de crimes tipificados no Código Penal brasileiro, violando ainda outros dispositivos legais do ordenamento jurídico pátrio.

Em resposta a tal posicionamento, a equipe integrante da peça teatral afirmou que a tentativa de proibir a apresentação do trabalho representava forma autoritária de censurar e criminalizar a arte, suprimindo o direito fundamental da liberdade de expressão. Além disso, sustentaram que o fato reflete a perseguição à representatividade das minorias no país, este com um dos maiores índices de mortes violentas de travestis e transexuais no mundo.

Com este trabalho pretendemos questionar como os mesmos princípios jurídicos são defendidos de maneira oposta pelos grupos litigantes no caso mencionado, de modo a não haver necessariamente conflito entre diferentes princípios, mas interpretações distintas do mesmo dispositivo que podem ser emancipatórias ou restritivas.

Dessa forma, a pesquisa constrói sua metodologia de análise discursiva a partir da teoria crítica dos direitos humanos, sobretudo com base na obra de Joaquín Herrera Flores (2009) "A (re)invenção dos direitos humanos", e investiga as decisões judiciais acerca da proibição à apresentação da peça teatral questionando: quais os fundamentos utilizados pelo Poder Judiciário ao apreciar demandas que indagam os limites da liberdade de expressão? Ademais, será averiguado se ocorre interpretação descontextualizada da peça e imposição de signos arbitrários pelo Poder Judiciário ao cercar a liberdade de expressão artística.

Nesse sentido, é importante verificar, à luz da teoria crítica dos direitos humanos, quais os impactos sociais decorrentes da censura à arte em um Estado Democrático de Direito, situando o caso em exame na atual conjuntura social e política brasileira, em que ocorrências envolvendo disputa por liberdade de expressão na arte estão cada vez mais frequentes em apreciação no âmbito judiciário.

PARTICIPANTES: JANAINA BENTO SILVA, LAYENNE ESCALEIRA SODRÉ, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

ARTIGO: 894

TÍTULO: PRÁTICAS DE GESTÃO PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente pesquisa tem o objetivo de identificar os desafios à inclusão de pessoas transgênero nas organizações no Brasil, analisar as iniciativas já existentes e propor eventuais sugestões para seu aperfeiçoamento, no intuito de promover a transformação social dos grupos transgênero marginalizados.

De acordo com Irigaray (2010), o mercado de trabalho formal é inacessível à maioria das pessoas transgênero. Sua afirmativa é corroborada por pesquisas que apontam que 90% dos transexuais brasileiros estão fora do mercado formal de trabalho, especialmente na prostituição. (VASCONCELLOS, 2014; GONÇALVES, 2017).

O desempenhar de atividades sexuais como meio de vida torna as pessoas transgênero mais vulneráveis à violência. Entre 2008 e setembro de 2017, 1.071 pessoas transgênero foram assassinadas no Brasil, tornando-o campeão em mortes violentas contra essa população. Esse número foi consolidado pelo projeto Trans Murder Monitoring (2017), trabalho de cooperação entre a ONG Transgender Europe e o periódico Liminalis, em 71 países, que possui como colaboradores nacionais as ONGs ASTRA Rio, Grupo Gay da Bahia e Rede Trans Brasil.

Cabe ressaltar que todas as etapas que envolvem a exclusão e a violência contra as pessoas transgênero são permeadas pela homofobia, que é a aversão a indivíduos ou práticas que apresentam características atribuídas a outro gênero (WELZER-LANG, 2001; BORRILLO, 2010) e pela heteronormatividade, crença na superioridade da heterossexualidade em detrimento de outras orientações sexuais (ROHM; CABRAL; FERNANDES, 2012; IRIGARAY; FREITAS, 2013, LODAHL, 2013), arraigadas nas estruturas socioculturais nacionais.

Para as empresas, incluir cidadãos transgênero significa desenvolver a diversidade em suas equipes. Segundo Fleury (2013), existe diversidade quando indivíduos de diferentes identidades cooperam de maneira harmônica, viabilizando a percepção de novas abordagens (IRIGARAY; FREITAS, 2013) e, assim, incrementando a vantagem competitiva (ROHM; CABRAL; FERNANDES, 2012). Consoante Verdade (2013), organizações com diversidade sexual possuem aumentada criatividade no ambiente organizacional, gerando inovação e fomentando a competitividade no mercado de trabalho.

A metodologia adotada para esse trabalho é a pesquisa bibliográfico-documental, por meio da qual serão analisadas publicações científicas acerca do tema nos últimos 20 anos, em busca de práticas inclusivas de pessoas transgênero em trabalhos formais. Entretanto, por conta de sua atualidade, esse estudo também poderá ser apoiado por fontes sem tratamento analítico, como relatórios, vídeos, notícias e artigos de revistas não-científicas. A abordagem qualitativa será utilizada para realizar tratamento dos dados encontrados.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

Após a pesquisa, espera-se obter informações para (1) empoderar e incluir a população transgênero no mercado de trabalho; (2) propor às organizações eventuais sugestões para ampliar a contratação de profissionais transgênero em seus quadros.

PARTICIPANTES: PEDRO PHELLIPE GONÇALVES MENDONÇA, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: 917

TÍTULO: A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ESTRANGEIRA COMO POLÍTICA ESTATAL DE DESENVOLVIMENTO: O EXEMPLO DA CHINA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

A reemergência da China como potência teve início com a abertura econômica e a incorporação de elementos do capitalismo ao “socialismo com características chinesas” durante o governo de Deng Xiaping. Desde então, a definição dos limites do direito da propriedade privada *vis-à-vis* o discurso oficial socialista tem sido adaptada às novas circunstâncias pelo Partido Comunista Chinês (PCC). O direito à propriedade intelectual em especial tem sido uma fonte constante de controvérsias, considerando a política de condicionamento do acesso ao mercado interno chinês por firmas estrangeiras à transferência compulsória de tecnologia. Esta política se alinha à estratégia de transformação da China em economia tecnologicamente avançada e exportadora de produtos de alto valor agregado, e vai de encontro ao compromisso declarado por Pequim de aderir às normas legais da OMC, como o acordo TRIPs. Os efeitos sociais do crescimento econômico são visíveis em toda a China; 800 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza desde 1978. Este trabalho tem como objetivo descrever os mecanismos de transferência de tecnologia estrangeira como modelo de política nacional de desenvolvimento econômico e como este se relaciona ao desenvolvimento social. A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso baseado na revisão bibliográfica e documental.

PARTICIPANTES: SABRINA RODRIGUES PACHECO, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 1047

TÍTULO: CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO E OS SEUS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar a crise do mercado de trabalho entre 2014 e 2016 à luz do debate sobre o Novo Desenvolvimentismo, teoria que guiou a política econômica brasileira entre os anos de 2003 e 2016, e sua crise. No Brasil entre os anos de 1930 a 1980 o Nacional-Desenvolvimentismo foi a base das políticas de desenvolvimento, caracterizando-se como uma industrialização por substituição de importações, atrelando a isso políticas protecionistas, com o intuito de fomentar o mercado interno. Porém, após a crise da década de 1980, também conhecida como “década perdida”, as ideias neoliberais ganharam força no país e guiaram as políticas econômicas dos anos 1990, mas após nova crise, no final dessa década e início dos anos 2000 (segundo governo Fernando Henrique Cardoso), a política econômica heterodoxa volta a ganhar força e se reinstaura no país com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. O Novo Desenvolvimentismo surge como uma alternativa e passa a ser base das políticas econômicas do país, principalmente a partir de 2006. Porém, os desafios são maiores: o Brasil tem que lidar com economias muito mais globalizadas e abertas, o protecionismo já não é mais alternativa, o país precisa continuar na economia mundial, e conviver com a crescente financeirização e neste contexto superar o subdesenvolvimento. Inclusive, as principais críticas a esta teoria vêm justamente das possíveis controvérsias contidas nesta tentativa de “agradar” ao mercado e ao mesmo tempo fazer uma política que contemple um desenvolvimento econômico e social. Nos primeiros anos da presença do Novo Desenvolvimentismo os resultados foram satisfatórios, inclusive com o aumento do número de empregos formais. Porém, pouco tempo depois da crise mundial de 2008, a qual o país a princípio se saiu bem, os resultados começaram a piorar e a nova política começou a ser questionada, inclusive com reflexos negativos no mercado de trabalho. O trabalho será construído através de um resgate histórico das teorias de desenvolvimento que vigoraram desde 1930 no Brasil, além do debate sobre a presença efetiva ou não do Novo Desenvolvimentismo no período de 2003 a 2016 e da análise de dados referentes ao mercado de trabalho presentes na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílio (PNAD) do período pesquisado e as políticas públicas vigentes no mesmo. Na conclusão procura-se entender quais políticas econômicas na área trabalhista ocorreram nesse período para que ocorressem tais resultados negativos.

PARTICIPANTES: RAYSSA CAIÉ DE OLIVEIRA FERRARI, WILSON VIEIRA

ARTIGO: 1050

TÍTULO: DECOMPONDO O BAIXO CRESCIMENTO PRODUTIVO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Brasil passa por um período de baixo crescimento da produtividade. De 2001 a 2014 o crescimento anual da produtividade do trabalho foi menor que 1,5% a.a., baseado nas Contas Nacionais –CN– do IBGE. O período teve um aumento da importância dos serviços na economia, o que contribuiria para a redução do crescimento. Jacinto e Ribeiro (2015) mostraram que a maior parte do crescimento da produtividade vem da produtividade setorial e que a produtividade dos serviços cresceu acima da média nacional. Todavia os autores não levam em consideração o efeito de tendências diferentes de preços setoriais na decomposição. Squeff (2012), usando dados até 2009 e a metodologia proposta por Diewert (2015), sugere que não há efeitos de preços relativos na perda de importância da indústria na economia. Neste trabalho veremos o papel dos preços relativos na avaliação do crescimento da produtividade utilizando os dados até 2014, analisando se os preços relativos persistiram não influenciando o crescimento da produtividade.

Jacinto e Ribeiro (2015) indica uma decomposição de produtividade em estrutura e desempenho. Para o Brasil temos

Ano	Cresc. Produtividade g_t	Parcela do Cresc. da Produtividade Explicada	
		Produtividade g_{it}^X	Estrutura $g_{it}^W + g_{it}^X g_{it}^W$
2014/2001	18%	46%	54%



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
5ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

2014/2009	7%	24%	76%
2009/2001	10%	62%	38%

Tabela 1 - Peso dos fatores no aumento total da produtividade. Nota : g_{it}^x = var. setorial da produtividade, g_{it}^w = variação entre setores.

Porém esse método não mostra se a variação dos preços relativos afeta a produtividade. Para solucionar esse problema utilizamos o método de Diewert (2015):

Parcela do Cresc.da Produtividade Explicada

Ano	Cresc. Produtividade	Produto $\sum S_{Yn0} g_{it}^x$	Preços $\sum S_{Yn0} g_{it}^p + g_{it}^w g_{it}^p + g_{it}^p g_{it}^x + g_{it}^w g_{it}^p g_{it}^x$	Estrutura $\sum S_{Yn0} g_{it}^w + \sum S_{Yn0} g_{it}^w g_{it}^x$
2014/2001	20%	72%	-1%	35%
2014/2009	8%	41%	0%	60%
2009/2001	11%	110%	-2%	12%

Tabela 2 - Peso dos fatores no aumento total da produtividade conforme Diewert. Onde g_{it}^p é a variação dos preços do setor i e S_{Yn0} é equivalente a w_{it-1} , porém levando em conta a variação dos preços.

Analisando os resultados a influência dos componentes intra e intersetoriais é praticamente a mesma, porém quando passamos a decompor também esse efeito preço fica claro que o principal fator de crescimento de 2001 a 2014 foi o crescimento da produtividade intrasetorial. Esse resultado nos leva a duas conclusões: a primeira que os ganhos de estrutura já não representam tanto para o crescimento da produtividade do Brasil, como normalmente se supõem nos países em desenvolvimento e a segunda, e consequência da primeira, que a saída para o país é aumentar a produtividade do trabalho, visto a estagnação dos ganhos.

PARTICIPANTES: JOÃO VITOR DIAS GONÇALVES, EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

ARTIGO: 1075

TÍTULO: A REVISTA DE NEGÓCIOS EM SETE CORES: DIVERSIDADE LGBT+ E SUAS REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA POPULAR DE ADMINISTRAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O resumo é resultado do trabalho de conclusão de curso Administração/UFRJ, que teve como objetivo analisar como o tema da diversidade tem sido retratado nas revistas *ISTO É DINHEIRO* (ID) e *ÉPOCA NEGÓCIOS* (EN), levando em conta a diversidade sexual, expressa nas matérias que falam do profissional LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e o gerenciamento da diversidade. No resumo o objetivo focou em averiguar as justificativas das organizações para a promoção da diversidade, com base na teoria do "discurso da insignificância" de Gaulejac (2007).

Gaulejac (2007) desenvolveu a teoria ao realizar a análise de conteúdo de manuais e modelos de gerenciamento. Ele explica que em alguns desses documentos é possível se deparar com a linguagem da insignificância, que encoberta "a complexidade pela evidência e neutraliza as contradições pelo positivismo" (GAULEJAC, 2007, p. 95).

Na metodologia realizou-se pesquisa bibliográfica sobre os temas de diversidade, gestão da diversidade, diversidade sexual, mídia e LGBT+ na plataforma da CAPES. Efetuou-se pesquisa documental nos sites das revistas de negócios mencionadas anteriormente, através da opção de busca, a qual se utilizou a sigla "LGBT+" a fim de selecionar matérias que tivessem como conteúdo o tema da diversidade, atrelado ao profissional LGBT+ e ao gerenciamento da diversidade. Selecionaram-se ao final 30 matérias, 11 provenientes da revista EN. e 19 da revista ID. Com base na metodologia de Trannin (2005), elaborou-se o tópico "Discurso da Insignificância" de Gaulejac (2007), com o intuito de analisar as matérias.

O resultado da pesquisa mostrou que conexões foram estabelecidas entre a aplicação da diversidade no meio organizacional e em consequência, a geração de resultados positivos para a organização. Segue o trecho de uma das matérias: "Um estudo mostra que políticas de diversidade tornam as companhias mais inovadoras e tecnológicas". Por outro lado, com base no discurso da insignificância foi possível questionar certas evidências. Uma outra matéria traz opiniões cautelosas sobre essa relação de causa e efeito que a diversidade pode causar: "Um estudo da consultoria McKinsey revela que há uma conexão significativa entre diversidade e performance financeira das empresas". Ou seja, o não uso do termo "significativa" é capaz de alterar o sentido da afirmativa. Observou-se também que em certos casos o preconceito sofrido pelo grupo LGBT+ ora foi tratado como um fator prejudicial à carreira, ora como um fator capaz de gerar "capacidades essenciais à vida corporativa" como: "adaptabilidade e solução criativa de problemas" segundo uma das matérias.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

As mídias de gestão formam opiniões e são instrumentos de consulta para empresários, estudantes e profissionais de diferentes áreas, por isso as particularidades do tema da diversidade devem ser levadas em conta para que haja um desenvolvimento acertado da temática dentro e fora das empresas nacionais e multinacionais.

PARTICIPANTES: RODRIGO CARVALHO GOMES, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 1095

TÍTULO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Diante da grave crise ética que o Brasil enfrenta e da conseqüente necessidade de líderes e de transformação social (ROHM, 2016), por um lado, e do necessário alinhamento com a missão da UFRJ de trabalhar o “patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora” (PDI, 2016), de outro, almejou-se com este estudo apreender quais são as práticas acadêmicas de excelência e inovação que contribuem para formar líderes transformadores, ou seja, ética, social e ambientalmente responsáveis. Para tanto, foi realizado um *benchmarking* com outras universidades, mapeadas por meio das atuais lideranças transformadoras de grande impacto social que nelas se graduaram, tendo como base a prévia definição das competências desse escopo de liderança e a identificação delas nas ementas e práticas pedagógicas dos cursos de Administração, Administração Pública e Engenharia de Produção da UFRJ, não só para discutir a universidade como formadora de futuros tomadores de decisão (RIBEIRO, 2013), mas também para propor possíveis sugestões de melhoria aos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs).

Liderança transformadora pressupõe uma relação na qual líder e liderado elevam-se mutuamente às escalas mais altas de consciência, moralidade e motivação, satisfazendo necessidades como estima, competência, autoconhecimento e autorrealização (BURNS, 1978), tendo impacto positivo na performance dos liderados (BASS, 1985; AVOLIO; BASS, 1990), ao transformar suas atitudes, crenças e valores, e torná-los conscientes de suas ações e detentores de uma identidade. Segundo Brown e Posner (2001) e Bass e Riggio (2006, apud MATZLER; BAUER; MOORADIAN, 2015) a liderança transformadora está no cerne do aprendizado ao entrelaçar-se com o conceito de mudança do tipo que transmuta drasticamente a visão que o indivíduo tem sobre si e do mundo em que vive, processo este que Closs e Antonello (2014) apontam ser possível através da aprendizagem transformadora, construindo uma educação sustentável, e chancelando assim a importância de Universidades transformadoras e éticas, sobretudo as públicas, no Brasil.

Adotou-se metodologia quantitativa e qualitativa, compreendendo esta última a revisão da literatura (FONSECA, 2002), que não revelou pesquisa anterior sobre o tema; a análise documental (CRESWELL, 2010), do PDI (2006) e das ementas pedagógicas dos três cursos da UFRJ, bem como daquelas referentes às instituições escolhidas para o *benchmarking*; e a análise do conteúdo com a criação de categorias *a priori* e *a posteriori* (FRANCO, 2003), na enumeração das competências da liderança transformadora (STONE; RUSSELL; PATTERSON, 2004). O caráter quantitativo apresenta-se com o survey de corte-transversal (SAMPLIERI et al, 1991), tendo um questionário como instrumento de coleta, a fim de captar (FONSECA, 2002) a percepção dos alunos quanto as competências de liderança transformadora nas práticas pedagógicas dos cursos da UFRJ anteriormente definidos.

PARTICIPANTES: MARIANA FERREIRA DE NADAI, JOSÉ OTÁVIO ALCÂNTARA LUCAS MARTINS, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: 1109

TÍTULO: ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DO ACESSO A ÁGUA E ESGOTO EM MORADIAS IMPROVISADAS DA SUB-ÁREA ROCINHA 2 NA CIDADE DE DEUS E SEUS IMPACTOS NAS ROTINAS SOCIABILIDADE DOS MORADORES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa teve como objetivo analisar a problemática do acesso a água e esgoto em moradias improvisadas-barracos, na sub-área da Rocinha 2 na Cidade de Deus. Para a análise utilizamos de pesquisa qualitativa de campo onde primeiro através de visitas exploratórias se conheceu a localidade percebendo-se ser a mais precária do conjunto de sub-áreas da Cidade de Deus. Em seguida escolhemos três das moradias do lugar como mais representativas da situação de precariedade. A partir deste momento estreitamos os contatos com os moradores dos três barracos para sob forma de visitas durante largo período de cinco meses observamos as condições das moradias em si, a problemática que vivem para acesso a água e esgoto, e por meio de também sucessivas entrevistas incluindo-se uma autobiografia habitacional onde sob a ótica do morador e através de sua fala captamos o histórico sobre o que os levou para a Cidade de Deus e especificamente a Rocinha 2 e suas condições de sub-área mais precária, e as rotinas de vida e arranjos internos das moradias face a água e esgoto. Através de relatos, fotos e esboços dos barracos feitos por cada entrevistado a pesquisa captou a forma como cada morador vive, da maneira mais fidedigna possível dada pela fala de quem vivencia o problema. Como base teórica utilizamos a literatura sobre a questão da articulação das moradias as redes de serviços urbanos como forma de inserção no mundo urbano e suas sociabilidades (Dupuy, 1985; Amar, 1987). O quadro encontrado no lugar estudado verificamos que as moradias são feitas com reutilizações de materiais descartados, sendo mistas com parte em madeiras e tapumes, e parte escoradas em muros ou paredes de construções vizinhas. Existe apenas uma única fonte de água comum para todas as moradias, exterior a elas, onde a população vai diariamente, várias vezes ao dia buscar água e leva-la para suas moradias, gerando uma sociabilidade de encontro quando um grande número de pessoas se dispõe a coletar ao mesmo tempo nos mesmos horários. O encanamento de água onde coletam o líquido é clandestino e feito de material frágil em PVC. As moradias, em geral, muitas delas não possuem vaso sanitário, e sequer fossas rudimentares onde descartar esgoto que assim corre para o exterior das casas a céu aberto formando grandes poças, sujeitando os moradores a exposição para doenças. O quadro encontrado torna o lugar marcado pela ausência e/ou precariedade muito importante a um acesso a água e esgoto, não possibilitando, conforme os estudos teóricos utilizados, a inserção de seus moradores ao mundo urbanizado e sociabilidades próprias de moradias com acesso a serviços básicos. Referências bibliográficas: Amar, G (1987) Concept de reseaux, concept de système. Paris: Economica; Dupuy, G (1985) Système, reseaux et territoires. Paris: Presses d'école de Ponts et Chaussées.

PARTICIPANTES: MAURO KLEIMAN, JOÃO GABRIEL CACIANO

ARTIGO: 1149

TÍTULO: ESTRATÉGIAS DE SUCESSO EM MODELOS DE GESTÃO SOCIAL NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O empreendedorismo social tem se tornado um tema recorrente em resposta ao avanço neoliberal e seus efeitos sobre o sujeito pós-moderno à medida que algumas pessoas, grupos e organizações se diferenciam ao se preocuparem cada vez mais com a desigualdade social e suas conseqüências diante do enfraquecimento do Estado e do culto ao individualismo (OLIVEIRA et al., 2016). Uma das formas de categorizar empreendimentos sociais, a partir de seu foco de atuação, é dividi-los em controle social, gestão ambiental e desenvolvimento social (ROHM, 2016). No âmbito do desenvolvimento social, o objetivo deste trabalho é mapear as estratégias de gestão dos empreendimentos sociais bem-sucedidos no Brasil nos últimos cinco anos a fim de que novas iniciativas empreendedoras possam melhor desenhar suas estratégias e modelos de gestão baseados nas práticas mais eficazes e efetivas analisadas. As melhores sugestões de estratégia e de gestão oriundas da



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

presente pesquisa são os resultados aqui esperados para contribuir com projetos sociais inovadores. Compreende-se a estratégia como o desenvolvimento de planos, práticas e políticas organizacionais para atingir os objetivos da organização (CHANDLER, 1962; ANSOFF; MCDONNELL, 1990; ANDREWS, 1991). Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de estabelecer um arcabouço teórico acerca dos conceitos de estratégia, modelos de gestão, gestão social e empreendedorismo social. A próxima etapa consiste na seleção de dez estudos de caso de sucesso, considerando os critérios de visibilidade, saúde financeira e sustentabilidade de um empreendimento, quer seja mediante a revisão da literatura especializada quer seja mediante a consideração de indicadores de sucesso e de visibilidade divulgados pela mídia e por órgãos públicos e privados que operam neste campo no cenário nacional. Busca-se, assim, abranger cada uma das cinco regiões geográficas do país. Por mais que possam existir divergências nos contextos regionais destes empreendimentos sociais, todos eles, ao procurar solucionar um ou mais problemas sociais de determinada população, seja ela a de pessoas de baixa renda, LGBTs, mulheres, negros, deficientes, entre tantos outros atores que frequentemente são excluídos do processo decisório, perseguem o propósito de amparar esses gestores sociais, empoderando-os e encorajando-os a ganhar voz e propor soluções eficazes para os problemas sociais localmente identificados.

PARTICIPANTES: THAÍS MARIA DO NASCIMENTO BENTO, RICARDO HENRY DIAS ROHM, HEDUARDO FARIAS CARVALHO MAIA

ARTIGO: 1168

TÍTULO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO AMBIENTE DA REDE NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO BAMBU - REDEBAMBU/BR: BIBLIOMETRIA E REDES SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Desde a década de 1970 cientistas e estudiosos começaram a explorar diversos materiais locais não convencionais de baixo custo energético tais como: solo, fibras vegetais e bambu a fim de substituir materiais industrializados, altamente poluentes e de alto consumo de energia em sua produção. Embora seja técnica e cientificamente comprovado que os materiais e tecnologias não convencionais recém-desenvolvidos foram superiores aos materiais convencionais industrializados, os mesmos não têm sido utilizados em grande escala. Neste sentido, por meio da Chamada MCTIC/AÇÃO TRANSVERSAL/CNPq n.º. 66/2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou a Redebambu/BR no âmbito da PNMCB - Política Nacional de Incentivo ao Manejo e Plantio do Bambu para onde projetos de pesquisa são submetidos e apoiados. Para avaliar as ações da Redebambu/BR, encontra-se em curso o Projeto de pesquisa com auxílio da FAPERJ intitulado *Modelo para Avaliação das Ações de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu - Redebambu/BR*, dividido em quatro subsistemas funcionais: (i) Subsistema político, (ii) Subsistema organizacional, (iii) Subsistema de gerenciamento de recursos e (iv) Subsistema técnico científico e econômico. O objetivo geral do estudo no âmbito do projeto de iniciação científica é fazer buscas no contexto da produção científica desenvolvida pelos proponentes indicados no resultado da Chamada 66/2013, sobre a temática bambu. Tem como objetivo derivado verificar a produção científica dos proponentes, avanços e/ou entraves possíveis na rede, indicando as contribuições da biblioteconomia, por meio de análises bibliométricas e de redes sociais, notavelmente, os principais aspectos observados nos últimos cinco anos. A metodologia adotada para esta pesquisa é de estudo exploratório envolvendo a consulta à literatura especializada e a documentos de diversos órgãos concernidos pela Redebambu/BR. Indica como resultado do estudo, o panorama atual da produção científica da Rede e apresenta os domínios de aplicação da bibliometria, propostos indicadores e linhas de análise que conduzem a diferentes abordagens de avaliação das ações da Redebambu/BR. Dentre as recomendações apontadas neste estudo, destacam-se no plano de ação: o bom uso da bibliometria; uma maior consideração das necessidades de informações dos usuários dos projetos e programas; a criação e a manutenção de uma base de dados de natureza pública verificáveis, controláveis e pertinentes e; uma maior aproximação das células de avaliação aos centros de decisão.

PARTICIPANTES: SARA LOPES CORRÊA, PIERRE OHAYON, CRISTIANA PINHEIRO MACHADO DE SIQUEIRA

ARTIGO: 1270

TÍTULO: TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: UM CRIME DE GÊNERO, COR E CLASSE SOCIAL.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Neste trabalho buscamos realizar uma análise do tráfico de pessoas e da sua estruturação. Destacando pontuações críticas acerca da posição das mulheres, especialmente com relação ao tráfico destinado à exploração sexual comercial forçada. Para isso, abordaremos a conceituação do delito, o perfil da pessoa traficada e do traficante, o modus operandi, as rotas e o comércio mundial, assim como, o panorama internacional e a questão dos Direitos Humanos e as disposições legais do ordenamento jurídico brasileiro acerca do delito. Para tal fim, faremos uso de uma pesquisa bibliográfica partindo de um método dedutivo e uma abordagem qualitativa.

Em síntese, o tráfico de pessoas pressupõe três alicerces: ato de recrutar, transportar e privar vidas, com o objetivo de exploração humana através de meios específicos de execução, como a coação, o abuso de poder, entre outros. A partir desta conceituação, visamos traçar o perfil geral dos indivíduos vítimas do tráfico internacional de pessoas, através de um recorte de gênero, faixa etária, estado civil, racial e de condição socioeconômica. Quanto ao agente ativo do crime de tráfico, nos utilizamos dos mesmos recortes para traçar o seu perfil, destacando dificuldades quanto a essa constatação.

Vimos que o tráfico de pessoas não é realizado unicamente por grandes redes criminosas, podendo os grupos ter tamanho reduzido e estabelecerem associações entre si, como uma espécie de divisão de tarefas, na qual os grupos podem ser especializados em etapas específicas. Ressaltando-se, ainda, que os grupos costumam se associar a outros ramos do crime organizado, como tráfico de drogas e de armas. Destacando com isso o enorme lucro traço por este crime.

Percebemos que a comunidade internacional tem interesse em criar ou incentivar a criação de métodos e políticas para o enfrentamento deste crime, dado ao fato de ser um crime que na maioria das vezes transnacional e pelo perceptível interesse internacional, no atual contexto, na resolução de conflitos e consolidação de tratados internacionais que promovam os Direitos Humanos. Esse fenômeno da uniformização internacional no que diz respeito ao combate às medidas violadoras dos Direitos Humanos se faz de grande relevância social e jurídica. Já no âmbito nacional, observamos a correspondência do ordenamento jurídico aos protocolos internacionais de combate ao tráfico de pessoas.

Concluimos que existem objetivos e subjetivos inerentes ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Os elementos objetivos seriam aqueles referentes à prática do delito, tipificados pela esfera jurídica, enquanto os subjetivos referem-se aos problemas sociais ligados a questões de gênero, raça e classe social, dado o padrão das vítimas (mulheres negras/pardas de baixo nível econômico), sendo estas socialmente desmerecidas e até marginalizadas, o que reitera a opressão social já existente e colabora para a sua continuidade.

PARTICIPANTES: MAYRA VIANA, LETÍCIA ROSA CORREIA, RENATA DA SILVA ROCHA, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: 1296

TÍTULO: USO DE OGMs (ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS): CONFRONTANDO OPINIÕES SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

Avanços nas pesquisas biotecnológicas possibilitaram desenvolver produtos aprimorados às necessidades humanas. Nisso estão pesquisas em genética que lançam novos produtos no mercado como, por exemplo, os organismos geneticamente modificados (OGM) : o "organismo cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética" (Lei de Biossegurança).

Por vezes, o produto final pode não ter sido geneticamente modificado, mas os produtos que o compõem, ou, se tratando de um animal, os alimentos que estes utilizaram, podem ser OGM. Desta forma, continuaria havendo o consumo, ainda que indireto. Logo, o uso desses organismos tem notório destaque atualmente, em especial na produção alimentícia. As alterações genéticas permitem tornar os alimentos mais baratos e nutritivos, entretanto não se sabe ao certo quais os possíveis impactos deste consumo direto ou indireto ao meio ambiente e à saúde coletiva.

Os OGMs estão muito presentes na atividade agrícola brasileira, especialmente nas lavouras de algodão, milho e soja. Estudos apontam que, na Safra 2016/17, o índice de uso de OGM foi de 93,4%, o equivalente a 49,1 milhões de hectares, chegando aos consumidores em ampla quantidade.

Neste contexto entra o Direito à informação, disciplinado no Código de Defesa do Consumidor ([com redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012](#)). A população brasileira carece de conhecimentos sobre os OGMs e desconhece a legislação que fornece a oportunidade de escolha sobre a aquisição desses produtos, o que provoca a perda de força da lei e até sua finalidade.

A grande questão que permeia o impacto do uso de OGM aos consumidores é análise do risco antes da inserção desses organismos no mercado, uma vez que os efeitos dessa inserção não podem ser previstos na sua totalidade. Esses dados chamam atenção para invisibilidade da biossegurança e da biossegurança no Brasil; a necessidade do inteiro respeito ao princípio da precaução na avaliação de risco e mitigação dos impactos do uso de OGM na saúde coletiva.

O princípio da precaução poderia ser um instrumento de solução, pois consiste na ideia de que, quando desconhecidos os possíveis riscos de uma atividade ou de um produto, devem ser tomadas, pelo poder público, todas as medidas possíveis para evitar degradação ambiental. Portanto, se faz necessário compreender o fenômeno, analisando o impacto social e os efeitos jurídicos que o uso dos OGMs pode desempenhar nas relações de consumo. O desenvolvimento desse projeto é importante e atual tendo em vista os avanços da tecnologia e a expansão do uso desses organismos.

Por fim, são objetivos da pesquisa: analisar a opinião de pesquisadores em biotecnologia e operadores do direito quanto ao uso de OGMs; discutir o atual estado acerca do OGM e Direito do Consumidor por meio de uma revisão integrativa da literatura; e discutir o posicionamento legal-jurisprudencial acerca do uso de OGM no Brasil.

PARTICIPANTES: FLAVIO ALVES MARTINS, PHELPE AUSTRIACO TEIXEIRA, DÉBORA DOS SANTOS FERREIRA CAVALCANTI

ARTIGO: 1336

TÍTULO: **A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E A COERÊNCIA JURÍDICA, NAS PERSPECTIVAS HERMENÊUTICAS, PARA A PROTEÇÃO DE GRUPOS ESTIGMATIZADOS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre de que forma a Filosofia Constitucional, ao redimensionar aspectos relativos à aplicabilidade do Direito, pode conceder ao Judiciário papel essencial no que tange à proteção e promoção dos direitos de grupos estigmatizados. Na persecução de tal objetivo insta, inicialmente, articular como as reflexões provenientes da Filosofia do Reconhecimento, em conversa com a Teoria Constitucional, compõem um dos pilares fundamentais do ramo da Filosofia Constitucional, que tem como um de seus principais elementos teóricos atuais o pluralismo que marca as sociedades multiculturais. Neste contexto, é mister apresentar as possibilidades da Filosofia Constitucional, enfatizando temas como patriotismo constitucional, judicialização da política e consequências do neoconstitucionalismo no Brasil. Tais avanços devem ser considerados sob o aspecto contramajoritário de atuação do Judiciário, em especial na proteção das minorias estigmatizadas, pelo uso dos princípios constitucionais.

Em seguida, pretendemos analisar sucintamente, dentro da Filosofia Constitucional, as Teorias do Reconhecimento dos autores Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser, cujas teses visam à atingir uma sociedade totalmente emancipada, elucidando, cada um de forma diversa do outro, como a negação de reconhecimento de grupos estigmatizados dentro de uma sociedade impede tal feito. Neste sentido, visando a aplicabilidade da teoria apresentada até então, apresentamos um breve histórico da construção do Movimento LGBT no Brasil e suas recentes conquistas através do Judiciário, versando em paralelo com o modelo de coerência antissubordinação indicado como critério de racionalidade prática dentro da Filosofia Constitucional, através das propostas de Dworkin, MacCormick e Günther. Tal critério será subdividido em diferentes enfoques antissubordinação e aplicado à argumentação jurídica. Assim, a coerência narrativa, a coerência normativa e a coerência antissubordinação apresentarão conclusões parciais para a pesquisa.

A metodologia da pesquisa orientou-se por uma revisão bibliográfica de obras nacionais e estrangeiras dando-se ênfase aos autores consagrados que formam o corpo do debate teórico da filosofia constitucional contemporânea. Procurou-se trabalhos de incontestável relevância na área em detrimento de comentaristas. A atualidade pode ser verificada tanto pela adoção teórica dos autores assinalados acima em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, quanto por que tais questões aparecem no cerne dos debates das cortes constitucionais.

Com isso, a pesquisa se utilizará de critérios, a partir do que se convencionou chamar de Filosofia Constitucional, aptos a neutralizar as formas de preconceito que impedem a mobilidade social de grupos marginalizados. A metodologia desenvolve enfoques hermenêuticos que resultem na proteção dos direitos de grupos estigmatizados em uma efetiva promoção da igualdade material.

PARTICIPANTES: EDUARDO MOREIRA, ALEXANDRE RIBEIRO, ELAINE VIEIRA, FERNANDA BENEVIDES

ARTIGO: 1365

TÍTULO: **ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DE EXCELÊNCIA PARA A INCLUSÃO DAS MINORIAS SEXUAIS NAS EMPRESAS ATUANTES NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

Ainda que a gestão da diversidade venha ganhando maior destaque nas empresas (FLEURY, 2000), é possível perceber a lógica utilitária presente na criação de políticas e na aplicação de práticas empresariais em que se visa gerir conflitos a partir da maximização dos ganhos, ligada ao marketing e à imagem corporativa (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004; VERGARA; IRIGARAY, 2007). Ao olhar para as minorias, mostra-se ainda presente o descaso com a diversidade sexual à medida em que a permissividade organizacional com relação à discriminação no ambiente de trabalho impacta negativamente a própria gestão das empresas, mostrando-se como um indicador importante para que estas



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
1ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

passem a investir na diversidade sexual enquanto fator decisivo de vantagem competitiva (ROHM; FERNANDES; CABRAL, 2012). Afirma o *Center for TalentInnovation* que 61% dos funcionários LGBT no Brasil não se abrem sobre sua sexualidade no trabalho, evidenciando que as práticas de diversidade e inclusão declaradas pelas empresas não são eficazes na realidade (SARAIVA; IRIGARAY, 2009). Com embasamento nos conceitos de modelo de gestão de Ferreira et al (2005) e na perspectiva de gestão da diversidade sexual de Rohm (2018), mostra-se importante a definição de um modelo de gestão que respeite, valorize e inclua as minorias sexuais, combatendo preconceitos e a consequente discriminação e exclusão decorrentes desses. Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral propor este modelo, de modo que valorize a diversidade e seja aplicável nas empresas de grande porte inseridas na realidade brasileira. Para tanto, far-se-á necessário desenvolver pesquisa bibliográfica, a partir de material científico já elaborado (GIL, 2008), a fim de definir base conceitual para discussão acerca da relação entre modelo de gestão e gestão da diversidade sexual. Elaborar-se-á pesquisa documental, composta pelo exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico (GODOY, 1995), tais como reportagens jornalísticas, manuais e documentos de organismos internacionais e nacionais voltados para política da diversidade em organizações. Objetiva-se, portanto, mediante realização da técnica de benchmarking, que consiste em uma técnica focada na investigação das melhores práticas de uma organização, que seja notadamente identificada como a melhor do seu segmento (AIRES et al, 2012), contrapor as melhores práticas de gestão, nos âmbitos estratégico e de processo, a serem identificadas em empresas e órgãos internacionais, àquelas identificadas na realidade brasileira. Os resultados esperados, portanto, são um conjunto de sugestões que vão compor essa modelagem no sentido de alcançar o objetivo de maior inclusão. Por fim, a pesquisa tem abordagem qualitativa, visando “descrever a complexidade de determinado problema” (RICHARDSON, 1989, p. 39), e caracteriza-se como exploratória, pois possui “objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

PARTICIPANTES: RICARDO HENRY DIAS ROHM, GABRIEL DE SOUZA VALUANO, JOSÉ OTÁVIO ALCÂNTARA LUCAS MARTINS

ARTIGO: 1405

TÍTULO: COLABORAÇÃO PREMIADA NA OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

É possível verificar que o Direito vem sendo usado como um sucedâneo de guerras ou de batalhas políticas (KITTRIE, 2016), o chamado *Lawfare*, expressão cunhada por Charles Dunlap (2001). Dois testes aplicados para identificar se uma ação jurídica pode ser qualificada como *Lawfare* político: (1) o autor (seja uma pessoa ou um grupo político) da ação deve usar o Direito para criar os mesmos ou similares efeitos àquelas tradicionalmente buscados pelas ações políticas e (2) a motivação do autor da ação ou de pessoas ou grupos políticos que utilizam a ação deve ser enfraquecer ou destruir um adversário políticos contra o qual o *Lawfare* está sendo manejado.

Na prática do *Lawfare* Político, vários são os instrumentos utilizados para alcançar seus objetivos, entre eles: a jurisdicionalização de discussões outora essencialmente reservadas ao campo político, as instaurações de perseguições criminais para alcançar objetivos políticos e divulgações de perseguições criminais com a afetação de imagens pessoais para alcançar objetivos políticos.

Luigi Ferrajoli (2014), no livro "Direito e Razão: teoria do garantismo penal", marco teórico da pesquisa, jamais usou a expressão "lawfare" ou fez qualquer referência a estudos sobre esse tema, mas é possível identificar aquilo que ele chama de subsistema penal de exceção como o instrumento de *Lawfare* político caracterizado como "instauração de perseguições criminais para alcançar objetivos políticos".

Nas lições de Ferrajoli (2014), é possível identificar o processo penal de emergência com o que foi por ele chamado de maxiprocessos, cujas características são: (1) cobertura midiática massiva; (2) o gigantismo processual; (3) a confusão processual; (4) a mutação substancial do modelo clássico de legalidade penal; (5) o incremento da utilização dos meios de investigação ou obtenção de prova.

Como a Operação Lava Jato é apontada pelo Ministério Público Federal como a maior investigação de corrupção que o Brasil já teve, ao mesmo tempo em que é apontada pela oposição ao atual governo como uma estratégia de perseguição política, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte problema: a Operação Lava Jato vem sendo utilizada como seletividade política? Secundariamente: os acordos de colaboração premiada vêm sendo celebrados de forma diversa conforme a filiação política do investigado e do colaborador?

A hipótese com a qual se trabalha é de que a Operação Lava Jato é um maxiprocessos e vem sendo utilizada para alcançar objetivos políticos. A resposta à questão vem se desenvolvendo metodologicamente em três etapas: (1) pesquisa teórica sobre a colaboração premiada, tal como prevista na Lei 12.850 de 2013; (2) coleta de todos os termos de colaboração premiada celebrados na Operação Lava Jato no âmbito de Curitiba, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Supremo Tribunal Federal; (3) análise quantitativa e qualitativa dos termos de colaboração premiada.

PARTICIPANTES: OLGA MARTINS, DANIELA MAUAD RABELO, STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO, GIOVANNA DAUDT RUBINSTEIN TAVARES, GABRIELLE DOBBIN DE FREITAS VALLE, BERNARDO MARINHO MARQUES, JANAINA BENTO SILVA, ANDRESSA MENEZES DOS SANTOS, ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO, NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES

ARTIGO: 1434

TÍTULO: PERFIL DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho busca traçar o perfil dos operários de construção civil nas principais metrópoles do Brasil no período de 1995 a 2015. O objetivo desta análise é compreender melhor as características existentes neste tipo de categoria de trabalhador. A importância de realizar este estudo se dá pela capacidade de identificar mudanças nesta categoria ao passar do tempo e entender em que situação os operários se encontram atualmente.

Essa análise é realizada a partir das seguintes variáveis: cor/raça, sexo, renda, estado civil, idade e posição na ocupação. É de importância destacar que o foco do trabalho se reduz às regiões metropolitanas pelo fato de que a grande maioria deste tipo de trabalhador se concentra nas principais metrópoles no país. Com base nos aspectos examinados, se objetiva verificar se houve algum tipo de mudança durante o período, e se sim, conseguir identificar de que forma elas se apresentam.

A importância de considerar a alteração das características dos operários de construção civil nestes vinte anos são os diferentes tipos de cenários socioeconômicos existentes durante esse período, que podem influenciar em mudanças no seu perfil. Pois, durante este espaço de tempo, é verificada a ocorrência de dois tipos de governo no país com perspectivas distintas. O primeiro, sendo marcado por um desafio de retirar o Brasil de uma profunda crise na qual se encontrava por conta da influência do cenário externo que não era favorável e da alta inflação existente, tentando assim criar uma condição mínima para uma nova etapa de desenvolvimento. Já o segundo, conseguindo obter resultados que impactaram de forma mais expressiva a população, como a diminuição da desigualdade, aumento do salário mínimo, diminuição de desemprego e aumento na qualidade de vida.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa decorreu do levantamento de dados a partir da análise de dados da PNAD/IBGE entre os anos de 1995 e 2015, o que permitiu traçar o perfil dessa categoria ocupacional de modo descritivo.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

A partir da investigação dos dados, é possível destacar algumas conclusões que possibilitam um maior entendimento desta categoria de profissionais. É verificada uma predominância quase que absoluta de operários da construção civil do sexo masculino. Outra constatação é o fato de que as pessoas de cor parda predominam neste tipo de trabalho, seguido de brancos e pretos. A maioria dos operários de construção civil são adultos. Jovens e idosos possuem pouca representatividade. No que diz respeito ao estado civil, a preponderância se dá aqueles que se consideram solteiros.

PARTICIPANTES: HENRIQUE DANTAS BARBOSA, MARCELO GOMES RIBEIRO

ARTIGO: 1436

TÍTULO: A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA NOS ANOS DE 1855 A 1857.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Freguesia de Nossa Senhora do Rosário no Município de Barra Mansa nos anos de 1855 a 1857.

Isabela Sabbatino Pimentel Pereira

Foram recolhidos dados nos Registros Paroquiais de Terras - disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) - referentes à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário no Município de Barra Mansa da Província do Rio de Janeiro. Tais dados primários, levantados para a pesquisa "Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense", são relativos aos nomes dos proprietários de terra, à localização, ao tipo de apropriação, à relação jurídica, à existência (ou não) de cultura, às dimensões e delimitações, com o intuito de permitir a elaboração de um mapa conjectural das propriedades fundiárias.

A freguesia, situada no Vale do Paraíba fluminense, inicialmente dedicada à criação de gado, ao plantio de açúcar e produção de anil, passou a receber mineradores após o declínio da extração de ouro das Geraes no final do século XVIII. Estes dedicaram-se principalmente ao plantio de café na região, estimulando o crescimento econômico da área e atraindo comerciantes. Banhada pelos Rios Turvo e Paraíba, e pelo Ribeirão dos Quatis, que facilitavam o traslado com a Província de São Paulo, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário fez parte do Vale do Café.

Deste levantamento constam 106 registros referentes à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, apresentando elevada concentração fundiária por parte dos cafeicultores, cujas propriedades variavam entre cerca de 50 e 250 alqueires de terras. Havia ainda as pequenas e médias propriedades em geral dedicadas à lavoura, especialmente cana, milho e café em pequena escala, variando entre um quarto de alqueire e 30 alqueires. Ligada à concentração fundiária, percebe-se a estratificação social da freguesia na qual os grandes proprietários detinham maior influência política e ocupavam posições de prestígio social com direito às regalias advindas da Coroa, como cargos de Juizes, Vereadores, Deputados e altas Patentes militares. Para os pequenos e médios proprietários cabiam profissões secundárias como ferreiros, alfaiates, padeiros, sapateiros, carpinteiros, "merchantes" e negociantes. Aos religiosos eram permitidas a aquisição de terras e o exercício da função de Vigário. Alguns dos nomes de proprietários influentes encontrados nos registros são: Barão do Pouso Alto (Francisco Theodoro da Silva) - Sargento mor; Manoel Pedreira Gonsalves - Juiz municipal; Antonio Marcondes do Amaral Neto - Juiz de Paz; Delfim Franco da Silva Barbosa Fróes - Vereador em Barra Mansa; Francisco Gomes de Carvalho Leite - Juiz de Paz; e os demais fazendeiros de café Francisco Ferreira Franco, Padre Bento José Nunes de Carvalho, os herdeiros do Padre Francisco do Carmo Fróes e Genoveva Fausina Junqueira.

PARTICIPANTES: ISABELA SABBATINO PIMENTEL PEREIRA, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 1450

TÍTULO: EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS: O APL DE MODA ÍNTIMA DE NOVA FRIBURGO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho consiste em analisar as políticas de promoção do Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda Íntima de Nova Friburgo no período de 2000-2015. Adota-se como referencial teórico o conceito de APL, o qual tem objeto, a configuração e sua dinâmica fortemente condicionadas pelo território. Dessa forma, um APL se constitui a partir da interação de uma ampla gama de atores envolvidos com a produção e a inovação, tais como: empresas, usuários, fornecedores, prestadores de serviços, instituições científico-tecnológicas, universidades e órgãos de política. O Arranjo de Moda Íntima fica localizado no interior fluminense, concentrando uma quantidade considerável de microempresas de base familiar e empregos. Este se destaca pelo potencial de produzir sinergias para o desenvolvimento regional, uma vez que se baseia em atividades industriais. A partir do final da década de 1990, o APL ganha visibilidade e passa a ser alvo de ações de promoção de inúmeros órgãos de política, tais como SEBRAE desenvolvendo o Programa de Desenvolvimento de Distritos Industriais em parceria com BID, o BNDES e Banco do Brasil passam a desenvolver ações nas áreas de crédito e fomento, a FAPERJ com apoio do MCTI passa a atuar no território através do Programa de Plataformas Tecnológicas, a FINEP atua com o aporte de recursos a UERJ, entre outros. Essas ações de promoção foram o foco da análise, feita a partir de pesquisa de campo e avaliação de dados secundários. A pesquisa de campo teve como objetivo coletar as percepções de diferentes atores-chave envolvidos no processo, tais como empresários, representantes de instituições de ensino e governança, consolidando um mosaico de narrativas. Entre as conclusões, identificou-se que os principais pontos de êxito das políticas foram: a capacitação dos atores do arranjo, a organização de uma estrutura de governança e a ampliação e fortalecimento da FEVEST, a feira de moda da região, importante para a abertura de canais de comercialização. Contudo, também se concluiu que caracterizar as políticas de promoção ao APL como casos de sucessos depende de inúmeras ressalvas. Um ponto nítido, apontado pelos próprios órgãos de política da região foi a incapacidade de alcançar o objetivo de ampliar as exportações do arranjo. Porém, entende-se que a raiz desses fatores de insucesso estão associados à limitação das políticas em seu caráter sistêmico, como: focar uma quantidade restrita de empresas; privilegiar as atividades de confecção em moda íntima em detrimento de atividades comerciais e outras formas de confecção correlatas (ex.: moda praia e moda fitness) e não estimular o adensamento de uma cadeia de fornecedores no território. De modo geral, pode-se dizer que as políticas não foram capazes de incentivar um novo padrão de acumulação sustentado no território. O crescimento do APL não se refletiu em um aumento do peso da indústria na estrutura produtiva local.

PARTICIPANTES: LARISSA VASCONCELOS DE ALMEIDA, ISRAEL SANCHES MARCELLINO, MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

ARTIGO: 1458

TÍTULO: OS DESAFIOS DE GERAR E MENSURAR VALOR EM PROJETOS DE GESTÃO SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os desafios contemporâneos, principalmente ligados à sociedade e ao meio ambiente, surgiram a partir do séc. XVIII, no qual as principais características da sociedade de hoje vieram a ser estruturadas com base nas premissas de acumulação de riquezas como finalidade última da vida (COMPARATO, 2011) e desigualdade natural entre os homens (GALBRAITH, 1972). Neste período o sistema de capital começou a ser propagado, ganhando os contornos expansionistas e destrutivos atuais, em que tudo é regido segundo sua lógica (MESZAROS, 2009). Houve uma inversão ética em que os homens e a natureza passaram a ser oportunidade de lucro, e o capital foi valorizado, ganhando o status de pessoa jurídica (COMPARATO, 2011). Esse entendimento sobre o capital moldou o formato das corporações ao longo da história, permitindo diversas ilegalidades em suas estruturas sem que houvesse punição, dando as muitas empresas um comportamento psicopata, em que tudo é justificado na busca egoísta por lucro (BAKAN, 2003).



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40^ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15^º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10^ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
15^ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Para minimizar os impactos negativos, aos indivíduos e à natureza, é preciso pensar novos meios de produção e gestão. O empreendedorismo social se apresenta como uma forma de gestão que atende as demandas sociais desse tempo, ele não nega o lucro quando este é positivo e não abusivo (ROHM, 2018), mas volta seu foco para a criação de inovações que auxiliem na resolução de problemas sociais, sendo prioridade a criação de valor social.

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os processos pelos quais o valor social é gerado, analisando este conceito para além da dimensão econômica, destacando na dimensão social a importância e o potencial transformador dentro da sociedade. A fim de compreender o conceito de valor social em todos os âmbitos que o circundam e integram, serão abordados os aspectos internos (indivíduos) e externos (ambiente) que influenciam a criação de valor social segundo Korsgaard e Anderson (2011). Para tal realização, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, dentro da delimitação temporal de 10 anos, dado a recente discussão sobre o tema, a fim de identificar possíveis indicadores para a mensuração do valor social, considerando as especificidades da gestão social no Brasil, com o propósito de explicitar a importância da gestão social e de definir o potencial estratégico que a adoção de modelos de gestão que gerem valor social pode trazer aos empreendimentos que desejam reduzir as consequências negativas de sua atuação na sociedade. O presente estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, norteada pela interpretação de fenômenos sociais, e também quantitativa pois propõe a formulação de indicadores (GOMES; ARAUJO), metodologia de pesquisa descritiva, pois tange a descrição de um fenômeno e de suas variáveis, e compreenderá, também, uma pesquisa documental, pois examina materiais de natureza diversa, que não foram criticamente analisados ou que serão reexaminados buscando novas interpretações (GODOY, 1995).

PARTICIPANTES: RICARDO HENRY DIAS ROHM, VIVIAN AMANCIO DOS SANTOS, VITOR CARDOSO PEREIRA

ARTIGO: 1470

TÍTULO: OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO E PUBLICIDADE NO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO. UM ESTUDO COMPARADO DO MODELO BRASILEIRO E CANADENSE.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com o aumento constante do número de refugiados no Brasil e no mundo, é necessário que todos os aparatos jurídicos e administrativos sejam pensados e reformulados sob a ótica do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Mais especificamente em conformidade com a vertente do Direito Internacional dos Refugiados, para maior amparo e proteção destes que são deslocados forçados devido aos fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. O presente trabalho busca uma análise do procedimento de solicitação de refúgio no Brasil, especialmente no que tange às violações dos princípios constitucionais do devido processo legal, entre eles o contraditório, a publicidade e ampla defesa. São analisados os princípios constitucionais, que também se aplicam aos processos administrativos, a Lei nº 9.474, que define o procedimento de solicitação de refúgio no Brasil, a Convenção de Genebra para Refugiados, de 1951 e o Protocolo de 1967. Esta análise também é feita a partir de uma perspectiva comparativa com o processo de refúgio no Canadá, país considerado líder global no reassentamento de refugiados, e que também será minuciosamente examinado em cada uma de suas etapas. Além da comparação de números, com dados disponibilizados pelos órgãos oficiais dos respectivos países, observaremos as legislações, as entidades envolvidas e mais importante: discutiremos o que as diferenças encontradas no processo destes dois estados pode nos dizer sobre a forma como cada deles encara a questão dos refugiados e pretende resolvê-la.

PARTICIPANTES: MARINA MARIA SILVA CAMPEAN, CHRISTIANA SOPHIA DE OLIVEIRA ALVES, NATALIA CINTRA

ARTIGO: 1476

TÍTULO: AUTONOMIA OU SUBORDINAÇÃO: O TRABALHO EM PLATAFORMAS E AS ZONAS CINZENTAS DE EMPREGO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa envolve a verificação da autonomia na prestação dos serviços dos trabalhadores por aplicativo, no contexto da uberização do trabalho. O trabalho será realizado sob o marco teórico do controle por programação, de Alain Supiot, além do conceito de zonas cinzentas de trabalho, de Christian Azaïs, utilizando, assim, instrumental interdisciplinar entre o Direito e a Sociologia. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores em aplicativos de intermediação de transporte de pessoas e de mercadorias, sendo aplicado questionário semi-estruturado, pelo qual serão buscadas as características que se apresentam na realização do trabalho, com o fim de verificar a existência de um novo tipo de forma de trabalhar ou uma modificação apenas formal da contratação de trabalho. Como resultado preliminar da pesquisa em andamento, verifica-se, ao mesmo tempo, a existência de uma nova forma de controle sobre os trabalhadores, em que lhe são alienados os direitos trabalhistas, caracterizando-se o processo da zona cinzenta de emprego.

PARTICIPANTES: RODRIGO DE LACERDA CARELLI, ANA BEATRIZ FARIAS AMANCIO SOARES, MARIA HELENA SILVA LINS, PEDRO ALEXANDRE CRUZ BARROS, GUSTAVO OLIVEIRA DE MATOS, JACKELINE CRISTINA GAMELEIRA CERQUEIRA DA SILVA, FELIPE PEREIRA DOS SANTOS, ALINE BORGES

ARTIGO: 1485

TÍTULO: ACORDO MARCO GLOBAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA - ANÁLISE DE CASOS REFERÊNCIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em países periféricos, de frágil democracia, o direito interno não tem sido suficiente para responder as estratégias empresariais de dumping social. Por outro lado, o movimento sindical em países centrais também se fragiliza pela concorrência imposta com países nos quais não há normativa trabalhista e previdenciária, ou esta é mais flexível, e a organização dos trabalhadores é de baixa densidade.

As empresas transnacionais e as cadeias de produção global trazem grandes desafios para os sindicatos quanto à mobilização de trabalhadores e estratégias de ação coletiva, realização de negociações coletivas, organização de greves, manifestações, protestos, e mesmo de identificar e/ou criar instrumentos jurídicos que possam ser utilizados para o enfrentamento de problemas que transcendem os limites Estado-Nação.

Daí a relevância do estudo e problematização, com análise de casos referência de Acordos Marco firmados por empresas transnacionais, com atuação no Brasil.

Para essa pesquisa, selecionamos 44 (quarenta e quatro) Acordos Marco Globais realizados por empresas transnacionais e que contaram com a participação ou mediação da Indústria ALL durante a negociação, adotando o método sócio-jurídico crítico na abordagem do tema.

Acordos Marco Globais (AMG) ou Internacionais (AMI) ou Mundiais são acordos entre uma ou mais corporações transnacionais e uma ou mais entidades sindicais globais que estabelecem marcos para as relações industriais/ empresariais para toda a corporação e, às vezes, de toda a



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

cadeia produtiva.

A ideia de “marco” está ligada ao fato de se organizar um marco normativo comum de relações de trabalho, alguns reproduzem a Declaração de Direitos Fundamentais da OIT de 1998, estabelecem outras normas asseguradoras de melhores condições, e podem abranger todas as empresas participantes da cadeia de produção, fornecedoras, prestadoras de serviços, outros incluem outras garantias.

O objetivo do presente trabalho é analisar o Acordo Marco Global e seus limites e possibilidade como recurso do poder de organizações de trabalhadores em conquistar direitos sociais e buscar reduzir o dumping social no mercado globalizado, e estudar questões referentes a validade, efetividade e eficácia de tais acordos.

Nossa hipótese é que os Acordos Marco tem potencial para serem importantes meios de conquista de direitos trabalhistas e de resistência a “remercadorização” do trabalho.

PARTICIPANTES: LUDMILA COELHO DE SOUZA BARROS, DANIELE GABRICH GUEIROS, ANA LUÍSA DE SOUZA CORREIA DE MELO PALMISCIANO, PAOLA BRUNO RISCAROLLI, ANA BEATRIZ BUENO DE JESUS, GIULIA VALENTE DE LACERDA CUNHA, VANESSA MAGALHÃES TOCANTINS

ARTIGO: 1516

TÍTULO: **MOBILIDADE NOS BAIRROS DE CAMPO GRANDE, SANTA CRUZ E GUARATIBA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com o advento da emenda constitucional nº 90/2015, o direito ao transporte foi incluído no rol dos direitos fundamentais sociais concebidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, sendo assim este trabalho, que alia pesquisa e extensão, se propõe a analisar a atuação da gestão pública municipal para a efetivação desse recente ordenamento legal nos seguintes bairros periféricos da zona oeste do Rio de Janeiro: Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz. Essa é uma região distante do Centro, sendo os três bairros supracitados os mais afastados da região e encontram-se em média a 50 km da área central da cidade. Sabe-se que para os bairros periféricos o transporte público se faz indispensável na conexão da população com o restante da cidade, principalmente às áreas centrais que ofertam mais empregos e serviços. Dito isso, o objetivo desse trabalho é analisar dados sobre o processo de formação e as características físicas e socioeconômicas desses bairros, e por sua vez, relacioná-los com dados de mobilidade dessa localidade. E desse modo, avaliar o desempenho da gestão pública municipal, para entender se a mesma se deu a partir da perspectiva de uma política pública ou se tal atuação foi de ações meramente pontuais e reativas. Para isso estão sendo analisados dados qualitativos e quantitativos, como: a taxa de desemprego, o acesso a equipamentos e serviços públicos, o movimento pendular na região, o tempo médio de deslocamento casa-trabalho-casa e a oferta e a qualidade dos modais. Além disso, também estão sendo ponderados os efeitos da implementação dos corredores do BRT (Bus Rapid Transit) na região, que surgiu como uma promessa de ser um legado dos megaeventos sediados na cidade para os moradores da região. Por fim, com esse trabalho se espera trazer evidências de que os moradores desses bairros são penalizados pela ausência de políticas públicas eficientes, que concretizem um pleno planejamento, com integração de modais e política tarifária coerentes. Como também, demonstrar que essa penalização sujeita o cerceamento do direito à cidade, já que para se acessar a cidade e seus serviços é imprescindível a efetivação do direito ao transporte.

PARTICIPANTES: ANA LUIZA NASCIMENTO MAIA, LIARA JÚLIA LIMA DE MARIA, ROSANGELA MARINA LUFT

ARTIGO: 1564

TÍTULO: **VULNERABILIDADE DOS DADOS PESSOAIS NO COMÉRCIO VIRTUAL BRASILEIRO: UM DEBATE ACERCA DO CASO NETSHOES.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O avanço da tecnologia, fez surgir uma nova realidade contratual: os contratos por meio da Internet. A praticidade de compras e contratos de serviços a serem realizados pela Internet faz com que essa opção seja amplamente utilizada. Em meio a essa realidade é preciso estabelecer e delimitar a atuação do Direito.

A interação entre as pessoas se tornou mais rápida e dinâmica e a Internet merece destaque nesse âmbito, pois é a peça chave que possibilita a interação entre pessoas e empresas ainda que a quilômetros de distância, quase instantaneamente. Assim, acompanhando a evolução da tecnologia da comunicação, as relações de consumo também se modernizaram. Se antes era necessário um contato físico entre fornecedor e consumidor, agora a compra de produtos e serviços pode ser feita apenas com um clique, que, na verdade, significa a celebração de um contrato. Nesse cenário de inovações que influencia também o mercado de consumo, surge uma preocupação ainda pouco explorada: a privacidade de dados. Na era digital do consumo, a disponibilização de informações pessoais (dados pessoais) é uma prática extremamente recorrente e pouco questionada ou regulamentada. Ainda que se pareça, num primeiro momento, inofensiva, essa prática deve ser avaliada com cautela, uma vez que não é tão inofensiva quanto parece. A falta de uma legislação específica faz com que as empresas fornecedoras se utilizem das informações dos consumidores com uma liberdade perigosa, permitindo, por omissão, que esses dados venham a ser utilizados de maneira abusiva e até criminosas.

Pelo atual cenário e, especialmente, pela questão da vulnerabilidade dos dados pessoais do consumidor virtual a presente pesquisa tem por objetivos: realizar, por meio de levantamento bibliográfico, panorama do cenário consumerista pelo comércio eletrônico; identificar os perigos à privacidade dos dados do consumidor virtual; analisar os mecanismos legais (inclusive os projetos de lei em trâmite que versam sobre o tema) e institucionais de defesa da relação consumerista pela Internet; e analisar o atual caso de vazamento de dados pessoais dos consumidores do site de vendas *Netshoes*, de modo a traçar um perfil das medidas adotadas pelas autoridades brasileiras no caso de violação de dados pessoais, a fim de analisar como caminha o ordenamento brasileiro no tocante à prevenção do vazamento de dados pessoais do consumidor virtual.

PARTICIPANTES: FLAVIO ALVES MARTINS, AMANDA CAROLINA SANTOS PESSOA, LOUISE LEONI ABREU, NATHALIA MEDINA CORREIA, DENISE TAVEIRA CRUZ

ARTIGO: 1577

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O trabalho proposto, juntamente com a supervisão da professora responsável pela extensão, é um relato da experiência que obtivemos em uma escola da rede estadual no município de São Gonçalo, o Colégio Estadual Doutor Adino Xavier. Exercemos na instituição, diversas



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIÃO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

atividades que caminham para uma perspectiva de despertar no corpo discente a importância da existência de um Grêmio Estudantil, como primeiro contato com a vida pública e como o primeiro motor político.

Nesse contexto, pode-se construir e cruzar informações, através de palestras e rodas de conversas, o valor que a organização de um Grêmio pode influenciar na vida dos estudantes, tanto para formação política quanto aos deveres cidadãos bem como para reivindicar direitos em cima de um rol que é a educação pública gratuita e de qualidade.

Diante disso, percebe-se a importância de abordar questões mais discutíveis para além dos muros da escola e que também envolvem a vida pública. Ou seja, porfiar temas que relacionam direitos e deveres de um cidadão, contribuindo para a politização dos mesmos, o que consequentemente possibilita o conhecimento sobre os mecanismos para travar lutas e pensar de forma coletiva, na mobilização quanto aos deveres e as garantias de direitos.

Compreendendo a necessidade de se ter conhecimento da cultura cívica e política ainda nos anos escolares, juntamente com a supervisão, atuamos diretamente com o corpo discente de forma que compreendam não só seu papel na sociedade, como também a importância da máquina pública para a sociedade brasileira.

PARTICIPANTES: ADRIANO DE CARVALHO MENDES, ANA FLÁVIA MERLIM DIAS, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 1585

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DA VIDA PÚBLICA NO COLÉGIO DOM EUGÊNIO SALES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Projeto de Extensão Vida pública busca trazer para o cerne do debate acadêmico e cidadão a relevância e a importância de entender e utilizar os aparelhos públicos de educação. Para além de debates filosóficos e sociais, o Projeto busca levar sua atuação ao corpo discente e à docência das redes municipal e estadual de educação do Rio de Janeiro. O Colégio Dom Eugênio Sales, localizado na Cidade de Deus, funciona desde 2005, porém desde sua criação nunca houve um grêmio estudantil. Após as diversas dificuldades na educação, a precarização do colégio e a indicação como um dos finalistas para o Prêmio Prudential Espírito Comunitário em 2017, o corpo estudantil decidiu que era hora de se organizar numa entidade estudantil para expressar as reivindicações discentes. Mesmo com essa demonstração de vontade o corpo discente precisava entender o trâmite para se criar tal organização, é nesse momento que o projeto extensionista passa a atuar orientando nas etapas a serem seguidas e na potencialidade de tal empreitada. Contudo, quando apresentados a modelos de educação emancipatórios como o de Paulo Freire, os laços entre universidade e corpo estudantil se reduziram e a partir daí surgiram diversos movimentos de aproximação da comunidade a instituição educacional. Assim, a apresentação relatará, sobretudo, a importância dos diálogos preliminares a formação do grêmio, o trajeto percorrido pelo corpo estudantil, e todo o impacto causado pela reaproximação da Cidade de Deus a instituição educacional. Para tanto, a extensão se vale de uma postura horizontal e equânime, onde a troca e a construção de saberes de forma multilateral se mostraram em bom modo de se transformar realidades e agregar saberes.

PARTICIPANTES: SALVINO BARBOSA, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 1587

TÍTULO: EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUAS TRANSIÇÕES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O grupo do projeto de extensão “Vida pública” traz para a base de debate acadêmico a relevância e a importância de entender os aparelhos públicos de educação. Visando quebrar barreiras no processo de aprendizagem a partir de atividades e encontros, tem como principal objetivo mostrar o real significado do Público, no ensino fundamental e médio das redes municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Com essa perspectiva, o grupo do projeto acadêmico tencionando o efetivo resultado, busca atuar diretamente nas escolas por intermédio dos discentes e docentes ali presentes.

A Escola Estadual Gilberto Freire localizada no bairro Sarapuí, primeiro distrito do município de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, mesmo passando por situações precárias, busca trazer para seus discentes, do sexto ao nono ano, as melhores condições para o ensino. Assim, na medida do possível, orientando o aluno quanto ao ingresso no Ensino Médio e a escolha profissional.

O grupo do projeto acadêmico de extensão “Vida Pública” objetivou transparecer, por meio de encontros e atividades, as etapas que o aluno deve seguir para alcançar o objetivo do projeto político pedagógico da rede Estadual Gilberto Freire. Essas atividades serão embasadas com a literatura do Gilberto Freyre, escritor e ensaísta brasileiro, que se dedicou a antropologia e história. E tento em vista como sequência de melhor progresso de Ensino Médio, com maior acessibilidade, a Escola Intercultural Brasil-Turquia, serão implementadas dinâmicas que aproximarão o corpo discente e docente a cultura turca, por intermédio da literatura do Orhan Pamuk, escritor contemporâneo e vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 2006.

PARTICIPANTES: VICTÓRIA HELLENA REIS SILVINO, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 1609

TÍTULO: LIMPEZA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A REMOÇÃO DOS INDESEJÁVEIS.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A cidade do Rio de Janeiro foi impactada diretamente com duas ações governamentais, sendo uma em âmbito estadual e outra nacional, que produziram uma reflexão sobre a “limpeza urbana”, no sentido de exclusão social. O Decreto Estadual no 25.599/99, que instituiu o Programa Delegacia Legal, permitiu não apenas as necessárias mudanças no atendimento e na arquitetura das delegacias, como também extinguiu todas as carceragens em funcionamento em todo Estado. Com isso, milhares de presos e seus respectivos familiares foram removidos para municípios distantes da cidade, como Japeri e São Gonçalo. Tal medida removeu das ruas centenas de familiares que aguardavam o horário da visita na porta das delegacias da cidade, obrigando-os a deslocarem-se para um local distante e de pouca movimentação. A representação construída – e que serviu de justificativa para essa mudança – era a de uma constante ameaça nos arredores das delegacias, que ficariam sob permanente suspeita de motins, rebeliões e fugas. Das implicações do decreto, destacam-se a questão de logística dos presos para as audiências nas varas criminais da cidade e a dificuldade de locomoção dos familiares para fins de visitação, considerando que,



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

de acordo com o mapa do encarceramento (FGV, 2016) e com os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a maioria dos familiares dos presos são da cidade do Rio de Janeiro e as prisões, em sua grande maioria, são realizadas nas distritais da cidade, violando a Lei de Execução Penal em relação à custódia em locais próximos da comarca judiciária e à facilitação na visita familiar.

Já a lei 12.305/2010 implementou a Política Nacional de Resíduos Sólidos que, na cidade do Rio de Janeiro, resultou na desativação dos lixões, impactando as cooperativas dos catadores existentes no entorno e removendo para um município longínquo, Seropédica, todo o resíduo a ser administrado por empresas especializadas.

Essas medidas praticamente coetâneas, no campo penitenciário e ambiental, convergem na incapacidade da cidade em se relacionar com sua própria produção – de crimes e de lixo. A prisão, como fato social, e o lixo, produzido pelos próprios cidadãos, se constituem como resíduos nojentos. Tanto o preso quanto o lixo, em sua grande maioria, são produzidos na própria cidade. Contudo, é no "terreno do vizinho", em municípios pobres e distantes, que tais produções estranhas são lançadas, não permitindo que tais estranhezas fiquem expostas aos olhos daqueles que circulam pela "cidade maravilhosa". Esses elementos, vistos comumente como indesejáveis, serão aqui analisados no seu processo de "remoção" da cidade do Rio de Janeiro para municípios da Baixada Fluminense, de modo a propor uma reflexão sobre exclusão, afastamento e reciclagem, onde fica evidente ser o lixo algo passível de valorização e retorno à cidade, ao contrário do que acontece com a vida de milhares de cidadãos, excluídos dessa condição e da própria humanidade.

PARTICIPANTES: SAMUEL LOURENÇO FILHO, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 1633

TÍTULO: AS FREGUESIAS DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ E DE SÃO JOSÉ DA BOA MORTE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ DE MACACU EM MEADOS DO OITOCENTOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As freguesias de Santo Antônio de Sá e de São José da Boa Morte no município de Santo Antônio de Sá de Macacu em meados do Oitocentos

Na pesquisa Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense foram coletados dados da Freguesia de Santo Antônio de Sá e está sendo finalizado o levantamento da Freguesia de São José da Boa Morte. Estas paróquias localizavam-se no município de Santo Antônio de Sá de Macacu na província do Rio de Janeiro. As informações primárias recolhidas para a pesquisa provêm dos Registros Paroquiais de Terras da metade do século XIX depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. São declarações dos títulos de propriedade ou posse de terras e contém o nome do possuidor, o local, a relação jurídica, a cultura, as suas dimensões e seus limites. O intuito do levantamento é o de permitir a elaboração de um mapa conjectural das propriedades fundiárias.

As informações recolhidas a partir dos 96 registros de terras da freguesia de Santo Antônio de Sá totalizaram 150 propriedades e apontam 68 "datas", 1 terreno, 1 "porção", 3 "sortes", 78 "terras" e 5 fazendas. As fazendas chegaram a medir 1481 braças de terras (aproximadamente 3,2 km de frente). Foram os maiores possuidores de terras nesta freguesia: José Joaquim Ferreira Barbosa; Antônio Marques Ferreira Barbosa e Maria Eufrasia Barbosa; Joaquim Ferreira Lemos; Anna Rosa da Silva; Carlota Joaquina de Faria e os Herdeiros de Joaquim Gonçalves Ledo.

Já na Freguesia de São José da Boa Morte encontram-se 613 registros dos quais não estão apontados a relação jurídica da terra (se houve compra, posse, herança, etc.) nem o número de braças relativas ao fundo, e sim uma descrição sobre até o limite das propriedades. Nesta paróquia são 4 as famílias mais influentes: Duque Estrada (proprietários de 3 das 6 maiores fazendas); Domingues; Ferreira e Xavier. A presença econômica e política destes grupos pode ser avaliada também pelas indicações retiradas do Almanak Laemmert referidas a um membro da família Xavier como subdelegado de São José da Boa Morte, e Juizes de Paz e padres entre os Almeida e os Duque Estrada.

PARTICIPANTES: SÂMELA OLIVEIRA DONZA, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 1640

TÍTULO: SISTEMA INSTITUCIONALIZADO DE COTAS NA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO: O PROCESSO DE INCLUSÃO E A SUA PERCEPÇÃO PELOS ALUNOS PPI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho foi elaborado com base na literatura disponível aliada a pesquisa empírica, realizada na Faculdade Nacional de Direito, tem como objeto de análise o sistema de cotas raciais (PPI- Preto, Pardo e Indígena) universitárias, implementado a nível federal pela Lei 12.711/12. A parcela empírica foi baseada na técnica de entrevistas, que foram realizadas com uma parcela dos discentes da faculdade, e tinham como intuito analisar a percepção dos próprios beneficiários sobre essa política de ação afirmativa.

A partir dos dados coletados, buscou-se relacionar os argumentos mobilizados pela teoria sobre o tema e os argumentos dos estudantes sobre o mesmo. Oito dimensões de análise foram definidas com base nas respostas apresentadas nas entrevistas, são elas: i) Falhas do modelo de ação afirmativa, ii) Permanência, iii) Representatividade, iv) Impactos no âmbito individual e na comunidade de origem, v) Preconceito, vi) Sociabilização e Movimento Negro, vii) melhorias propostas e viii) Interseccionalidade entre a condição Socioeconômica e Étnico-Racial.

A primeira dimensão analisada permitiu a percepção de que, embora as cotas tenham como pressuposto a reparação de um dano histórico-social ocasionado pela situação de exclusão de pessoas negras, os entrevistados apresentaram como principal alvo de crítica outra questão: o modelo que define os aptos a ação afirmativa, trazendo que autoafirmação é um processo demasiado subjetivo que tende a apresentar falhas – entendendo-se por 'falhas' a autoafirmação como negro por pessoas não negras.

A afirmação de que tal política sozinha é insuficiente, foi recorrente, assim como a necessidade de melhora nos mecanismos de permanência. Sua precariedade ou ausência aliada a baixa condição socioeconômica é percebida como responsável pela alta taxa de evasão dos alunos



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

pretos e pardos, essa que aliada a ausência de professores com a mesma etnia, foram mencionados como fatores que reduzem a percepção de representatividade pelos cotistas. Na dimensão de preconceito, fragmentos das entrevistas que evidenciarão a percepção de situações de racismo, foram destacadas.

Os entrevistados percebem impacto da política em suas vidas pessoais, e mesmo sem que todos fossem integrantes do movimento negro na faculdade de direito, todos o conheciam.

As melhorias propostas apresentadas por alguns entrevistados trazem aspectos além dos regulados nas leis de cotas. Principalmente a necessidade de melhoria não da grade curricular do curso de graduação, mas sim a do ensino básico e médio. Necessidade que eles evidenciam com a diferença do nível educacional dos cotistas e não cotistas.

A última dimensão analisada traz a dualidade entre condição socioeconômica e raça. Percebe-se que não apenas o baixo poder aquisitivo nem unicamente a cor da pele dos entrevistados é fato primordial na dificuldade de sua inserção e permanência na universidade, mas sim a soma das duas condições.

PARTICIPANTES: LUIZA DESCHAMPS CAVALCANTI MOREIRA, FREDERICO AUGUSTO AUAD DE GOMES FILHO, JOÃO PEDRO CABRAL, IVETE CRISTINA FERREIRA SILVA, WILLIAM BEZERRA DA SILVA, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: 1804

TÍTULO: AGENTE INFORMACIONAL E A (DES)INFORMAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS DISCENTES DE BIBLIOTECONOMIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho é fruto da atividade de monitoria e tem o objetivo de analisar quais fontes de informação a comunidade do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro utiliza para verificar informações (falsas ou não) relacionadas às campanhas política dos candidatos à presidência em 2018. Apresenta como justificativa a preocupação com a quantidade de notícias falsas (*Fake News*) que são criadas, compartilhadas e usadas. Do mesmo modo indica a necessidade de entender a prática informacional dos discentes da disciplina. Indica na fundamentação teórica como as mídias influenciam nas perspectivas do sujeito (Chomsky e Hjarvard), e, dessa maneira, evidencia a competência em mídia e informação (MIL) para uma visão mais crítica e ética (Unesco, Dudziak, Ferreira, Brisola e Romeiro), e a desinformação (Volkoff, Fallis, Serrano e Zattar). Descreve os passos metodológicos a partir de uma pesquisa exploratória que utilizou um questionário na coleta de dados para uma análise quali-quantitativa. Destaca como a prática pedagógica de ensino de competência em informação e a avaliação de fontes de informação para diferentes comunidades em contextos diversos pode auxiliar as pessoas a checarem/ avaliarem as informações políticas ou sobre política. Conclui que as pessoas são sujeitos com direitos e deveres e, por isso, seus atos interferem na sociedade.

PARTICIPANTES: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 1815

TÍTULO: ADOÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES NO BRASIL: COMPATIBILIDADE ENTRE A CONVENÇÃO DA HAIA SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES DE 1993 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

À luz da Convenção da Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de 1992, e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adoção internacional é aquela realizada por pretendente residente em país diferente daquele da criança a ser adotada. Entretanto, a Convenção, ratificada pelo Brasil em 21 de junho de 1999, se aplica apenas às adoções realizadas entre países ratificantes. Ou seja, é necessário que os Estados tanto do adotando quanto dos adotados tenham ratificado a convenção para que seja possível a adoção pela Convenção de Haia de 1993.

A adoção, no Brasil, rege-se pelo direito interno por normas do Código Civil, do ECA e da LINDB, enquanto no direito internacional, dois instrumentos de suma importância foram ratificados pelo país, a Convenção da Haia de 1993 - convenção que busca a cooperação entre os países -, e a Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores.

A presente pesquisa tem como foco analisar a aplicação da convenção da Haia de 1993, de modo a concluir se contribui ou não para promover a cooperação jurídica internacional, especificamente, em hipóteses de adoção internacional.

No decorrer desta pesquisa, a metodologia empregada abrange um estudo crítico e comparativo do texto das convenções e da legislação nacional sobre o assunto, bem como uma análise empírica de jurisprudência. No que toca a pesquisa de campo, em primeiro momento foram enviados ofícios a todos os Tribunais de Justiça do país, objetivando estabelecer contato com os vinte e sete Tribunais de Justiça, através dos CEJA's (Comissão Estadual Judiciária de Adoção) e CEJAI's (Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional) existentes para coletar dados quantitativos, entre os anos de 2000 e 2009, como o número de adoções internacionais, por ano, e, os países para os quais as crianças e adolescentes adotados foram enviados. Somado a isso, investiga-se se a adoção é individual, por casal (homoafetivo ou heterossexual), se existe auxílio de alguma organização para realizar o procedimento da adoção internacional entre outros critérios de distinção. Todavia, durante o contato com alguns Estados verificou-se a necessidade de enviar ofício solicitando dados para ACAF - Autoridade Central Federal - devido à carência de informação passadas pelos CEJAI's e CEJA's.

O objetivo, portanto, é produzir uma pesquisa rica em dados quantitativos para que seja possível o preenchimento de uma tabela com informações sobre a aplicação da Convenção de Haia de 1993 no Brasil, desde o ano posterior à sua ratificação (2000) e após a reforma do ECA (2009), que atingiu os artigos referentes a adoção. Dessa forma, o que se quer com os dados quantitativos levantados é traçar um perfil dos adotantes que realizam a adoção internacional em território brasileiro e das crianças e adolescentes que são destinados para adoção internacional.

PARTICIPANTES: DIOGO ALEXANDRE DE FREITAS, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

ARTIGO: 1817

TÍTULO: RESISTÊNCIA NEGRA POR UM OLHAR PÓS-COLONIAL: CONTEMPORANEIDADE E MEMÓRIAS NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

O Grupo de Pesquisa e Debates Pós-Coloniais surgiu a partir da necessidade que estudantes do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro observaram de promover eventos, debates e atividades que elucidem o público dentro e fora da universidade quanto às memórias, lutas e problemáticas dos países do Sul global em um contexto de pós-colonialismo. Seguindo, portanto, nossos princípios e visão como iniciativa e tendo em vista o seguimento do cronograma em se tornar projeto de extensão, vinculamos como um de nossos projetos fixos o chamado Debates Pós-coloniais Pelas Ruas. Tencionando a interação maior entre academia e sociedade, o primeiro evento adveio da imprescindibilidade de tratarmos a resistência negra em vias urbanas na cidade do Rio de Janeiro de forma a estimularmos o engajamento de diversas comunidades em prol de uma causa de extrema relevância em nossa sociedade contemporânea. Entendendo a necessidade da construção de um ambiente de integração entre a academia e a comunidade e a importância das perspectivas pós-coloniais que envolvem não apenas um cenário global, mas também local, este projeto visa a incentivar o compartilhamento de saberes e experiências entre acadêmicos e a sociedade em geral.

PARTICIPANTES: FERNANDO LUZ BRANCOLI, SHAKILA AHMAD, MARIA CLARA SILVA FERREIRA FERRO, HELENA ARAUJO PINHEIRO

ARTIGO: 1827

TÍTULO: INTERVENÇÃO FEDERAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA FEDERALISTA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

iante do cenário atual de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, tem se tornado cada vez mais presente na academia o debate sobre o federalismo e, consequentemente, a repartição de competências e autonomia dos entes instituídas pela Constituição de 1988. Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo investigar a intervenção federal como um dos principais institutos do modelo de Estado federalista brasileiro, principalmente no que diz respeito à sua natureza jurídica e suas particularidades a fim de compreender o seu modus operandi e verificar se a sua aplicação tem sido coerente com o ordenamento jurídico brasileiro. Para que o instituto seja melhor compreendido, fizemos uso de direito comparado entre Brasil e Estados Unidos, enquanto referência do primeiro modelo federalista implementado, de forma a consolidar o modelo de Federalismo no Brasil. Desta forma, a pesquisa foi dividida em três partes: (i) estudo comparativo dos modelos de Federalismo brasileiro e norte-americano e de seus respectivos institutos constitucionais; (ii) análise da incorporação e delimitação do instituto da intervenção federal nas Constituições da república no Brasil; (iii) investigação acerca da constitucionalidade da intervenção federal brasileira e de sua identificação com o referido instituto nos Estados Unidos. A nossa tese inicial é de que o modelo de intervenção federal instituído pela República brasileira é um reflexo do movimento centripeto para a formação da Federação no Brasil e que, portanto, foi desenvolvido para possibilitar a intervenção da União nos demais entes federados com o intuito de reestabelecer a concentração de poderes na União. No que tange ao método a ser empregado na pesquisa, será utilizado o método hipotético-dedutivo atrelado à análise comparativa dos textos Constitucionais brasileiros e norte-americano e ao estudo empírico das características da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES: BEATRIZ SCAMILLA JARDIM DE MORAES OLIVEIRA, CARLOS BOLONHA, MARIANA RIBEIRO

ARTIGO: 1829

TÍTULO: AS FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE BEMPOSTA, SANT'ANNA DE CEBOLAS, SANTO ANTÔNIO DA ENCRUZILHADA E SÃO PEDRO E SÃO PAULO EM MEADOS DE OITOCENTOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Bemposta, Sant'Anna de Cebolas, Santo Antônio da Encruzilhada e São Pedro e São Paulo em meados do Oitocentos.

Rafael Alfradique Garcia

O intuito da pesquisa "Espaço e plano. Capítulos da urbanização fluminense" através do levantamento de informações com base nos Registros Paroquiais de Terras é o de permitir a elaboração de um mapa conjectural das propriedades fundiárias em meados do século XIX na província do Rio de Janeiro. Estes registros tornaram-se obrigatórios para "todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou possessão". Cada declaração deveria ter duas cópias iguais, contendo: "o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites". Tais Registros encontram-se depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, dos quais foram levantados os dados das seguintes freguesias com os dados de suas propriedades Nossa Senhora da Conceição de Bemposta (33 registros), Sant'Anna de Cebolas (64 registros), Santo Antônio da Encruzilhada (83 registros) e São Pedro e São Paulo (66 registros). As informações recolhidas na pesquisa das mais de 240 propriedades no município de Paraíba do Sul apontam que as maiores propriedades de terra estavam controladas nas mãos de poucas pessoas com influência política e/ou econômica na região.

PARTICIPANTES: RAFAEL ALFRADIQUE GARCIA, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 1838

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS IMPLÍCITAS E OS IMPACTOS DA POLÍTICA COMERCIAL SOBRE A POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO 2003-2015

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As análises desenvolvidas ao longo do projeto de pesquisa "Impactos da Política Industrial e de Inovação no Brasil no Período 2003-2015" têm demonstrado que, desde 2003, a inovação tem se tornado um dos principais eixos de ação do Governo Federal, num processo que pôs fim ao longo período iniciado na década de 1980 de inação do Estado Brasileiro no que se refere à implementação de políticas dedicadas à Indústria e à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tal retomada da capacidade estatal de intervenção nos processos de desenvolvimento industrial e tecnológico foi resultante da combinação dos esforços governamentais voltados à ampliação do conjunto de instrumentos de incentivo à inovação - que variam desde financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis até incentivos de natureza fiscal - com importantes transformações no arcabouço legal de apoio ao tema. Entretanto, percebeu-se que os resultados destas políticas ficaram aquém do esperado, dados os níveis de competitividade e capacidade inovativa das empresas brasileiras observados ao final do período.

Como se concluiu na etapa inicial do projeto, parte das limitações das políticas industriais e de inovação se deu porque o desenvolvimento e a



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

implementação dos novos instrumentos de apoio à inovação foram fortemente baseados na visão linear da inovação, de onde decorre a diretriz política voltada sobretudo para o desenvolvimento dos setores de P&D. No entanto, há ainda dois outros fatores altamente limitantes ao sucesso da política industrial explícita analisada.

São eles (1) a incapacidade de planejamento estatal e de elaboração de um projeto de desenvolvimento de longo prazo, conforme descrito por Herrera (1995) e (2) a ausência de um cenário macroeconômico benigno, em acordo com a definição de Coutinho (2005). Estes fatores trazem à tona a discussão sobre as chamadas políticas implícitas, cuja existência afeta direta e indiretamente o desenvolvimento da indústria, da ciência, da tecnologia e da inovação, podendo até mesmo anular políticas explícitas. Sabe-se por exemplo que a política macroeconômica do período analisado, caracterizada pela manutenção de alta taxa de juros e pelo câmbio sobrevalorizado, contribuiu com um cenário “maligno” que dificultou o desenvolvimento da indústria nacional.

Mas o que falar da Política Comercial nacional? Esta também é uma política implícita determinante, porém suas consequências são mais difusas e por este motivo merecem ser analisadas com atenção. Assim, neste trabalho buscar-se-á compreender o papel da Política Comercial brasileira no resultado da Política de C&T&I implementada no período 2003-2015. Para isso, bases de dados nacionais concentradas nas pesquisas do IBGE e bases de comércio internacional como o TradeMap serão muito úteis para demonstrar as consequências da Política Comercial brasileira sobre a Indústria de Transformação. Espera-se com isso compreender de que maneira a Política Comercial influenciou os resultados da Política Industrial e de Inovação.

PARTICIPANTES: ALESSANDRA BECKER RIEPER, MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO

ARTIGO: 1862

TÍTULO: A INEFICÁCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 QUANTO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO A ESSES DIREITOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil representou um marco na democracia brasileira, pois garantiu o Estado Democrático de Direito e a justiça social. Ela possui extrema importância na história do país, uma vez que é a Carta Constitucional que inaugurou um regime democrático de direito após 21 anos de ditadura militar e possibilitou que diversos movimentos sociais participassem da sua formulação. A Constituição Federal de 1988 é popularmente conhecida como Constituição Cidadã, pois ampliou a proteção aos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos.

Após 30 anos de sua promulgação, é possível perceber que a Constituição Federal não promoveu uma eficácia material, isto é, a mesma não alcançou a concretização e ampliação de acesso a diversos direitos básicos e fundamentais previstos como objetivos. Em seu Art 3º, III, é previsto como objetivo “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Entretanto, de acordo com o IBGE 2017, um a cada quatro brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, concentrando-se principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, o que demonstra, então, as desigualdades regionais históricas e a não erradicação da pobreza.

É neste cenário que o presente artigo busca compreender por quê em 30 anos de uma Constituição cidadã não conseguiu ter eficácia, colocando o Brasil como um dos países com piores índices de desenvolvimento social. Neste sentido, pretende-se através dos índices de desenvolvimento coletados no IBGE e no GINI, comprovar tal afirmação. Posteriormente, analisar-se-á a marca da Constituição brasileira, para compreender o que faz dela ineficaz utilizando o aporte teórico crítico de Joaquim Herrera Flores, que compreende os direitos humanos e fundamentais como um espaço de constante luta.

Portanto, o referido artigo tem como tema a constituição federal e sua aplicação material quanto aos direitos fundamentais e traz como problematização a ineficácia da constituição federal em garantir o acesso concreto aos direitos fundamentais arrolados em seu texto normativo. Seus objetivos são estudar seus dispositivos e observar o que faz deles normas cogentes e que devem ser observados por todo o ordenamento jurídico, mas por que não são aplicados. A metodologia utilizada é a dedutiva e indutiva e os resultados esperados são descobrir por que tais dispositivos não são aplicados e como eles podem passar a ser para garantir acesso aos direitos fundamentais por todas as classes sociais.

PARTICIPANTES: THAIS SALVINA SANTOS, TAYLISI DE SOUZA CORREA LEITE

ARTIGO: 1908

TÍTULO: EFETIVIDADE E FOCO DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO BRASILEIRAS: 2007-2013

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com a recente crise econômica do Brasil e o impeachment da (então) presidente Dilma Rousseff, muito tem se debatido acerca da gestão econômica dos governos do Partido dos Trabalhadores em diversos aspectos, entre eles sua política industrial. As críticas mais comuns são que essas políticas foram ineficazes para a melhora do desempenho das empresas e/ou focaram em empresas que já eram competitivas (e, portanto, não necessitariam da assistência do governo).

Esse trabalho utiliza-se de estatísticas advindas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base de dados do Ministério do Trabalho obtida junto às empresas, dos anos 2007 a 2014, para elucidar a procedência (ou não) das críticas supracitadas. Tem como objetivo, portanto, analisar os efeitos dos diversos instrumentos de política de inovação (BNDES, Finep, Lei do Bem) aplicados entre 2007 e 2013 sobre a capacidade de exportação dessas empresas em 2014, tentando estabelecer (através de instrumental econométrico relativamente simples) se houve ou não correlação entre a aplicação destas políticas e as estatísticas de exportação das empresas. Para evitar a possibilidade de algum viés de seleção, são montados grupos de controle por meio de técnicas de pareamento (“coarsened exact matching”) e é feito um exercício adicional de divisão do grupo de exportadoras de 2014 de acordo com seu comportamento exportador em 2005, a fim de analisar se as políticas supracitadas foram eficientes (ou não) no sentido de tornar exportadoras (em 2014) empresas que não exportavam em 2005.

Analisando-se os dados, fica evidente que houve, de fato, um problema de foco na política de inovação brasileira- ela atendeu em grande parte a empresas que já eram exportadoras. Quanto à crítica da ineficácia das políticas, os dados (embora ainda preliminares) apontam como impecado: as políticas de inovação tiveram efeito positivo sobre a capacidade de exportação das empresas tratadas.

PARTICIPANTES: FÁBIO MOREIRA ALVES ESPERANÇA, CARLOS FREDERICO ROCHA LEÃO

ARTIGO: 1910

TÍTULO: ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral



15
21^a
OUT

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
15ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

RESUMO:

O estudo das finanças públicas municipais é de grande importância para a gestão pública uma vez que, a partir dele, é possível compreender as políticas fiscais e orçamentárias implementadas, bem como a origem das receitas que propiciam a execução de investimentos e serviços municipais. Além disso, também permite o conhecimento dos setores mais importantes para a economia municipal. O município de Niterói, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, vem apresentando nas últimas décadas, um elevado índice de investimento, resultando em crescimento econômico, um verdadeiro "boom" se comparado a outros municípios brasileiros e até mesmo fluminenses. Com isso, surge a seguinte questão: as receitas oriundas da atividade produtiva localizada nesse município possibilitaram autonomia de forma a contribuir ao "boom" de investimentos em Niterói? Desse modo, objetiva-se compreender a base econômica e os principais setores que influenciam o desempenho econômico de Niterói, buscando, assim, entender a composição da receita municipal. Para tal, será feita uma análise da Lei Orçamentária Anual de 2010-2017 do município de Niterói disponibilizada pela Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (SEPLAG) e da execução orçamentária do referido município, disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Governo Federal para a verificação da origem dos recursos de Niterói e a identificação de sua base econômica produtiva.

PARTICIPANTES: MATEUS HENRY DE SOUZA PAES, RODRIGO PORTUGAL, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

ARTIGO: 1936

TÍTULO: ANÁLISE DE MARKETING DA JBS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho foi realizado no curso de Administração, na cadeira de Análise de Marketing, contemplando conteúdos abordados na disciplina. Busca-se empreender uma análise de marketing da empresa brasileira JBS e de um produto específico - linha Maturatta Friboi - em formato de estudo de caso, abrangendo os conceitos de ambiente externo e interno, comportamento do consumidor, segmentação de mercado e posicionamento. Para a realização da análise, foi feita uma pesquisa de caráter exploratório, tendo em vista a atualidade dos casos de corrupção que envolveram a empresa. Elaborou-se uma pesquisa documental, a partir de notícias e documentos próprios da companhia, associando-os ao material divulgado durante a cadeira. Nota-se, ao se debruçar sobre a empresa, que há uma contradição entre sua imagem e a sua substância, uma vez que a JBS gerencia a imagem de uma forma que não condiz com as práticas observadas no seu ambiente organizacional. Assim, fica patente suas contradições em diversos aspectos, permitindo um entendimento mais robusto de como o marketing é utilizado para promover a empresa diante de uma série de escândalos que a envolvem.

PARTICIPANTES: JOÃO MORETZ-SOHN DE ALMEIDA, MARCELO CANESIN DIAS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 1944

TÍTULO: HÁBITOS DE CONSUMO DE ESPETÁCULOS TEATRAIS PELO PÚBLICO CARIOCA: PESQUISA DE MERCADO COM JOVENS E UNIVERSITÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa apresenta um estudo de mercado acerca dos hábitos de consumo de teatro por consumidores cariocas, com enfoque não exclusivo em estudantes universitários. Para tanto, foram realizadas duas pesquisas descritivas por meio de questionários para a coleta de dados primários a respeito do potencial de consumo do evento em questão (FREITAS *et al.*, 2000).

O primeiro protocolo de pesquisa valeu-se da ferramenta online TypeForm em grupos de Facebook de diversos cursos das instituições de ensino superior UFRJ, Unirio, UFF, UERJ, PUC-Rio e CAL, com o objetivo de entender o perfil, a disponibilidade e as preferências do público-alvo. Tal pesquisa online contou com 231 respondentes. Nela, constatou-se que, dentre os respondentes, cuja imensa maioria utiliza a rede social Facebook, 75% não comparecem, ou raramente vão a apresentações artísticas em dias úteis; 70% consideraram a noite o melhor horário para ir ao teatro; 60% têm interesse em oficinas teatrais; e 64% têm interesse em debates que relacionem artes cênicas com práticas profissionais e acadêmicas.

A segunda pesquisa foi realizada presencialmente em bairros da zona sul carioca, por meio de amostra não probabilística por conglomerado (VERGARA, 2014), em razão de estar geograficamente mais próxima do evento e, por isso, mais afeita a comparecer (MOREIRA, 2011). Também foram coletados dados no CCBB e na Caixa Cultural, considerando uma amostra não probabilística por similaridade de consumo de teatro e/ou eventos artísticos (FREITAS *et al.* 2000). Tal protocolo tinha por objetivo entender o perfil, o conhecimento sobre modalidades específicas de teatro e principais barreiras ao consumo de teatro por parte do público-alvo. Constatou-se que 31% dos respondentes vão ao teatro mensalmente, 47% anualmente e 22% não têm tal hábito; dos consumidores que vão ao teatro, sua companhia mais frequente são os amigos (38%) ou com seu romance (32%). Segundo os entrevistados, as variáveis que mais os impedem de ir ao teatro são o preço (33%) e a falta de divulgação (29%), enquanto o fator mais atrativo, para 80% dos entrevistados é o espetáculo em cartaz. Dentre os gêneros teatrais prediletos estão a comédia (39%), o drama (28%) e o musical (23%). Acerca do gênero teatro de improviso, os consumidores não foram capazes de produzir respostas instantâneas; estimulados com exemplos de programas de televisão e canais de Internet, 69% dos consumidores revelaram conhecer a modalidade.

VERGARA, S. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A.; MOSCAROLA, J. O Método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3 p. 105-112, set 2000.

MOREIRA, D. **Administração da Produção e Operações**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011

PARTICIPANTES: JOSÉ AUGUSTO MANSUR MORAES, JOSÉ LUIS FELICIO DOS SANTOS DE CARVALHO

ARTIGO: 1952

TÍTULO: A REALIZAÇÃO DE UM EVENTO ARTÍSTICO-CULTURAL COMO PROPOSTA DE EXTENSÃO: A PRODUÇÃO DO FESTIVAL UNIVERSITÁRIO DE TEATRO DE IMPROVISO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O "Festival Universitário de Impro" é um projeto de extensão realizado através da parceria entre os cursos de Administração da UFRJ e UNIRIO. O objetivo foi gerar conhecimento para os alunos envolvidos na produção do Festival em como realizar um evento artístico-cultural (FORPROEX, 2012), buscando igualmente gerar conhecimento, desenvolvimento e entretenimento para o público participante, por meio de oficinas, espetáculos de improvisação teatral e mesas redondas, com a perspectiva de proporcionar uma aproximação entre Artes Cênicas e



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Administração. O evento aqui discutido pode ser tipificado como um festival artístico, definido como uma celebração temática a uma forma de arte (GETZ, 1997).

A organização do evento contou, inicialmente, com a realização de dois protocolos de pesquisa de âmbito quantitativo. Mapeados os interesses do público-alvo do evento, a equipe de vinte alunos se dividiu em diferentes áreas, cada uma responsável por uma necessidade do evento pois, segundo Pinho (2007, p. 163), verifica-se a existência de “semelhanças entre modelos de organização e administração empresarial e as estruturas dos festivais de teatro”, constatando que “ambos reconhecem como funções organizativas: a administrativa, a financeira, a comercial ou de marketing, a produção e os recursos humanos”.

Adaptando o modelo ao Festival, chegou-se às áreas de: Marketing, responsável pela criação da logomarca, pesquisa de mercado e promoção via marketing digital; Recursos, pela captação de apoio não financeiro de organizações parceiras; Produção, pela viabilidade operacional do projeto, antes e durante o evento; e RH, pela gestão das pessoas envolvidas. Tais atividades começaram em fevereiro de 2017 e estenderam-se até o fim do evento, em meados de novembro do mesmo ano.

O Festival Universitário de Impro transcorreu ao longo da semana de 6 a 10 de novembro de 2017. Durante as tardes, foram realizadas 12 oficinas, ministradas por artistas, encenadores e professores de improvisação para uma média de 15 alunos por turma. Durante as noites, foram realizados espetáculos e mesas redondas abertas ao público. A cada dia, eram apresentados um ou dois espetáculos diferentes por grupos de improvisação do Rio de Janeiro. As mesas redondas tinham por objetivo debater a aplicabilidade da improvisação na Administração, seus pontos comuns, os desafios do gênero e suas propostas pedagógicas.

Ao final do último dia do evento, que contou com uma média de 60 pessoas na plateia, a equipe concluiu que os espectadores manifestaram interesse no gênero, além de descobrir uma demanda reprimida nos alunos de Artes Cênicas da UNIRIO, que puderam experimentar um primeiro contato com o teatro de improviso, já que o curso não dispõe de matérias regulares sobre o tema. Também se pôde aferir um grande entusiasmo dos alunos da área de Ciências Sociais aplicadas por métodos de ensino e trabalho que enfatizem as competências sociais, comportamentais ou relacionais (ZARIFIAN, 2003).

PARTICIPANTES: JOSÉ AUGUSTO MANSUR MORAES, JOSÉ LUIS FELICIO DOS SANTOS DE CARVALHO

ARTIGO: 1980

TÍTULO: ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM AMBIENTES MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESPORTIVA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O profissional bibliotecário atua nas mais diversas áreas onde a informação se apresenta como elemento primordial. Desse modo, além do tradicional campo das bibliotecas – de distintas categorias – este profissional pode atuar em editoras; hospitais; tribunais; emissoras de televisão, dentre outros. Assim sendo, este trabalho, que apresenta uma pesquisa inicial em desenvolvimento, tem como objetivo observar e analisar a especificidade do trabalho do bibliotecário na área do jornalismo esportivo em emissoras de televisão. Além do esporte – em especial o futebol – ser considerado um elemento relevante na construção da identidade nacional do povo brasileiro, como demonstram Abrahão e Soares (2017); outro fator que justifica essa pesquisa é a escassez de pesquisas que destacam o trabalho do bibliotecário com fontes de informação em ambientes midiáticos. Como referencial teórico para alcançarmos nosso objetivo, nos pautamos em Grogan (1970), Cunha (2001) e Mueller (2003) para definir o que são os conceitos de informação e fontes de informação; Nakamura (2009); Bauer (2012) e Bretas (2008) para mídia e, Lancaster (2004) e Fujita (2012) em relação à indexação e organização da informação. Metodologicamente utilizamos uma pesquisa exploratória e descritiva, baseada em revisão de literatura e coleta de dados que está sendo realizada, em especial, pela utilização do instrumento de entrevista, tendo como foco profissionais bibliotecários que trabalham na área da informação esportiva em duas emissoras de televisão distintas. Pretendemos observar, por meio de uma análise comparativa, os métodos e técnicas utilizados por esses profissionais nesse campo específico. Como resultado parcial, observamos que o profissional bibliotecário é elemento essencial no domínio do jornalismo esportivo ao ser responsável pela análise, organização e recuperação de informações essenciais para um funcionamento efetivo dessa área do jornalismo que possui especificidades ímpares.

PARTICIPANTES: BIANCA LOYOLA, ROBSON SANTOS COSTA

ARTIGO: 1993

TÍTULO: O USO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS NA ANÁLISE DE EFEITOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho apresenta os resultados parciais do projeto “Avaliação de Análise de Atos de Concentração no Brasil” e busca analisar o uso de métodos quantitativos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na análise de efeitos de atos de concentração. Os métodos quantitativos têm sido cada vez mais usados tanto por autoridades antitruste quanto pelas partes interessadas por todo o mundo. Entretanto, sua aplicação deve ser feita respeitando as premissas e limitações de cada modelo, utilizando os dados referentes ao mercado analisado a fim de gerar evidências econômicas de acordo com a realidade do mercado, para que então possam gerar contribuições para a análise antitruste. Existem três principais abordagens que tem sido utilizadas para discussão deste tema na literatura antitruste: abordagem técnica, institucional e análise comparativa. Esse trabalho, portanto, tem como objetivo discutir esse tema a partir de uma abordagem teórico-institucional, além de fazer uma análise da aplicação desses modelos em casos brasileiros em aspectos técnicos (tipos de modelos, adequação do modelo ao mercado e técnicas, por exemplo), institucionais (como a aceitação desses modelos no tribunal e formas de utilização) e em relação aos principais desafios encontrados do uso desses métodos. Na primeira seção, os principais métodos são apresentados e discutidos de acordo com suas premissas, vantagens e limitações, são eles: simulações de fusão, UPP, GUPPI, CPPI e experimentos naturais. Na segunda seção, analisa-se o papel desse tipo de evidência econômica na perspectiva institucional e, em especial, destacam-se os desafios para a aceitação desses métodos nesse âmbito. A última seção trata da evolução da experiência brasileira através da discussão dos casos brasileiros em que esses métodos foram empregados, a partir do caso Nestlé/Garoto (2002), pioneiro no uso de métodos quantitativos no Brasil. O uso de métodos quantitativos vem sendo consolidado como ferramenta importante para avaliar os efeitos de um ato de concentração, mas estes não substituem a análise qualitativa tradicional, pelo contrário, são trazidos para análise de forma a complementá-la e enriquecê-la.

PARTICIPANTES: STEFANIE SCHEIDEGGER ARAUJO, CAMILA CABRAL PIRES ALVES

ARTIGO: 2004

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA REDESIST SOBRE A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES E



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

APL'S

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O trabalho consistia em organizar um conjunto de informações críticas a respeito de diferentes Arranjos Produtivos Locais encontrados pela Redesist ao longo dos anos, seguindo um roteiro pré-definido, de forma a subsidiar um sistema de informação e análise comparativa.

O foco era voltado para as Instituições de Estudo e Pesquisa (IEP) e como elas têm conversado com as inovações e com a influência locacional. Por fim ainda se tinha espaço para ressaltar outros pontos relevantes que foram abordados pelos estudos relacionados ao Arranjo Produtivo Local. As fichas possibilitaram uma padronização de vários dos índices e assim chegou-se na organização desejada.

Primeiro se especifica se existem Instituições de Estudo e Pesquisa, caso existam se aponta quais são as que influenciaram aquele APL. Ao se constatar o fato anterior, se verifica com como os IEPs foram importantes para as inovações que as empresas do APL estavam desenvolvendo naquele setor. Num outro aspecto se responde a importância dessas instituições para o local, como elas influenciam as pessoas e o ambiente. Por fim o roteiro dá margem para que se destaque outros elementos que se revelaram relevantes naquele APL tendo em vista a grande temática das relações dos IEP's com o território.

PARTICIPANTES: LUCAS ALMEIDA, MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

ARTIGO: **2020**

TÍTULO: **USIS 2017 - MENTORIA DA REDE LGBT+MOVIMENTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Unidade de Suporte à Inovação Social (USIS - <http://bit.ly/2JzDVbc>) é um projeto de extensão da UFRJ - criado no âmbito do projeto Latin American Social Innovation Network (LASIN - <http://bit.ly/2LJNixt>), financiado pela Comissão Europeia - que tem como propósito implementar um modelo de colaboração entre a Universidade e a comunidade, para reforçar as ligações da Universidade com o ambiente social mais amplo. Durante o segundo semestre de 2017, a USIS assessorou inovadoras sociais da rede na realização de um projeto, a LGBT+Movimento (<http://bit.ly/2sUWxYZ>): uma rede de apoio à pessoa LGBT+ deslocada, migrante ou refugiada no Rio de Janeiro. Inspiradas no Mapa Redes Negras de Cultura, elaborado e divulgado pela iniciativa Redes Negras da falecida vereadora Marielle Franco, as inovadoras elaboraram mapa georeferenciado de afetos e atores relevantes para o recorte interseccional de pessoas LGBT+ deslocadas, migrantes e refugiadas no Rio de Janeiro (<http://bit.ly/2JSQg9l>). O levantamento de dados foi realizado por meio de formulário *online* na plataforma Google Forms, difundido através de redes de contatos das inovadoras. A origem dos dados relaciona-se intimamente com as metodologias da inovação social, que trazem as atividades colaborativas/cooperativas como uma de suas bases. Os locais submetidos no levantamento foram curados, editorados e formatados para serem classificados em cinco categorias: (1) Afetos LGBT+, (2) Atores LGBT+, (3) Afetos Migração/Refúgio, (4) Atores Migração/Refúgio, (5) Fora do Rio e Outras. Inicialmente, foram levantados dados suficientes para incluir apenas três categorias: Afetos LGBT+, Atores LGBT+, Atores Migração/Refúgio (principalmente em razão de itens redundantes). Os dados foram exportados, em processo de importação automatizado, para o formato de planilha eletrônica da plataforma Google Sheets. As planilhas foram inseridas na ferramenta Google My Maps, dentro da plataforma Google Maps, por outro processo automatizado de importação. A ferramenta possibilitou, a partir dos dados importados, criação e edição de mapa eletrônico georeferenciado contendo marcadores, fronteiras, demarcações e outras referências visuais, além de informações diversas. Estas marcações e informações foram, então, distribuídas no mapa em diferentes *layers*, divisões temáticas que permitem visualização seletiva das informações e marcações. A ferramenta permite que o mapa seja atualizado indefinidamente e ele continuará a ser alimentando, num esforço colaborativo continuado. As três categorias incluídas serão expandidas e as duas outras serão adicionadas futuramente. Após o término da produção inicial do mapa, ele foi disponibilizado ao público e serve como um dos fundamentos do trabalho da rede LGBT+Movimento, formando redes de contatos, aumentando o acesso ao público-alvo e centralizando o início da atuação junto ao nicho sociocultural de pessoas LGBT+ deslocadas, migrantes e refugiadas, especialmente da cidade do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES: DENIS MATTOS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO, PAULO CESAR LOPES PEREIRA, JOAO FELIPE WERNECK RUÓTOLO MIGUEL, GABRIEL ORSI TINOCO

ARTIGO: **2025**

TÍTULO: **BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: UMA ANÁLISE SOBRE AS SUAS ESTRUTURAS E AS POLÍTICAS ESTATAIS DE FOMENTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo apresentar no que consiste a Base Industrial de Defesa (BID), e analisar as principais políticas implementadas pelo Estado brasileiro como uma forma de incentivo deste setor no país. Em relação à BID em si explica-se, com base em estudos da área de Economia de Defesa, sua estrutura e a importância do seu desenvolvimento para o Brasil. Também são observadas as empresas nacionais e seus produtos que possuem destinação para a indústria de Defesa, bem como os requisitos que devem ser cumpridos para que as mesmas se enquadrem nas classificações de Empresa de Defesa (ED) e Empresa Estratégica de Defesa (EED), Produtos de Defesa (PRODE), Sistemas de Defesa (SD) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED). Será analisado o papel do Estado através das políticas públicas elaboradas para esse tema, para que se construa uma BID estruturada e capaz de suprir as necessidades do país, além de proporcionar condições favoráveis, junto com a participação da iniciativa privada, para que a indústria de defesa brasileira seja competitiva em relação ao mercado externo. Além disso, serão abordados os critérios necessários para classificação das empresas pelo Ministério da Defesa, a fim de poder usufruir das condições fiscais diferenciadas e destacar as principais vantagens de tal classificação. Este trabalho também busca, ao seu final, somar esforços na missão de conscientizar a sociedade civil sobre a sua participação nos debates sobre os temas de Segurança e Defesa.

PARTICIPANTES: FLÁVIO ALVES COMBAT, ANDRÉ LUIS FARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA, CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE

ARTIGO: **2035**

TÍTULO: **ESTUDO SOBRE A SIMILARIDADE DOS CONTEÚDOS DE TI/SI CONSTANTES NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE IES PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO AOS TÓPICOS DE TI/SI DO CURRÍCULO DA ONU/UNCTAD/ISAR DE 2011**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com os desafios trazidos por uma economia mais globalizada e com mais recursos tecnológicos, o profissional de contabilidade necessita ser dotado de qualificações, como conhecimentos em TI/SI, que o capacitem para atuar em um mercado de economia mundial. A preocupação



15
21
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

com a capacitação dos profissionais da contabilidade levou organismos internacionais a buscar uma harmonização das grades curriculares de diferentes países. A UNCTAD, órgão da ONU, elaborou uma proposta de Currículo Modelo (CM) desde 1999 com o intuito de suavizar as diferenças entre os vários sistemas de ensino nacionais. Essa pesquisa teve como objetivo investigar o grau de similaridade dos conteúdos sobre Tecnologia (TI)/Sistemas de Informação (SI) das grades curriculares dos cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis de IES públicas e privadas do município do Rio de Janeiro com os tópicos de TI/SI listados no CM vigente (UNCTAD, 2011). A pesquisa foi classificada quanto aos objetivos como descritiva, quanto aos procedimentos utilizados foi classificada como bibliográfica e documental e quanto à abordagem foi classificada como de caráter qualitativo. A amostra foi composta pelas seguintes IES: Faculdade do Rio de Janeiro (UNIESP), Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas (FCCAÉ), Faculdade Gama e Souza (FGS), Faculdade Machado de Assis (FAMA), Faculdade Moraes Júnior (FMJ - MACKENZIE RIO), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta pesquisa analisou todos os tópicos constantes do bloco específico de TI/SI no CM e para a realização do cálculo de similaridade foi atribuído "1" aos tópicos encontrados nas disciplinas das grades curriculares das IES pesquisadas e "0" para os tópicos que não estavam nos das ementas analisadas. Os resultados preliminares obtidos demonstraram uma baixo grau de similaridade entre as grades curriculares e o CM no que tange o conteúdo relacionado a TI/SI. Esse resultado é coerente com outros trabalhos, tais como, o estudo de Lay *et al.* (2016) que apontou um grau de similaridade de apenas 0,4% das grades curriculares dos cursos de graduação de Contabilidade das 16 IES catarinenses pesquisadas aos tópicos específicos do bloco de TI do CM.

REFERÊNCIAS

LAY, L. A. et al. Nível de Similaridade dos Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis de Instituições Catarinenses em Relação ao Currículo Mundial Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 68-81, 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Revised model accounting curriculum (CM)**. UNCTAD/DIAE/MISC/2011/ 1 (2011). Disponível em: http://unctad.org/en/docs/c2isar21_en.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

PARTICIPANTES: GABRIELA PEREIRA, MONICA Z Aidan GOMES

ARTIGO: 2072

TÍTULO: O CASO DA IDOSA SEMIANALFABETA: ESTUDO DE CASO SOBRE A DUPLA HIPERVULNERABILIDADE NA RELAÇÃO DE CONSUMO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto o estudo da dupla hipervulnerabilidade nas relações de consumo no direito brasileiro contemporâneo. Para isso, parte-se do pressuposto de que certos consumidores, que já possuem certas vulnerabilidades permanentes - físicas, sociais, econômicas - tornam-se ainda mais frágeis no âmbito da relação de consumo, recebendo a denominação de hipervulneráveis. Esta expressão, cunhada pelo Ministro Antônio Benjamin no REsp 586.316/MG do STJ sobre os celíacos, ressaltou que existem aqueles que, no vocabulário da disciplina, "são denominados hipervulneráveis, como as crianças, os idosos, os portadores de deficiência, os analfabetos e, como não poderia deixar de ser, aqueles que, por razão genética ou não, apresentam enfermidades que possam ser manifestadas ou agravadas pelo consumo de produtos ou serviços livremente comercializados e inofensivos à maioria das pessoas". Acontece que, em certas situações encontramos dois fatores que provocam esta vulnerabilidade agravada. Estamos diante do fenômeno ainda não estudado e sistematizado da dupla hipervulnerabilidade. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo a caracterização da dupla hipervulnerabilidade, a partir do estudo dos elementos dos conceitos de vulnerabilidade e de hipervulnerabilidade nas relações de consumo. Para a realização deste trabalho, pretende-se abordar a metodologia de estudo de caso, o que demanda um diálogo entre os aspectos particular e universal. O estudo de caso mostra as funções explanatórias, e não apenas descritivas ou exploratórias de estudos de caso único. Ademais, as lições que se podem tirar do estudo de caso têm a intenção de serem generalizáveis, mas também a de analisar em profundidade uma situação jurídica complexa. Dessa maneira, um estudo de caso pode ser a base para explicações e generalizações significativas. Sendo assim, escolheu-se abordar o caso objeto de julgamento de acórdão que trata de uma senhora maior de 60 anos e semianalfabeta que assinou um contrato de empréstimo com um banco sem entender o que estava fazendo e, sem ao menos desejar a contratação do empréstimo (TJPR. Apelação Cível nº.1.260.030-1. Rel. Francisco Gonzaga, em 11/02/2015). O dinheiro ficou depositado em sua conta sem seu conhecimento e, em seguida, começou a sofrer o desconto das parcelas mensais do empréstimo. A senhora ingressou em juízo para demandar a nulidade do contrato e receber danos materiais e morais oriundos de tal constatação. A partir deste caso ilustrativo, pretende-se abordar o conceito de vulnerabilidade, inerente às relações de consumo, o conceito de vulnerabilidade agravada ou hipervulnerabilidade, construída na jurisprudência e sistematizada pela doutrina e criar um conceito e uma sistematização do que seja a dupla hipervulnerabilidade. Além disso, pretende-se analisar como foi a solução do caso e como o caso concreto do consumidor influenciou ou deveria influenciar na decisão tomada no tribunal.

PARTICIPANTES: THAMIRES LIMA DE MORAIS, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 2094

TÍTULO: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA: EXERCÍCIO ESTATÍSTICO ACERCA DE UM POSSÍVEL DIÁLOGO INSTITUCIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Supremo Tribunal Federal (STF) recorre usualmente a julgados estrangeiros para fundamentação de suas decisões. Principalmente após o advento da Constituição da República de 1988 (CR/1988), percebe-se que também o acervo jurisprudencial de cortes internacionais passou a subsidiar o processo decisório constitucional brasileiro. Esse recente fenômeno ilustra a novel dinâmica de interação entre o direito doméstico e o direito internacional, a qual se denomina de "diálogo transconstitucional".

Neste trabalho, adota-se como pressuposto que o intercâmbio entre órgãos judiciais nacionais e internacionais é institucionalmente benéfico à administração da justiça. Tal posicionamento encontra fortes argumentos nas obras de Antônio Antônio Cançado Trindade, Christian Tomuschat e até mesmo Alain Pellet.

Em um primeiro momento, o artigo adota a metodologia de pesquisa empírica, especificamente, na modalidade quantitativa, a fim de verificar a frequência de utilização pelo STF de decisões proferidas pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal órgão judiciário das Nações Unidas. Utilizando-se do repositório de dados constante do website do STF analisaram-se as decisões, divididas entre decisões monocráticas e colegiadas, encontradas pelo sistema por meio da indexação dos termos "Corte Internacional de Justiça"; "Corte da Haia"; "Tribunal da Haia"; "CIJ"; "International Court of Justice"; "ICJ" e "Cour Internationale de Justice".

A fim de compreender a amostra coletada, procedeu-se à análise qualitativa dos 12 resultados obtidos, para aferir se as referências à jurisprudência internacional efetivamente influenciavam a *ratio decidendi* ou se apenas haviam sido citadas como argumento retórico, mero *obiter dictum*. Diante dos dados obtidos, é possível observar que, embora o STF profira decisões as quais recorram a precedentes da CIJ, o faz de modo mais protocolar do que, de fato, para fundamentar suas decisões. Nesse sentido, a principal contribuição deste artigo consiste em explicitar deficiências do diálogo transconstitucional brasileiro, especificamente, no que concerne à utilização de decisões de uma das mais importantes cortes internacionais.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: THATYANE ALECRIM AZEREDO, MARIANA GOUVEIA DE OLIVEIRA, CARLOS BOLONHA, JEAN PONTES

ARTIGO: 2242

TÍTULO: OFERTA E DEMANDA DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIÇOS EMPRESARIAIS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os Serviços Intensivos em Conhecimento (SIC) envolvem atividades econômicas que têm como objetivo a criação, acumulação ou disseminação de conhecimento, cujas empresas especializadas prestam serviços a outras empresas e organizações. A literatura aponta que este conjunto de atividades econômicas pode contribuir significativamente para a geração de valor, devido ao seu potencial inovador. Dentre estas atividades, destacam-se os serviços intensivos em conhecimento para empresas (KIBS, em inglês). A pesquisa no qual este trabalho se insere busca contribuir para a identificação dos ambientes de inovação e fornecer subsídios para uma discussão da relação entre ambientes de inovação e arranjos institucionais no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar os resultados alcançados até o momento do projeto de pesquisa, onde será possível mostrar uma classificação de Serviços Intensivos em Conhecimento para o Estado do Rio de Janeiro, fazendo assim uma caracterização, com base em fontes primárias e secundárias, dos KIBS no ERJ e um mapeamento da oferta e demanda de cursos de capacitação para esses segmentos. A metodologia da pesquisa se estruturou em cinco etapas. Em primeiro lugar foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos Serviços Empresariais Intensivos em Conhecimento e sua relação com a inovação e o crescimento econômico através do Portal de Periódicos CAPES utilizando as palavras-chave: KIBS inovação e desenvolvimento econômico. Foram selecionados somente artigos em revistas com fator de impacto maior que 1 e publicados nos últimos 5 anos. Esta revisão serviu de base para a delimitação do conceito de KIBS e, posteriormente, para a seleção dos segmentos mais importantes destes serviços para o Estado do Rio de Janeiro na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE/IBGE). Após a seleção dos segmentos relevantes, foram calculados para cada um destes segmentos os Quocientes Locacionais para todos os municípios do Estado a fim de identificar as demandas por capacitação. Em seguida foram mapeadas as ofertas de capacitação em cursos de nível técnico, superior e pós-graduação lato e stricto sensu para formação núcleo e acessória para os segmentos que se mostraram relevantes no Estado. Por fim, foi realizado o cruzamento entre oferta e demanda para identificação dos potenciais ambientes de inovação no ERJ. Os resultados reforçam a percepção de que os KIBS no Estado são fortemente concentrados na capital e na região metropolitana, e que o interior do estado, a despeito de algumas frentes de expansão, ainda carece de serviços intensivos em conhecimento para empresas e de oferta de capacitação de nível superior para sua mão-de-obra.

PARTICIPANTES: ELISAMA SILVA DE ALMEIDA, RENATA LÈBRE LA ROVERE, GUILHERME SANTOS

ARTIGO: 2282

TÍTULO: RELATÓRIO DE MONITORIA NO " CURSO DE EXTENSÃO: DIÁLOGOS FEMINISTAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM PSICOLOGIA E DIREITO"

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O Direito e a Psicologia, enquanto áreas do saber e conhecimento, de um modo geral, se desenvolveram mantendo um compromisso com as elites da sociedade, sem observar e considerar o contexto político. Ambas partem de uma concepção que individualiza os sujeitos em relação ao contexto no qual estão inseridos, adotando um caráter conservador, que não dialoga e se mantém distante das demandas sociais.

Os feminismos, por sua vez, surgem a partir da necessidade de reflexão e atuação sobre as dinâmicas de construção da sociedade, que têm efeito sobre a desigualdade e opressão de determinados grupos, sobre outros.

A formação universitária no Brasil ainda não se utiliza de autoras feministas, autoras que debatam questões relacionadas a temática de gênero e sexualidade, deixando uma lacuna na formação de muitos profissionais. Nesse sentido, e entendendo que pensar e discutir sobre feminismos é fundamental para pensar sobre a produção de subjetividades, e também para analisar a atual conjuntura de desigualdades e opressões de gênero, o Curso de Extensão "Diálogos Feministas e Práticas Profissionais em Psicologia e Direito" surge com a tarefa de ser um espaço de trocas, diálogos, aprimoramento e capacitação de profissionais das áreas de psicologia e direito, relacionadas à essas questões, como a garantia de direitos de mulheres, pessoas trans, sobretudo de mulheres negras e transexuais, sempre levando em consideração as questões de raça, bem como as condições econômicas, de sexualidade e de identidade de gênero.

PARTICIPANTES: JOSIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER, HELOISA MELINO DE MORAES

ARTIGO: 2336

TÍTULO: CRIME E LOUCURA: A PSIQUIATRIA COMO INSTRUMENTO DE SELETIVIDADE PENAL NO DIREITO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho visa abordar, através da perspectiva da criminologia crítica, a instituição da psiquiatria como instrumento de seletividade penal no ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase no recorte racial. Em um primeiro momento, busca-se traçar os contornos da estruturação do Direito Penal Brasileiro fundamentada na Escola Criminológica Positiva de Lombroso, baseada em um paradigma etiológico de crime e criminoso. Tal escola foi amplamente difundida no Brasil por Nina Rodrigues, que ao criar perfis de delinquência baseados nos grupos étnicos e, especialmente no homem negro, promoveu o desenvolvimento de uma concepção de criminalidade étnica no país. Em um segundo momento, busca-se compreender a interseção do pensamento positivo e a psiquiatria, como também, a lógica de adestramento e controle social dos corpos que esta possui. Já em um terceiro momento, objetiva-se analisar, de forma crítica, o instituto penal das medidas de segurança, que reflete na prática o encontro entre o Sistema Penal e a Psiquiatria. Esta abordagem terá enfoque nos grupos sociais atingidos e nas lacunas legais desse instituto, que possibilitam o Estado agir de forma arbitrária na execução dessas medidas. Por fim, haverá a exposição de três casos concretos que demonstram os pontos propostos pelo trabalho: o caso Ximenes Lopes, o Hospital Colônia de Barbacena e o caso de Marcelo Costa de Andrade, o Vampiro de Niterói.

PARTICIPANTES: LETÍCIA ROSA CORREIA, LUCIANA BOITEUX

ARTIGO: 2514

TÍTULO: DECRESCIMENTO: UM MODELO SUSTENTÁVEL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

RESUMO: Resumo

Este é um trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo apresentar a teoria do decrescimento econômico, por meio da discussão do sistema econômico atual ao qual estamos inseridos, levantando reflexões sobre as características inerentes ao seu funcionamento, assim como, as consequências sociais e ambientais da manutenção de um modelo econômico baseado no crescimento. Primeiramente é feita uma revisão teórica, começando por evidenciar diversos problemas inerentes ao modelo capitalista, assim como suas falhas e consequências. A seguir é levantado diversas deficiências e limitações do PIB, levando a uma reflexão sobre o conceito de felicidade, e sua possível correlação com o PIB. Após essas ponderações, são mostrados exemplos concretos de modelos a serem adotados em tal sociedade, os quais já existem no mundo. Essa obra é em especial importante nos dias de hoje, em que vivenciamos o agravamento dos problemas sociais e ambientais, fomentado pelo modelo produtivista estabelecido. Dado o nível de avanço tecnológico alcançado, é irresponsável não atentarmos a questões como a fome, a pobreza, a destruição ambiental, e a qualidade de vida, em um quadro em que produzimos mais alimentos e bens de consumo para atender a todas as necessidades humanas. Sendo assim, após ter se evidenciado a incompatibilidade do sistema capitalista aos limites sociais e ecológicos do planeta, foram encontrados diversos exemplos reais práticos a serem seguidos para uma transição a uma sociedade do decrescimento. Esse estudo visa a estimular o debate da teoria do decrescimento econômico como um modelo alternativo ao atual, a fim de construir uma sociedade melhor e mais justa em um futuro próximo.

PARTICIPANTES: RODRIGO COORSH, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 2582

TÍTULO: AS PORTAS DA LOUCURA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO LOUCO NO CURSO DO PROCESSO PENAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Dezessete anos desde a reforma psiquiátrica, introduzida pela Lei 10.216/01 e responsável por reestruturar a política de saúde mental no Brasil, seus efeitos não alcançaram de todo o sistema de cumprimento de medidas de segurança: subsiste a internação psiquiátrica baseada no modelo periculosista e hospitalocêntrico do Código Penal. O objetivo desta pesquisa é investigar a porta de entrada dos manicômios judiciários do estado do Rio de Janeiro através da análise dos procedimentos jurídicos e extra-jurídicos que constituem o sujeito louco no curso do processo penal (sobretudo através do incidente de insanidade mental e da internação provisória). Para isso, realizo um trabalho etnográfico centrado no HCTP Roberto de Medeiros (mas não limitado a ele) – manicômio judiciário fluminense que acatela os pacientes internados provisoriamente – em vias de ser examinados pela perícia que avaliará sua imputabilidade e selará o seu destino aos olhos do sistema de justiça criminal. Por meio de pesquisa empírica com presença no campo, entrevistas com seus personagens e de estudos de caso é que pretendo analisar, com auxílio de uma extensa revisão bibliográfica, a carreira moral dos indivíduos capturados pelo sistema de justiça criminal e duplamente estigmatizados: não apenas criminosos, mas criminosos e loucos, sujeitos à intervenção psiquiátrica compulsória. Situando minha investigação em meio a esse encontro entre o direito e a psiquiatria, procuro desvendar a colonização de um saber pelo outro e seus efeitos concretos sobre as vidas que encarcera.

PARTICIPANTES: VITOR COIMBRA MAYON TOVIL, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 2624

TÍTULO: JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTES DE CONFLITO: A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS NO PROCESSO DECISÓRIO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Por muito tempo, a teoria dos jogos esteve restrita aos estudos matemáticos e econômicos. Porém, desde a década de 1960, os estudos estratégicos incorporaram as contribuições da teoria dos jogos para a análise de situações de conflito de interesses na arena internacional que poderiam escalar para um conflito militar. O objetivo deste estudo é averiguar a aplicabilidade da teoria dos jogos no processo decisório, notadamente em situações de conflitos de interesses, pois, caso não houvesse dilema, não haveria jogo. Assim, o foco a ser analisado, utilizando metodologias teóricas factíveis com a temática, a partir de amostras secundárias, é a utilidade do conceito no julgamento e na tomada de decisão dos jogadores, à luz do processo negocial, e as possíveis cenarizações que redundam, mormente, nos melhores retornos em ambientes de conflito. A presente análise está voltada para o entendimento das condições que influenciam de maneira mais destacada o movimento das partes envolvidas em discordâncias internacionais pela visão holística da teoria dos jogos.

PARTICIPANTES: KAIQUE BINI SBAMPATO, ADRIANA MARQUES, JACINTHO MAIA NETO

ARTIGO: 2633

TÍTULO: A CONSAGRAÇÃO PARCIAL DA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo argumentar que o processo de redemocratização marcou o que é aqui tratado como uma consagração parcial da política de defesa brasileira enquanto política pública. Tradicionalmente, os Estudos de Defesa apoiaram-se em larga medida nas formulações teóricas advindas do campo das Relações Internacionais, com especial destaque à hegemonia teórico-epistemológica do paradigma realista. Por décadas, analistas internacionais dos grandes centros de pensamento buscaram compreender o comportamento das grandes potências no tabuleiro geopolítico mundial através da análise de fatores externos aos Estados, como a distribuição de capacidades militares, políticas e econômicas; assim como as relações de dependência e interdependência entre países.

No Brasil, muitos foram os esforços para adequar tais modelos analíticos à compreensão da inserção do país na ordem mundial, na busca pelo entendimento do processo de formulação de suas políticas externa e de defesa. Sem deixar de lado a importância de fatores externos para a composição das agendas políticas do país, em especial as de política externa e de defesa, este trabalho parte do pressuposto que as análises fundamentadas exclusivamente em fatores externos são insuficientes para uma precisa compressão da política de defesa nacional, sobretudo após as reformas legais e institucionais levadas a cabo com a redemocratização.

O trabalho apoia-se na literatura do campo das Políticas Públicas para argumentar que as reformas legais e institucionais ora referidas representaram um pontapé inicial para o rompimento do insulamento burocrático da política de defesa e sua consagração enquanto política pública ao 1) aproximar as estruturas político-burocráticas e o processo decisório da política de defesa ao das demais políticas públicas de Estado; 2) inserir novos atores domésticos em seu processo decisório; 3) "permeabilizar" os órgãos de segurança e defesa, aumentando seu



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

grau de interação com a sociedade e 4) instituir instâncias de controle interno e externo a tais órgãos. Entretanto, apesar desses avanços, argumenta-se ainda que restam entraves para que tal consagração seja plena, configurando, portanto, uma consagração tão somente parcial. Conclui-se com o apontamento de possíveis caminhos para a superação desses entraves.

PARTICIPANTES: ADRIANA MARQUES, LUÃ BRAGA

ARTIGO: 2639

TÍTULO: MAPEANDO O MINISTÉRIO DA DEFESA I: O PERFIL DOS MINISTROS DA DEFESA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente proposta insere-se no projeto "Observatório do Ministério da Defesa" vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que ainda está em sua fase inicial, de caráter descritivo e exploratório que tem como objetivos analisar a trajetória do Ministério da Defesa desde a sua criação e acompanhar seu funcionamento no presente. Para estudar o caso do Ministério da Defesa será utilizado o *process tracing* que permite a articulação de diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados. Essa tipologia de estudo de caso permite a investigação dos mecanismos causais "em ação". Com isso, nota-se que o *process tracing* difere de outros métodos de estudos de caso em razão do tipo de inferências que podem ser feitas a partir da existência, ou não, de mecanismos causais no caso estudado, que levam a um determinado resultado. Quanto aos procedimentos técnicos, serão coletadas fontes bibliográficas e documentais. Também será realizada uma pesquisa de campo.

Na primeira etapa da pesquisa está sendo dada uma especial atenção a dois aspectos do Ministério da Defesa que podem auxiliar na compreensão do padrão de relações civis-militares no Brasil contemporâneo: a política de ocupação de cargos no ministério e o seu desenho institucional, levando-se em conta as mudanças verificadas no organograma do ministério nestes quase vinte anos de sua existência. Este projeto de iniciação científica em particular concentrará seus esforços no estudo da trajetória dos ministros da Defesa, buscando traçar o perfil dos profissionais que exerceram esta função durante os processos de criação e institucionalização do ministério bem como identificar quais foram os principais assessores e assessoras que secundaram os ministros durante as suas gestões.

PARTICIPANTES: ADRIANA MARQUES, GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO, HELENA ARAUJO PINHEIRO

ARTIGO: 2644

TÍTULO: A TECNOCRACIA COMO SISTEMA DE PODER HEGEMÔNICO E COMO ELA ESTÁ INSERIDA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO REGIME CAPITALISTA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho trata da temática da tecnocracia como sistema de poder hegemônico e como ela está inserida nas relações de trabalho no regime capitalista. Para a filosofia crítica de Adorno e Horkheimer, tecnocracia é o conceito de uma classe dominante que tem suas ações baseadas nas demandas tecnológicas, dominando pessoas e entidades governamentais de acordo com seus próprios interesses, a partir da legitimidade ideológica da ciência como um poder-saber auto-legitimado. Um exemplo disso é o trabalho "home Office", que com o constante aprimoramento da internet torna-se cada vez mais comum. O indivíduo trabalha de casa e por consequência perde a diferenciação do seu tempo livre, que poderia ser utilizado para o prazer, com o seu tempo de trabalho prontificando-se quase que 24h por dia a atender as demandas do patrão, em um regime reconfigurado de mais-valia. Ademais, esse tipo de relação faz com que o trabalhador permaneça cada vez mais em casa, refém do celular e computador, o que o distancia de relações interpessoais e até do meio ambiente. Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de demonstrar como a gestão tecnocrática faz parte de um projeto político de alienação global da vida humana, impedindo a compreensão pessoal acerca da sua própria realidade social e suas contradições concretas, usando ainda a legitimidade da racionalidade científica como uma barreira contra qualquer tipo de contestação. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva, com o objetivo de compreender de que maneira a racionalidade da sociedade moderna não produziu a autonomia da condição humana, mas antes a inseriu em um dispositivo econômico, social e político de dominação e de controle da subjetividade. Quanto aos meios, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Bibliografia Sumária:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Trad. de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.

PARTICIPANTES: RENATO NUNES BITTENCOURT, MARINA OLIVEIRA PADILHA

ARTIGO: 2656

TÍTULO: O ART. 19 DA CONVENÇÃO AMERICANA: UMA POSSÍVEL JURISPRUDÊNCIA PENAL JUVENIL INTERAMERICANA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Tem-se notado, em âmbito internacional, uma crescente preocupação pela proteção dos direitos fundamentais de grupos vulneráveis. Para tal, surgiram, ao longo do século XX, diversos sistemas de proteção e órgãos internacionais vinculados ao discurso dos direitos humanos e, dentre eles, o "sistema interamericano". Tratando essencialmente da violação dos direitos humanos por parte de Estados da América Latina, o sistema interamericano, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), é o aparato jurídico transnacional responsável por trazer o último resquício de esperança àqueles que tiveram seus direitos mais básicos violados, estruturando-se, basicamente, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Os grupos vulneráveis, então, seriam o objeto das ações do sistema de proteção interamericano. Buscando atender as especificidades que cada grupo étnico-social em desvantagem necessita, a CIDH e a Corte IDH têm como objetivo tornar as sociedades latino-americanas mais justas. E é nesse ponto em que entra a importância da manutenção dos *direitos da criança* - garantindo que os Estados-partes cumpram seus deveres em relação à proteção da criança e do adolescente, é possível permitir que, num futuro, as desigualdades de oportunidade diminuam.

Proteger a criança representa proteger o futuro das nações, e, portanto, faz-se necessário o estudo sobre a jurisprudência da Corte



15
21
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Interamericana em casos que envolvam a violação dos direitos da criança, positivados no artigo 19 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e aprofundados na jurisprudência da Corte Interamericana. Para isso, foram selecionados os casos contenciosos *Villagrán Morales e outros vs. Guatemala* (1999-2001), *Instituto de Reeducação do Menor vs. Paraguai* (2002), *Bulacio vs. Argentina* (2003) e *Atala Ríffo e crianças vs. Chile* (2012), além da *Opinião Consultiva Nº 17* (2002) e das medidas provisionais a respeito do Brasil, sobre os assuntos das *crianças e adolescentes privados de liberdade no "Complexo de Tatuapé" da FEBEM* e da *Unidade de Integração Socioeducativa* (UNIS). Tal escolha foi motivada pela influência internacional dos casos mencionados, tendo em vista os casos mais comentados envolvendo a violação ao art. 19, o qual versa sobre a proteção da criança, abrangendo as maneiras objetivas de violação e as violações mais subjetivas. A partir dos casos analisados, numa lógica indutiva, observou-se uma tendência na jurisprudência da Corte IDH a respeito da violação do art. 19 e suas contramedidas: a necessidade de regulamentação dos sistemas socioeducativos ou de justiça penal juvenil pautada nos direitos humanos, em especial, os direitos humanos das crianças. Tal observação, em fins práticos, pode levar a grandes benefícios, como uma utilização dos casos estudados com a finalidade de litígio estratégico em direitos humanos e, com isso, tornar mais palpável o acesso à Corte IDH em casos análogos.

PARTICIPANTES: DANILO SARDINHA MARCOLINO, SIDDHARTA LEGALE FERREIRA

ARTIGO: 2674

TÍTULO: DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DE QUINZE MUNICÍPIOS FLUMINENSES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Os municípios brasileiros, a partir da Constituição Federal de 1988, foram erigidos à condição de entes federativos autônomos, com competências determinadas, dentre elas o poder-dever de promover a política de desenvolvimento e expansão urbana, através (dentre outros instrumentos) do plano diretor, eleito constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana municipal.

Neste contexto, assumem especial relevância questões como: o que efetivamente foi implementado do plano diretor nesses municípios? Que cenário e perspectivas emergem, para a política urbana no Brasil, a partir do maior ou menor grau de implantação desses planos? Que ajustes seriam necessários no modelo de plano diretor adotado no país? Desse modo, o intuito do presente trabalho, e da pesquisa que o alimenta, é o de enfrentar e de refletir a respeito de tais questões, tendo por referência os municípios fluminenses.

Neste projeto, objetiva-se incorporar a visão de diversos atores sociais que participam do processo de elaboração e tem importância decisiva na aplicação dos planos diretores como o executivo municipal, a assim chamada "sociedade civil" (em suas distintas frações), representantes do legislativo municipal e outros agentes de relevância local. Além disso, pretende-se analisar dados socioeconômicos e de dinâmica urbana para produzir dados confiáveis que possam aportar evidências um pouco mais objetivas a respeito do cenário acima aludido, e que possam ser contrastados com as narrativas dos agentes do campo, reforçando-as ou não, e, sobretudo, fornecendo referências para a interpretação delas.

As etapas previstas para o projeto, que tem previsão de término em 2019, são: (i) análise legislativa (Planos Diretores e Legislações urbanísticas municipais em geral); (ii) análise bibliográfica sobre o tema em geral e sobre os municípios em particular; (iii) coleta e análise de dados socioeconômicos e de aplicação/revisão do plano diretor nos municípios objeto da pesquisa; (iv) pesquisa de campo com representantes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da sociedade civil, em cada um dos municípios objeto da pesquisa; (v) análise de dados e elaboração de conclusões finais.

Assim, buscou-se atender aos critérios de representatividade e relevância da amostra proposta na pesquisa. O universo empírico da presente pesquisa compreende a análise de 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre eles: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda, em decorrência do critério populacional e Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaperuna, Nova Friburgo e Três Rios por representarem regiões de governo. Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca inspiração no método sócio-jurídico-crítico, que objetiva captar as interações e mútuos condicionamentos entre a instância jurídica e as demais instâncias de regulação da vida social.

PARTICIPANTES: THAMARA FRANCISCONI VIEIRA PEREIRA, ALEX FERREIRA MAGALHAES, AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA, JÚLIA DE CASTRO ALEIXO

ARTIGO: 2710

TÍTULO: COMPETÊNCIAS DOCENTES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo principal deste estudo é identificar competências docentes, percebidas pelos alunos do curso de Administração da UFRJ, como fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Pretendeu-se, ainda, verificar o grau de domínio dessas competências pelos docentes na visão dos alunos. A comparação entre as competências fundamentais e as detidas pelos docentes permitiram avaliar as lacunas de competências que necessitam investimento em ações educacionais para seu desenvolvimento. Para tanto, foram revisados artigos científicos sobre competências e competências docentes. Para a pesquisa empírica, adotou-se o método misto e de natureza descritiva. A etapa qualitativa foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas individuais com oito discentes do curso de Administração, que permitiram definir competências consideradas fundamentais aos docentes. Essas competências fizeram parte de um *survey* realizado a partir de um questionário estruturado a ser respondido em dois tipos de escalas Likert. Primeiramente, os discentes deveriam avaliar o grau de importância de cada competência e, em seguida, o grau de domínio. Uma vez que as disciplinas da área de exatas são as que os alunos mais reprovam no curso, decidiu-se avaliar as competências docentes em dois blocos: das áreas de Exatas e demais áreas do curso. Como resultado, a etapa qualitativa mostrou a existência de oito competências fundamentais para o exercício da docência, a saber: (C1) Planejar as aulas, apresentando o conteúdo de forma organizada, em uma sequência lógica, alinhado à ementa da disciplina; (C2) Relacionar-se com os alunos, de forma educada, demonstrando preocupação com sua aprendizagem, respeitando suas características individuais; (C3) Ministrar o conteúdo, de forma segura, alinhando conhecimentos teóricos e práticos e esclarecendo dúvidas dos alunos; (C4) Empregar, sempre que possível, diferentes estratégias de ensino-aprendizagem (seminários, aulas expositivas, casos de estudo, dentre outros) ou formas diversas de explicar o mesmo conteúdo, a fim de despertar a participação ativa do aluno; (C5) Realizar avaliações de desempenho compatíveis com o conteúdo ministrado em sala de aula; (C6) Atender alunos extraclasse, a fim de orientar em atividades relacionadas à disciplina; (C7) Comunicar-se, com clareza, apresentando tom de voz e ritmo de fala compreensíveis pelo aluno e (C8) Realizar atividades que estimulem a realização de pesquisas ou busca de informações que contribuam para a aquisição de novos conhecimentos. Quanto à etapa quantitativa, a competência considerada mais importante para os docentes da área de exatas foi a C1 e a com menor domínio a C8. Nas demais disciplinas a mais importante foi a C3 e a com menor domínio foi a C6. Várias competências revelaram que são necessárias ações para o seu desenvolvimento dadas as lacunas entre grau de importância e domínio.

PARTICIPANTES: ERLISON FREIRE, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 2735

TÍTULO: **O DIREITO ENTRE A CIÊNCIA, A MORAL E A POLÍTICA: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ABORTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O instituto das audiências públicas na jurisdição constitucional surgiu como alternativa a um desafio cada vez mais frequente no exercício do controle de constitucionalidade: o de julgar sobre uma realidade a qual os Ministros não detêm suficiente conhecimento. Como na esfera administrativo-regulatória, também no campo judicial, dados e informações mostram-se necessários para que algumas decisões sejam tomadas.

A audiência pública materializa o reconhecimento de que julgadores necessitam do apoio de outros saberes científicos, já que o mecanismo permite que, diante de matérias e circunstâncias de fato que não costumam ser objeto de estudo do campo jurídico, os Ministros possam decidir com mais propriedade, amparados pelo conhecimento de especialistas.

A pesquisa pretende preencher alguns campos lacunosos sobre estudos de Direito e Ciência no Brasil, verificando se os tribunais, em especial o Supremo Tribunal Federal, que atua no controle de constitucionalidade das leis, utilizam-se de argumentos científicos para formar uma compreensão sobre fenômenos que lhe são apresentados e tomar sua decisão e se o espaço das audiências públicas se apresenta como arena argumentativa em que os expositores buscam o convencimento dos Ministros.

O fato é que o instituto, que surge como instrumento para que matérias estranhas ao Direito possam ser julgadas com maior conhecimento de causa, passa a ser utilizado de maneira a demonstrar outra intenção por parte da Corte, de modo que se pode dizer que os Ministros do STF não convocam audiências públicas com a única finalidade de esclarecer circunstâncias fáticas.

Supomos que sua convocação tem mais de um objetivo. As audiências públicas não deixam de informar os Ministros acerca da realidade sobre a qual irão julgar, só que, além disso, revelam-se instrumento de legitimação da atuação do STF, já que revestem suas decisões de certa carga democrática, dado que os especialistas as utilizam como espaço de argumentação.

Pretende-se analisar, por estudo de caso, a condução das audiências públicas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, posto que o processo, ao que tudo indica, não se restringe exclusivamente às controvérsias de fato e ao desconhecimento científico, já que pela própria relação de habilitados à exposição oral, nota-se o intenso debate político e moral no espaço do STF.

A pesquisa qualitativa recorre a fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais, com destaque à exposição oral das audiências públicas da ADPF 442. Procura-se demonstrar como as audiências públicas realizadas pelo STF para o Caso do Aborto não se restringem a limites científicos, traçando comparações entre o processo estudado e outros julgamentos, precedidos pelo mesmo instituto.

PARTICIPANTES: BERNARDO BURLAMAQUI, MARGARIDA CAMARGO

ARTIGO: 2746

TÍTULO: **A HISTÓRIA DO DIREITO E O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO SÉCULO XIX**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa à qual o presente trabalho se refere teve início por meio de visitas ao Arquivo Nacional, com intuito de pesquisar, estudar e compreender a dinâmica de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Foram investigados processos jurídicos relativos à construção do sistema de abastecimento de água potável na cidade, que contribuíram para o próprio recolhimento de dados da pesquisa, assim como permitiram uma comparação entre a criação de uma demanda por uma legislação mais elaborada e sua gênese (law-in-the-making) e, ao mesmo tempo, a prática seguida nos tribunais (law-in-action) no âmbito dos primeiros processos jurídicos conduzidos no país em relação à construção da infraestrutura de água potável. Também foram averiguados os danos causados por essas obras particulares. Tais processos foram objeto de julgamento pela Casa de Suplicação do Brasil e pelo Supremo Tribunal de Justiça nos anos de 1810-1880, e estão contidos nos domínios do Arquivo.

Acrescida à pesquisa bibliográfica realizada no Arquivo Nacional, foi realizada uma extensa análise bibliográfica; visto que a temática de abastecimento de água potável no período evidenciado não preocupava, em geral, juristas da época, a bibliografia usada para o estudo do panorama histórico da pesquisa consiste sobretudo de textos das áreas da Antropologia, Sociologia, e, principalmente, História.

Assim, os objetivos consistiram na obtenção de um aprendizado sobre métodos historiográficos de pesquisa, somados com a análise da bibliografia selecionada, com o propósito de auferir suporte para uma contextualização rudimentar da época, bem como fazer uma comparação entre a gênese das leis (law-in-the-making), e subsequente formação do Direito pelo próprio procedimento (law-in-action), no plano dos primeiros processos jurídicos regulados no país em relação à construção da infraestrutura de água potável.

Na apresentação, será explicado mais minuciosamente o viés da pesquisa, serão exemplificados os dados e informações recolhidos de acordo com tal pesquisa, configurados como o panorama histórico, seguidos pela metodologia utilizada, os objetivos cumpridos, as dificuldades e contratempos que foram apresentados, a explicação dos casos concretos, e, para finalizar, os resultados alcançados.

PARTICIPANTES: CLARICE CORBELLA CASTELO BRANCO, PAULO HENRIQUE SAAVEDRA DOS SANTOS, FERNANDA FERNANDES FIGUEIREDO DE SANTANA, HANNA SONKAJARVI

ARTIGO: 2768

TÍTULO: **REFETTORIO GASTROMOTIVA - ANÁLISE DE MARKETING DE UMA ORGANIZAÇÃO QUE LUTA CONTRA A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DEPERDÍCIO DE ALIMENTOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresentado à disciplina Análise de Marketing, o estudo de caso aqui apresentado tem como objetivo aplicar conhecimentos adquiridos em atividades de atividades produtivas não convencionais, neste caso no *Refettorio Gastromotiva*. O *Refettorio*, uma iniciativa da jornalista brasileira Ale Forbes e dos chefs italiano Massimo Bottura (da organização sem fins lucrativos *Food for Soul*) e do brasileiro David Hertz da *OSCIPI Gastromotiva*, que procura "contribuir na luta contra o desperdício de alimentos, má nutrição e exclusão social" (REFETTORIO GASTROMOTIVA, 2018) enquanto promove a dignidade das pessoas em situação socialmente vulnerável.

O *Refettorio Gastromotiva* serve jantares gratuitos à população em vulnerabilidade, principalmente moradores de rua, além de promover o treinamento e capacitação profissional de jovens de baixa renda e oferecer palestras e *workshops* para estimular uma alimentação saudável. As refeições servidas à população em vulnerabilidade social são feitas com ingredientes doados que seriam descartados, mas ainda estão bons



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

para o consumo. Os alimentos são preparados por uma equipe formada por jovens capacitados por cursos oferecidos pela ONG *Gastromotiva* sob a orientação e supervisão de um chef renomado convidado e servidos por voluntários que se inscrevem *online*.

Foi traçado um panorama sobre a história do *Refettorio*, elencando suas características e os serviços prestados. Posteriormente, se analisa a orientação empresarial da organização e o tipo de marketing adotada pela mesma, concluindo que a mesma se encaixa na prática do marketing societal. Tendo identificado sua orientação, o estudo de caso vira sua atenção para a estratégia de marketing em si. Logo, o texto elabora sobre as conclusões tiradas acerca dos 7P's de Marketing - 4 referentes ao tradicional Marketing Mix e mais 3 devido ao objeto do estudo ser um serviço. Em seguida, são analisados os ambientes externo sob a ótica das macroforças - sociedade, política, economia e meio ambiente - e suas ameaças e oportunidades e sob a ótica das microforças - fornecedores, consumidores, mão de obra e concorrentes - e suas forças e fraquezas. Após, se avalia o ambiente interno (7 P's) e a luz da concorrência ao serviço prestado. Por fim, são analisados o comportamento do consumidor, a segmentação do mercado e o posicionamento da organização.

PARTICIPANTES: ELISA NESI ROCHA, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 2787

TÍTULO: MAPEANDO O MINISTÉRIO DA DEFESA II: DESENHO INSTITUCIONAL E PRINCIPAIS POLÍTICAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente proposta insere-se no projeto "*Observatório do Ministério da Defesa*" vinculado ao *Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa* do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que ainda está em sua fase inicial, de caráter descritivo e exploratório que tem como objetivos analisar a trajetória do Ministério da Defesa desde a sua criação e acompanhar seu funcionamento no presente. Para estudar o caso do Ministério da Defesa será utilizado o *process tracing* que permite a articulação de diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados. Essa tipologia de estudo de caso permite a investigação dos mecanismos causais "em ação". Com isso, nota-se que o *process tracing* difere de outros métodos de estudos de caso em razão do tipo de inferências que podem ser feitas a partir da existência, ou não, de mecanismos causais no caso estudado, que levam a um determinado resultado. Quanto aos procedimentos técnicos, serão coletadas fontes bibliográficas e documentais. Também será realizada uma pesquisa de campo.

Na primeira etapa da pesquisa está sendo dada uma especial atenção a dois aspectos do Ministério da Defesa que podem auxiliar na compreensão do padrão de relações civis-militares no Brasil contemporâneo: a política de ocupação de cargos no ministério e o seu desenho institucional, levando-se em conta as mudanças verificadas no organograma do ministério nestes quase vinte anos de sua existência. Este projeto de iniciação científica em particular concentrará seus esforços no estudo do desenho institucional do Ministério da Defesa, verificando quais foram as mudanças ocorridas no organograma da pasta e as estruturas que foram criadas e extintas ao longo do tempo. O projeto também procurará identificar quais foram as principais ações desenvolvidas pelas secretarias vinculadas a essa pasta.

PARTICIPANTES: ADRIANA MARQUES, KLEBER ALONSO, PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

ARTIGO: 2853

TÍTULO: UMA ANÁLISE DO DESENHO INSTITUCIONAL FLUMINENSE SOB O OLHAR DA PERDA DA CAPACIDADE FINANCEIRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Decreto 45.692 de 17 de junho de 2016. Estava exposta a incapacidade da Administração Pública fluminense em gerir o estado. No documento, as razões alegadas são a: "grave crise econômica, a queda da arrecadação do ICMS e dos *royalties* do petróleo e severas dificuldades na prestação de serviços essenciais". Todas estas podem ser vistas como as causas das convulsões na área da saúde, na educação e na segurança pública e nos órgãos fiscalizadores que assombram a realidade estatal. Embora não seja passível de controversa, a administração pública não foi a única incipiente com o fato que assola as contas públicas estatais.

Neste sentido, faz-se necessário investigar o problema mais, principalmente no que concerne à saúde das contas públicas e no poder de arrecadação do Rio de Janeiro. É objeto do presente trabalho a investigação do impacto no desenho institucional fluminense iniciado pela transição da capital federal e consolidado pela constituinte de 88. A hipótese, qual funciona como pedra angular, é de que os efeitos da crise poderiam ter sido minorados, se a remodelagem no poder aquisitivo estatal fluminense apreciasse as suas especificidades e necessidades. A Constituição, ao propor isonomia entre os entes federativos, não considerou como isto viria a afetar a economia dos estados que se encontrava em clara disparidade, o que, por sua vez, prejudicou o pleno funcionamento da máquina burocrática do estado.

Portanto, o mais amplo propósito da presente arguição é denunciar que os efeitos sistemáticos que deságuam na crise do Estado do Rio de Janeiro só se fizeram sentir em razão deste projeto constitucional e institucional desatento às carências fluminenses. Atingindo maior particularidade, este engessamento deveria ser contrabalanceado por pitadas de medidas em pequena escala para tratar as peculiaridades de cada ente federativo. Por isto, o marco teórico que ampara a pesquisa é a teoria institucional, baseada na obra "*Mechanisms of Democracy*", de Adrian Vermeule e a obra de Dircêo Torrecillas Ramos em "*o Federalismo Assimétrico*".

Quanto à metodologia que aqui se aplica Quanto à metodologia que aqui se aplica, segue-se o critério hipotético-dedutivo, compreendendo o modelo analítico de pesquisa, uma vez que se sustenta na produção do legislador constituinte brasileiro e na atuação do Executivo federal e estadual.

PARTICIPANTES: MILAYNE DOS SANTOS PEREIRA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE, CARLOS BOLONHA, HUDSON ELISIO CAMARA MENDES SAMPAIO

ARTIGO: 2940

TÍTULO: A CARREIRA DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS NO SÉCULO XXI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A valorização do capital intelectual tem feito com que as organizações, cada vez mais, invistam nas pessoas, ou seja, nos seus recursos humanos, buscando desenvolvê-los através de um plano de carreira, com o propósito de alcançar seus objetivos institucionais. A presente pesquisa pretende analisar a estrutura do plano de carreira dos Oficiais do Exército Brasileiro, bem como, descrever as etapas e os requisitos



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

necessários para atingir o mais alto posto da carreira. A pesquisa teve por base documentos oficiais, livros, artigos e monografias, sob a ótica qualitativa. O referencial teórico está fundamentado na Teoria da Burocracia Weberiana, além das teorias motivacionais de Maslow, Herzberg e McClelland, buscou-se, também, abordagens da Administração de Recursos Humanos com foco na Gestão Estratégica de Pessoas. Em um ambiente de rápidas mudanças que atualmente cerca as instituições, observa-se que o seu sucesso no mundo moderno depende, cada vez mais, das pessoas, conforme nos relembram Schermerhorn et al (1999, p.86) "Só quando as pessoas tiverem entusiasmo e forem capazes, as organizações poderão atingir alto desempenho. Só quando as pessoas tiverem a sensação de satisfação pessoal em seu trabalho, será possível alto desempenho numa base contínua". Nesse contexto, entende-se que o Ministério da Defesa, como uma das instituições integrantes do sistema de defesa do nosso País e sob os impactos da globalização e dos avanços constantes da tecnologia, só conseguirá alcançar seus objetivos e cumprir suas missões se houver um maior investimento no desenvolvimento de seus recursos humanos.

PARTICIPANTES: JACINTHO MAIA NETO, JOSE ALVES DE LIMA, ADRIANA MARQUES

ARTIGO: 2953

TÍTULO: APROXIMAÇÕES ENTRE O ATIVISMO DIGITAL E A PICHANÇA POLÍTICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O advento das mídias sociais e seus recursos contribuiu para a interação remota entre os indivíduos. Essas redes sociais digitais são utilizadas para os mais variados fins, e, recentemente, tem-se como um acontecimento recorrente, o seu uso como ferramenta de organização de movimentos sociais. Apesar de a pichação política ser uma forma de expressão e comunicação antiga, observa-se que seu uso tem crescido de maneira exponencial no Brasil desde as manifestações de 2013, também favorecidas pelas funcionalidades das referidas mídias. Por esses motivos tornou-se pertinente indagar sobre as relações entre os fenômenos supracitados. Para tal, foi necessário o estudo dos seguintes conceitos que compuseram o referencial teórico: política e democracia, ativismo digital, mídias sociais e pichação política. Objetivou-se analisar o ativismo digital a fim de compreender sua ligação com a pichação política. Para isso esperou-se analisar o cenário político a partir do monitoramento de mídias sociais, compreender o fluxo informacional de comunidades digitais para entender suas dinâmicas de comunicação e estudar as discussões online sobre o tema a fim de compreender a pichação política. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório que utilizou como metodologia a análise do discurso e a netnografia e como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário e como abordagem ao campo empírico a observação sistemática. Concluiu-se que esta forma de pichação é uma maneira de se expressar politicamente.

PARTICIPANTES: ALICE RIBEIRO DE ANDRADE SILVA, JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO

ARTIGO: 2960

TÍTULO: JUNTA LOCAL: UMA ANÁLISE DE MARKETING DE UMA EMPRESA DE ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é fazer uma Análise de Marketing utilizando os conceitos aprendidos ao longo da disciplina Análise de Marketing. A organização escolhida foi a "Junta Local", uma feira mensal idealizada por três jovens do Rio de Janeiro que busca resgatar o contato do produtor com o consumidor e prioriza o preço justo, além de ter como um de seus princípios a venda de produtos orgânicos e com uma qualidade mais natural. Atualmente a Junta Local é uma empresa e conta com os setores típicos de uma organização, como por exemplo o financeiro e marketing.

A escolha foi feita com base nos critérios estabelecidos durante uma aula Análise de Marketing da professora doutora Rita de Cassia Monteiro Afonso de que fosse uma organização com o foco relacionado à redução da fome e/ou agricultura sustentável, um dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Uma vez que muitos países no mundo possuem populações abaixo da linha da pobreza, o seu acesso a recursos básicos como alimentação é precário.

Como metodologia foram analisados os perfis em redes sociais da empresa para verificar o que é ofertado por ela, seu público e espaço de atuação, além de terem sido feitas entrevistas com os organizadores da feira durante uma pesquisa de campo realizada na Praça Santos Dumont, Gávea, que é um dos espaços de atuação dela.

As entrevistas foram analisadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) visando a conexão com princípios da Administração e do Marketing, e os dados coletados foram analisados visando identificar os 4 P's (Preço, Produto, Praça e Promoção), os 3P's (Pessoa, Physical Evidence e Processo) de serviço visto que enquadrar-se como um serviço ofertado à população, sua segmentação de mercado e seu posicionamento de forma a saber o que/quem se quer atingir e como fazê-lo.

Ademais, foi feita uma análise da concorrência e identificação de um problema, bem como sua solução. A concorrência encontrada se relaciona a feiras de eventos gastronômicos e feira orgânica em locais próximos aos locais em que ocorrem a Junta Local, mesmo essa sendo periódica.

PARTICIPANTES: PRISCILLA JULIASSE DE FREITAS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 2963

TÍTULO: MERCADO VIVO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos, assim como os métodos utilizados, na coprodução entre a mentoria oferecida pela USIS (Unidade de Suporte à Inovação Social) e o mercado de trocas dentro da UFRJ. Esse projeto de extensão é um projeto multidisciplinar que envolve vários diferentes cursos da UFRJ, entre eles, a FACC (Faculdade de Administração e Ciências Contábeis). E seu objetivo é realizar a troca de conhecimentos entre a universidade e inovadores sociais na cidade do Rio de Janeiro. O Mercado Vivo consiste em uma feira de trocas, baseada na economia colaborativa. Tais barganhas podem ser de matérias físicas e/ou de saberes, além de haver espaços para produção de artesanatos. A exposição acontece toda terça-feira, na praça ao lado do bandeirão do curso de Letras e uma vez por semana no corredor do Centro de Tecnologia. Para a pesquisa, o grupo utilizou o Facebook Business que consolida e divulga informações baseadas em páginas de sucesso, gerando práticas que levam ao crescimento da divulgação. Além disso, utilizando a pesquisa da Quartz - agência norte-americana que divulga notícias sobre a nova economia global - sobre os países que mais consomem informações pelo Facebook, elaboramos o modo com que as postagens seriam feitas. Ademais, baseou-se também em um Plano de Comunicação produzido pelos extensionistas, com a orientações dos professores. A execução do projeto, por sua vez, foi conduzida por meio de visitas ao Mercado analisando suas forças e fraquezas. Além disso, foram feitas observações do público presente no evento e elaborado e aplicado um questionário com objetivo de entender sua motivação e percepção. Com isso, foi possível identificar quais cursos eram mais frequentes e/ou tinham maior afinidade com o tema de economia colaborativa. A partir daí, foi investigado a estrutura física do local para possível divulgação de pôsteres e afins, os cursos



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2016

em que os estudantes circulam para estruturar o Plano de Comunicação (qual tipo, onde etc), onde foram identificados possíveis multiplicadores de comunicação em cada curso ou centro da UFRJ. Já em relação as mídias sociais, se fez uma análise sobre o alcance do Mercado Vivo na internet em sites de pesquisa (Google, Bing e Facebook) e o levantamento de dados sobre as melhores práticas para divulgação nas redes sociais. Por fim, como resultado, foi identificado que os CA's e Atléticas eram os melhores disseminadores do Mercado Vivo dentro da UFRJ. Em redes sociais, o Facebook é o melhor meio de divulgação, sendo utilizado para postagens semanais com posts que continham fatos e fotos sobre o evento. Ainda foi elaborado um pequeno manual de dicas sobre momentos e formas adequadas de comunicação no Facebook, baseado em informações publicadas pela própria Ferramenta.

PARTICIPANTES: JOÃO MANOEL LIMA E SILVA, IGHOR RODRIGUES, ISABEL CRISTINA PACHECO DE SOUZA, PAULO CESAR LOPES PEREIRA, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 3011

TÍTULO: O BOOM DAS COMMODITIES DE 2003 A 2011: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTA DAS COMMODITIES NAS TAXAS DE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NO BRASIL.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho busca analisar os impactos que o *boom* das *commodities*, ocorrido entre 2003-2014, gerou no recebimento de investimento externo direto do país. No período supracitado ocorreu uma valorização dos preços das *commodities* em função principalmente do aumento da demanda chinesa desses países, influenciando positivamente a balança comercial dos países exportadores desses bens.

É reconhecido que as flutuações dos preços das *commodities* têm um impacto relevante nas receitas fiscais e nos regimes cambiais dos países altamente dependentes das suas exportações. Nesse sentido, o resultado dessa volatilidade é a redução das taxas de investimento e crescimento no longo prazo (Carneiro, 2012). No entanto, como o *boom* dos anos 2000 foi o maior em termos de duração e de elevação dos preços, o país pode ter atraído mais investimento externo direto, em função dos maiores retornos nos setores primário-exportadores e do aumento do mercado interno, decorrente do aumento da renda e estabilização da economia após o Plano Real.

O presente trabalho se propõe a averiguar se há uma relação entre a elevação dos preços das *commodities* e o recebimento de investimento tanto globalmente, quanto setorialmente, considerando os setores primário, secundário e terciário.

Através dos dados de Produto Interno Bruto, Investimento Externo Direto, Fusões e Aquisições e investimentos de *greenfield*, obtidos na base de dados da UNCTAD e do Banco Central do Brasil, foi observado que durante o período de elevação dos preços das *commodities* houve um aumento na recepção do investimento externo direto em termos absolutos.

PARTICIPANTES: TALITA FERREIRA, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 3016

TÍTULO: O IMPACTO DO PNAES NA RETENÇÃO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA GRADUAÇÃO DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Sistemas de assistência estudantil são instituídos para auxiliar a permanência de alunos carentes no ensino superior. Apesar dos significativos recursos alocados para o apoio à permanência destes alunos, não se sabe a extensão dos efeitos para a efetiva retenção destes alunos. Os sistemas são criticados pelo gasto sem que se tenha clareza da extensão dos benefícios, visto que a retenção dos alunos passa por outros fatores como desempenho acadêmico que pode não ser influenciado pelo sistema. A questão central é: este sistema assistencial possui resultados positivos na retenção de alunos nas universidades? Quantos alunos em média deixaram de trancar a matrícula ou desistir da faculdade por causa de bolsas de permanência? Quais são seus outros benefícios e como o programa poderia ser aprimorado? Os passos que levam até a apresentação do resultado é levantamento dos dados de matrículas das Instituições de Ensino Superior da base do Censo de Ensino Superior do INEP. Criação de métricas para identificação de trancamento e abandono de vaga, estimação do impacto de bolsas na diminuição de trancamento. O estudo se estruturará pela comparação intertemporal da taxa de evasão antes de depois da implementação do programa no grupo de tratamento. O grupo de tratamento é o grupo de alunos que receberam a bolsa. O método empregado será a regressão de dados em painel entre os anos 2009 e 2016. Pretendemos atualizar uma empreitada semelhante a tomada por Saccaro, França e Jacinto (2016), que fizeram a estimação dos impactos do programa com os dados de 2009 a 2012. Os resultados do estudo apresentam impacto negativo (assistência reduz evasão) e significativo nos anos anteriores à crise (2015 e 2016) quando a regressão é feita com efeitos aleatórios e significativa entre 2009 e 2013 quando feita com efeitos fixos.

PARTICIPANTES: LUCAS CARVALHO DOS SANTOS, EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

ARTIGO: 3017

TÍTULO: A GAMIFICAÇÃO NA PREPARAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As transformações tecnológicas contemporâneas e a redução dos custos dos dispositivos eletrônicos possibilitam novos ritmos e impõem reflexões sobre as atividades educacionais, trazendo a necessidade de se repensar práticas e elaborar novas estratégias no processo de ensino e aprendizagem. Apesar da facilidade de acesso a um amplo leque de informações, muitos jovens limitam o desenvolvimento pleno de seu potencial ao restringir seu papel ao consumo inconsciente de recursos digitais, tais como redes sociais ou games. Os jovens de camadas populares, principalmente os que moram em comunidades, precisam de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional que congreguem aspectos técnicos, culturais, tecnológicos e, ao mesmo tempo, lhes permitam transformar a realidade local. Tanto para esses jovens, quanto para qualquer estudante da educação básica, é necessário encontrar uma linguagem atrativa e envolvente para propiciar engajamento e uma aprendizagem efetiva. A gamificação é a utilização dos elementos de jogos para estimular as pessoas (alunos, usuários, clientes ou funcionários) a praticarem determinadas ações, tarefas ou comportamentos. Neste trabalho realizamos estudos teóricos sobre o conceito de gamificação e suas aplicações a fim de conceber uma proposta de gamificação para o projeto 'Seu Amanhã', que busca a preparação de jovens do Complexo do Alemão para atuação profissional. Usando-a, esperamos obter uma linguagem interessante e envolvente para gerar o engajamento de jovens e adultos dentro e fora do ambiente escolar. Apresentaremos os resultados da aplicação dessa proposta.

PARTICIPANTES: LUIZ FELIPE ABREU ALMEIDA, FERNANDO CELSO VILLAR MARINHO, PEDRO AUGUSTO GUERRA, PALOMA DOS REIS ARAUJO



15
21^a
OUT

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40^a JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15^o CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10^a JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5^a JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3032

TITULO: **FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL BRASILEIRO: AS RESTRIÇÕES FÍSICAS À INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO CENTRO-OESTE (1930-1960)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar, dentro do período 1930-60, as restrições à integração territorial ao mercado nacional brasileiro em formação. O método utilizado será um estudo de caso da integração territorial da região dos estados que atualmente compõem o Centro-Oeste. As questões de infraestrutura e detalhes geográficos da região podem ser compreendidas como "restrições físicas", enquanto características como ocupação demográfica, e taxação sobre exportações podem ser vistas como "restrições econômicas". No início do século XX a integração entre as regiões no Brasil era precária, sendo que os mercados internos eram caracterizados por agirem como ilhas, separadas umas das outras, formando um arquipélago de mercados sem conexão ou organização uns para com os outros. Esta caracterização se dava principalmente por motivos físicos (meios de transporte e comunicação). Após a entrada de Vargas no poder, em 1930, foram colocados em prática alguns planos para diminuir as barreiras à integração e para formar um mercado nacional.

ABREU, Marcelo. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, M. et al. A ordem do progresso -cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970. Rio de Janeiro: Global editora, 1985.

CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FURTADO, Celso. "A pré-revolução brasileira". Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

PARTICIPANTES: GABRIEL GONÇALVES RIBEIRO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: 3063

TITULO: **POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O crescimento do mercado internacional e a facilidade de transações externas trazidas pela globalização instigou um estudo mais aprofundado a respeito dos países emergentes e do crescimento da participação de suas empresas no mercado global. A crescente relevância que esses países assumiram na cena internacional levou o surgimento de novas concepções teóricas, assim como incentivou a renovação das "antigas", objetivando compreender esse novo fenômeno. Neste contexto, uma das teorias que ganhou força explicativa dentro da área de negócios internacionais foi a teoria institucional, com destaque para as concepções de North (1990) e Williamson (1975), que serviram como base para a reflexão deste trabalho.

Assim sendo, esta pesquisa teve por objetivo investigar, em perspectiva comparada, as semelhanças e diferenças entre os mecanismos de suporte à internacionalização de empresas constituídos por países desenvolvidos e em desenvolvimento. Utilizou-se, para isso, estudos de casos, tais como: Brasil, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e Estados Unidos, pelo *Export Import Bank of United States* (EXIM US). Para essa análise foram utilizados documentos e relatórios oficiais dos governos de forma a analisar quantitativa e qualitativamente os incentivos financeiros propostos por esses países e suas instituições.

Com isso, a pesquisa busca contribuir para o entendimento de uma área de estudo pouco explorada pela literatura, podendo também servir de insumo para novos trabalhos que tenham interesse em explorar políticas governamentais de apoio à internacionalização de empresas de países com condições de desenvolvimento e políticas econômicas bastante diversas.

PARTICIPANTES: JULIE MARYNE FINGOLO TURQUES PATRICIO, ARIANE CRISTINE RODER FIGUEIRA

ARTIGO: 3127

TITULO: **O MERCADO MUSICAL BRASILEIRO: ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PODER A PARTIR DO CRESCIMENTO DAS PLATAFORMAS DE STREAMING DE ÁUDIO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A indústria fonográfica brasileira, ao longo de sua história, passou por diversas transformações protagonizadas pelas tecnologias de gravação e seus formatos de reprodução. O fenômeno que mais impactou negativamente este mercado na década de 2000 foi a pirataria física e a digital. No entanto, com o surgimento das plataformas de *streaming* na década de 2010 a indústria viu seus números retomarem o crescimento. Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Disco (ABPD), 49% da receita da indústria em 2016 já advinha do áudio digital. O fenômeno do *streaming*, porém, não impactou apenas o faturamento da indústria, como também a forma de se consumir música e as relações entre organizações do mercado. O presente trabalho, portanto, tem como intuito analisar as transformações das relações de poder no mercado fonográfico após o surgimento dos serviços de *streaming* de áudio, utilizando como referencial a teoria de poder de Pierre Bourdieu. Com base no autor, foram definidas três categorias de análise para a pesquisa de campo: principais eventos críticos ocorridos no mercado musical, agentes do campo e espécie de capital mais valorizado. De modo a alcançar tal objetivo, foi feita uma pesquisa de campo qualitativa composta por entrevistas semiestruturadas com 6 dirigentes de gravadoras e produtores musicais. Além disso, também foi feito um levantamento das reportagens a partir de 2008 do site da revista Rolling Stone que se enquadram nas categorias de análise. Como resultado, compreendeu-se que os principais eventos críticos lembrados pelos agentes do campo estão relacionados à tecnologia e são lembrados pelo impacto que tiveram no faturamento da indústria. São eles: transição do LP para o CD, surgimento da pirataria física e digital e, por fim, o surgimento das plataformas de *streaming* de áudio. No que tange os agentes do campo, os principais entrantes lembrados pelos entrevistados, além das próprias plataformas de *streaming*, foram as integradoras - organizações que intermediam a distribuição para as plataformas -, as gestoras de dados - agregadoras dos dados de desempenho dos artistas dentro das plataformas -, as redes sociais e os influenciadores digitais. Anteriormente, com a pirataria, o capital mais valorizado no campo era o econômico, visto que para se manterem relevantes frente a esse fenômeno, as organizações precisavam de dinheiro para compensar a queda no faturamento (VASCONCELOS, 2009). Porém, com a chegada do *streaming*, o capital simbólico do campo desloca-se para o cultural, que se apresenta na forma de catálogo de artistas. Para obtê-lo, os agentes buscam converter capital econômico e social em cultural. Isso porque com um catálogo de artistas de qualidade, a organização ganha



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
1ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

vantagem para promovê-los dentro das plataformas, em redes sociais ou junto a influenciadores. Com o *streaming*, portanto, aumenta-se a importância do catálogo como um fator determinante para a atração de novos artistas e para o reconhecimento do agente no campo.

PARTICIPANTES: MARIA LUISA GUARISA, VANESSA BRULON

ARTIGO: 3173

TÍTULO: MOBILIDADE URBANA: ESTUDO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE NA GRANDE RIO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Apresentação de Vídeo

RESUMO:

A dispersão das atividades nas cidades e os deslocamentos da população (mais frequentes e longos) contribuem para o processo de deterioração das condições de transporte. Estudos apontam que 54% da população mundial vivia em grandes centros urbanos em 2014, e a estimativa é que até 2050 sejam 66%, de acordo com o *Department of Economic and Social Affairs* (2014). Sem conseguir implementar a infraestrutura demandada pelo aumento da frota em circulação e sem privilegiar o transporte coletivo, as municipalidades vêm se deparando com os problemas decorrentes do predomínio do transporte individual motorizado nas áreas urbanas, como congestionamentos, comprometendo a mobilidade urbana. As grandes distâncias percorridas pelas pessoas em grandes centros urbanos fazem com que as mesmas necessitem muitas vezes de mais de um transporte ou modal para completar seu trajeto. No Brasil, o governo vem desenvolvendo diversos conjuntos de projetos que buscam possibilitar a intermodalidade no transporte. Assim, pode-se afirmar que o tema da mobilidade urbana é fundamental para o aumento da eficiência e competitividade de uma cidade, já que uma gestão inteligente dos meios de transporte se baseia na redução dos custos de utilização, na otimização dos investimentos com manutenção e ampliação da capacidade de atendimento dos modais, na redução dos tempos de deslocamento e na satisfação da população em relação aos serviços prestados, bem como na integração eficiente entre os diversos modais de transporte. Especificamente, na região metropolitana do Rio de Janeiro (Grande Rio, de acordo com a definição na Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1974), devido às longas distâncias a serem percorridas diariamente pela população investiu-se na diversificação e intermodalidade por meio de barcas, metrô, trem, *Bus Rapid Transit* (BRTs), corredores de ônibus, veículos leves sobre trilhos (VLT), entre outros. Face ao exposto, este trabalho trata-se de uma proposta preliminar que tem por objetivo verificar a eficiência na integração entre os modais de transporte na região denominada "Grande Rio". Para atingir o objetivo, a metodologia empregada será de cunho descritivo e aplicado. Trata-se, também, de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que serão levantados dados e informações acerca de mobilidade urbana, como: fluxos, sazonalidade e tempo de percurso dos principais modais de transporte utilizados. Além disso, este estudo contempla uma pesquisa de campo elaborada a partir de uma investigação empírica junto aos usuários de transporte público urbano na região denominada "Grande Rio", bem como poder público, através de entrevistas semiestruturadas, cuja análise dos dados será quali-quantitativa. Além dos tradicionais modais de transporte, a presente pesquisa irá considerar os seus tipos mais recentes, como: UBER, *Cabify*, 99táxi e também as caronas solidárias como Caronaê e Blablacar.

PARTICIPANTES: CAMILA AVOSANI ZAGO, UMBERTO CASSARÁ DE CASTELLAMMARE SCOTT SICILIANO

ARTIGO: 3188

TÍTULO: INTERMODALIDADE/MULTIMODALIDADE: LEVANTAMENTO DOS CUSTOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS À GRANEL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os transportes representam um componente essencial do projeto e gerenciamento dos sistemas logísticos, tendo em vista que movimentam produtos através de diversos estágios da produção e, por fim, para o consumidor. Tão importante que geralmente representam entre um e dois terços dos custos logísticos totais. Cada modal (rodoviário, aéreo, aquaviário, ferroviário e dutoviário) possui atribuições específicas que determinam a escolha de transporte apropriada para um deslocamento específico. O transporte tradicional gerou um quantitativo de empresas especializadas, que limitaram as operações a um único modo. Porém, a falta de transporte coordenado resultou em ineficiência e alto custo. Assim, com o passar dos anos, houve um aumento na utilização de mais de um modal de transporte para escoamento da produção, ou seja, a intermodalidade/multimodalidade para que os produtos sejam entregues aos consumidores da melhor maneira possível em termos de tempo, local, quantidade, qualidade, ao menor custo. Isso foi impulsionado primeiramente pelos ganhos econômicos, posteriormente pelo aumento do transporte internacional, trazendo como resultado, um maior alcance de serviço de transporte especializado disponível para satisfazer necessidades específicas de clientes. O desempenho do sistema pode ser considerado aleatório, pois depende da combinação de diversas variáveis, como: (i) velocidade média de transporte e de transbordo; (ii) tempo disponível diário para o modal; (iii) e custos unitários de transporte e transbordo. No cenário brasileiro, o transporte de carga não opera de forma adequada, em razão principalmente da falta de estrutura em outros modais de transporte que não seja o rodoviário, o que torna o país dependente desta malha. Nesse contexto, o principal objetivo desta pesquisa preliminar é averiguar o custo total de transporte de cargas de produtos à granel, em especial, no que tange à intermodalidade/multimodalidade. Para atingir o objetivo, a metodologia proposta tem cunho descritivo e aplicado e bibliográfico. No que diz respeito à pesquisa de campo, será realizada uma investigação junto às empresas de transporte de cargas a granel, cuja análise dos dados será quali-quantitativa. Como resultado espera-se mensurar o custo total de transporte de cargas de produtos à granel, principalmente os relativos à intermodalidade/multimodalidade, a fim de verificar os fatores que interferem nos mesmos.

PARTICIPANTES: CAMILA AVOSANI ZAGO, UMBERTO CASSARÁ DE CASTELLAMMARE SCOTT SICILIANO

ARTIGO: 3207

TÍTULO: PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA: O CASO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DO REINTEGRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No Brasil, dentro da perspectiva de execução de políticas fiscais, foi instituído o Regime Especial de Reintegração de Valores para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA. Sua finalidade é o ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário existente na cadeia de produção de uma pessoa jurídica exportadora de bens manufaturados, sendo calculado de acordo com a aplicação de um percentual sobre a receita de exportação. Neste cenário, a incidência dos créditos provenientes do REINTEGRA na base de cálculo do PIS e da COFINS torna-se alvo de questionamentos a respeito do desvirtuamento da finalidade deste instituto. À luz dessa discussão, identifica-se o desvirtuamento por parte do Fisco da lei que



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

implementou o regime citado. O legislador, reconhecendo que existe um resíduo tributário na cadeia produtiva destinada à exportação, estabelece a devolução ao contribuinte. Entretanto, o Fisco entende que esse incentivo resulta em uma receita, a qual deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS. Ocorre que, por não decorrerem do exercício das atividades da empresa, não exprimem capacidade contributiva da sociedade e não incrementam o patrimônio da mesma, esses valores não se enquadram no conceito de receita e, consequentemente, nas hipóteses de incidência do REINTEGRA. Desta forma, levanta-se a hipótese de que são intributáveis pelo PIS ou pela COFINS. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo investigar em que medida a lei que implementou o REINTEGRA deve guardar razoabilidade e respeitar o fim para o qual foi elaborada: aumentar a competitividade da indústria nacional mediante a desoneração das exportações. Neste sentido, serão analisados os parâmetros que sustentam a incidência das referidas bases de cálculo sobre os créditos desse benefício. Como marco teórico traz-se o tratamento dado pelas teorias tributária e institucional da praticabilidade tributária como um instrumento que integra o sistema jurídico com o fim de, racionalmente, por razões de eficiência ou de economicidade, tornar coerente a execução das regras-matrizes de incidência em geral, sem tolher a dignidade da pessoa humana. Utilizar-se-á como metodologia o critério hipotético-dedutivo, abrangendo também o modelo analítico de pesquisa. O marco temporal do trabalho concentra-se no período de instituição do REINTEGRA até os dias de hoje e o marco espacial centra-se na realidade econômico-institucional do Brasil.

PARTICIPANTES: LUIZA CALDEIRA LEITE SILVA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 3225

TÍTULO: A ATUAÇÃO DO BRASIL NO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA ONU

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo realizar um panorama conceitual e empírico da evolução do principal mecanismo de resolução de conflitos da Organização das Nações Unidas (ONU), as operações de paz, e examinar como o Brasil se inseriu e vem atuando até os dias atuais, através de um olhar analítico que divide o modelo de intervenções da ONU em gerações de peacekeeping. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se consideram as práticas e conceitos no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, que contribuíram para a evolução do que se entende por peacekeeping, o trabalho possui um caráter descritivo e analítico da atuação brasileira dentro das diferentes gerações de peacekeeping, no que se refere a aspectos como contribuição de tropas, práticas adotadas e objetivos centrais a serem alcançados. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que utiliza uma metodologia predominantemente qualitativa e recorre a análises documentais e bibliográficas como métodos principais de coleta de informações. No que tange às mudanças no modelo das operações de paz, será observada a passagem de um caráter dissociativo característico da chamada primeira geração de peacekeeping, passando por uma segunda geração de caráter associativo através da inclusão de perspectivas multidimensionais nos seus procedimentos no contexto de ampliação da agenda de segurança e de expansão do papel da ONU no pós Guerra Fria, e chegando na atualidade, quando se observa a crescente utilização de meios "robustos" de força nas operações. Sobre a participação brasileira, serão examinadas as particularidades das contribuições do país através de um levantamento do histórico das principais missões, a fim de analisar até que ponto o Brasil incorporou efetivamente ao seu modo de atuação as características de cada uma das três gerações de operações de paz e quais foram os dilemas observados desde a sua primeira participação em 1956 até a atualidade.

PARTICIPANTES: MARCOS LUIZ DA CUNHA DE SOUZA, MARCOS ARAUJO, GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA

ARTIGO: 3240

TÍTULO: DIREITO À CIDADE NEGADA: UMA ANÁLISE SOBRE A DESIGUAL E RACISTA ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O direito à locomoção, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988 é direito fundamental. Por assim dizer todos possuem liberdade para ir e vir. A efetivação do Direito, no entanto, ultrapassará a positivação em instrumentos legais e deve ser acompanhada de Políticas Públicas, tendo o Estado como seu principal agente.

O Direito à locomoção e, por consequência, as políticas no campo da mobilidade urbana não se dão igualmente para cada cidadão. Abordando a cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se que a desigualdade apresenta-se durante a história, marcada pelo racismo e todo o processo de escravidão, continuado pela segregação dos negros e pobres. Essa desigualdade se apresenta não apenas pela omissão, mas nas decisões do poder público, como pode se observar na distribuição das linhas de transporte ferroviário no Rio de Janeiro.

Na atualidade, a precarização da estrutura serviço ferroviário por trem fluminense afeta principalmente a população que possui maior necessidade do uso do transporte público. Essa estrutura desigual é causa de diversos transtornos na vida da população mais pobre. Isso se dá de diversas formas que vão desde o estresse físico e psicológico enfrentado diariamente até a ocorrência de acidentes, gerando até vítimas fatais. Observa-se, nesse contexto, a violação de direitos fundamentais da pessoa humana.

A seguinte pesquisa possui o objetivo de analisar que tipo de prioridades pautam as decisões do Governo do Rio de Janeiro nas políticas de mobilidade urbana relativas ao serviço ferroviário por trem, modal que serve bairros e cidades que marcam a desigualdade social da metrópole fluminense. Para isso será utilizada a teoria crítica dos Direitos Humanos e a abordagem do Direito à cidade, tendo a mobilidade urbana como propulsora de acesso aos demais direitos fundamentais. Será também abordado o histórico do processo de segregação e as consequências na estruturação do transporte ferroviário do Estado do Rio de Janeiro, assim como os recentes investimentos no setor a partir de 2009, evidenciando a priorização das áreas para a aplicação dos recursos. Para tal finalidade serão abordados dados estatísticos e quantitativos, como: recorte populacional, racial, socioeconômico, territorial da população usuária do serviço.

A pesquisa também verificará dados relativos aos acidentes, mortes e processos judiciais, causados pela precarização do sistema ferroviário e a (des)mobilidade urbana do Rio de Janeiro, como também a disponibilização dessas informações para o controle social.

Por fim, este trabalho espera evidenciar que a distribuição do sistema de transporte ferroviário é diretamente ligada ao processo de segregação socioeconômica do Rio de Janeiro com o seu caráter racista e discriminatório. Dessa forma, procura mostrar que a priorização das decisões do poder público termina por perpetuar a desigualdade social oriunda do processo inacabado de reparação pós escravidão.

PARTICIPANTES: JOYCE TRINDADE DE FARIA GAMA, GUSTAVO GOMES, ROSANGELA MARINA LUFT



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3242

TÍTULO: **AS FAMÍLIAS PARALELAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS NO ÂMBITO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIO E DE FAMÍLIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa, que deu origem a trabalho de conclusão de curso, tem como tema as famílias paralelas e suas consequências jurídicas no direito previdenciário e de família. Como metodologia, partiu-se do método do estado da arte, com objetivo de pesquisar a realidade atual de um tema de pesquisa na sociedade, a partir de referenciais bibliográficos e jurisprudenciais. Denominadas paralelas ou simultâneas tais famílias, segundo Pianovski, ocorrem quando um sujeito se insere em múltiplos núcleos familiares, distintos entre si, tendo apenas ele como elo em comum e, não raras vezes, com o desconhecimento das demais partes. Em tese, nada obsta que as famílias paralelas possuam uma mulher ou um homem, de orientação heterossexual ou homossexual, como elo em comum, mas os julgados demonstram em sua maioria absoluta o homem heterossexual como elo. A CRFB/88 consagrou o princípio do pluralismo familiar, com rol de famílias meramente exemplificativo (vide ADPF 132), e estando o paralelismo familiar presente na sociedade brasileira há muito tempo, esta realidade deve ser protegida pelo direito, especialmente no que tange aos direitos dos integrantes em posições mais vulneráveis. Assim, constatou-se que atualmente, as famílias paralelas, especialmente as formadas posteriormente, para terem algum tipo de direito, devem comprovar a sociedade de fato, ou seja, a contribuição direta e imediata para construção do patrimônio em comum, relegando a matéria ao plano do Direito das Obrigações. Quando existe casamento prévio, o cônjuge tem seus direitos resguardados, com negativa àquele que integra tão somente o relacionamento concomitante, o que já se parece injusto. Sem embargo, ainda mais grave é o entendimento majoritário, que entende não existir qualquer união estável nos casos de múltiplos relacionamentos, sob alegação de que aquele que mantém pluralidade de afetos não objetiva constituir família alguma, o que beneficia exclusivamente o sujeito que pratica o adultério, em detrimento daqueles que, muitas vezes, são leais a seus companheiros. Na linha de moderna doutrina, como por exemplo Maria Berenice Dias, Gagliano, Pamplona e Anderson Schreiber defende-se que todas aquelas uniões estáveis formadas devem ser reconhecidas, desde que presentes os requisitos legais, com atribuição dos direitos a elas inerentes, como partilha de bens, herança necessária, benefício previdenciário de pensão por morte, alimentos, dentre outros. Alguns tribunais já reconhecem o instituto e o aplicam para reconhecimento de alguns direitos: a triação, em analogia à meação, como o TJRS e o TJPE, e o rateio de pensão por morte no RGPS, como o TRF-5. Por fim, a relevância social da matéria é ratificada pelo reconhecimento de repercussão geral pelo STF no RE 669.465-ES, cuja decisão foi transladada para o RE 883.168-SC, ambos de relatoria do Ministro Fux, e que tratará do tema sob a alcunha de "concubinato impuro de longa duração".

PARTICIPANTES: CARLOS EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 3249

TÍTULO: **A URBANIZAÇÃO EM SÃO JOÃO DE MERITI: O PLANO DA FUNDREM (1975) E O PROGRAMA BAIXADA VIVA/NOVA BAIXADA (1996)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho, que se insere na pesquisa "Espaço e plano fluminense, capítulos da urbanização fluminense" coordenada pela professora Fania Fridman, discorre sobre o planejamento urbano na cidade de São João de Meriti. Este tema foi tratado através da criação do plano da FUNDREM - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - até o Programa Baixada Viva/Novo Baixada (1996). Ainda como método de pesquisa foram utilizados bibliografia (artigos e livros), a legislação e notícias jornalísticas.

Na década de 1970 além do "Milagre Econômico" proporcionado pelos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), ocorreu a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro originando uma nova região metropolitana no país composta por 14 municípios. Entre estes, estavam aqueles que constituem a área denominada Baixada Fluminense. Na Baixada Fluminense está localizado o município de São João de Meriti que, nos anos de 1970, já era considerado 100% urbanizado. A FUNDREM em 1979 apresentou um projeto de zoneamento urbano daquela cidade para incrementar o desenvolvimento sócio-econômico aproveitando melhor os espaços e também criando áreas para indústrias, comércio e habitação.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 vimos o ressurgimento do interesse do poder público em projetar/planejar a Baixada Fluminense através do projeto Baixada Viva /Nova Baixada cujo principal objetivo, em São João de Meriti, era o de (re)urbanizar alguns bairros com problemas crônicos como vias não asfaltadas, falta de saneamento, entre outros, causados por uma urbanização precária anterior. Os bairros que obtiveram as intervenções foram Jardim Metrôpole (1ª Fase), Coelho da Rocha (2ª Fase) e Eden (3ª Fase). Segundo o Programa, tais bairros deveriam receber obras para (re)urbanização e também a construção de equipamentos públicos, como Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência, entre outras. No decorrer do programa foram realizadas obras de pavimentação de vias e a construção de postos de saúde, no entanto houve problemas como atraso de cronogramas e não realização de muitos projetos.

O trabalho apresenta tais planos e realiza uma análise das modificações e pressupostos do planejamento em São João de Meriti.

PARTICIPANTES: FERNANDO NICHOLAS DOS SANTOS DIAS, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 3270

TÍTULO: **ÁFRICA DO SUL COMO PILAR GEOPOLÍTICO DA ÁFRICA SUBSAARIANA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem como propósito apresentar algumas das principais características da África do Sul que poderiam conferir-lhe o título de pilar geopolítico da África Subsaariana. Por meio de bibliografia exploratória, buscou-se, em um primeiro momento, analisar seus antecedentes históricos, os quais influenciaram sobremaneira no alcance daquele país ao status de potência média. Sendo considerada uma região de importância estratégica, quer por sua posição geográfica, quer por seus recursos naturais, a África do Sul tornou-se um dos palcos centrais na disputa de poder das grandes potências durante a Era Colonialista, despertando as atenções do mundo ocidental, o qual objetivava, na verdade, o livre acesso a suas reservas minerais. Essas características - que, no passado, fizeram da África do Sul um objeto de cobiça de diversas nações - conferem-lhe, atualmente, uma posição privilegiada frente aos demais Estados africanos. Em meio a essa observação, notou-se a necessidade de destacar alguns dos elementos que contribuem para atribuir à África do Sul o título de "Potência Hegemônica de Médio Porte". Percebe-se ainda a existência de dois problemas estruturais enfrentados pelo país, quais sejam, os conflitos interétnicos e a desconfiança das nações vizinhas frente ao histórico de segregação racial legitimada pela política do *Apartheid*. A fim de lançar mão de mecanismos que pudessem instituir um processo de afirmação da soberania e que, simultaneamente, minimizassem os resquícios do colonialismo europeu, atentou-se em destacar, nos Estudos de Segurança Internacional, o Complexo Regional de Segurança como fator estratégico da Integração Regional e elemento primordial da nova política encabeçada pela África do Sul. Por fim, correlacionou-se possíveis cenários que aquele país poderia enfrentar futuramente, potencializando a necessidade de manutenção de seu *status quo* como Estado precursor da promoção e desenvolvimento da África Negra como um todo.

PARTICIPANTES: MARCOS VINICIUS ROMÃO DA SILVA XAVIER, VANESSA DA SILVA MENDONÇA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 3293



15
21
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

TÍTULO: RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-GEÓRGIA: POSTURA COM RELAÇÃO AO CASO DO SEPARATISMO NA GEÓRGIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em 2018 completam-se 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a Geórgia. Denota-se como o principal objetivo das relações exteriores da Geórgia o reconhecimento de sua integridade territorial, em detrimento da independência das regiões separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul. A independência dessas regiões possui reconhecimento internacional limitado e cercado pelos esforços diplomáticos georgianos. No âmbito do LEPC, através do referido estudo, procura-se analisar a postura do Brasil com relação ao separatismo georgiano, no âmbito das relações bilaterais, identificando os princípios orientadores da diplomacia brasileira no reconhecimento de territórios independentes *de facto*. Tal avaliação ocorrerá através de paralelos com o posicionamento brasileiro sobre a independência desses dois territórios georgianos e de outro estado igualmente parcialmente reconhecido, o Kosovo, na península dos Balcãs. Nisto, torna-se possível avaliar os princípios do direito internacional público contrastantes ponderados em ambas as conclusões, como integridade territorial e autodeterminação dos povos. Analisar-se-á também o desenvolvimento das relações bilaterais no decorrer da transição de diferentes contextos políticos internos aos dois países, como a Revolução das Rosas, em 2003, no caso georgiano, e a diplomacia dos governos Lula e Dilma, 2002-2016, no caso brasileiro. Para tal, a pesquisa emprega a metodologia de exame de fontes historiográficas, utilizando-se de documentos e informações oficiais disponibilizados principalmente pelos governos brasileiro e georgiano e seus respectivos ministérios e instituições; e a análise de discursos oficiais e entrevistas proferidas por representantes do governo dos dois países. Orientador: Prof. Dr. Alexander Zhebit.; Coorientadores: Profa. Dra. Elitza Bachvarova, Prof. Me. Rodrigo Monteiro.

PARTICIPANTES: PEDRO JOSÉ SÁ FERREIRA RAMOS, ALEXANDER ZHEBIT

ARTIGO: **3369**

TÍTULO: EMPREENDEDORISMO INTERNACIONAL: UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA JUNTO AS BASES NACIONAIS CIENTÍFICAS DE ALTO IMPACTO DE 2008 A 2018.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Diante da evolução dos estudos sobre estratégias organizacionais, o empreendedorismo internacional tem despontado como opção para a criação de novos postos de emprego e para a geração de renda. Esta nova realidade tem despertado a atenção de governos e empresários que através de uma análise dessa tendência verificam a possibilidade de sua implantação. Com este estudo, objetiva-se realizar um levantamento da produção científica nacional dos últimos dez anos sobre a temática do empreendedorismo internacional. Para tal alcance, identificou-se a pesquisa bibliométrica como um recurso metodológico vigoroso capaz de oferecer subsídio para a confecção do levantamento de informações acerca da quantidade de artigos publicados, periódicos encontrados, autores que mais publicaram e os mais citados temas recorrentes relacionados ao empreendedorismo internacional e internacionalização identificados em duas bases científicas nacionais de alto impacto (ENANPAD e Sciello). Segundo Araújo (ARAÚJO, 2006), a pesquisa bibliométrica é uma técnica quantitativa de medição do grau de produção e propagação do conhecimento acadêmico gerado sobre determinado campo de estudos. Vale salientar que o estudo encontra-se em andamento e seus resultados em fase de alinhamento.

PARTICIPANTES: JULIA MENEZES, ANA D'ARC MAIA PINTO

ARTIGO: **3381**

TÍTULO: DESIGUALDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Introdução

Neste artigo são apresentados resultados de uma pesquisa mais ampla que tem por objetivo discutir a importância da educação infantil, a partir de diferentes perspectivas teóricas, e verificar os determinantes e níveis de equidade do acesso à educação infantil no Brasil.

Nas últimas décadas, o debate sobre a expansão do acesso em creches e pré-escolas vem ganhando projeção no campo público e político brasileiro e junto emerge a discussão sobre a equidade deste processo (BARROS; VEGA; SAAVEDRA, 2008; BERLINGERI; SANTOS, 2014; RIBEIRO 2017). O objetivo deste artigo é analisar os fatores determinantes e os níveis de equidade no acesso à creche e pré-escola, no Brasil, a partir da comparação das chances de acesso por parte de grupos populacionais com características distintas.

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se um modelo de regressão logística para verificar quais, e em que medida, fatores demográficos, socioeconômicos e geográficos ligados às crianças e suas famílias (variáveis independentes) influenciam nas chances de acesso à educação infantil. Foram utilizados os microdados da PNAD de 2015 e o programa STATA, versão 12.0.

Resultados (preliminares)

Os resultados das regressões revelam que, em relação às características sociodemográficas, quanto mais velha a criança for, maiores as chances de acesso tanto em creche quanto pré-escola. Cor/raça não foi uma variável significativa para nenhum dos dois segmentos analisados e o sexo da criança estava relacionado à frequência escolar apenas na pré-escola, sendo maiores as chances de acesso no caso de a crianças ser do sexo feminino.

Já em relação às características da família, a escolaridade do responsável e o número de criança na faixa etária de 0 a 5 anos vivendo no mesmo domicílio (*proxy* de irmãos), para ambos os segmentos, e a renda domiciliar para o caso da creche eram os principais fatores preditores do acesso à educação infantil e indicavam desigualdades expressivas entre os grupos populacionais analisados.

Por fim, sobre as questões geográficas, os resultados mostram que, no geral, crianças que vivem em área urbana e fora da região Norte do país tem maiores chances de acesso à educação infantil.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. DE; VEGA, J. R. M.; SAAVEDRA, J. **Measuring inequality of opportunities for children**. 2008.

BERLINGERI, M. M.; SANTOS, D. D. DOS. Projeção da demanda por creche incorporando tendências econômicas e demográficas recentes. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA,



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

2014. p. 445-468.

RIBEIRO, C. A. C. **Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional.** 2017.

PARTICIPANTES: ISABELA SEIXAS CORREA, CELIA LESSA KERSTENETZKY

ARTIGO: 3402

TÍTULO: SERVIÇO DA MISERICÓRDIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho aqui apresentado tem como finalidade pôr em prática conceitos discutidos no curso de Análise de Marketing e desenvolver nos(as) estudantes a prática de pesquisa científica, focando no objetivo de sustentabilidade da ONU de combate à fome como tema do trabalho. Utilizou-se a pesquisa e o aprimoramento para enquadrar o "Serviço da Misericórdia" dentro dos parâmetros de Análise do Marketing, para identificar o contexto em que está inserido, seus ambientes interno e externo, sua classificação e, assim, perceber suas formas de atuação.

Este estudo foi desenvolvido a partir da reflexão sobre dez tópicos divididos da seguinte forma: Apresentação do Produto e/ou Serviço e Empresa, Categorias de Orientação Empresarial e justificativa, Apresentação dos 7 Ps, Análise do Ambiente Externo, Análise do Ambiente Interno, Análise de Concorrência, Comportamento do Consumidor, Pesquisa(s) Requerida(s) com Detalhamento, Segmentação de Mercado e Posicionamento.

O método de pesquisa utilizado foi o de Estudo de Caso, em que se analisou o objeto com base em uma entrevista informal concedida por uma participante do serviço. A partir dos insumos coletados nesse encontro, pôde-se desenvolver uma análise profunda do Serviço da Misericórdia sob a perspectiva dos tópicos de Marketing supracitados, que se desenvolvem ao longo deste estudo. Além disso, utilizou-se do método de análise de conteúdo para coletar dados de entrevistas gravadas em vídeo com pessoas integrantes da organização do Serviço da Misericórdia.

Voltado para o atendimento de alimentação, uma das necessidades básicas do ser humano, o Serviço da Misericórdia pode ser caracterizado como uma organização marcada pelo Marketing Societal. Isto quer dizer que ela assume responsabilidade social para além da rotina, acompanhando momentos de crise, seja por falta de recursos, como a ausência de voluntários ou a escassez de alimentos, seja com o crescimento da população de rua, devido a fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. O compromisso com as necessidades e a dignidade das pessoas moradoras de rua e de baixa renda (neste estudo essas pessoas serão referidas pela sigla PMRBR) é um dos principais focos da organização.

PARTICIPANTES: LETÍCIA ABREU PAIXÃO, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO, ANA CLARA PIOVANO MORGADO, CATHARINA ALVEZ GABRIEL, CAROLINA VIEIRA FELICIANO MALVEIRA, KELLY CRISTINE MACHADO PESSOA

ARTIGO: 3417

TÍTULO: POR QUE (E DE QUE FORMA) OS RICOS DEVEM PAGAR MAIS IMPOSTOS? AS IDEIAS SEMINAIS DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Uma organização tributária com uma incidência de impostos maior sobre os mais ricos tem sido uma das principais políticas adotadas para a redução das desigualdades de renda nas sociedades contemporâneas. Destaca-se a importância de propostas nessa direção antecipadas por Jean-Jacques Rousseau, em seu célebre verbete "Economia Política", publicado na Enciclopédia organizada pelos iluministas Denis Diderot e Jean-Baptiste D'Alembert no século XVIII francês. A visão de Economia de Rousseau envolvia preocupações explícitas com justiça social, especificamente, justiça fiscal. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar a contribuição pioneira desse autor no debate em torno de uma reforma fiscal que tenha como uma de suas finalidades centrais limitar o avanço das disparidades de renda. Desse modo, através da revisão de textos selecionados de Rousseau e de intérpretes contemporâneos, buscou-se: em primeiro lugar, demarcar a sua interpretação sobre as implicações da desigualdade na estabilidade social e na liberdade política; em segundo lugar, explicitar o porquê de sua solução para esse problema encontrar-se na taxa superior sobre os mais abastados; e, finalmente, identificar as medidas julgadas necessárias, a serem adotadas pelo poder público, para essa finalidade. Como resultados desta pesquisa, pode-se destacar a confirmação do caráter precoce de suas propostas de reorganização do sistema fiscal, haja vista que suas orientações envolvem: restrição ao direito de herança, impostos adicionais sobre o consumo ostensivo dos mais ricos e isenção sobre os bens de primeira necessidade (para a manutenção da existência). Esse estudo contribui, diretamente, para o entendimento da contribuição rousseauiana no que tange à discussão atual sobre justiça fiscal e colabora para destacar o lugar do sistema tributário no combate às desigualdades e na promoção da coesão social e de democracias políticas efetivas. De modo indireto, ao situar a questão da justiça fiscal no escopo da Economia Política, o retorno à obra de Rousseau reaviva questões quanto à frequente redução do objeto da Economia a problemas de crescimento e eficiência.

PARTICIPANTES: ANTONIO AUGUSTO PATROCÍNIO, CELIA LESSA KERSTENETZKY

ARTIGO: 3419

TÍTULO: GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA NA CAPACIDADE INFORMACIONAL DO LUCRO PARA O MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da agressividade tributária na qualidade das informações contábeis no Brasil. O gerenciamento tributário, por meio da agressividade tributária, diz respeito à disposição de diminuir a carga fiscal. Como *proxies* de agressividade tributária utiliza-se a ETR (*Effective Tax Rate*) que é a despesa com imposto de renda e contribuição social (IRCSLL) dividida pelo lucro antes do imposto de renda (LAIR) e a BTD (*Book-Tax Differences*) que é a diferença entre o LAIR e o lucro tributável estimado. Desse modo, uma baixa ETR e uma alta BTD podem indicar agressividade tributária. Como perspectiva de análise da qualidade da informação contábil utiliza-se o modelo de relevância da informação contábil (LLA - Lucro Líquido por ação e PLA - Patrimônio Líquido por ação) para analisar a capacidade informacional do LLA para o mercado brasileiro de capitais (capacidade do LLA explicar o preço das ações). Assim sendo, o modelo de análise é: $P_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PLA_{i,t} + \beta_2 LLA_{i,t} + \beta_3 LLA_{i,t} * BTD_{i,t} + \beta_4 LLA_{i,t} * ETR_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$, onde o interesse de análise está nos β_3 e β_4 , que mostram o impacto da BTD e da ETR, respectivamente, na capacidade do lucro explicar o preço. Para a análise foi utilizada a regressão múltipla *pooling* em uma amostra de 727 observações de empresas não financeiras que atuam no Brasil no período de 2010 a 2017. Os resultados mostram que tanto β_3 quanto β_4 são significativos ao nível de 5% de significância, porém β_3 com sinal negativo e β_4 com sinal



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

positivo. Isso mostra que quanto maior a BTD menor a capacidade informacional do LLA, ou seja, quando a empresa apresenta agressividade tributária para reduzir o lucro tributável com vistas a pagar menos IR e CSLL, o LLA se torna menos relevante para o mercado de capitais. Em relação à ETR percebe-se que quanto menor a ETR menor a capacidade informacional do LLA, ou seja, quando a empresa é mais agressiva para reduzir a taxa efetiva de tributação com vistas a pagar menos IR e CSLL, o LLA se torna menos relevante para o mercado de capitais. Esses resultados mostram que a agressividade tributária capturada tanto pela BTD quanto pela ETR reduz a capacidade informacional do lucro, prejudicando assim a relevância das informações contábeis para o mercado brasileiro de capitais. Esses resultados estão alinhados aos estudos de Desai e Dharmapala (2006 e 2009) e de Wahab e Holland (2012) no sentido de que a agressividade tributária, utilizando a ETR como proxy, tem impacto negativo no preço das ações e às pesquisas de Tang (2006) e de Martinez e Passamani (2014) no que diz respeito ao impacto negativo da BTD nos retornos das ações. Com base nesses resultados pode-se concluir que o gerenciamento tributário, por meio de posicionamento tributário agressivo, pode reduzir o conteúdo informacional da contabilidade para o mercado de capitais, pois as informações reportadas passam a ser menos representativas da realidade econômica das empresas.

PARTICIPANTES: MARCELO ALVARO MACEDO, DÉBORA CHARLES DOS SANTOS, GUILHERME OTÁVIO MONTEIRO GUIMARÃES

ARTIGO: 3449

TÍTULO: SECTARISMO E GEOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE CULTURALISTA SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DA VARIÁVEL RELIGIOSA NA GUERRA CIVIL SÍRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A arraigada divisão sectária existente no Oriente Médio tem sido uma importante variável para compreender os desdobramentos sociopolíticos mais recentes na região. Apesar de as diferenças teológicas fazerem parte da identidade regional, a mobilização de questões sectárias pelos estados regionais ganharam uma nova abordagem a partir de 1979, quando um regime de clérigos xiitas chegou ao poder no Irã empregando a ideologia revolucionária islâmica contra os regimes monárquicos sunitas no Golfo e contra a Arábia Saudita, em particular. Tendo estes desdobramentos em vista, este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos sectários e geopolíticos que compõem a gênese da guerra na Síria, fruto da rivalidade geopolítica entre Irã e Arábia Saudita; bem como, através de um método de abordagem dialético, elencar as possibilidades e limites da utilização de teorias culturalistas de Relações Internacionais para verificar a hipótese de que as questões culturais, religiosas e sectárias são o instrumento de compreensão da realidade mais intuitivo para se formar um juízo a respeito da sucessão de conflitos no Oriente Médio, e mais precisamente, na Síria.

PARTICIPANTES: TAYNARA RODRIGUES CUSTÓDIO, MARCELO COUTINHO

ARTIGO: 3462

TÍTULO: MAPEAMENTO DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO: Na atualidade, a sociedade está cada vez mais exigente quando o assunto é qualidade. Assim sendo, as organizações públicas e privadas têm se preocupado e buscado continuamente ferramentas que possibilitem estabelecer a qualidade de seus serviços ou produtos. Deste modo, o mapeamento de processos surge como uma ferramenta gerencial que permite a melhoria contínua, análise e comunicação do fluxo de informação e processos existentes. Neste contexto, a Biblioteca do Centro de Tecnologia (BCT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que é especializada em Engenharias, desenvolveu um projeto com o intuito de padronizar o procedimento ao receber dissertações de mestrado e teses de doutorado. O projeto consiste em realizar um levantamento de todos os trabalhos de mestrado e doutorado recebidos a partir do ano de 2004 até 2018, de forma a mapear os processos envolvidos desde a chegada da tese ou dissertação até sua inclusão na base Minerva. Portanto, objetiva-se mapear o processo, permitindo assim verificar o fluxo atual e fazer uma análise desse a fim de sugerir melhorias. Além disso, realizar uma pesquisa bibliográfica do tema para apoiar no desenvolvimento de um fluxograma do processo, deixando evidentes suas etapas. Espera-se que com o desenvolvimento da pesquisa seja possível otimizar a rotina de trabalho da BCT, salientando a importância da aplicação do mapeamento de processos nos futuros projetos da unidade.

PARTICIPANTES: ISABELA DE MELO FRANCO, DELANA OLIVEIRA

ARTIGO: 3463

TÍTULO: DESIGN THINKING: UM OLHAR PARA INOVAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO: As bibliotecas universitárias, mesmo sendo subordinadas a uma instituição maior, necessitam de ferramentas capazes de inovar e otimizar suas rotinas de trabalho. O *Design Thinking* (DT) insere-se muito bem neste contexto, pois permite aplicar elementos para inovação, sobretudo, ao inserir novos sentidos aos produtos, serviços ou relacionamentos, estimulando vários aspectos, tais como: cognitivo, emocional e sensorial, além de ser uma poderosa ferramenta na solução de problemas organizacionais, trazendo uma nova compreensão de valor ao cliente. Com a implementação do DT nas unidades de informação, é possível refletir sobre pontos positivos e negativos dos produtos e serviços oferecidos, selecionar e testar a melhor solução para o problema, aprimorar o processo de tomada de decisão desenvolver e elaborar soluções, enxergando o problema como um todo. O *Design Thinking* possui minimamente três etapas que devem ser seguidas para que seja garantido seu sucesso absoluto. A primeira é a imersão (analisar a origem do problema); a segunda é a ideação (proposição de soluções para o problema); por fim, a terceira é a prototipagem (definição da solução para o problema). Assim, o resultado é a implementação de uma solução que proporcione valor ao cliente e que, logo no início, contenha os elementos mínimos suficientes para que a proposta seja aceita. O trabalho proposto visa disseminar o conhecimento do DT e aplicá-lo em bibliotecas universitárias, com o intuito de preencher possíveis lacunas em decorrência de processos muitas vezes engessados. Espera-se com o desenvolvimento deste estudo trazer novos mecanismos capazes de otimizar as atividades e processos executados nas unidades de informação. Além disso, proporcionar aos usuários um ambiente que além de atender as demandas possa inserir inovações, atraindo também usuários potenciais.

PARTICIPANTES: ISABELA DE MELO FRANCO, YULE DOS BANHOS DE SOUZA, DELANA OLIVEIRA

ARTIGO: 3465

TÍTULO: MEDIDAS INTERNACIONAIS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este estudo apresenta os resultados do projeto de iniciação científica que tem como objetivo analisar medidas internacionais destinadas a mapear inovação no setor público, a fim de subsidiar futura proposição de uma medida específica para a realidade brasileira. Para fundamentar foram revisados artigos nacionais e internacionais que abordassem o tema inovação no setor público, especialmente medidas. Para a pesquisa empírica, utilizou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e com o emprego da técnica de pesquisa documental em relatórios que retratassem medidas e resultados de mapeamento de inovação pública em países. A busca pelos relatórios foi feita na internet, nos sites de busca www.google.com e www.scholar.google.com.br, com as seguintes palavras chave: public innovation e public innovation measure.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Foram encontradas nove medidas. Além disso, identificou-se o capítulo de livro de Cunha (2017) que mapeou experiências internacionais sobre inovação no setor público. Desse modo, foram acrescentados 11 documentos, totalizando 20 para análise. Através da leitura parcial desses documentos verificou-se que 14 deles são medidas de inovação no setor público, e seis discutiam essas medidas. A análise dos documentos seguiu de acordo com oito categorias, definidas a priori para contemplar os objetivos específicos traçados no estudo, sendo elas: a caracterização do método e amostras empregadas nas medidas; os conceitos de inovação e modelos teóricos adotados na construção das referidas medidas; os tipos de inovação mapeados; os principais achados; os facilitadores e barreiras de inovação; e as áreas ou tipos de instituições mais e menos inovadoras. Os resultados mostraram que dentre os métodos utilizados, o mais frequente dentre os documentos foi o misto. Dentre os tipos de inovação, a mais recorrente foi de serviços (CLARK; GOOD; SIMMONDS, 2008; GALLUP ORGANIZATION, 2010; BLOCH, 2010; MANAGEMENT ADVISORY COMMITTEE, 2010). Os facilitadores e barreiras de inovação mais citados foram, respectivamente, a participação dos usuários e clientes (THE GULLUP ORGANIZATION, 2011; BLOCH, 2010; BORINS, 2006; MANAGEMENT ADVISORY COMMITTEE, 2010; HUGHES; MOORE; KATARIA, 2011) e os altos níveis de burocracia e regulamentação (BORINS, 2006; CLARK; GOOD; SIMMONDS, 2008; BLOCH, 2010; MANAGEMENT ADVISORY COMMITTEE, 2010; HUGHES; MOORE; KATARIA, 2011; EUROPEAN COMMISSION, 2013; IBM CENTER FOR THE BUSINESS OF GOVERNMENT, 2014). A forma com a qual o setor público costuma inovar é através da cooperação entre os seus stakeholders, como identificados pela National Audit Office (2006); Bloch (2010); Management Advisory Committee (2010); Hughes, Moore e Kataria (2011). Os dois efeitos mais recorrentes causados pela inovação foram identificados pelos mesmos autores, National Audit Office (2006); The Gullup Organization (2011); Clark, Good e Simmonds (2008); Hughes, Moore e Kataria (2011); Comissão Europeia (2013), e são a melhoria na entrega de serviços e serviços novos ou estendidos.

PARTICIPANTES: THAINÁ FILGUEIRA MACEDO DE SOUZA, ARTHUR RAFAEL DIAS DOS SANTOS, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

ARTIGO: 3468

TÍTULO: A DINÂMICA DAS DECISÕES JURISDICIONAIS COLEGIADAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Fenômenos que provocam distorções nos resultados por agregação de membros podem ser denominados *efeitos sistêmicos*. Surgem quando as propriedades do agregado de indivíduos diferem das propriedades dos seus membros, individualmente analisados, nas ocasiões em que o comportamento dos indivíduos se agrega no âmbito de instituições. Falhas na sua precisa identificação levam a falácias de divisão - a presunção de que o que é acertado para os membros o será para o colegiado -- e a falácias de composição - a presunção de que o que é acertado para o colegiado o será para os seus membros. Cuida-se de assunto pouco ou nada enfrentado pela doutrina e jurisprudência brasileiras, o que redundará em inobservância de opções claras do legislador em prol de certos grupos sociais, como será visto.

Neste trabalho, duas modalidades importantes de *efeitos sistêmicos* serão abordadas, a saber: o Paradoxo Doutrinal e a Propriedade Emergente. Tratam-se de fenômenos que revelam o funcionamento muitas vezes contraintuitivo de colegiados jurisdicionais, cuja deliberação final pode não corresponder às deliberações individuais (votos) de seus membros, revelando assim aspecto peculiar das decisões coletivas, com implicações consideráveis a nível constitucional e legal.

Para demonstração da hipótese subjacente ao Paradoxo Doutrinal, foi selecionado exemplo concreto de deliberação colegiada jurisdicional, a saber, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 2016.00.2.037626-4, em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e, por aplicação do artigo 982, § 3º, do CPC/2015¹¹, levado ao STJ por duas empresas do setor imobiliário e de incorporações.

Quanto à Propriedade Emergente, selecionamos o recurso em sentido estrito nº 495605.3/9-0000-000, da 3ª Câmara do 2º Grupo da Seção Criminal do TJSP, e a apelação cível nº 679.334-0, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm . Acesso em: 8 nov. 2017.

PARTICIPANTES: ISABELLE CRISTINE SOARES ANTONIO, ANTONIO GUIMARÃES SEPULVEDA, CARLOS BOLONHA, IGOR DE LAZARI BARBOSA CARNEIRO, ROBERTO CARLOS ROCHA KAYAT

ARTIGO: 3497

TÍTULO: O BOLETIM GEOCORRENTE COMO UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esse trabalho é fruto de um projeto de extensão que iniciou-se em 2014, com o grupo de pesquisa em Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP), da Escola de Guerra Naval (EGN). Este projeto extensão procura identificar elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos e torná-los acessível a um público que não teria acesso as informações encontradas de forma tão dispersa, mas que tem interesse por temas de segurança e defesa.

O projeto possui como produto o "Boletim Geocorrente", que é uma publicação quinzenal que acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder também às demandas do Estado-Maior da Armada (EMA) da Marinha do Brasil (MB).

O Boletim, que pode ser considerado um ferramenta de aprendizado para os alunos de graduação das áreas correlatas a ciência política, tem como finalidade a confecção e publicação orientada de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O periódico é quinzenal, possui ISSN (2446-7014) e é qualificado pela CAPES - QUALIS, na classificação B5. Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Considerando que o projeto e seu produto pretendem ser mais uma plataforma de obtenção de conhecimentos de assuntos estratégicos e defesa, tanto para os alunos analistas, quanto para os leitores, propõe-se que esse trabalho terá o objetivo central de expor como a participação no projeto influencia na formação intelectual e acadêmica dos alunos analistas (graduandos e pós-graduandos), bem como propõe relatar a experiência de formação, manutenção e consolidação do grupo de pesquisa e de seu respectivo produto acadêmico como elemento de pesquisa e extensão.

O grupo contava inicialmente com 12 alunos de graduação, dos quais 8 pertenciam à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), principalmente dos cursos de Defesa e Gestão Estratégica Internacional e Relações Internacionais. Atualmente o grupo de pesquisa conta com 44 pesquisadores de graduação e pós-graduação (dos quais 17 são da UFRJ) de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

e experiências proporciona uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais.

PARTICIPANTES: DANIELE DIONISIO DA SILVA, CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA, LEONARDO FARIA DE MATTOS

ARTIGO: 3523

TÍTULO: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS EM FEIRAS ALTERNATIVAS DO CIRCUITO CARIOCA: UM GIRO PELA BABILÔNIA FEIRA HYPE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com base na carência de produções científicas que analisem as relações mercadológicas no contexto da economia criativa, especialmente a percepção dos consumidores (BATISTA *et al.*, 2011), este trabalho investiga como as representações simbólicas permeiam o consumo em feiras alternativas na cidade do Rio de Janeiro, um modelo que enfatiza a proposta “compre de quem faz” e abrange segmentos como artes plásticas, decoração, gastronomia, moda e papelaria. Para tanto, o enfoque recaiu sobre a Babilônia Feira Hype, o evento mais antigo nesse formato. A pesquisa bibliográfica apoiou-se na consulta de artigos científicos indexados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Acadêmico e na SciELO. Alguns livros que interagem com o problema de pesquisa também foram adicionados. Na etapa de campo, optou-se pela abordagem qualitativa com finalidade descritiva. A coleta de dados foi corte-transversal e ocorreu por meio de observação não participante e entrevistas individuais semiestruturadas com quatro expositores e seis frequentadores da Babilônia Feira Hype. O tratamento de dados consistiu em análise de conteúdo a partir de categorias *a priori* extraídas das entrevistas, o que deu origem a seis grupos: a) redes e afetos; b) estetização; c) hedonismo; d) ineditismo; e) autoafirmação e f) consumo consciente. Os resultados corroboram o valor atribuído à dimensão imaterial em feiras alternativas e o potencial destas para fomentar a ocupação criativa da cidade. Por outro lado, a observação permitiu constatar ambiguidades entre o discurso delineado por essas iniciativas e como ele se traduz na prática.

PARTICIPANTES: MARTINHO TOLEDO DE SOUSA, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 3525

TÍTULO: CANSEI DOS SEUS COMENTÁRIOS: O ATIVISMO POR EXCLUSÃO NA ERA DIGITAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O ambiente democrático das redes sociais permitiu que os usuários pudessem expressar suas opiniões e, dessa maneira, acentuou discussões sobre posicionamentos partidários nestas plataformas. Este ambiente permitiu que seus usuários tivessem voz, como talvez nunca antes, e tornou-se palco para as mais variadas discussões e debates, entre os quais estão os de cunho político, que fazem parte do objeto de estudo deste trabalho, usando de ferramentas da cultura popular, como memes, na tentativa de elucidar e promover movimentos sociais para maior alcance na web. Este movimento vem ganhando força entre os internautas desde o final de 2010, com a Primavera Árabe e, no Brasil, com as manifestações de rua em 2013. Um reflexo dessas manifestações, especialmente próximas aos períodos eleitorais, é a crescente prática dos usuários de excluir ou deixar de seguir pessoas, dislikes, em suas redes sociais que expressam opiniões políticas diferentes das suas próprias. Esse ativismo expressado pela limpeza de amigos das redes, numa primeira hipótese, incentiva o surgimento das chamadas bolhas sociais, especialmente na rede Facebook, as quais vêm a ser a permanência do usuário em um mesmo círculo de amizades virtuais onde todos têm opiniões semelhantes, de forma que este não participa das mudanças e transformações do mundo globalizado. Certamente, tal ativismo estabelece novos fluxos de informações em timelines dos usuários, e a construção de um eu-partidário nesses espaços. O objeto desse estudo é justamente essa prática, conhecida como ativismo por exclusão, e seu principal reflexo, que é a bolha social onde o usuário se relaciona virtualmente somente com quem compartilha suas visões, e, queremos compreender através de uma pesquisa exploratória: como estes dois fatores se relacionam; e de que modo eles influenciam nos relacionamentos, e na sociedade, fora do mundo virtual, onde não se pode simplesmente deixar de conviver com a diferença e o diferente.

PARTICIPANTES: KAISA SOUZA MORGADO, YNGRID DA LUZ BARBOSA, TADEU RIBEIRO, BLENDIA LIMA PAULINO, MOISES COSTA

ARTIGO: 3551

TÍTULO: A DINÂMICA MARÍTIMA DO TRÁFICO DE ARMAS: UM ESTUDO DA ATUAL CONJUNTURA E CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS NAS ÁGUAS E PORTOS DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA E DA BACIA PLATINA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa que será apresentada está associada aos grupos de análise de Segurança Marítima do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil e de Gestão da Segurança e Defesa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa da UFRJ, que contam com alunos e professores da graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional da UFRJ e pesquisadores do mestrado em Estudos Marítimos da EGN. O grupo se propõe a pensar a segurança marítima a partir da perspectiva brasileira e com foco na delimitação das ameaças nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Atualmente, o grupo está trabalhando na construção de um atlas da segurança marítima brasileira que apresentaria essas ameaças, sua localização geográfica e os principais atores/agências envolvidos em cada temática.

Este trabalho tem por objetivo analisar a gestão pública por meio da construção e análise de conjuntura e delineamento de cenários do tráfico de armas no ambiente marítimo, considerando duas áreas geográficas: as águas e portos da Amazônia Legal brasileira e as águas e portos da Bacia Platina. Para tal, busca-se apresentar uma conjuntura recente (2014 a 2018) da dinâmica marítima do tráfico de armas feita por grupos criminosos já estabelecidos no tráfico de drogas; tendo em conta como o Estado age para combater tal atividade e como esses grupos criminosos reagem para manter de forma alternativa tal atividade criminosa. Em suma, a pesquisa visa entender a dinâmica e estruturação dos grupos criminosos a partir de estudos acadêmicos e relatórios de organizações nacionais e internacionais que tratam do problema.

Nesse sentido, perpassamos pela análise histórica para realizar um mapeamento dos atores envolvidos e a inserção deles nas áreas geográficas selecionadas, buscamos atualizar referências bibliográficas e coletar dados de apreensões de armas nas rotas fluviais e marítimas.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

Para construir a base de dados realizaremos ainda um levantamento de informações (notícias) dos portais digitais das Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Receita Federal e Marinha do Brasil e outras instituições ligadas ao Ministério da Segurança Pública, Ministério Público Federal e estaduais, Polícias Cíveis e Militares, bem como serão coletados relatórios de operações e de gestão. Por meio do cruzamento dos dados das apreensões e notícias, e análises teóricas-conceituais, propõem-se verificar a hipótese de que há uma associação da logística e rotas do narcotráfico à logística e rotas de tráfico de armas, nesses ambientes marítimos.

A última etapa da pesquisa será tentar projetar o futuro da dinâmica marítima do tráfico de armas para ajudar a construção de políticas públicas, usando ferramentas de construção de cenários, afim de reduzir os elementos a um pequeno número de fatores-chave (elementos que gerarão cenários possíveis) por meio da hierarquização e priorização.

PARTICIPANTES: DANIELE DIONISIO DA SILVA, CLARA MICHELOTTI GAMA BARBOSA, LUCAS BARRETO RODRIGUES

ARTIGO: **3582**

TÍTULO: **DIREITO AO ESQUECIMENTO: DESAFIOS PARA SUA APLICAÇÃO NA INTERNET**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa, que dará ensejo ao trabalho de conclusão de curso, trata do direito ao esquecimento no direito brasileiro e os desafios para sua aplicação diante das informações divulgadas na Internet. É cediço que a vida contemporânea é marcada pelo veloz compartilhamento de informações, provocado pela expansão da Internet, cuja estruturação tem como finalidade precípua garantir que a informação persista com o tempo, sendo regra a memória e o esquecimento, a exceção. Fatos e eventos que, até então, pelos meios de comunicação convencionais - como o rádio e a televisão -, teriam um alcance reduzido e, muitas vezes, momentâneo, sendo espontaneamente esquecidos pela consciência coletiva, são atualmente fruto de uma divulgação ampla e ilimitada ocasionada pela Internet. Se, por um lado, essa nova realidade social facilita o compartilhamento de informações - que podem ser acessadas de qualquer lugar, em tempo real e de forma global -, aperfeiçoando o exercício das liberdades de expressão e de imprensa e o direito à informação, de outro, provoca situações que ofendem os direitos da personalidade de terceiros envolvidos, que, muitas das vezes, consideram as informações publicadas imprecisas, inadequadas, irrelevantes ou excessivas, ensejando conflito entre a liberdade de expressão e suas vertentes e os direitos da personalidade, notadamente os direitos à privacidade, intimidade, imagem e - aquele que configura o estudo da presente pesquisa - o direito ao esquecimento. Ante o exposto, considerando que a primazia da Internet no compartilhamento de dados impôs ao mundo jurídico a necessidade de repensar a forma com que se interpreta e se emprega seus institutos, o presente estudo tratará do dilema da efetividade na aplicação do direito ao esquecimento na Internet, buscando explorar suas possibilidades e desafios, mediante análise crítica das problemáticas oriundas da aplicação das medidas legais existentes para sua concretização, quando o direito ao esquecimento é garantido judicialmente. Para isso, o estudo se pautará na avaliação das medidas de aplicação do direito ao esquecimento e os problemas que as norteiam a partir de pesquisa jurisprudencial nos tribunais superiores. Mais ainda, procura-se analisar as particularidades do direito ao esquecimento quando relativo à Internet e os respectivos desafios que circundam esse cenário, sobretudo as problemáticas do "Efeito Streisand", da remoção global de informações e da desindexação, não excluídas outras que poderão apresentar-se ao longo da pesquisa. Fica estabelecido o método de estado da arte, com o esforço de se observar, analisar e resumir os diversos obstáculos relacionados à efetividade do direito ao esquecimento quando aplicado para informações divulgadas na Internet.

PARTICIPANTES: CAROLINE PRINCISVAL, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: **3600**

TÍTULO: **O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: INSTRUMENTO A SERVIÇO DA FLEXIBILIDADE OU DA PRECARIZAÇÃO?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Direito do Trabalho surge da combinação de um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que originaram um modelo produtivo consubstanciado no trabalho livre, subordinado e assalariado. Sendo o direito um instrumento civilizatório, na medida em que regula a seara das relações empregatícias, fixa-se regras imperativas para o contrato de trabalho a fim de se estipular um patamar civilizatório mínimo.

Nessa perspectiva, considerando o desequilíbrio inerente à relação de trabalho, desenvolveu-se a ordem jurídica juslaboral com vistas a proteção de garantias fundamentais aos trabalhadores, na qualidade de sujeito de direitos, reduzindo o processo de mercantilização e promovendo a mitigação das assimetrias estruturais do sistema.

Ante o compromisso constitucional de proteção à dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil, a Reforma Trabalhista, implementada por meio da Lei nº 13.467/17, contrasta com aquele patamar civilizatório mínimo do Estado Democrático de Direito.

Nas últimas décadas, no contexto de hegemonia do pensamento neoliberal, os detentores do poder econômico buscaram abrandar os direitos sociais por meio da flexibilização da legislação trabalhista.

Diante do recente cenário de crise econômica e do crescimento do desemprego, os setores conservadores conseguiram fortalecer o discurso pautado na flexibilização, sob o argumento da necessidade de aumento de competitividade no mercado global, de redução de gastos e de adequação das normas trabalhistas ao avanço socioeconômico e tecnológico.

Nesse contexto, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 38/2017 e, em seguida, foi publicada a Lei nº 13.467, denominada como a "Lei da Reforma Trabalhista", promovendo, assim, a alteração em diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dentre as mudanças trazidas com a Reforma Trabalhista, foram inseridos os artigos 443 e 452-A à CLT que versam sobre o trabalho intermitente, cujo instituto é objeto de severas críticas no cenário internacional.

O objetivo do trabalho é examinar o trabalho intermitente, nova modalidade contratual introduzida pela reforma trabalhista, a partir da hipótese de que seus efeitos transcendem a relação de trabalho individual e afetam toda a sociedade. Em particular a pesquisa indaga se o contrato de trabalho intermitente é um instrumento à serviço da flexibilização ou da precarização do trabalho? E a partir da compreensão da natureza e dos efeitos do trabalho intermitente, o trabalho pretende examinar se o referido contrato está, ou não, em consonância com o compromisso constitucional de proteção à dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil.

O presente estudo terá como base a ordem constitucional brasileira e a experiência estrangeira vivenciada nos países europeus, de forma a se apontar os possíveis impactos na vida dos trabalhadores.

PARTICIPANTES: RENATA FERREIRA SPÍNDOLA DE MIRANDA, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3658

TÍTULO: **EGRESSOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA FACC/UFRJ: PERFIL E ATUAÇÃO.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho apresenta pesquisa realizada no âmbito da Fase Inicial do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado Perfil de Egressos do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)/UFRJ. Apresenta como objetivo geral levantar dados sobre egressos do Curso e sua inserção no mercado de trabalho, de modo a contribuir com a avaliação do curso e oferecer subsídios ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) na tomada de decisões sobre mudanças que por ventura sejam necessárias na matriz curricular, visando a refletir melhor qualificação do profissional egresso para atuar na sociedade da informação e do conhecimento do século XXI. A formatura dos primeiros ingressantes se deu no final do segundo semestre de 2010, assim, estabeleceu-se como corte temporal o período de 2010 à 2016. O marco teórico foi desenvolvido à luz de autores como, Santos e colaboradores (2017), que estudaram egressos de curso de Biblioteconomia e de Queiroz e Paula (2016) sobre egressos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outros. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e quantitativa, porque fornece a visão panorâmica dos egressos e oferece esclarecimentos sobre seu perfil e sua atuação. O instrumento utilizado foi o questionário, elaborado a partir do *Google Forms*, com perguntas abertas e fechadas. Os procedimentos metodológicos compreenderam a etapa 1, que consistiu na busca de trabalhos sobre egressos de cursos de Biblioteconomia e de outros cursos na literatura nacional, em quatro bases de dados: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de forma a ampliar e atualizar a base teórica do estudo. A etapa 2 consistiu na identificação de egressos que concluíram o curso, de 2010 a 2016, localização de endereços eletrônicos, com vistas a organizar o *mailing list* de remessa do questionário. As buscas foram realizadas no SIGA, no Repositório *Pantheon* da UFRJ e nas redes sociais. Na terceira fase, enviou-se o questionário piloto para testar sua aplicabilidade, continuando-se a remessa do questionário definitivo para o total de alunos, ou seja para 275 alunos identificados. Na quarta e última fase foi realizada a compilação e tabulação dos dados em planilha *Excel da Microsoft*, bem como sua análise. Os resultados parciais do estudo mostraram que, dos 275 questionários enviados foram respondidos 87 (32 %). As 9 (nove) perguntas que fizeram parte do questionário encontram-se em fase de tabulação e análise. Espera-se, com esse estudo, contribuir com a avaliação e o aprimoramento do CBG, colocando-o na vanguarda do ensino da Biblioteconomia e da Gestão de Unidades de Informação.

PARTICIPANTES: EVEN MARIA HOLANDA NERI JORGE, KLARA MARTHA WANDERLEY FREIRE, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, NYSIA SÁ

ARTIGO: 3666

TÍTULO: **PROLIFERAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DA EMERGÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DA GUATEMALA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo entender os mecanismos que facilitaram a proliferação das Empresas de Segurança Privada (PSCs, no termo em inglês) na região da América Latina, com ênfase na América Central, e os papéis que elas cumprem nos diferentes arranjos de segurança dessa região. Dentro desse quadro, busca-se analisar o papel securitizador das Empresas de Segurança Privada e sua relação com a segurança pública do Estado. A Guatemala surge como um caso interessante para a análise dessa problemática por ser um país pequeno no que tange a sua extensão territorial e a sua população, contar com um exército nacional compatível com as necessidades do país, ter um arcabouço jurídico complexo em relação à regulação de agências que trabalham com a segurança privada e que, mesmo assim, se encontrou num período de crescente proliferação de Empresas de Segurança Privada desde o fim da sua guerra civil em 1996. Aqui, a pesquisa se propõe a traçar o início dessa relação no âmbito formal e informal para entender seus desdobramentos e os impactos dessa interação no processo de proliferação das Empresas de Segurança Privada dentro da sociedade guatemalteca. O projeto busca traçar um panorama a partir do cenário pós-guerra civil da Guatemala, marcado pela coexistência de estruturas democráticas e autoritárias, e das dinâmicas sociais geradas dentro do contexto de redemocratização para entender como e por que a privatização da segurança surge, dentro desse processo, como uma demanda forte a ser prontamente atendida. Para isso, o projeto busca fazer uma análise dos instrumentos de regulação criados à luz do efeito prático de seu estabelecimento em tal contexto e da dinâmica de coexistência dos setores público e privado dentro do contexto de segurança.

PARTICIPANTES: CLARA M. S. BASTOS, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 3671

TÍTULO: **O DISCURSO CONSERVADOR EM REDE E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise da produção discursiva fomentada por atores conservadores no Facebook e o seu impacto na opinião pública no que tange a implementação de ações afirmativas de cunho racial. A abolição da escravidão aconteceu faz pouco mais de um século no Brasil, no entanto a herança deste longo período ainda resiste no tempo. Após a assinatura da Lei Aurea, nenhuma ação estatal destinada a integrar os negros recém-libertos na sociedade foi feita. A abolição concedeu a alforria ao povo negro, mas não garantiu qualquer tipo de inserção social a eles, criando assim bases para a marginalização do povo negro no Brasil. Recentemente, devido, principalmente, às constantes reivindicações do Movimento Negro, políticas voltadas a inclusão racial (obrigatoriedade da história afro-brasileira no ensino de base e a implementação de cotas raciais no ensino superior e em concursos públicos) foram elaboradas como forma de reduzir os danos causados pela herança escravocrata do país. Entretanto, a aceitabilidade destas políticas ainda é bastante frágil perante a opinião pública brasileira. Isto deve-se, entre outros fatores, à crença no discurso da democracia racial, que ainda paira sobre o imaginário brasileiro. Essa crença projeta a ideia de que no Brasil não há preconceito racial, pois o país seria, segundo essa perspectiva, naturalmente "mestiço". Cientes da vulnerabilidade da opinião pública brasileira a esse discurso, movimentos conservadores, oriundos das manifestações de 2013, utilizam as redes sociais – principalmente o Facebook – como uma ferramenta de manipulação da opinião pública. Tendo como *modus operandi* a criação e divulgação de boatos e distorções de elementos da história do negro no Brasil, estes movimentos parecem instrumentalizar a crença na democracia racial para inibir qualquer tentativa de combate às desigualdades raciais no país, inserindo-se assim dentro de um projeto político, inspirado por princípios neoconservadores disfarçados como ideais liberais. Devido a sua fluidez e alcance global, as redes sociais permitem que o discurso seja feito de uma forma muito mais ágil, ampla e viral, tornando sua assimilação e influência na opinião pública muito mais eficaz. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência de tal discurso conservador, a partir da identificação dos atores envolvidos, sob a análise da produção discursiva e sua influência na formação da opinião pública. Do ponto de vista metodológico, será conduzida uma análise de perfis e páginas no Facebook que evidenciem a evolução deste discurso nas redes, através de uma pesquisa qualitativa e a mineração de dados mediante aplicativos como Netvizz. Além disso, os impactos na opinião pública e nas políticas afirmativas serão avaliados através da elaboração de um índice de impacto.

PARTICIPANTES: NUNO DOS SANTOS FRANCISCO JUNIOR, LALITA KRAUS, MARCELO JOSÉ DERZI MORAES



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3694

TÍTULO: **PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS E A PL 4211/12**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pornografia e prostituição são atividades econômicas de venda do ato sexual, seja para consumo imediato ou para produção de mídia erótica, constituindo a chamada “Indústria do sexo”. Moldada para o público masculino heterossexual, tem como principal produto o corpo feminino. Este é completamente objetificado nos mais diversos gêneros pornográficos, como exemplificam as categorias mais procuradas de 2017 no maior site de pornografia mundial: são roteiros fantasiosos com personagens de mães, irmãs, simulação da aparência de adolescente, classificações étnicas das mulheres e principalmente a relação sexual lésbica. Além disso, as mulheres representam mais de 75%¹ do total de pessoas em situação de prostituição no mundo. Nesta apresentação, busca-se compreender a pornografia e a prostituição a partir de pesquisa bibliográfica realizada numa perspectiva materialista histórica do feminismo e a partir disso, analisar as problemáticas do Projeto de Lei 4211/2012 resgatado pelo Deputado Federal Jean Willys, que pretende legalizar a prostituição no Brasil. Não objetiva apresentar soluções para tutela legal da mulher na indústria do sexo, mas inserir ao debate jurídico as condições singulares do ser mulher numa sociedade patriarcal-capitalista. O feminismo de base materialista histórica interpreta o “ser mulher” como designação biológica (ser fêmea) a qual é imposta um papel social de gênero que determina comportamentos esperados e limitados pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho, num diálogo entre as vertentes feministas intituladas marxista e radical. Ambas percebem a evidente afirmação da relação hierárquica homem-mulher a partir da estruturação do modo de produção capitalista, que tudo mercantiliza: produção, corpos e territórios. Pornografia e prostituição são interdependentes; há um valor para os corpos femininos pois, não apenas submissas, as mulheres estão em posição de propriedade privada dos homens- e há sempre homens que desejam comprá-las. De forma enfática, demonstram a compra em duas faces: a explícita, no casamento, realizada por um único homem, e a prostituição, invisibilizada, na compra por todos. (BEAUVOIR, 1970; KOLLONTAI, 1908). O referido Projeto de Lei, regulamenta a prostituição como relação obrigacional de prestação de serviço sexual, com direito a aposentadoria especial após 25 anos de exercício. Diferencia a atividade de exploração sexual do conceito prostituição e acrescenta também modificações ao Código Penal Brasileiro de forma a prevenir e punir a nova categoria de exploração sexual. É intrínseco ao princípio constitucional da dignidade humana a não exploração, não objetificação e não submissão dos indivíduos e a partir disso, faz-se impossível a aceitação do ordenamento jurídico brasileiro à teoria de propriedade privada do corpo e igualmente inconcebível a legalização de sua comercialização.

(1)Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_js>.

PARTICIPANTES: MARIANA BINATTI CHIOTE, ANA LUCIA SABADELL, PAULA CAMMAROTA VEIGA SILVA, MARIA EDUARDA STRAUSS MOREIRA PENNA

ARTIGO: 3713

TÍTULO: **PERSPECTIVAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A DICOTOMIA DO PÚBLICO E PRIVADO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Perspectivas da Base Nacional Comum Curricular e a Dicotomia do Público e Privado

Ana Carolina Accacio de Sousa e Isabela Sabbatino Pimentel Pereira

A partir da leitura e discussões acerca do sistema educacional brasileiro, com enfoque na educação pública, foram desenvolvidas análises e críticas em relação ao tema, no projeto de extensão “Vida Pública”. Tais debates ocorreram para que houvesse contato com instituições de ensino fundamental e médio acerca da educação pública, através de debates e/ou atividades com docentes e corpo estudantil das instituições.

A partir destas análises, percebemos que a importância de se estruturar uma base nacional deu-se através de marcos legais, como o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 13.005/14, que instituiu o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Esses dispositivos ressaltam a importância de preservar a autonomia da escola, espaços plurais e amplo acesso a uma educação gratuita e de qualidade.

A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível, então, destacar pontos favoráveis quanto a sua construção, como a ampliação do debate acerca da educação pública brasileira. No entanto, são estabelecidas críticas em relação a sua construção, processo e finalidade.

Anunciada em meados do ano de 2015, a BNCC percorreu um período turbulento, passando por três ministros e dois presidentes. Essa instabilidade política contribuiu para a percepção crítica, de alguns sindicatos, quanto as decisões autoritárias do governo.

Além disso, nota-se que, a Base Nacional não atua pontualmente na questão da evasão escolar. Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativa ao ano de 2015, que indicam que a cada dez alunos matriculados no ensino médio, somente quatro o concluem, é necessário reestabelecer planos eficazes para a continuidade do ensino.

Nesse sentido, torna-se importante relacionar as políticas públicas em curso com o sistema educacional enfrentado pelos jovens, que sonham em integrar as universidades públicas. Para isso, será utilizado o conceito de público, fazendo alusão e comparação com a estrutura da Base Nacional Comum Curricular em diferentes âmbitos educacionais, sendo eles, públicos e privados.

Como parte prática do projeto, realizamos uma visita ao Colégio Carpe Diem, para debate e roda de conversa sobre a BNCC, a dicotomia do público e do privado na educação, e formas de ingresso e acessibilidades do ensino superior público. Tendo como objetivo central esclarecer a importância da educação na democracia; os problemas causados pela BNCC; e as oportunidades e vantagens do ensino público.

PARTICIPANTES: ANA CAROLINA ACCACIO DE SOUSA, ISABELA SABBATINO PIMENTEL PEREIRA, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 3741

TÍTULO: **ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES E APLS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

A partir do arcabouço conceitual metodológico de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (APLs), realizou-se a organização de dados primários e secundários para aportar subsídios a políticas públicas que fomentem o desenvolvimento produtivo e inovativo local. Entende-se por APL um sistema local de inovação que compreende atividades produtivas interdependentes e atores econômicos, políticos e sociais de um território que interagem de forma a produzir conhecimento e aplicá-lo de maneira economicamente útil. O foco das análises feitas foi nas interações e sinergias entre as Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa (IEPs) e os demais segmentos do APL, tais como o segmento produtivo ou a governança. O presente estudo tem como objetivo a identificação de potencialidades em 278 APLs especializados em torno de diferentes atividades produtivas e localizados nas cinco regiões do Brasil.

Como preceito considera-se a abordagem sistêmica da inovação territorialmente contextualizada. Um desdobramento dessa concepção é o entendimento de que a inovação, que depende do aprendizado, tem caráter eminentemente local, as interações encontram no território seu locus de ocorrência. Pensar as IEPs como vetores para o desenvolvimento regional, portanto, passa pela sua articulação com o território, principalmente os APLs. Logo, instituições que procurem implementar políticas neste âmbito devem acessar um sistema de informações que as permitam desenhar suas ações.

Para tal, indicadores foram criados na tentativa de compreender diferentes perspectivas do processo do desenvolvimento regional. Essas estatísticas buscam a compreensão sobre a realidade geral dos territórios (demografia, condições de vida e economia), da infraestrutura de ciência e tecnologia local (presença de IEPs) e sobre seus APLs (emprego, renda e estrutura empresarial), visando determinar potencialidades e viabilizar análises estruturadas.

Partindo da visão de que apenas os dados não revelam as especificidades próprias ao território, suas IEPs e seus APLs, buscou-se complementar a base de dados quantitativos com uma base de informações qualitativas. Essas informações foram obtidas a partir do fichamento de 86 estudos de campo realizados pela RedeSist sobre 84 APLs diferentes em todo o país. O esforço constitui iniciativa relevante de organizar o conhecimento produzido pelo grupo em seus 20 anos de trajetória em torno da temática. O material resultante constitui rico aporte que possibilita análises mais profundas sobre casos específicos.

Por último, foi feito um refinamento da sistematização de dados através do georreferenciamento dos indicadores através do software QGIS. O resultado foi a criação de um sistema de 54 mapas de todo o território nacional com qualificações sobre as características gerais dos APLs, dos territórios onde estes se inserem e de suas bases científico-tecnológicas. Acredita-se que a geração de mapas facilite inferências acerca dos dados e viabilize novas análises.

PARTICIPANTES: CARLOS EDUARDO ALVARENGA CARDOSO, LEONARDO DE MELLO SZIGETHY DE JESUS, ISRAEL SANCHES MARCELLINO, JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO

ARTIGO: 3757

TÍTULO: **A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O movimento secundarista, no Brasil, surgiu no fim da década de 40 e, desde o início, tem como objetivo a defesa dos direitos dos estudantes do segundo grau de escolarização da educação brasileira. Hoje, o movimento é liderado nacionalmente pela UBES (União brasileira dos estudantes secundaristas), que em quase 70 anos de história coleciona capítulos de luta por direitos. No Rio de Janeiro, o movimento é liderado pela Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro - AERJ -, instituição fundada em 2002 e que conta hoje com mais de 15 anos na luta por direitos e, assim como a UBES, coleciona capítulos em sua história, como a conquista da eleição direta para diretor das escolas.

Em 2016, ficaram notabilizadas na mídia brasileira as ocupações das escolas no estado do Rio de Janeiro. Diversos estudantes ocuparam as instituições de ensino exigindo melhorias em todos os setores, inclusive na forma de construção do conhecimento, ou seja, na dinâmica dos métodos educativos. O movimento secundarista teve impacto inclusive na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que o exame precisou ser realizado em duas datas diferentes, para atender aos estudantes que tiveram como local de prova às escolas ocupadas.

A presente pesquisa tem por objeto a descrição e análise das demandas e estratégias de luta pelo direito à educação da Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro. O foco da descrição encontra-se centrado no evento das ocupações das escolas públicas em 2016. Neste sentido, a pesquisa se insere na perspectiva de uma Sociologia do Direito e utiliza, com marco teórico, a analítica do poder em Michel Foucault.

A metodologia está centrada no levantamento e análise da cobertura que o jornal O Globo conferiu ao evento (as ocupações). Também realizaremos entrevistas com os membros da AERJ, incluindo os seus líderes.

Referências

Botelho, Marjorie de Almeida. "A ação coletiva dos estudantes secundaristas: passe livre na cidade do Rio de Janeiro". Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2006.

Foucault, Michel. "O sujeito e o poder". In: Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Nascimento, Elis de Aquino Ferreira. "A construção da mobilidade no transporte coletivo do Rio de Janeiro: o caso do passe livre para estudantes". Monografia de conclusão de curso. Escola de Comunicação Social da UFRJ, 2013.

Peruzzo, Cecília. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Pollak, Michael. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

PARTICIPANTES: SÉRGIO COSTA, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA, LETÍCIA GUIDIS, HELENA MAYARA, GABRIELLA ALCANTARA, BRENDA TAVARES, LUCAS RANGEL, THAMIRES CHAVES, THAIS SIMAS

ARTIGO: 3759

TÍTULO: **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SOCIEDADE CIVIL E REPUTAÇÃO JUDICIAL: O PAPEL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO CASO DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:



15
21^a
OUT

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

A pesquisa analisa como o Supremo Tribunal Federal (STF) use vale dos argumentos levantados pelos expositores das audiências públicas, e o papel desse instituto no processo decisório do Tribunal. Por vezes, o STF deve decidir questões controversas, em que se confrontam divergentes concepções morais, religiosas, científicas, políticas e econômicas. As leis nºs 9.868/99 e 9.882/99 preveem a realização de audiências públicas pelo STF, permitindo a oitiva de especialistas e de representantes de segmentos sociais pelo Tribunal. Contudo, o efetivo papel desse instituto, para além de seu desenho legal, possibilita diferentes interpretações.

Partindo da doutrina da *Judicial Reputation*, desenvolvida por Nuno Garoupa e Tom Ginsburg, busca-se analisar a função das audiências públicas no processo decisório do STF. Segundo Garoupa e Ginsburg, no exercício da jurisdição constitucional, os decisores sempre procuram, em alguma medida, aumentar a aceitabilidade de suas decisões pela opinião pública, modulando seu conteúdo normativo com base nas convicções socialmente difundidas. A legitimidade da decisão será maior, e, conseqüentemente, sua aceitabilidade, quanto maior for o estoque de avaliações positivas pela opinião pública em relação a decisões passadas.

A atuação dos tribunais constitucionais tem o condão de reconfigurar o conteúdo normativo dos direitos fundamentais, a desempenhar importante papel contramajoritário, protegendo esses direitos do poder de majorias ocasionais. Portanto, a ideia de o exercício da jurisdição constitucional é modulado conforme a opinião pública demanda uma investigação crítica. Como hipótese, levanta-se que os Ministros do STF utilizam as audiências públicas como instrumento de incremento de legitimidade e aceitabilidade de seus entendimentos, em uma forma diferenciada de construção de reputação judicial para decidir.

Como recorte material, foi selecionado o julgamento da inclusão do ensino religioso na grade curricular das escolas da rede pública. Esse tema, referente à ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4439, foi objeto de audiência pública, realizada em 2015.

A pesquisa pretende verificar se e em que medida a audiência pública impactou na formação do entendimento do STF, e seu papel na construção da reputação judicial do Tribunal, na questão sob julgamento.

Metodologicamente, a pesquisa qualitativa vale-se da análise bibliográfica de fontes doutrinárias, documentais, legislativas e jurisprudenciais, com destaque para os registros da audiência pública selecionada, analisando-se a atuação dos expositores e dos Ministros do STF e seu papel no processo decisório da Corte.

Em conclusão preliminar, afere-se que, a despeito de sua finalidade legal informativa, a audiência pública desempenhou um papel retórico e legitimador de incremento da credibilidade da Corte para decidir. Assim, identifica-se indícios de uso estratégico das audiências para fins de reforço da reputação judicial do STF.

PARTICIPANTES: FÁBIO PRUDENTE NETTO, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: 3777

TÍTULO: **O IMPACTO DA REGULAÇÃO NA UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS BRASILEIROS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

RESUMO:

O modelo de agências surge nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, como uma forma de gerenciar crises. Durante a história institucional americana, perceberam-se diversos abalos institucionais atingindo os órgãos em questão, porém sem mutações institucionais que se detectassem como sendo de grande relevância. A complexificação das agências foi resultado de um processo governamental de contenção a estes abalos, na medida em que o Estado, como imaginado originalmente previsto, não ser capaz de suportá-las.

Em contraponto a esse processo que se desenvolveu ao longo dos anos, o Brasil implementou sua reforma regulatória somente na década de 90, a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que se baseou em um projeto de intensificação das privatizações e reforma da Administração Pública. Diante disso, o processo brasileiro de estruturação da regulação é marcado por circunstâncias e constrangimentos peculiares no que tange à importação de um modelo que foi pensado em um contexto oposto e que atende à interesses que em muito diferem com as necessidades do desenho institucional brasileiro.

Em meio a isso, o objeto da presente pesquisa é identificar o papel da regulação na universalização dos serviços públicos que são prestados por entes privados. A questão principal encontra-se em identificar a importância de se levar em conta as "razões não econômicas" da regulação, que apesar de não serem da essência regulatória, são de extrema necessidade para a efetivação do modelo em um país em desenvolvimento. A hipótese levantada é de que somente as tradicionais "razões econômicas" não são capazes de justificar o implemento da regulação no país, já que seu uso desordenado pode causar anomalias nas instituições brasileiras e sobrecarregar os três poderes já consolidados.

Para sustentar essa hipótese, há a demarcação teórica institucionalista, com especial ênfase no pós-madisonianismo e também no trabalho desenvolvido pela teoria regulatória brasileira, principalmente autores como Sérgio Guerra e Diogo Coutinho, que desenvolvem intenso trabalho sobre o aspecto histórico da regulação brasileira até o modelo que se consolidou nos dias atuais.

PARTICIPANTES: CAROLINE BATISTA, HUDSON ELISIO CAMARA MENDES SAMPAIO, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 3788

TÍTULO: **CAPACIDADES DE INOVAÇÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS: O CASO DAS CLÍNICAS POPULARES DE SAÚDE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Esta pesquisa se insere no projeto capacidades dinâmicas e inovação em serviços e tem como objetivo analisar os determinantes da inovação em serviços. A hipótese geral é que as inovações em serviços derivam de capacidades dinâmicas específicas alinhadas com as especificidades do setor. Neste estudo, investigamos as inovações em serviços presentes nas chamadas clínicas populares de saúde. Identificamos que dois movimentos têm estimulado o crescimento deste tipo de serviço: a redução de beneficiários de planos de saúde e a falta de investimento público no sistema de atendimento primário. Para analisar este fenômeno, realizamos uma pesquisa na literatura sobre as "retail clinics" norte-americanas, procurando identificar em que medida a evolução destes serviços nos Estados Unidos encontra correspondência no caso brasileiro. Em seguida, analisamos o crescimento das clínicas populares na cidade do Rio de Janeiro, procurando identificar o número de clínicas e os serviços inovadores que estas oferecem. Com base neste mapeamento, procuramos identificar os determinantes das inovações nestes casos concretos.

PARTICIPANTES: EDUARDO RAUPP DE VARGAS, FLORA FERREIRA FERNANDES BERTHO



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGIA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3793

TÍTULO: **CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A INICIATIVA POPULAR PARA PROPOSTA DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Cediço que o cenário jurídico político brasileiro é de patente crise. A descrença que se tem diz respeito à capacidade das instituições de refletir os anseios e expectativas populares que foram plasmados na Constituição. Uma verdadeira crise de representatividade paira sobre os poderes constituídos, principalmente sobre o Poder Legislativo. Muitos países latino-americanos, no entanto, também vivenciaram panoramas históricos de déficit democrático e exigua participação popular. Enquanto o Brasil atravessava os assim chamados "anos de chumbo", a América Latina padecia do mesmo mal autoritário, que ainda deixa sequelas a serem tratadas.

Diante disso, reformas constitucionais começaram a surgir nesses países desde o final do século XX, visando principalmente uma maior integração do povo junto à política e uma efetivação ampliada dos direitos sociais. O conjunto de tais transformações representa o constitucionalismo democrático latino-americano.

Desse modo, o tema de nosso estudo gira em torno de problematizar a possibilidade de iniciativa popular para reforma constitucional face ao constitucionalismo democrático latino-americano, além de investigar a contribuição dos institutos de participação popular à melhoria da qualidade democrática na região.

Com base nas Constituições e normas que regem a criação de leis por iniciativa popular na Bolívia, no Equador e na Colômbia - países marco do surgimento dessa nova corrente -, faremos análises conjunturais, buscando aproximar a aplicação desse instituto no contexto brasileiro. Faremos, igualmente, uma breve incursão na via prática de alguns outros institutos sob a égide das constituições citadas, buscando identificar o possível impacto gerado pela participação popular no meio político e social, e sob que circunstâncias seu uso é mais incentivado.

METODOLOGIA: Estudo comparado do instituto da iniciativa popular nas Constituições da Bolívia (2009), Equador (2008), Colômbia (1991) e Brasil (1988) e análise doutrinária sob o marco teórico do Constitucionalismo Democrático Latino Americano, em relação à iniciativa popular e os processos de reforma constitucional. Em seguida, será feito um acompanhamento do desenrolar da participação, por meio de alguns instrumentos institucionalizados, a fim de perquirir sua real eficácia, positiva ou negativa, para a sociedade. Nesse ponto, busca-se averiguar uma potencial melhoria da qualidade democrática por meio do uso dos instrumentos participativos, se os anseios populares foram realmente satisfeitos.

RESULTADO PRELIMINAR: O Poder Constituinte no Constitucionalismo Democrático Latino Americano assume compromissos mais densos em relação à participação popular no processo constituinte, inclusive em relação à reforma constitucional. Os instrumentos de participação popular possuem, a princípio, jaez neutro, podendo ganhar conotações positivas ou negativas, a depender dos motivos e circunstâncias em que são invocados.

PARTICIPANTES: LUIZ FELIPE BARBOZA DOMINGUES, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, VITÓRIA MORAES DE ARAUJO, DENIS ROBERTO PEÇANHA DE SANT'ANNA ALMEIDA

ARTIGO: 3818

TÍTULO: **INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR CRÍTICO-DOCTRINÁRIO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A segurança pública, nos últimos anos, tem ganhado o centro da pauta de discussões de vários setores da sociedade, não somente pelo enorme crescimento da criminalidade, cada vez mais organizada, senão principalmente pela ausência de políticas públicas efetivas nesta área tão sensível. Esse é um problema crônico em todo o país, mas, recentemente, ganhou conotações críticas diante do cenário fluminense, tendo seu ápice com o processo interventivo.

A intervenção é um dos assuntos mais delicados da federação, em razão de consistir numa exceção à regra de que cada ente integrante possui suas competências próprias definidas pela Constituição. Por isso que, enquanto ato político-jurídico de incursão na esfera de autonomia de outra entidade, demanda que seja manejada em face de motivos relevantes, como forma de proteção de determinados bens jurídicos.

Desse modo, o artigo 34 da Constituição da República prevê que a União poderá intervir nos estados para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, um conceito demasiadamente aberto para uma medida excepcional. Os manuais de direito mais conhecidos e laureados no ramo do direito constitucional dedicam poucas páginas ao instituto da intervenção, alguns chegam até a transcrever normas constitucionais ou tecer breves comentários acerca de cada hipótese interventiva.

Nessa esteira, o trabalho consiste num estudo doutrinário do tema, especificamente quanto à hipótese que destravou o procedimento no estado do Rio de Janeiro (grave comprometimento da ordem pública), à luz das noções cruciais do constitucionalismo democrático, que demandam a participação popular massiva e constante para a legitimação de qualquer medida extraída da Constituição. Ora, se a Constituição é a vontade do povo consignada em carta, porque o mesmo não é sequer consultado diante da excepcionalidade dessa medida? Por isso, o trabalho irá perquirir determinados aspectos sobre a constitucionalidade da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, questionando elementos formais e materiais da medida.

METODOLOGIA: Estudo do instituto da intervenção federal por meio dos principais manuais de direito constitucional (edições recentes); estudo e análise crítica sob o marco teórico do Constitucionalismo Democrático, que assume compromissos mais densos em relação à participação popular. Busca-se, com isso, averiguar a constitucionalidade da intervenção no estado do Rio de Janeiro por grave perturbação da ordem pública da maneira que foi posta pelo Decreto 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

RESULTADO PRELIMINAR:

. Avaliação doutrinária sobre o instituto da intervenção (coleta de dados e construção de tabelas).

. Avaliação e mapeamento das medidas contestatórias da constitucionalidade da medida interventiva (ADIN e representação junto ao PGR).

PARTICIPANTES: LUIZ FELIPE BARBOZA DOMINGUES, DENIS ROBERTO PEÇANHA DE SANT'ANNA ALMEIDA, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, VITÓRIA MORAES DE ARAUJO, YURI HENRIQUE BERNARDES CAMPAGNOLLI

ARTIGO: 3830

TÍTULO: **COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO: BLOG CONHECIMENTO EM AÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:



15
21
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

O presente trabalho apresenta uma reflexão a partir da atuação no Blog Conhecimento em Ação vinculado à Revista Conhecimento em Ação, do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ. Apresenta a seguinte questão de pesquisa: no contexto da sociedade em rede, que se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologias digitais de informação e comunicação, pode-se considerar um blog, em nossa pesquisa o Blog Conhecimento em Ação somente um canal de divulgação, ou pode ser considerado também um canal para comunicação científica e prestação de serviços de informação. O que o classifica como um canal de comunicação científica, de divulgação e prestadora de serviços de informação. Assim, o objetivo geral é analisar o Blog Conhecimento em Ação como um espaço virtual de comunicação que contribui para a geração de novos conhecimentos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral e também como um instrumento que possibilita a prestação de serviços de informação para a comunidade científica no sentido de fornecer informações sobre estágios e bolsas para os discentes de Biblioteconomia. Trata-se de uma pesquisa exploratória onde a pesquisa-ação será a metodologia utilizada. Assim, os pesquisadores contribuem e interferem no campo da pesquisa, pois esta metodologia tem como característica a interação dos pesquisadores com o objeto de pesquisa. É um processo participativo onde ocorre a interação com os membros da comunidade acadêmica e o público em geral que acompanha as publicações. Os procedimentos metodológicos compreendem a participação direta na área de notícias e de estágios do Blog Conhecimento em Ação; verificação dos conteúdos publicados e trabalhos realizados no canal de comunicação; análise da atuação do Blog em diversos contextos, tendo em mente as demais áreas, dentre elas os ensaios e a estante virtual; a questão da acessibilidade a conteúdos científicos, notícias especializadas e direcionadas à comunidade acadêmica em questão. Como resultado da pesquisa, espera-se contribuir para estudos sobre a comunicação da informação e serviços de informação em espaços virtuais, especialmente em blogs, e como estes podem ser um importante espaço para troca de informações possibilitando a criação de novos conhecimentos, assim como atender a necessidade da comunidade científica a fim de criar produtos, como um catálogo, para atendê-los de maneira direta, acessível e gratuita.

PARTICIPANTES: EVEN MARIA HOLANDA NERI JORGE, MARIANA FERNANDEZ DOS REIS, GUSTAVO FREIRE

ARTIGO: 3847

TÍTULO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente Trabalho pretende analisar como a atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Ministério Público Federal) atende às diretrizes da Constituição Federal de 1988, que determina que compete ao MP: "zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia." Sua contextualização se dá pelo fato de a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, devido ao seu caráter pluralista, trazer ao ordenamento brasileiro grande sorte de direitos fundamentais, e incumbindo ao MP, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, dialogar e interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos. Portanto, uma vez que é a partir das diretrizes da Constituição que cabe ao MP a proteção da garantia de direitos, o que se pretende nesse trabalho é a análise da proteção ao direito à educação. Como problematização quer se identificar como o MP dialoga e interage com órgãos do Estado persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, em especial o direito à educação. Tendo isto esclarecido, os objetivos consistem em i) identificar como se dá a atuação do MP na proteção ao direito à educação e ii) verificar se o desempenho do MP em proteger a educação se dá na esfera preventiva, coercitiva ou comunicativa. Como hipótese, defende-se que, apesar de existirem as diretrizes previstas na CRFB/88, o MP, nos últimos anos, atuou no âmbito coercitivo para garantir a educação aos cidadãos, mas mesmo assim sem deixar de se valer do âmbito preventivo. Inclusive, contou com a instauração de processos administrativos, realização de audiências públicas e criação de grupos interinstitucionais, tendo o grupo de Educação da PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) fundado em 2005. Como marco teórico tem-se elencados os estudos de Paulo Bonavies, Flávia Piovesan e Marcelo Pedrosa Goulart, pois desenvolveram estudos e conceitos que em muito influenciam no estudo em questão. Metodologicamente o presente trabalho adota o método dedutivo-analítico, marcado por um corte temporal delimitado entre os anos de 2012 e 2016 (critério temporal) de acordo com os relatórios da PFDC, no âmbito do Ministério Público (critério espacial). Destaque-se que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e, como conclusão parcial, sustenta-se que no âmbito da educação a atuação do MP está voltada para a linha preventiva, e não coercitiva e de comunicação com os cidadãos.

PARTICIPANTES: SARA SILVA RAIMUNDO, CARLOS BOLONHA, JOYCE COSTA RODRIGUES, CAROLINA ALMEIDA BARBOSA, STELLA DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO

ARTIGO: 3857

TÍTULO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E USO DESIGUAL DO TEMPO NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A partir do projeto de pesquisa "Desigualdade entre homens e mulheres em quatro dimensões: representação política, participação no mercado de trabalho e renda, violência e direitos reprodutivos", da orientadora desta pesquisa, buscou-se um aprofundamento nas diversas assimetrias verificadas quando se comparam os indicadores sociais relacionados a homens e mulheres. No primeiro ano de pesquisa, a análise gerou em torno do estudo sobre a divisão sexual do trabalho e a distribuição do uso do tempo entre os sexos, analisando as consequências que esses elementos geram na vida das mulheres. No segundo ano, verificou-se como esses fatores se apresentam quando o grupo "mulheres" é esmiuçado e leva-se em conta os recortes classe e raça. Verificar como se operam essas desigualdades, como elas evoluíram ao longo dos anos no Brasil e como isso incide na vida das mulheres foi o objetivo do trabalho.

A metodologia utilizada foi a leitura de bibliografia especializada sobre o tema, além da utilização de dados secundários produzidos por instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a ONU Mulheres.

Os resultados finais da pesquisa apontam a existência de uma grande diferença na destinação do tempo gasto por mulheres e por homens, seja com lazer, atividades domésticas não remuneradas, atividades de cuidado e trabalho remunerado, havendo uma desigualdade de tempo efetivo de trabalho entre homens e mulheres, como demonstram os dados do IBGE de 2016. Os dados mostram que as mulheres empregadas gastavam em média 18,1 horas semanais em atividades domésticas e de cuidado enquanto a média dos homens era de 10,5 horas semanais. O mesmo estudo apresentou que mulheres brancas gastavam em média 17,7 horas semanais nestas atividades enquanto mulheres pretas ou pardas gastavam 18,6 horas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua realizada pelo IBGE em 2017 trouxe as principais tarefas do lar realizadas por homens e mulheres. Dentre elas, destacara-se preparar e servir alimentos, limpeza e manutenção de roupas e sapatos como atividades mais exercidas por elas. Os homens só ficam na frente quando o assunto é pequenos reparos e manutenção do domicílio. Todo o trabalho de pensar a gestão da casa e de colocá-lo em prática, mesmo quando se trata de cuidar dos animais domésticos, é algo cuja responsabilidade recai sobre as mulheres.

As famílias com maior poder aquisitivo reduzem essas diferenças contratando trabalho doméstico, comumente mal remunerado e exercido, em sua maioria, por mulheres negras. Os dados do IPEA de 2013 mostraram que 57,8% dos homens e 59,1% das mulheres encontravam-se na faixa da população em situação de extrema pobreza, de pobreza e de vulnerabilidade. Dentre as mulheres, 45,9% das mulheres brancas encontravam-se nessa situação enquanto entre as negras esse número chegava a 70%. Assim, negras e pobres tendem a suportar ainda mais tal desigualdade ocupando a base da pirâmide social.

PARTICIPANTES: THAISE ALBINO DA SILVA, MARIA APARECIDA AZEVEDO ABREU



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 3885

TÍTULO: **A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM INTERNACIONAL DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS POR MEIO DO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Este trabalho tem o intuito de apresentar como o Brasil tem participado do debate internacional sobre Direitos Humanos na Organização das Nações Unidas (ONU) analisando também suas ferramentas políticas e legais internas.

Na análise do âmbito externo, o trabalho explora a construção da imagem internacional do país (reputação) com base nos discursos e votações brasileiras na Assembleia Geral da ONU sobre Direitos Humanos. Na análise do âmbito interno, o trabalho irá abordar a Constituição de 1988, já que as inovações na questão dos direitos humanos da Carta foram fundamentais para a ratificação de tratados internacionais nessa temática. Além disso, irá relacionar à adoção de medidas e construção de políticas públicas brasileiras em prol da incorporação desses tratados internacionais. Esta análise possui uma relevância pragmática, pois pode dar prosseguimento a novas estratégias internas para a ampliação dos direitos humanos de modo mais eficaz, já que temos um desafio na aplicação dos direitos humanos no país.

Como referencial teórico-conceitual, o presente trabalho apresenta conceitos de política externa, projeção de poder por meio dos direitos humanos (foco da análise) e a análise de reputação, que vem sendo construída por alguns autores ao longo dos anos e sendo relacionada com elementos da cooperação internacional e da análise do poder mundial. Nesse século XXI, observa-se a projeção de poder por meio dos direitos humanos como um conceito importante para referenciar a projeção política dos Estados no cenário internacional, assim classifica-se um estado como confiável ou não pela sua capacidade de promoção e o respeito aos direitos humanos. Considerando isso, a política externa brasileira tem usado esse elemento (DHs) com intuito de torna viável a projeção de interesses, necessidades e valores nacionais pelo mundo, mesmo que internamente a temática de DHs tenha muitos pontos negativos e maus exemplos. Desse modo teríamos uma reputação dúbia, boa para fora (externamente) e ruim para dentro (internamente).

PARTICIPANTES: DANIELE DIONISIO DA SILVA, ISABELA BARROS MILITINO

ARTIGO: 3949

TÍTULO: **RACISMO AMBIENTAL E NECROPOLÍTICA: ANÁLISE DAS MORTES NÃO CONTABILIZADAS DA POPULAÇÃO NEGRA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Quando pensamos no genocídio da população negra, a primeira coisa que nos vem à mente é a ação autoritária dos agentes do sistema de segurança pública do Estado que trucida moradores de favelas e periferias todos os dias no território brasileiro. Segundo o Atlas da Violência de 2017, a cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Mas será que essa é a única diferença entre as mortes de negros e não negros?

Este projeto visa investigar uma dimensão menos visível do genocídio da população negra: os casos em que a não-ação do Estado produz efeitos concretos sobre a vida e a morte dessa parcela da população, de forma desproporcional em relação à população branca. De acordo com dados do IBGE, apenas 55,3% dos domicílios chefiados por negros possuíam acesso a saneamento básico em 2015, sendo esse percentual de 71,9% para brancos. Quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra. Segundo dados de 2008, negros representam 67% da população de rua no Brasil. Em 2012, o negro brasileiro recebia salários, em média, 36,11% menores do que os brancos.

Há evidências de que doenças e mortes evitáveis, associadas à ausência de saneamento, incidem de forma a penalizar mais a população negra. No presente projeto, iremos levantar dados que mostram os impactos desproporcionais sobre a população negra dos danos à saúde associados à poluição do ar e da água.

Esses dados evidenciam uma relação que pode, muitas vezes, passar despercebida: o Estado tem influência direta e indireta nas taxas de mortalidade dos pretos e pardos. Poucos estudos têm se dedicado à análise da magnitude e as principais causas dessa influência e a partir disso construiremos nossa pesquisa. Esta seguirá uma metodologia quantitativa e usará dados do Censo do IBGE e do Data SUS, introduzindo um recorte étnico-racial para verificar se há a incidência de agravos à saúde e mortalidade maior em populações negras e pobres.

Como recorte do objeto de pesquisa, será escolhido um ou dois municípios do estado do Rio de Janeiro e usaremos como ferramentas teórico-políticas os conceitos de Racismo Ambiental, Biopolítica e Necropolítica. Traçaremos um perfil socioeconômico do local e, dessa forma, será estudada a relação entre os dados e a ação (ou não-ação) do Estado na região. Com isso, espera-se dar maior inteligibilidade sobre essa dimensão menos visível, mas igualmente pernicioso, do genocídio da população negra.

PARTICIPANTES: LUCA APOLONIO DOS SANTOS, CECILIA CAMPELLO DO AMARAL MELLO

ARTIGO: 3976

TÍTULO: **DESMONTE DO SUS E O AVANÇO DE INICIATIVAS PRIVADAS NA SAÚDE PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

“Desmonte do SUS e o avanço de iniciativas privadas

na saúde pública do Rio de Janeiro.”

A partir da análise de elementos histórico-sociais do planejamento político direcionada à acessibilidade efetiva aos serviços de saúde pública no Rio de Janeiro, a pesquisa pretende discernir sobre a precarização do SUS e o processo de desmonte do mesmo. Sendo o movimento sanitário brasileiro a organização que imprimiu na Constituição Federal de 1988, Art. 196:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

As filas nos hospitais, a demora e precariedade no atendimento, as difíceis condições de trabalho dos profissionais, as críticas à implantação das Organizações Sociais (OS's) com claros contornos de privatização dos serviços públicos de saúde, a insuficiente abrangência do programa



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

“Clínicas da família”, a falta de remédios e leitos; são reivindicações presentes em protestos e passeatas, atos e manifestações públicas cariocas quando o assunto é a saúde da população e as sempre combatidas estruturas públicas de atendimento.

O presente trabalho pretende sistematizar e analisar os conflitos urbanos gerados e expressos na cidade em torno à questão da saúde no período de recorte temporal do Observatório dos Conflitos Urbanos e discutir a partir deles a intensificação do processo de privatização do setor e seu impacto nas lutas por uma saúde pública de qualidade.

Teses com bases neoliberais surgiram e se impuseram nos últimos anos e com elas a implementação de uma ampla contrarreforma no Estado brasileiro, possibilitando assim, a privatização de muitos serviços públicos de saúde. Quais as formas de gestão que implicaram em redução de espaço do SUS e ampliação do ambiente privado de saúde? Em que medida os conflitos expressam insatisfações da população em relação às políticas adotadas? Que regiões da cidade apresentam maior intensidade de conflitos relativos à saúde? Que balanço se pode tecer a partir do que dizem as ruas, as manifestações?

Com isso, o trabalho presente enseja elucidar, de maneira crítica, os bloqueios aos caminhos de acesso ao SUS, sua precarização e quais influências burocráticas, políticas e capitalistas que permeiam o desmonte do sistema público de saúde na cidade do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES: BRENDA SPINOSA FRANCISCO, BRENO PIMENTEL CÂMARA, CARLOS BERNARDO VAINER

ARTIGO: 3994

TÍTULO: INTERCÂMBIO ESTUDANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ALUNO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo identificar as contribuições do intercâmbio estudantil para o aluno de Administração da UFRJ e faz parte de uma monografia de final de curso. Foram revisados artigos científicos sobre o tema, bem como legislação pertinente. Trata-se de pesquisa qualitativa, com emprego das técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados um representante do setor responsável pelo intercâmbio na UFRJ, e seis alunos do curso de graduação em Administração da UFRJ que passaram pela experiência de intercâmbio nos 5 últimos anos. As informações obtidas dos documentos institucionais mostram que 223 acordos de cooperação internacional estavam vigentes em 2017, sendo que 85 destes contemplam intercâmbio, e que de 2011 a 2014, 667 alunos fizeram intercâmbio pelo programa da Universidade. A análise de conteúdo das entrevistas evidenciou as seguintes categorias dentre principais motivações para fazer intercâmbio: busca por desenvolvimento profissional, relacionada principalmente ao aperfeiçoamento de idioma e enriquecimento do currículo, e realização pessoal, na qual constam benefícios e desenvolvimento pessoais, como realizar um sonho, viajar, conhecer o novo, sair da zona de conforto e ser mais independente. Em relação às expectativas com o intercâmbio e com o andamento do processo de intercâmbio, foram apontadas tanto expectativas positivas quanto negativas, sendo observado que as positivas foram mais relacionadas ao intercâmbio em si e as negativas ao processo necessário para a atividade. A relação de dificuldade e ansiedade com a burocracia para o caso de intercâmbio no formato de mobilidade acadêmica também foi descrita pelo representante da UFRJ. Quando perguntados sobre as razões para escolha da instituição e do destino, todos entrevistados relacionaram com o idioma falado no país do intercâmbio e a maioria apresentou informações que se enquadram na categoria razões financeiras. Quanto às contribuições do intercâmbio para a formação acadêmica as respostas dividiram-se entre: contribuições acerca de áreas de conhecimento e profissionais, e não houve contribuição ou foi insuficiente, na qual constam relatos de que não houve ganho acadêmico ou os ganhos concentraram-se em desenvolvimento pessoal e não acadêmico. Todos os alunos consideraram que o intercâmbio contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal, guardando relação especialmente com as categorias: relação com os outros e relação consigo. Foram mencionadas muitas dificuldades enfrentadas durante o período de intercâmbio, a maioria correspondendo à categoria de questões culturais, por exemplo, frieza no tratamento pelo povo do local, xenofobia e racismo. De modo geral os alunos consideraram intercâmbio traz grandes contribuições, referindo-se à atividade com termos como “engrandecedora” e “enriquecedora”.

PARTICIPANTES: LUCIANA BRAGA GOMES, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

ARTIGO: 4036

TÍTULO: POLÍTICAS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DO FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Introdução: A Comunidade Tradicional do Quilombo do Grotão é um grupo tipificado como Comunidade Tradicional, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2016. Trata-se de uma Comunidade que desde 1920 realiza e se envolve em ocupações relacionadas ao uso da terra, da alimentação, da música e da repireligiosi enquanto ocupações tradicionais, que resguardam suas memórias e vínculos de sociabilidade interna e com a sociedade de forma geral. Pela primeira vez, em 2017, com o apoio do departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de atividades de extensão, o Quilombo do Grotão passou a fazer uso das políticas públicas enquanto garantia de direitos e sustentabilidade de suas atividades culturais - ocupações tradicionais para a preservação de sua memória e difundiu-la como estratégia de desenvolvimento local.

Objetivo: Descrever o processo de apoio da extensão universitária no envolvimento de uma Comunidade Quilombola com as políticas públicas culturais para a preservação de seu patrimônio local.

Métodos: Trata-se de um relato de experiência que identificará e analisará as estratégias criadas e exploradas pelo Programa de Extensão "Saberes e Ocupações Tradicionais", do departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ, junto aos moradores e apoiadores do Quilombo do Grotão, localizado na região oceânica da cidade de Niterói, durante os anos de 2017 e 2018. Serão coletadas as narrativas dos envolvidos ao longo do processo e documentos sobre a inscrição e contemplação da Comunidade Quilombola em um edital de Ponto e Pontões de Cultura, da Política Nacional Cultura Viva, do Ministério da Cultura e operada pela Secretaria de Culturas de Niterói e Fundação de Artes de Niterói. Serão descritas e analisadas as estratégias operadas para estabelecer relações com os representantes do poder público, a sociedade civil e outras organizações do terceiro e segundo setor da cidade, por meio de rodas de conversas e roteiro semiestruturado.

Considerações finais: Desde já, identifica-se o importante apoio que a extensão universitária, através do Programa "Saberes e Ocupações Tradicionais" tem em facilitar os processos de participação do Quilombo do Grotão em atividades da vida cotidiana, em especial, na articulação e mediação de estratégias que assegurem a comunicação e projetos de vida coletiva junto ao poder público e outros segmentos da sociedade, dessa forma, até o presente momento, o Ponto de Cultura Tradicional do Quilombo do Grotão vem se demonstrando um produto significativo de difusão dos saberes e ocupações tradicionais, assim como um conjunto de atividades que garantem os direitos sociais de Povos e Comunidades Tradicionais.

PARTICIPANTES: VITOR ROCHA MARTINS JORGE, PABLO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, SAMIRA LIMA DA COSTA, RICARDO LOPES CORREIA, RENATA FARIA, ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 4049

TÍTULO: OS DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No Brasil, nos deparamos com um problema: a população carcerária cresce gradativamente, o que traduz mais custos para o Governo. Situação concomitantemente agravada pela hipervalorização dos infratores pela população. Em números absolutos, o país alcançou a marca de 607.700 presos, atrás apenas da Rússia (673.800), China (1,6 milhão) e Estados Unidos (2,2 milhões), portanto, ocupa o 4º lugar no ranking. Os estados com maior população presidiária são: São Paulo (219.053), Minas Gerais (61.286) e por último - objeto deste trabalho - Rio de Janeiro (31.510). Dada a necessidade de intervenção nesta realidade de elevado custo pecuniário e degradação dos direitos humanos, os detentos necessitam de intervenções humanizadoras capazes de condicionar um ambiente propício à reeducação, reabilitação e reinserção social. O presente estudo tem por objetivo analisar casos de penitenciárias que auxiliaram na ressocialização dos presos, englobando as nocivas condições das cadeias para os detentos; os prós e contras do preso como um aparelho de produção de capital sob ótica capitalista; os aspectos legislativos da atividade laboral dos cumpridores de pena; casos bem-sucedidos de penitenciárias que implementaram o trabalho como alternativa positiva e a análise de um modelo piloto de penitenciária brasileira que desenvolve iniciativas de trabalho e reinserção social dos seus detentos. Concluiu-se que o fomento de atividades laborais no ambiente prisional pode reintegrar o preso à sociedade. Porém, caso não haja uma fiscalização e uma gestão comprometida, dado a ótica capitalista, o trabalho na prisão pode virar um negócio extremamente lucrativo.

Metodologia: Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva, com o objetivo de compreender de que maneira o sistema penal brasileiro insere-se numa lógica destrutiva de desinteresse pela ressocialização do apenado. Pois este se torna o fantasma social que impõe medo ao corpo social e assim se converte em capital político para o reacionarismo obscurantista de demagogos. Em relação aos meios, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

PARTICIPANTES: LUCAS BASTOS, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 4054

TÍTULO: AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO REALIZADA NA CENTRAL DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A audiência de custódia é uma garantia fundamental que tem por finalidade assegurar à pessoa presa em flagrante delito o direito de ser apresentada pessoalmente, sem demora, a uma autoridade judicial, que deverá avaliar e decidir, a partir de prévio contraditório estabelecido entre a Acusação e a Defesa, sobre: a legalidade ou ilegalidade da prisão em flagrante; a necessidade de decretação de medidas cautelares alternativas à prisão, previstas em lei, e, excepcionalmente, a decretação da prisão preventiva; a adequação destas medidas cautelares aos fins a que se propõem; a proporcionalidade das medidas; e a possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. Esta audiência permite, ainda, que se identifique maus-tratos/tortura praticados por policiais durante o ato de prisão, e se tome as providências legais para a apuração de tais práticas e punição dos responsáveis. *A priori*, esta garantia visa dar instrumentalidade e efetividade ao direito assegurado nos artigos 7.5 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e 9.3 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), ratificados pelo Estado brasileiro e incorporados ao direito interno do país em 1992. Ainda que a CADH e o PIDCP façam parte do ordenamento jurídico pátrio há mais de duas décadas, as audiências de custódia não faziam parte do cotidiano dos tribunais brasileiros até 2015, quando foram finalmente adotadas no país. O projeto "Observatório das Audiências de Custódia", tem como objetivo a análise aprofundada desta garantia, especialmente através da observação das audiências de custódia realizadas na CEAC-TJ/RJ - Central de Audiência de Custódia da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, utilizando, para tanto, a metodologia de pesquisa etnográfica. O presente trabalho focará nos resultados obtidos com a observação realizada entre os dias 3 de outubro e 29 de novembro de 2016, quando foram observadas 158 audiências de custódia, de 195 presos diferentes. A diferença numérica se justifica pela presença de mais de um custodiado na mesma audiência, nos casos de crime cometido em concurso de agentes. No período, o plantão de audiências de custódia funcionava no TJ/RJ, de 12h às 17h, de segunda a sexta, e recebia todos os presos em flagrante da cidade do Rio de Janeiro. Foi possível, com o preenchimento dos formulários no momento da audiência, coletar dados que serão apresentados neste trabalho, tais como: as condições da pessoa custodiada; os tipos penais mais recorrentes; o perfil dos custodiados por gênero e raça; se o custodiado é usuário de drogas; e se sofreu agressão no momento da prisão. Serão apresentados, ainda, dados acerca dos pedidos formulados pela Defesa e pelo Ministério Público e das decisões do juiz.

PARTICIPANTES: ANTONIA MARCELA LOURENÇO LOPES, MANUELA GOMES SILVA CANDIDO, JUNYA RODRIGUES BARLETTA, DENIS ROBERTO PEÇANHA DE SANT'ANNA ALMEIDA, MATHEUS GUILHERME GALDINO, ISABELLA FIDALGO OLIVEIRA, YASMIN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE

ARTIGO: 4063

TÍTULO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVATIVO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No contexto atual do capitalismo, marcado pelo avanço da globalização dominada pelas finanças e pela ascensão da dita economia do conhecimento, crescentes questionamentos quanto ao papel das universidades e demais instituições de ensino e pesquisa têm sido colocados. De fato, o conhecimento, enquanto elemento relacionado à inovação, é considerado, cada vez mais, um fator estratégico para o desenvolvimento. Nesse sentido, as universidades, enquanto instituições responsáveis pela produção e reprodução de conhecimento tem sido pressionadas a aproximar-se dos desafios do desenvolvimento.

Utilizando o arcabouço teórico e metodológico de Sistemas de Inovação (SI), o objetivo do trabalho é analisar experiências internacionais de políticas voltadas ao ensino superior com foco em sua interface com os Sis e o desenvolvimento. Entende-se que essa articulação entre as universidades e os Sis se dá a partir do adensamento de suas interações com os diversos atores presentes no território.

A abordagem partirá do pressuposto de que a inovação é um processo sistêmico e localizado, fruto da interação complexa e constante de diversos atores, tais como produtores, consumidores, órgãos de política, universidades, institutos de pesquisa, fornecedores, concorrentes, etc. Sendo o território o espaço onde ocorrem as interações, outra dimensão importante de análise são as especificidades relacionadas à cultura, à socioeconomia e elementos de caráter político e geopolítico.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

Com a finalidade de extrair lições relevantes para entender o caso brasileiro, a pesquisa estará centrada em experiências do sul global, principalmente latinoamericanas. Nestes casos, justifica-se essa opção por haver maior semelhança entre as especificidades dos sistemas de inovação destes países e o brasileiro. Espera-se, como resultado, extrair conceitos e construir visões que proporcionem perspectivas úteis à formulação de análises e políticas para o papel das universidades no desenvolvimento brasileiro.

PARTICIPANTES: BERNARDO GEMINIANO DE ABREU, JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO, ISRAEL SANCHES MARCELLINO

ARTIGO: 4110

TÍTULO: **O MERCOSUL E AS DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO COMERCIAL PÓS-CRISE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa se dá no âmbito da política e dos processos de integração comerciais. O projeto se baseia principalmente na análise a partir de 2016, comparando-o com os anos anteriores (pós-crise de 2008), tendo como premissa a mudança abrupta da conjuntura política internacional, referente especialmente ao Brexit, à eleição de Trump nos Estados Unidos, de Macri na Argentina, e Temer no Brasil. Pretende-se analisar a mudança nas relações comerciais à luz desses acontecimentos políticos e mostrar como o conservadorismo econômico dos países desenvolvidos influenciou na retração do comércio internacional, já que esses estão adotando políticas protecionistas, e, além disso, o impacto nos países em desenvolvimento, sobretudo no comércio intrarregional. O caso do Mercosul será abordado de forma relevante, mostrando como a guinada liberal dos países da região fez com que se iniciasse um processo de tentativas de crescimento das exportações com foco nos EUA e na Europa em um momento de nítido protecionismo comercial desses.

Assim, pode-se observar a desconstrução da política adotada nos governos anteriores de melhor relação com os países do sul global e a falha da integração via bloco econômico regional. Deste modo, o impacto previsto é o aumento de limites para que se obtenha sucesso nas políticas de integração comercial sul-americana desejada inicialmente pelo Mercosul, além da dificuldade de inserção desses países às cadeias globais de valor. Nesse cenário, o Brasil encontra-se sem liderança regional e também não alcança prestígio internacional.

PARTICIPANTES: THAMIRIS CORNACCHIA, HUGO DAHLIN FERREIRA DOS SANTOS, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 4119

TÍTULO: **VALOR COMPARTILHADO: O CRESCIMENTO DO MOVIMENTO B CORPORATIONS NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho visa entender o crescimento de empresas brasileiras para se adaptar a qualificação B-Corp em prol da conscientização de retornar algo para a sociedade, pois, conforme Porter e Kramer (2006), é possível gerar vantagem competitiva ao produzir o bem para a sociedade. As Empresas B-Corp, movimento que chegou ao Brasil em 2013, são de empresas certificadas cujo foco principal é a geração do lucro, mas buscam gerar impactos sociais mensuráveis e verificáveis.

O movimento B-Corp teve início em 2007, porém chegou ao Brasil em 2013 e desde então vem crescendo. No momento, elas estão presentes em mais de 50 países e somam precisamente 2.544 B Corporations pelo mundo, sendo 92 apenas no Brasil (B CORPORATION, 2018). Há 2 anos, estes números eram apenas 35 países de atuação e 20 empresas certificadas no Brasil em 2016 (RODRIGUES & COMINI, 2016). Seu principal objetivo é fomentar a criação de organizações que valorizem a criação do valor compartilhado. Eles atuam em três pontos: Legislação; Certificação de empresas; Investimento de Impacto.

Para auxiliar na parametrização da atuação social de cada empresa, irei utilizar dois pontos de vista de análise, ambos utilizados por Rodrigues e Comini (2016), sendo a primeira para identificar o impacto social proposto, conforme categorizado pelo SEKN: (1) aumento de renda, (2) acesso a produtos e serviços, (3) construção de cidadania, (4) desenvolvimento de capital e (5) meio ambiente, sendo este último criado por Rodrigues e Comini (2016). O segundo ponto de vista foi criado por Comini et al. (2013) "a fim de identificar se a ênfase é comercial ou social com base na preposição do continuum de tipologia de negócios com impacto social", a partir da seguinte escala: (1) social, quando há claramente o objetivo direto na redução da pobreza ou geração de valor ambiental; (2) social-comercial, quando é possível notar predominância dos objetivos sociais aos comerciais; (3) comercial-social, quando o valor socioambiental é indireto, porém o objetivo mercadológico parece predominante; (4) comercial, quando o objetivo social é indireto e o foco mercadológico é preponderante. As autoras cruzaram estes dois métodos de análise a fim de parametrizar quais os focos de atuação das empresas brasileiras para terem a certificação B-Corp.

A metodologia utilizada para realização deste projeto é o método da Pesquisa Qualitativa das empresas brasileiras que possuem o Certificado B Corp. Este estudo será exploratório-descritivo a fim de identificar o caminho que este movimento tomou no Brasil e identificando qual o foco de atuação social das empresas brasileiras agregadas a ele. Serão avaliadas em um primeiro momento as empresas cadastradas que no banco de dados da B Corporation que já possuem sua certificação e são do Rio de Janeiro, podendo ser estendido ao Sudeste e posteriormente ao Brasil. Até o presente momento, foi identificado que, desde 2016, o crescimento de B-Corp no Brasil é de mais de 200% (B Corporation, 2018).

PARTICIPANTES: WENDEL LEMOS MENDONÇA, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 4152

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: A QUESTÃO AGRÁRIA (2003 - 2010)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em 2003 fora apresentado, pelo até então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) cuja "Meta 1" era o assentamento de 400.000 famílias. De acordo com as informações registradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Brasil estava realizando a maior reforma agrária do mundo. No entanto, segundo Arivaldo Umbelino (2006), ao aprofundarmos a análise nestes dados apresentados será possível identificar que, com base nos dados apresentados pelo MDA/INCRA em 2005, ao divulgar a quantidade de assentamentos realizados no respectivo ano, foram considerados também o reconhecimento de assentamentos antigos, posses e reassentamento de famílias atingidas por barragens, por exemplo. Deste modo, o autor afirma que os dados foram inflacionados, não havendo o II PNRA um impacto tão grande quanto o divulgado.

Exposto isto, o trabalho tem como objetivo analisar a eficácia das políticas adotadas para redução do latifúndio e distribuição de terra durante o governo Lula, no caso o II PNRA. Para tal fim, o estudo será direcionado sob a perspectiva do desenvolvimento agrário brasileiro, tanto no que se refere à sua participação no PIB brasileiro, quanto à dependência econômica advinda do desenvolvimento desigual e combinado, levando à superexploração da força de trabalho do trabalhador rural e ao aumento da concentração de terra.



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
1ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

A referência teórica utilizada será a Teoria Marxista da Dependência (TMD), a qual é uma das teorias utilizadas para analisar o desenvolvimento dos países capitalistas subdesenvolvidos, o qual o Brasil está inserido. Enquanto a análise do desenvolvimento econômico agrário brasileiro, e os reflexos para a população agrária, será realizada a partir de fontes de dados disponibilizadas pelo INCRA, IBGE, CPT, CEPEA, IPEA, Ministério da Agricultura e demais fontes que apresentem o desenvolvimento agrário brasileiro e os resultados da reforma agrária.

PARTICIPANTES: RAÍSSA MELLO, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 4215

TÍTULO: PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: UM OLHAR SOBRE A COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ALERJ.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo tem como objeto a atuação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, enquanto comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa adotará uma abordagem articulando conceitos de participação social e inovação democrática no campo dos direitos humanos, tendo como objetivo avaliar o impacto da ação da comissão nas políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa busca, através de um resgate histórico da literatura, entender os motivos que contribuíram para a constituição do atual cenário dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro e no Brasil. Será traçado um percurso histórico, desde a colonização no território e na política até os dias de hoje, passando por diversos momentos da história brasileira como império, república, ditadura e redemocratização, relacionando tais períodos com o *status quo* atual dos direitos humanos. É nesse contexto que é inserida a atuação da comissão. A pesquisa acerca da comissão, sua composição, atuação e resultados obtidos através de políticas públicas ou efetivação de programas, será realizada pelo pesquisador em conjunto com membros da comissão. Para tanto, será conduzida uma pesquisa qualitativa, através de pesquisa documental, entrevistas e observação participante.

A importância da temática se faz necessária para aprimorarmos nossa democracia e a participação da sociedade, atualmente castigada pela brutalidade da desigualdade que afeta todas as esferas da vida social. A pesquisa busca, através da informação e difusão de mecanismos de participação democrática, contribuir para a difusão de experiências políticas, que fortaleçam a consciência coletiva acerca dos direitos humanos, fortalecendo o tecido social e de solidariedade.

PARTICIPANTES: THIAGO GUAIN TEIXEIRA, LALITA KRAUS

ARTIGO: 4255

TÍTULO: A ÁFRICA NEGRA E NOVA CORRIDA NEOCOLONIAL: UMA DISPUTA ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Desde que a Europa percebeu a vasta gama de recursos e riquezas encravadas nos solos de África, nos séculos das Grandes Navegações, o domínio e o controle estratégico da região apresentou-se como sine qua non para que um novo patamar de riqueza fosse estabelecido, baseado na exploração e na manutenção do comércio. Essa *mentalidade colonial* se sistematiza com o decorrer da atuação do Sistema Internacional, fazendo com que as grandes potências passassem a ter a região como pauta central dos seus gabinetes estratégicos. No século XX, a demanda por derivados do petróleo acirrou ainda mais as disputas entre as potências, fazendo com que, mesmo sob a égide da descolonização pautada em meados do século, as disputas e os interesses cruzassem o breve século XX e continuassem vivas pelo século XXI.

Dentro desse contexto, um acordo militar celebrado, em março deste ano, entre os presidentes Nana Akufo-Addo e Donald Trump causou uma série de manifestações na capital de Acra, em Gana, no último mês de maio. A população do país, em geral, mostraram-se veementes contra o acordo, alegando possíveis violações da soberania de seu país por parte da intervenção militar da potência estadunidense, que estaria interessada apenas no controle e domínio da região, colocando o país sob custódia de seus interesses e "roubando" as suas riquezas.

O objetivo deste trabalho é analisar os possíveis interesses das grandes potências na expansão de suas capacidades militares para a África Negra que, nos últimos anos, tem sido pauta de grande relevância no cenário das suas Políticas Externas. Assim, lança-se um olhar para a África Negra na tentativa de observar a hierarquização do Sistema Internacional a partir de uma disputa interestatal entre as potências centrais, fazendo com que as dinâmicas do Sistema Internacional se "dilatam" com o decorrer da História, formalizando, por conseguinte, um imperativo sobre os países em menor destaque no Sistema: subjulgando-os aos seus movimentos, conforme versa a Teoria do Poder Global descrita por José Luís Fiori.

Para tal, será feita uma análise dos recentes acordos celebrados entre as grandes potências (China, Rússia e EUA) e as antigas potências coloniais européias - que exercem ainda grande influência na região, em especial a França e a Inglaterra - com os países da África Ocidental, dando ênfase aos possíveis interesses geoestratégicos por partes destas na manutenção e no controle da região. A intenção é analisar, a partir da representação espacial, como se dá a dinâmica do Poder no contexto regional da África Ocidental à luz dos acordos supracitados.

Por fim, espera-se destacar que esses recentes acordos celebrados não se tratam apenas de tentativas de constranger e diminuir os diversos conflitos internos africanos, são uma corrida neocolonial em busca de controle de pontos estratégicos e pelo interesse nos derivados de carbono, reflexos da estrutura do sistema que evidencia a disputa pelo poder.

PARTICIPANTES: LUIZ GUSTAVO DA CARLOS, MAURICIO METRI

ARTIGO: 4258

TÍTULO: A PRECARIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo busca analisar criticamente a inserção da mão de obra das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro para verificar se esta categoria pode ser incluída no conceito de "precarizado", como definido por Guy Standing (2011). Para alcançar este objetivo, o trabalho se baseará no Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe, realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações



15
21
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

Afirmativas (GEMAA/UERJ), que consiste em uma sistematização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) entre os anos de 2011 a 2015. Esta produção nos permite perceber que a mão de obra das mulheres negras está alocada nos serviços de menor qualificação, remuneração e prestígio social. Neste contexto, o presente trabalho utilizará a teoria da interseccionalidade, como definida por Kimberlé Creenshaw (1989) – que traça uma interdependência entre gênero, raça e classe nas opressões sofridas pelas mulheres negras – como chave de leitura para interpretar o referido relatório e, consequentemente, o mercado de trabalho brasileiro. Tal teoria se faz necessária, pois, como aponta Angela Davis (1981), o legado da escravidão criou um novo parâmetro de mulher, pois, enquanto as mulheres brancas eram abarcadas pela ideologia da feminilidade que as afastava do trabalho produtivo, às mulheres negras era imposto o mesmo trabalho braçal na lavoura que aos homens, o que faz das mulheres negras um verdadeiro paradigma para o conceito de divisão sexual do trabalho. A partir da análise bibliográfica dos conceitos de interseccionalidade e precariado, a pesquisa realizará uma leitura da alocação da força de trabalho das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro pautada no princípio da não-discriminação enquanto um direito humano fundamental, estudando a tutela jurídica contra a discriminação, proteção do trabalho das minorias (com recorte de gênero e raça), com foco no instituto da discriminação indireta que, conforme definida por Pedreira Silva (1999), decorre de atos de aparente neutralidade (independentemente de motivação específica), mas que acarretam em impactos desproporcionais para determinada categoria.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, pp. 139-167, 1989.

DAVIS, A. (1981). **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 15-41.

LEÃO, N.; CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J. **Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (GEMAA)**, nº 1, 2017, p. 1-21. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.ufrj.br/relatorios/relatorio-das-desigualdades-gemaa-no-1/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, L. P. P. **Principiologia do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1999, pp. 165-184.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1 ed; 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PARTICIPANTES: LUANA ANGELO LEAL, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, BÁRBARA DE MORAES RIBEIRO SOARES FERRITO

ARTIGO: 4263

TÍTULO: **O PAPEL DO PAQUISTÃO NO JOGO DAS GRANDES POTÊNCIAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O território que hoje constitui o Paquistão se configura palco de disputa secular das grandes potências, sobretudo desde o século XIX. O Império Britânico detinha o monopólio da região até a independência desta em 1947, que originou dois Estados soberanos: a Índia e o Paquistão. Desde então, a inserção estadunidense na Ásia Meridional se estabelece por intermédio paquistanês, já que o objetivo principal da política externa dos dois países convergia em uma aliança entre eles. Enquanto o Paquistão visava contrabalançar a projeção indiana, os EUA tinham como política prioritária a contenção da União Soviética, e, esta por sua vez, mantinha relações com a Índia. Dessa forma, a incorporação do Estado soberano paquistanês no Sistema Interestatal se deu à luz dos interesses das grandes potências.

Já em janeiro de 2018, a relação EUA-Paquistão se estremece, quando Donald Trump decide pela suspensão da assistência de segurança ao país, justificada por meio da narrativa de que este não estaria combatendo efetivamente o Talibã e a Rede Haqqani no Afeganistão, mas financiando e apoiando esses grupos terroristas. Diante da desconfiança e da ameaça estadunidenses de estender a Guerra ao Terror ao território paquistanês, o governo de Islamabad passou a buscar por outras estratégias de cooperação internacional, nas quais despontam outros atores no jogo político da Ásia meridional - China e Rússia.

O objetivo desta pesquisa é analisar a disputa das grandes potências na região e o papel do Paquistão nesta, especificamente a partir da aliança do país com os Estados Unidos, sua deterioração atual e o fomento das alianças sino-paquistanesa e russo-paquistanesa. A primeira se desenvolve sob as diretrizes da Iniciativa *One Belt One Road* (OBOR), com o Corredor Econômico China-Paquistão; e a segunda, com o intuito de forjar a entrada do Paquistão em concertos regionais, como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que propõem novas formas de combate ao terrorismo regional.

Esta proposta de pesquisa tem como perspectiva teórica um olhar realista sobre as relações internacionais, centrada nas dinâmicas das disputas interestatais no Sistema Internacional, como desenvolvido por José Luís Fiori em sua Teoria do Poder Global, e na importância dada ao conjunto estratégico formado por Afeganistão-Paquistão, como teorizado por Zbigniew Brzezinski em "Estados-pinos geopolíticos". Para tanto, a metodologia utilizada se baseia nos antagonismos geográficos, desde a expansão de poder das grandes potências, que transbordam efeitos para regiões contíguas a estas.

Intenta-se, em suma, discernir como a questão paquistanesa está inserida no jogo de poder das grandes potências, a partir da pressão dos EUA na área designada pelo Rimland, e o rearranjo da aliança sino-russa, repercutindo consequências nos países contíguos, como o Paquistão, que busca reconfigurar suas parcerias regionais.

PARTICIPANTES: DIMITRIA NUNES, MAURICIO METRI

ARTIGO: 4292

TÍTULO: **ESTUDO DE CASO - SALADORAMA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos na avaliação da disciplina Análise de Marketing em 2018.1, mais especificamente um Estudo de Caso sobre o produto Salada Temática do negócio social e delivery de saladas orgânicas Saladorama. Todo embasamento teórico foi feito através da disciplina Análise de Marketing e, também, no livro "Marketing para o Século XXI" (Kotler, 2000). Os oito seguintes pontos foram abordados no Estudo de Caso: apresentação do produto e empresa; categorias de orientação empresarial e justificativa; apresentação dos 4 Ps; análise do ambiente externo; análise do ambiente interno; análise de concorrência; segmentação de mercado; posicionamento. Em um primeiro momento, foram colhidas informações através de uma pesquisa extensa na internet, desde o site do Saladorama, vídeos no Youtube, até matérias de outros meios de comunicação, a fim de entender a de forma mais ampla e clara o negócio social e sua estrutura. Após essa coleta, entrou-se em contato, via Whatsapp, com o criador Hamilton de Holanda e foi realizado um questionário com perguntas voltadas para esclarecer questões ainda em aberto dentre os oito pontos do Estudo de Caso. Também foi consultado por telefone Gilson, o responsável pela unidade do Santa Marta. Por fim, foi possível realizar um Estudo de Caso abordando de maneira completa os oito pontos escolhidos.



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIOMASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: IGHOR RODRIGUES, JOÃO PEDRO BRANCO MARTINS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 4335

TÍTULO: **CLASSES E CONFLITO DISTRIBUTIVO NA CHINA: AS AGITAÇÕES TRABALHISTAS DESDE OS ANOS 1990**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O projeto finaliza o estudo sobre as agitações trabalhistas ocorridas na China nas décadas de 1990, 2000 e 2010. Tem-se como foco as agitações que ocorreram nas cidades e usa-se bases de dados de fontes não-governamentais, uma vez que não há fontes oficiais - o Partido-Estado os chama de "incidentes de massa" - para a elaboração de uma perspectiva do cenário da relação capital-trabalho no país. Faz-se, primeiramente, uma revisão teórica a partir da análise de autores que já estudam o tema no mundo e, em especial, na China, mostrando as classificações já dadas aos conflitos. Tratar-se-á também dos precedentes que levaram a um crescimento e instalação das agitações, inicialmente com o estabelecimento dos trabalhadores rurais sem hukou na costa chinesa, e posteriormente com as privatizações nos anos 1990 - e a consequente perda de um sistema de benefícios sociais conhecido como *danwei* -, e os conflitos da terra e expropriações nos anos 2000. Por fim, há a análise dos dados coletados, identificando os diversos tipos de agitação, desde greves e sit-in até bloqueio de estradas, e as concentrações regionais e setoriais. Este, portanto, é um estudo que visa trazer ao público brasileiro o que está ocorrendo na China nos aspectos trabalhistas e dos conflitos distributivos inerentes ao capitalismo.

PARTICIPANTES: HUGO DAHLIN FERREIRA DOS SANTOS, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 4346

TÍTULO: **A PROSTITUIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E CONJUNTURA POLÍTICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Objetivo: O presente trabalho buscou trazer ao debate a luta de um movimento social frente as mudanças na conjuntura política e a sua reorganização diante de novas pautas de luta.

Metodologia: O procedimento metodológico empregado buscou tratar de discussões atuais, aplicando pesquisas bibliográficas e consultas a acervos particulares e arquivos públicos.

A prostituição e sua relação com o poder público é marcada por diversas controvérsias, avanços e retrocessos. Relatos da participação de prostitutas na política e na vida pública compõem as muitas narrativas históricas acerca dos poderes instituídos. O surgimento e a consolidação do movimento social, a partir dos anos 1980, contribuíram para a redefinição de conceitos e de problemas envolvendo prostitutas e outros atores que participam da organização das trocas econômico-sexuais nas várias cidades brasileiras. Todavia, o atual cenário político brasileiro, marcado por uma mudança forçada de governo, vem propiciando o surgimento de discursos fundados sob ataques e ameaças de criminalização do próprio movimento social. Uma onda ultraconservadora vem assolando a acirrada disputa pelo ajustamento de políticas públicas. Este novo paradigma sociopolítico trouxe consigo o obscurecimento do discurso acerca da atividade, em particular aquele que defendia a descriminalização das relações de trabalho na prostituição, havendo assim um empreendimento para a ruptura de um modelo que, até então, vinha sendo debatido pelo movimento brasileiro de prostitutas, parlamentares, Anistia Internacional e outras ONGs nacionais e estrangeiras, que tentam promover o reconhecimento da prostituição como trabalho. O ressurgimento de uma série de demandas baseadas em valores e princípios, sobretudo, morais-religiosos, vão de encontro com os ideais defendidos por estes atores, dificultando assim a criação e legitimação de iniciativas capazes de beneficiar as suas mais variadas agendas. Sendo um assunto de relevante importância para os estudos sociais, ao associar-se a uma problemática urbana, as pautas surgidas com o movimento organizado trouxeram à luz da reflexão um novo olhar em relação aos principais desafios no processo de formulação e implementação de ações públicas, em especial aquelas concernentes ao processo de afirmação da existência dos sujeitos e, com eles, das mais fundamentais prerrogativas da "humanidade": a manifestação dos desejos, da dignidade, da autonomia pessoal e, por conseguinte, a existência da diversidade, levando assim em consideração um contexto marcado pelo envolvimento cívico dos mais variados atores na luta por cidadania e justiça que nos permitem ressaltar sobre os avanços e retrocessos das políticas públicas, em sua atual conjuntura.

Resultados preliminares: Os tímidos progressos em relação a políticas públicas, a morosidade das instituições oficiais e a existência de uma legislação ineficiente e antiquada a nova realidade social, são alguns dos problemas que as prostitutas têm pela frente.

PARTICIPANTES: NIVIA DE LIMA PEIXOTO, LUCAS BERNARDO DIAS, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 4347

TÍTULO: **A REDE DO FINANCIAMENTO E IMPULSO NOS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Projeto

Objeto empírico

Esse projeto tem por objetivo analisar papel da rede de **financiamento** dos jogos olímpicos. Interessa identificar os grupos financeiros, que atuaram no patrocínio das empresas que atuaram na produção dos jogos. A princípio podemos identificar agências de construção civil, do sistema hoteleiro, da mídia para citar os mais importantes.

Para representar a rede partimos da compreensão em que elas se organizam localmente e globalmente (EGLER, 2017). O que exige uma análise que identifique a rede de financiamento internacional e nacional. É nosso objetivo representar a rede de financiamento dos jogos olímpicos e seus efeitos sobre a transformação do território.

A impulsão é a função política do financiamento, que parte de alguns atores para que seus interesses sejam atendidos. A pesquisa visa mostrar de que forma atuam esses atores, **bancos, corporações, empresários, grupos, associações, multinacionais, grandes marcas, políticos**, dentro do território, se articulando e influenciando diretamente nas decisões políticas e na transformação do território.

Objeto Teórico:

O objeto teórico é composto por análises de autores que somados constituem a totalidade teórica que visamos trabalhar. Para embasar a



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

pesquisa, usamos diferentes trabalhos sobre redes e também sobre o financiamento na política. Ao analisarmos o papel do financiamento, vemos que: os relacionamentos estabelecidos pelos agentes financiadores os empresários, de recursos nos indicam que esse processo atende são interesses de endividamento do país. Outro fenômeno a levar em conta é o papel das finanças na reestruturação do espaço geográfico. O dinheiro usurpa em seu favor as perspectivas de fluidez do território, buscando conformar sob seu comando as outras atividades. (SANTOS, 2000)

Outro ponto de vista que vai ser de fundamental importância para a pesquisa é saber que as relações dos atores podem ser explicadas através de redes, que se articulam e dialogam entre si. (EGLER, 2007)

Metodologia:

Para demonstrar como os **atores, processos e fatos** se articulam e estabelecem relações através da rede sociotécnica, e transformam o território. A pesquisa poderá ser dividida em cinco etapas:

1. Inicialmente será feito um levantamento de dados a partir de notícias e artigos sobre a temática do trabalho
2. Os dados serão organizados em tabelas no Trello, onde os atores serão separados com diferentes cores para que possamos reconhecer onde eles atuam e se relacionam.
3. No momento seguinte os atores serão colocados em uma tabela no Excel para que possamos concretizar suas relações.
4. Para a coleta de dados será utilizada a ferramenta AntConc que ajudará na análise dos diferentes discursos.
5. Para a representação das redes será utilizado o programa Gephi, onde mostraremos como se relacionam os atores e com quem eles "conversam".

PARTICIPANTES: LUIZ ROBERTO MARTINS DE VASCONCELOS, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 4349

TÍTULO: **DISCURSO E DIFUSÃO DE MÍDIAS NOS JOGOS OLÍMPICOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Como a difusão do discurso interroga com os efeitos da inovação tecnológica nos Jogos Olímpicos?

O presente sub-projeto se insere no projeto Política e técnica na transformação do espaço urbano, do Laboratório Espaço coordenado pela Dra. Tamara Tania Cohen Egler, tem por objetivo analisar o lugar da mídia e seu discurso na difusão dos Jogos Olímpicos através da representação e análise das diferentes funções da rede olímpica.

Para examinar esse processo é importante anotar que estamos diante da invenção de formas alternativas de comunicação, que conduzem a processos de transformação do território. Para tanto, é nosso objetivo examinar de que forma a tecnologia de Informação e comunicação transforma a política urbana focada em grades eventos (EGLER; 2017).

Objeto Teórico

Especialmente durante megaeventos, as grandes corporações de comunicação se unem para dominar os fluxos de comunicação (SANTOS, 2000) e ampliar a capacidade de mercantilização do evento através do uso tecnologias de informação e comunicação - TICs e através do financiamento público e privado. Essa articulação gera uma rede de atores que irão definir posições e práticas sociais que fundamentam a formação de grupos, que criam programas e projetos de ação. Os capitais se unificam pelos sistemas de comunicação, tecem vínculos que formam uma totalidade e permitem desenvolver uma ação em comum (EGLER; 2016)

Segundo Hanna Arendt (1994), o poder é a ação coletiva e essa ação em coletivo possibilita a rede de atores, que através da articulação compartilham interesses. Para isso é importante identificar as redes nos modos de fazer política urbana pela associação de atores políticos e econômicos, quando por mediação da técnica se dedicam a fazer grandes eventos, para estabelecer formas alternativas de dominação global.

Objeto empírico

Para fazer essa análise nós iremos identificar atores midiáticos, seus discursos e interesses para compreender o lugar da produção do discurso na formação de uma subjetividade coletiva favorável a realização dos jogos.

Objetivos

Reconhecer as práticas da ação política e identificar a rede sociotécnica que se forma em torno do objetivo de fazer a difusão dos jogos olímpicos para alcançar o designio de fazer uma análise do lugar da mídia na realização dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro.

Metodologia

A pesquisa poderá ser dividida em quarta etapas:

1. Inicialmente será feito um levantamento de dados a partir de notícias e artigos sobre a temática do trabalho
2. Os dados serão organizados em tabelas no Trello, onde os atores serão separados com diferentes cores para que possamos reconhecer onde eles atuam e se relacionam.
3. A coleta de dados será realizada através do programa AntConc, que serve como uma ferramenta no auxílio da análise do discurso.
4. Para a representação das redes será utilizado o programa Gephi, onde mostraremos como se relacionam os atores e com quem eles "conversam".

PARTICIPANTES: RAFAEL BARBOSA SIMÕES, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 4435

TÍTULO: **O STF E SUA REPUTAÇÃO EM PERSPECTIVA: O PAPEL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO CASO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHA ELEITORAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa almeja analisar o sentido das audiências públicas no processo decisório do Supremo Tribunal Federal (STF). Comumente, a Corte deve decidir questões controversas, envolvendo temas altamente especializados, não abarcados pela formação jurídica. Em resposta, as Leis



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

nºs 9.868/99 e 9.882/99 preveem a realização de audiências públicas, permitindo a oitiva de especialistas. Contudo, o efetivo uso que o STF faz desse instituto pode ser compreendido sob diferentes recortes.

Neste sentido, parte-se da doutrina da *Judicial Reputation*, como concebida por Nuno Garoupa e Tom Ginsburg, a fim de compreender melhor o papel das audiências públicas no processo decisório do STF. Segundo os autores, os *justices* sempre buscam, em alguma medida, aumentar a aceitabilidade de suas decisões pela opinião pública, “calibrando” suas decisões com as preferências sociais predominantes. Nessa dinâmica, a legitimidade dos decisores será maior e, conseqüentemente, seu poder de intervenção na sociedade, quanto maior for o estoque de avaliações de decisões passadas tidas como positivas.

Dada a importância do controle de constitucionalidade na configuração normativa dos direitos fundamentais e na alegada função de proteção contramajoritária desses direitos, mostra-se relevante investigar o impacto da preocupação da Corte Constitucional com sua reputação social em face de suas decisões. No Brasil, essa dinâmica ainda conta o diferencial da forma como o STF utiliza as audiências públicas. Trabalha-se com a hipótese de que os Ministros buscam incrementar a legitimidade e aceitabilidade de seus entendimentos através dessas audiências.

Adota-se como objeto de análise o julgamento do caso do financiamento de campanhas eleitorais (ADI 4.650/DF), subsidiado por audiência pública realizada em 2013. A presente pesquisa tem o escopo de verificar *se* e *em que medida* a audiência pública impactou na formação do entendimento do STF, e seu papel na construção da reputação judicial da Corte para fazer frente ao caráter controverso, político e economicamente, da questão sob julgamento.

A pesquisa qualitativa vale-se da análise bibliográfica de fontes doutrinárias, documentais, legislativas e jurisprudenciais, com destaque para os registros da audiência pública selecionada, em que serão analisados seu regime jurídico, sua condução e seu impacto (na deliberação judicial). Parte-se do levantamento dos dados da referida audiência, principalmente, quanto aos seus atores, finalidade, fundamento e conteúdo.

Em conclusão preliminar, afere-se que a audiência pública, conduzida por um processo altamente discricionário e sob o reiterado fundamento de abertura democrática, apresenta elementos que possibilitam interpretar sua realização como estratégia de reforço da reputação judicial do STF. Além disso, a intensa presença da comunidade jurídica na audiência, indica finalidade diversa da meramente informativa, no uso desse instituto no julgamento do caso analisado.

PARTICIPANTES: CAMILA LUNA, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: **4467**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CRIMINAL NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO: O CASO NATHALIE RIOS MOTTA SALLES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

A legislação brasileira resguarda à vida como principal bem jurídico, sendo, desta forma, um direito indisponível e universal. No ano de 2015, o Código Penal Brasileiro foi alterado por meio da inclusão do Crime de Femicídio que passou a integrar o rol das qualificadoras do crime de homicídio e, conseqüentemente, considerado como crime hediondo. O crime de feminicídio é aquele cometido contra mulheres em razão da condição do sexo feminino, em situações discriminatórias de gênero.

Ocorre que os crimes dolosos contra a vida são julgados com a presença de um Tribunal do Júri. Previsto na Constituição Federal, este tribunal é composto por um colegiado de populares que tem a incumbência de julgar e votar a respeito dos fatos imputados ao réu. O magistrado, por sua vez, segue a vontade popular para produzir sua decisão.

Nesse sentido, a pesquisa busca analisar o papel da perícia criminal na formação de opinião do júri, a partir da seleção do caso da farmacêutica Nathalie Rios Mattos Salles, assassinada grávida pelo seu ex-companheiro, no município do Vassouras, local onde seu corpo foi localizado carbonizado dentro de pneus.

No que tange à Perícia Criminal, cabe salientar que esta é um mecanismo utilizado para a verificação da existência da materialidade, da culpabilidade e das circunstâncias acerca da prática da conduta ilícita. É obrigatória quando o crime cometido deixa vestígios que possibilitem demonstrar como o fato ocorreu e se houve alteração da cena do crime. Sendo estes vestígios importantes para possibilitar a tipificação do crime de feminicídio, que envolve a violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, e que segue o padrão de utilização de armas brancas, como utensílios domésticos diversos e armas de fogo. Assim como demonstrar que o crime foi praticado e motivado por tais razões de gênero percebidas, através, p.ex., de ira, repulsa ou vontade de punir a vítima.

Buscaremos investigar a ocorrência de contradições a respeito da tipificação de tais crimes cometidos contra mulheres, uma vez que o ex-companheiro da vítima, Thiago Medeiros, foi acusado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por homicídio duplamente qualificado, destruição, obstrução ou subtração de cadáver e aborto provocado por terceiros. Segundo informações apresentadas pela delegada do caso, o crime teria sido motivado pela não aceitação da gestação da companheira por Thiago, e pela negação da mesma em abortar o feto.

Diante disso, a metodologia de pesquisa é a análise de caso, no qual pretende-se verificar a importância e a influência da Perícia Criminal, responsável por coletar indícios e materiais sobre o crime, na análise e decisões por parte do Tribunal do Júri. Considerando que no Brasil, há a tendência de se qualificar crimes de feminicídio como simples homicídio, desqualificando tal crime e abrindo precedentes para a ineficácia de condenações quanto à nova espécie típica introduzida no Código Penal Brasileiro.

PARTICIPANTES: AGATHA CRISTINE LIMA DA SILVA, ANA CAROLINE BENÍCIO DUTRA, LAYENNE ESCALEIRA SODRÉ, LORRAYNE ESCALEIRA SODRE, RODRIGO GRAZINOLI GARRIDO

ARTIGO: **4469**

TÍTULO: **APLICATIVOS DE TRANSPORTE: IMPACTOS DA NOVA TECNOLOGIA NA MOBILIDADE URBANA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Objetivo do trabalho: Com o surgimento e a regulamentação das empresas de transporte por aplicativo, percebe-se significativas modificações na vida urbana e na forma como as pessoas se movem diariamente, seja para fins pessoais ou de trabalho nos grandes centros. Com a nova opção cria-se alternativas de transporte individual além das tradicionais como os táxis e fretamentos. Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender de quais formas a mobilidade urbana foi afetada por este novo serviço, como o mercado de transportes foi afetado pela quebra do monopólio dos táxis, a concorrência entre as empresas de transporte de aplicativos no Brasil, bem como compreender os prós e contras desta nova forma de renda extra para os motoristas que filiam-se a estas empresas e disponibilizam seus veículos para transportar outras pessoas.

Metodologia: Para a realização do trabalho serão feitas pesquisas bibliográficas sobre o tema com o intuito de construir as bases teóricas para compreensão do contexto onde se insere essa nova tecnologia. Também serão consultados, reportagens nos jornais e revistas especializadas no tema além de entrevistas com representantes dos agentes públicos e privados envolvidos no processo de implantação e regulamentação do



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

serviço de transporte por aplicativo.

PARTICIPANTES: ROGÉRIO DANTAS DINIZ JUNIOR, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 4492

TÍTULO: **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA UNIVERSITÁRIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Essa pesquisa tem como intuito analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como uma Política Pública de permanência dos estudantes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisando os dados sobre evasão universitária antes e depois da criação do programa.

O artigo visa questionar se houve efetiva implementação dos dez eixos citados na resolução do PNAES, dentro do âmbito da UFRJ e se foi uma política pública que conseguiu diminuir os números da evasão dentro da Universidade. Mas já levando em conta a sua criação, é possível fazer uma análise prévia de que tal índice se atenuou, já que o PNAES é um programa específico que tem o intuito de democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal.

O método utilizado para pesquisa, foi a análise de dados relacionados ao desenvolvimento das ações de assistência estudantil, a realidade dentro dos Câmpus da UFRJ e a efetividade do PNAES como política pública. Com isso, espera-se que se tenha uma reflexão sobre as melhorias da aplicação do programa, a criação de políticas de assistência estudantil que garanta a permanência de mais pessoas dentro da Universidade e sobre a democratização do ensino.

PARTICIPANTES: BARBARA GIGANTE BARANDIER, TAYLISI DE SOUZA CORREA LEITE

ARTIGO: 4535

TÍTULO: **A ATUAÇÃO DA CVM NA REGULAÇÃO DOS ROBÔS DE INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE DO RISCO MORAL E DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA AUTOMAÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A atividade regulatória do Estado vem a ser uma das formas de integração no domínio econômico. Esta ocorre através da fiscalização pelos agentes públicos da prestação de serviços públicos pela iniciativa privada. Neste cenário, propõe-se um estudo crítico da regulação das chamadas fintechs pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da identificação dos principais fatores institucionais e econômicos que interferem em suas atividades, com uma análise do modelo brasileiro de agências reguladoras à luz da teoria institucional estadunidense, a qual serve como parâmetro para pensar o sistema regulatório brasileiro, a partir do método hipotético-dedutivo.

Nos últimos tempos houve um crescimento exponencial das chamadas fintechs, que são startups que desenvolvem operações de investimentos automatizadas por meio de softwares desenvolvidos e monitorados por programadores. A problematização surgiu a partir da possibilidade de falhas eletrônicas e crimes cibernéticos em suas atividades, viabilizando uma análise jurídica e econômica do risco moral (KREPS, 1994) e da responsabilidade civil nas operações de investimentos automatizadas.

Segundo Kreps (1994), o risco moral ocorre quando parte de uma transação pode tomar certas ações que afetem o resultado obtido pela segunda parte, sem que essa tenha como controlar. Nesse caso, os investidores não estariam familiarizados com todas as informações utilizados pelos robôs, ensejando riscos inesperados. O desafio, portanto, reside principalmente em identificar as limitações na responsabilidade por eventuais prejuízos nesse tipo de operação.

Diante disto, a CVM, autarquia federal em regime especial voltada para a fiscalização e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, realizou uma pesquisa sobre os possíveis impactos desses aparatos tecnológico-financeiros no mercado de capitais brasileiro. A partir disso, foi criada a Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017, que dispõe sobre a oferta pública de distribuição de valores mobiliários na emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo. Tal instrução normatizou as fintechs ao permitir que uma mesma instituição administre e distribua, simultaneamente, um fundo de investimento. Por outro lado, verifica-se a fragilidade na contenção de situações que viabilizam a ocorrência de danos à sociedade, como nos casos internacionais de ataques virtuais e falências de corretoras de valores. Sua atuação deve estar em consonância com o detalhamento contido em sua lei de criação, ainda que seu desenho institucional careça de autonomia para o exercício de suas atribuições (GUERRA, 2017). Assim, coloca-se em xeque a eficácia da referida autarquia para contornar contingências e verifica-se o Poder Executivo, na figura das agências reguladoras, como um agente em situações emergenciais que surge para lidar com períodos de crise (POSNER, VERMEULE, 2010).

PARTICIPANTES: ABNER ALVES SERAPIÃO SILVA, JAQUELINE DE JESUS CARDOSO, JOYCE COSTA RODRIGUES, JULIA GUERRA FONSECA, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 4566

TÍTULO: **DIREITO AO NOME E A TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: UMA ANÁLISE COMPARADA COM O CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

DIREITO AO NOME E A TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA: UMA ANÁLISE COMPARADA COM O CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS

A presente pesquisa, realizada com a finalidade de produzir um trabalho de conclusão de curso, tem como objeto de estudo a liberdade de escolha e de alteração do nome diante das limitações impostas no registro do nome civil pelo Estado com base, sobretudo, no princípio da dignidade da pessoa humana. Para isso, utiliza-se a regulação portuguesa para se tecer um trabalho com metodologia comparada e de abordagem funcional. Isto significa que, sendo ambos os países pertencentes à família romano-germânica de direito (René DAVID: 1996) será feita uma microcomparação, tendo em vista a solução prática nacional e portuguesa, tanto para o registro civil como para sua alteração (ZWEIGERT, KÖTZ, 1998, p. 31). Nas palavras de Caio Mário (2014, p. 206), o nome civil além de ser elemento designativo do indivíduo e fator de sua identificação na sociedade, "*integra a personalidade, individualiza a pessoa e indica a grosso modo a sua procedência familiar*". A vista disso, é indiscutível a importância de cada pessoa possuir um nome que não a exponha ao ridículo e ser identificada socialmente, sendo individualizada em relação às demais, bem como há a necessidade de que o nome promova a projeção da personalidade humana em todos os seus aspectos. Dessa forma, pelo fato do prenome apresentar-se como signo distintivo e ser elemento da personalidade individual, é colocada em debate a extensão da legitimidade do Estado em delimitar o registro do nome civil. Assim, ao longo do trabalho, são indagadas diversas



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

questões, tais como, se seria essencial que o Estado brasileiro adotasse uma regulação minuciosa da composição do nome civil tal como o português; se faz sentido limitar a autonomia da vontade dos pais; se apenas a redação do parágrafo único do artigo 55 de nº 6.015 (Lei de Registros Públicos) está sendo eficaz para evitar o registro de prenomes passíveis de expor ao ridículo o seu portador; se é imprescritível a inserção de novas hipóteses taxativamente previstas em lei para possibilidade de alteração de nome. Ademais, é questionada a viabilidade das seguintes hipóteses: possibilidade da criação, por via legislativa, de um rol taxativo de nomes, tanto femininos quanto masculinos, permitido para registro do nome civil; a restrição à escolha do prenome, uma vez que fere a ampla liberdade de escolha, por parte dos pais; que a redação do parágrafo único do artigo 55 da Lei de Registros Públicos não está sendo suficiente para coibir o registro de nomes vexatórios; e a necessidade da inclusão legal de outras situações em que é permitida a alteração do prenome.

PARTICIPANTES: GABRIELA KILSON FERREIRA, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 4574

TÍTULO: **O DIÁRIO DAS “SESTRAS”: O REGISTRO DA MEMÓRIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A escrita é um importante meio para os indivíduos registrarem a informação no seu tempo presente. Esta consegue, através de símbolos, fazer com que o registro seja compreendido pela maioria dos indivíduos da sociedade, mesmo que não seja na mesma época em que o registro ocorreu. Neste contexto, o seriado de suspense e ficção científica canadense *Orphan Black*, exibe a importância da escrita para a memória social. Seu enredo traz a existência de um projeto executado pela corporação de biotecnologia DYAD, onde clones femininos e masculinos são produzidos para ser inférteis, assim, a difusão de seus materiais genéticos poderiam ser controlados. No entanto, os clones nascem em ambientes familiares completamente diferentes uns dos outros. No momento em que alguns clones se encontram, a clone de nome Helena começa a relatar sua vivência com as demais, escrevendo em um caderno a história das suas clones, que ela considera como irmãs (“sestras”). Este relato mostra a importância do registro da memória, mesmo que exposta por um único indivíduo, para que uma geração e seus sucessores possam acompanhar e adquirir conhecimentos através dela. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre as relações entre os conceitos de narrativas, histórias de vidas e memórias nas construções identitárias, tendo como suporte teórico principal os trabalhos de Halbwachs (2006), Bergson (2006), Lechner (2009) e Candau (2005, 2018). De caráter qualitativo, fará aproximações entre os conceitos acima mencionados e a trama desenvolvida no seriado. Este trabalho, inserido no contexto da Ciência da Informação, procura ressaltar as análises sobre a importância – e as especificidades – do registro da memória por meio da escrita.

PARTICIPANTES: MARLENE VASCONCELOS MORAES DE OLIVEIRA, ISABELA DE MELO FRANCO, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA

ARTIGO: 4636

TÍTULO: **A CULTURA DO MANAGEMENT E O ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS FUTUROS GESTORES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

No decorrer do século XX, valores que antes ficavam restritos ao ambiente empresarial começaram a perpassar este espaço e impactar outros âmbitos da sociedade - este fenômeno é conhecido como Cultura do *Management*. Neste cenário, este trabalho busca analisar a percepção dos alunos do curso de administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em relação ao curso e à gestão, identificando impactos que o próprio curso gera no entendimento acerca da Administração e os pontos convergentes e divergentes em relação à cultura do *Management*. Para uma melhor compreensão das características do *Management*, efetuaram-se pesquisas bibliográficas através de portais de periódicos e, a partir de material bibliográfico, explorou-se também o cruzamento de referências. Além disso, para avaliar a percepção dos alunos, elaborou-se uma pesquisa qualitativa, com dados coletados por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, cujos participantes foram alunos dos primeiros períodos e dos últimos períodos. Para análise de dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Embora não tenha sido possível identificar uma correlação entre aproximação com o *Management* e o período cursado, os resultados preliminares apontam, logo no início do curso, uma grande influência de determinados professores logo no início do curso no pensamento dos alunos e, nos alunos dos últimos períodos, podemos perceber um pensamento mais crítico, mas que não veio, em todos os casos, de uma grande influência da universidade.

PARTICIPANTES: JULIANA SOARES SANTOS, JOÃO MORETZ-SOHN DE ALMEIDA, THAÍS DE CASTRO MORAES, ANA CAROLINA PIMENTEL DUARTE DA FONSECA, RENAN HABIB YASSIN BARBOSA

ARTIGO: 4643

TÍTULO: **A BIBLIOTERAPIA E A SAÚDE MENTAL NO ESPAÇO CAPSI CARIM**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A literatura tem demonstrado que atualmente a Biblioterapia é utilizada como técnica auxiliar à psicoterapia, contribuindo para o tratamento de doenças psíquicas como depressão, psicoses, agorafobia, pânico, alterações de personalidade, déficit de atenção em crianças, entre outros. O projeto Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço CAPSI-CARIM, desenvolvido em parceria entre o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) e o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), envolve profissionais das áreas de Psicologia, Psiquiatria, Assistência Social, Psicopedagogia e Biblioteconomia. Tem como objetivo contribuir para a promoção do bem-estar social e da saúde dos pacientes frequentadores do CAPSI-CARIM, oferecendo atividades que possam, além de estimular o desenvolvimento das capacidades cognitivas desses sujeitos e também entreter os momentos de espera de atendimento. Para isso, utiliza recursos pedagógicos oriundos da Biblioteconomia e Letras e Artes e, nesse sentido, o projeto vem desenvolvendo atividades com a finalidade de promover o bem-estar, fomentar a comunicação e partilha dos sentimentos e emoções, bem como, apoiar o tratamento psicoterapêutico, contribuindo para o desenvolvimento do intelecto e aprendizado dos pacientes. O presente trabalho apresenta um estudo de caso sobre a aplicação da Biblioterapia no Espaço CAPSI-CARIM, direcionado para 324 pacientes atendidos. As ações do projeto, objeto desse estudo, estão voltadas para o público infanto-juvenil, até os 18 anos de idade. São jovens que foram diagnosticados com autismos, jovens que apresentam transtornos mentais como esquizofrenia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e jovens em situação de vulnerabilidade social por uso de álcool e outras drogas e/ou, em muitos casos, vítimas de violência social. A equipe que desenvolve as atividades é multidisciplinar, composta por 6 profissionais, 2 estagiários e mais de 20 voluntários. O projeto está em desenvolvimento e já foram dados os seguintes passos. Inicialmente, foi preciso realizar a reformulação do pequeno acervo bibliográfico existente com a aquisição de novas obras infanto-juvenis, foram realizadas mais de 320 atividades de mediações de leitura, um evento do Coletivo (processo terapêutico desenvolvido em espaços abertos) com várias atividades de contação de estória, e já existem várias oficinas de treinamento previstas. Para isso, são utilizados os pressupostos da Biblioterapia e da Mediação de Leitura aplicados à saúde mental em espaços coletivos. Os resultados preliminares apontam que o retorno tem sido positivo pela avaliação dos profissionais envolvidos no projeto, dos responsáveis pelos pacientes e dos pacientes. Esse é um trabalho pioneiro dentro dos espaços CAPSIs e de acordo com os relatórios apresentados, ambos, profissionais e pacientes, já contam com



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

o suporte dos alunos de biblioteconomia para a realização de atividades nos dias de atendimento.

PARTICIPANTES: CHARLENE CARVALHO SOARES, EVEN MARIA HOLANDA NERI JORGE, GABRIEL ANDRÉ MARTINS, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, DELANA OLIVEIRA, ANA MIRIAN MENEZES ARAÚJO, CARLA DEBORAH NEIVA DIAS, KETELLYN BARBOSA VIEIRA, LARISSA SILVA COSTA, TAMIREZ FONSECA CARVALHO, PAULO CESAR RODRIGUES FRANCO

ARTIGO: **4687**

TÍTULO: **MOVIMENTO PELA REFORMA URBANA: ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objeto deste estudo é investigar o debate sobre a questão promovido na redemocratização do país no período da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Esse período político originou a Carta Constitucional de 1988 que reconheceu diversos direitos fundamentais inovadores na história constitucional brasileira, destacando-se o reconhecimento da função social da propriedade e o estabelecimento de procedimentos para garantir a efetivação do interesse social da propriedade. No entanto, esse período foi palco da síntese das relações assimétricas de poder (THOMPSON, 1997), marcada pelo conflito de interesses no texto constitucional, em que pesam as divergências e conciliações entre os grupos sociais existentes na sociedade brasileira. Neste sentido, e após 30 (trinta) anos, a presente pesquisa busca identificar as narrativas e demandas daqueles grupos que foram vencidos para que se privilegie uma análise atenta ao que não foi acolhido no texto constitucional e que permanece até os dias de hoje no imaginário das gerações remanescentes como exigência de justiça social (BENJAMIN, 2008). Desta forma, e em um primeiro momento, apoiarmo-nos em uma revisão da literatura sobre o tema da reforma urbana em que identificamos as articulações e mobilizações dos movimentos sociais que resultaram no surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (COSTA, 2012) como um contraponto a lógica regimental dos debates desempenhados na Comissão da Ordem Econômica e Subcomissão de Questão Urbana e Transporte da ANC (PILATTI, 2008). Como complemento a essa análise, buscar-se-á entrevistar pessoas que integraram o referido período a fim de se garantir um testemunho que apresente outro ponto de vista. Com esse fundamental exercício da memória associado a análise empírica, será empregada uma pesquisa qualitativa (OLIVEIRA, 2015) que ressalte a perspectiva daqueles que lutaram para cristalizar direitos na Constituição como forma de transformar a realidade urbana do país.

PARTICIPANTES: LUCAS HENRIQUE JUSTINO DE SOUZA, CAROLINA HENNIG GOMES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

ARTIGO: **4700**

TÍTULO: **MOVIMENTO INDÍGENA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1988**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa sobre o alcance da atuação dos movimentos sociais na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. De que forma esses movimentos se articularam para estabelecer suas reivindicações, que espaços foram proporcionados para que eles as expusessem e quais foram os resultados legais disso para a atual Constituição visto que a CF de 88 teve um procedimento de elaboração muito peculiar na história do Brasil. Formalmente, representou a redemocratização brasileiras após mais de 20 anos de ditadura. Considerando esses pontos principais, foi essencial que nos dividíssemos em subgrupos para analisar as particularidades de cada movimento. Os subgrupos enfocam temáticas específicas pensando na heterogeneidade e no histórico dos movimentos naquele momento. São eles: trabalho, mulheres, negras e negros, indígena, agrária, LGBT+ e cidade. Falarei aqui em especial da participação do movimento indígena. Depois dessa divisão, a pesquisa avançou para as revisões bibliográficas para pensar em uma dimensão sociológica da lei. Para isso, foi preciso que estudássemos bibliografias que abordassem a importância dos sujeitos no processo legislativo. A visão que adotamos para entender lei e transformações foi determinante no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, E.P Thompson fundamenta essa reflexão sociológica sobre a importância dos agentes sociais na construção do direito. Pensando no contexto dos movimentos indígenas, de fato a oposição à ordem vigente pelos povos originários foi muitas vezes estruturada dentro do próprio aparelho estatal. Isso em certa medida contribuiu para que o movimento compreendesse a ANC como uma via de positividade das suas reivindicações. O próximo passo foi estudar os movimentos indígenas no Brasil. Aqui, foi imprescindível a leitura do texto "Olhos Mágicos do Sul (do Sul)" de João Lino de Oliveira Neves. Seu texto conta com uma análise histórica da articulação desses movimentos, levando em conta suas principais pautas. A partir disso, determinamos qual seria o ponto norteador da pesquisa: a importância de se reivindicar o direito à autodemarcação das terras. Partindo desse recorte, investigamos a estruturação do movimento através do livro: "Os Povos Indígenas e a Constituinte" da autora Rosane Lacerda. Hoje, após a análise dos anais da Constituinte e entrevistas com sujeitos que participaram desse processo, nota-se que os direitos previstos na atual Constituição foram historicamente conquistados. Se antes os movimentos e suas respectivas demandas foram completamente silenciadas pela ditadura empresarial militar, a Assembleia Constituinte em contrapartida, inaugurou um espaço para a positividade de direitos. O seu processo de elaboração foi traçado por inúmeras lutas que até hoje perpetuam os debates constitucionais. A pesquisa busca relembrar essas lutas enfatizando a relevância dos movimentos sociais para a nossa Constituição e ainda, fazendo um apurado do que ela representa em matéria de direitos.

PARTICIPANTES: LUIZA MELLO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

ARTIGO: **4702**

TÍTULO: **ESTRATÉGIAS CHINESA E A PROPOSTA DE MULTIPOLARIZAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Após anos de elevado crescimento de seu produto interno bruto (PIB), a China alcançou o posto de segunda maior economia mundial. Investimentos estatais que chegaram a representar mais de 40% do PIB motivaram as expressivas taxas de crescimento durante décadas. Atualmente, a China mantém uma taxa expressiva de crescimento, no entanto, tendo o consumo interno como principal fator de fomento de sua economia.

A China conquistou espaço econômico, político e militar em âmbito internacional se tornando uma superpotência. No entanto, diferente de outras potências econômicas que tiveram seu crescimento econômico acompanhado do aumento do uso de sua moeda em transações internacionais, a China apresentou um descolamento das curvas de crescimento do PIB e uso internacional do renminbi (RMB) - moeda local chinesa - mantendo assim um nível de utilização ínfimo em transações internacionais, sendo utilizado basicamente em território chinês.

O Sistema Monetário Internacional (SMI), que é um conjunto de regras e convenções que regulam as relações monetárias e financeiras internacionais, adota, desde o fim de Bretton Woods em 1973, o padrão dólar-flexível, reconhecendo ao dólar as três principais funções de uma moeda, reserva de valor, unidade de conta e intermediária de troca, tornando assim os Estados Unidos o país emissor da moeda internacional.

O país que é emissor da moeda internacional é dotado de algumas vantagens, são elas: redução dos custos de transação na economia doméstica, aumentando os lucros do setor bancário pelo acesso facilitado ao emissor da moeda; facilidade para empresas realizarem negócios



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SNCT/UFRJ 2018

no exterior utilizando sua própria moeda; diminuição do risco cambial e hedge facilitado; ganhos de senhoriação a seu emissor; e a possibilidade de financiar déficits externos em sua própria moeda, eliminando os efeitos dos desequilíbrios do balanço de pagamento sobre as políticas fiscais e monetárias. (POSE, 2018. pg. 24)

Mantendo por anos um superávit em sua balança comercial, a China acumulou uma grande reserva internacional em dólares. Por um lado, a utilização do dólar como meio de transação de mercadorias facilitou o acesso do resto do mundo aos produtos chineses, por outro lado, a grande quantidade de reservas internacionais em dólar obtida com as exportações, torna a China dependente das possíveis oscilações dessa moeda.

Na tentativa de enfraquecer a influência do dólar sobre a economia chinesa, a China vem, desde o início dos anos 2000, adotando medidas estratégicas com a finalidade de fomentar o uso do RMB internacionalmente e visa trazer em longo prazo uma maior estabilidade econômica. Apesar das medidas até então implementadas não terem surtido o efeito esperado, o governo chinês deixa claro a sua intenção de internacionalizar o renminbi.

PARTICIPANTES: VINICIUS LACERDA, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS

ARTIGO: 4722

TÍTULO: CAMINHOS PARA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A gestão de empreendimentos sociais enfrenta dificuldades inerentes a um negócio. Grande parte desses empreendimentos encontram-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, o que dificulta a contratação de especialistas para a realização dos trabalhos necessários à sua continuidade.

O objetivo deste trabalho é identificar os elementos necessários para a implantação e o desenvolvimento de um conjunto de atividades para dar suporte à gestão de empreendimentos sociais, considerando a multidisciplinaridade das tarefas do gestor. Foi utilizado o formato de “Escritório Modelo”, já existente em diversas Universidades, para servir de referência à implantação do Projeto de Extensão Gestão, Desenvolvimento e Inovação (GDI).

A implantação do GDI, aos moldes de um Escritório Modelo propicia benefícios a todos os envolvidos: o corpo discente tem a oportunidade de vivenciar os ensinamentos teóricos de sala de aula, a partir da atuação profissional supervisionada por docentes, especialistas nas diferentes áreas; por sua vez, a comunidade poderá usufruir

Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto. A seguir, iniciou-se uma investigação da existência de iniciativas similares em Universidades, através de pesquisa qualitativa, para servir de referência básica. A etapa seguinte será identificar as rotinas desenvolvidas nessas iniciativas, em diversas áreas de atuação como financeiro, contábil, jurídico, administrativo, arquitetura e de engenharia.

A pesquisa realizada identificou grande incidência de Escritórios Modelo, nas especialidades de Direito, Arquitetura e Contabilidade. Não foi possível identificar um que abrangesse, ao mesmo tempo, diferentes áreas de conhecimento.

Neste momento foi iniciado o trabalho de campo, a fim de estabelecer o entendimento das rotinas e efetuar a comparação entre as mesmas, de forma a definir um padrão de funcionamento do GDI.

O GDI tem objetivo *pro bono* público às cooperativas, funcionando como um ambiente de formação teórico-prática do corpo discente da UFRJ, a ser desenvolvido por meio do exercício de atividades inerentes ao setor de cooperativas.

PARTICIPANTES: JOSÉ ROBERTO MAFRA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, ROBERTO WESTENBERGER, AGATA LIMA MARCELINO, THIAGO ARAÚJO DE CASTRO

ARTIGO: 4732

TÍTULO: ACOMPANHAMENTO DA INTERVENÇÃO FEDERAL PELO NAJUP LUIZA MAHIN

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 16 de fevereiro de 2018, foi decretada intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, através do DEC Nº 9.288, nomeando o General Braga Netto como interventor, com o objetivo de pôr fim ao “grave comprometimento da ordem pública”. Ainda nesse contexto, no final de 2017, o presidente sancionou a Lei 13.491, transferindo para a Justiça Militar a competência para julgamento de crimes cometidos por agentes das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem.

É sabido que o problema da violência afeta o RJ há anos, e o Estado vem recebendo uma série de missões de GLO, o que se consubstanciou na intervenção. No entanto, os objetivos ainda são obscuros, e não há um plano estruturado de ação. Além disso, foi verificado um aumento nos números da violência na vigência da intervenção.

Diversas instituições e organizações da sociedade civil se organizaram para acompanhar essa “intervenção federal militarizada”, visto que os efeitos do uso das forças armadas no Rio tem sido sinônimo de violações de direitos humanos.

Neste cenário, o NAJUP Luiza Mahin, que se propõe a estabelecer um diálogo entre a Universidade e a Sociedade, entende como importante e necessário o acompanhamento dessas ações, atuando contra as violações de direitos que podem ocorrer nessa conjuntura.

A partir disso, nos mobilizamos junto à Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares que convocou uma série de reuniões junto aos órgãos institucionais, representantes da sociedade civil organizada e movimentos populares. Nestas foram pensadas diversas formas de atuação que pudessem resguardar os direitos dos moradores que viessem a ser afetados. O principal encaminhamento foi uma articulação com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) para fazer uma série de visitas às favelas e comunidades. A partir dessa articulação foi criada uma cartilha e tirado um calendário de atividades, como a audiência pública sobre a intervenção, ambas junto à Defensoria Pública da União.

Assim, estivemos nas comunidades Vila Kennedy, Cidade de Deus, Rocinha e Complexo do Salgueiro, FICAP e Ocupação Povo sem Medo, participando do Circuito Favelas por Direitos, de iniciativa da DPERJ conjuntamente com as associações de moradores e articulações locais. As idas às comunidades têm tido 2 objetivos: o primeiro é informar aos moradores e moradoras sobre os seus direitos e, a partir disso, recolher relatos de violações e o segundo é levar representantes do poder público para conhecer a realidade.

Para além de realizar formações internas nas nossas reuniões, o grupo articulou uma aula pública sobre a intervenção na porta da FND, além de ter trazido o tema para a Jornada Universitária pela Reforma Agrária, na mesa “A reforma agrária em tempos de militarização”.



15
21
OUT
www.siac.ufrj.br

9ª SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

É importante ressaltar que estas são algumas das ações e pretendemos continuar participando e contribuindo com as articulações, frentes e comissões contra a intervenção, durante o período de vigência da mesma.

PARTICIPANTES: THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, ROSINETE CRUZ DA SILVA, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, DANIELLA PONTES, JULIANA OLIVEIRA TEIXEIRA DE JESUS

ARTIGO: 4741

TÍTULO: **DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO FEDERALISMO BRASILEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Diante dos problemas que envolvem a composição geográfica brasileira, uma discussão acerca do modelo federalista se faz necessária. Frente ao histórico abismo regional, a doutrina do Direito Constitucional diverge acerca das estratégias normativas que o Direito Brasileiro fornece para o desenvolvimento desta questão. Um dos pontos fundamentais desse debate gira em torno dos aspectos do Federalismo adotado pela Carta de 88. Se por um lado emprega um modelo de repartição de competências baseado na Simetria, por outro evidencia a necessidade de diferenciações entre os entes, ao passo que, dispõe como um dos objetivos da República a redução das desigualdades sociais e regionais. Evidentemente, estamos em um país que sofre de diversas mazelas sociais. Isto posto, ao positivar tal comando a Constituição de 88 institui uma ordem jurídica compromissada em analisar de, forma particular, cada região do país.

Em tal ponto, alguns doutrinadores relacionam o artigo 3º - III CF/88 à necessidade de criação de novas estruturas. Para Paulo Bonavides, "A quarta instância política da Federação, que seria no caso o poder regional, provido de autonomia e erigido em eixo político de promoção e defesa de todos os interesses regionais, representaria o órgão de competência legítima para conduzir e executar a política de provimento das necessidades comuns da Região" (BONAVIDES, 2007). Destaca-se que neste contexto de ressignificação da divisão federalista, a "quarta instância" adentraria como peça fundamental no âmbito nacional. Ou seja, conforme Gilberto Bercovici, seria "um ente de articulação e cooperação entre União, Estados e Municípios" (BERCOVICI, 2003).

No plano histórico, algumas políticas foram adotadas no sentido de desenvolver estruturas de diminuição das desigualdades regionais. A construção de Superintendências, as políticas de transferência de recursos para os setores públicos locais e políticas de distribuição de renda são exemplos dessas estruturas.

Diante de tal cenário, o presente estudo busca adentrar nas bases do modelo federalista positivado na Constituição de 88 e analisar as políticas públicas de combate à desigualdade regional no período compreendido entre 1999 e 2006. Busca reconhecer, em um mundo globalizado, os esforços do poder público para suprimir as disparidades entre as regiões.

O método adotado segue o modelo histórico-analítico, ao passo que, busca através da revisão das políticas implementadas identificar os movimentos de supressão e aumento das desigualdades regionais. No mais, tais movimentações serão empiricamente fundamentadas através de índices medidores de desigualdades regionais. A análise espacial do trabalho ocorre dentro da esfera dos Poderes Executivo e Legislativo frente à criação de planejamentos regionais no Brasil.

PARTICIPANTES: CAIO BARBOSA ZACARIAS, GUSTAVO DE QUEIROZ BADEJO ALMEIDA, PEDRO FELLIPE DE SOUZA PEREIRA, TAYLISI DE SOUZA CORREA LEITE

ARTIGO: 4767

TÍTULO: **PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE MARKETING NO MERCADO DE LUXO NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

1. Introdução

O Mercado de luxo é um mercado que teve expressivo crescimento no ano passado. Segundo a empresa de consultoria Bain & Company (2017), se forem levados em consideração todos os segmentos do referido mercado, esse cresceu 5% em 2017, o que totalizou €1,2 trilhão de euros. Em especial, o mercado de bens pessoais de luxo alcançou um recorde de 262 bilhões de euros.

Além da grandiosidade do mercado, esse possui especificidades em relação a outros mercados quanto as estratégias de marketing a serem desenvolvidas para seu público alvo. Diante da discussão, se desenvolveu o seguinte problema de pesquisa: Dentre as principais estratégias de marketing utilizadas no mercado de vestuário de luxo no Brasil nos últimos cinco anos, quais são percebidas e afetam as decisões de consumo por parte do consumidor final na cidade do Rio de Janeiro? Foi decidido por esse corte temporal para garantir a atualidade da pesquisa.

2. Metodologia

Foi feita uma revisão bibliográfica da produção referente a comportamento do consumidor e estratégias de marketing, produzindo referencial teórico para a pesquisa, conceituando as estratégias de marketing e expondo a produção literária já realizada sobre o tema. A pesquisa desenvolvida é de caráter exploratório e de natureza qualitativa. Foram realizadas entrevistas em profundidade com uma amostra selecionada por conveniência, de indivíduos que se enquadram no perfil desenvolvido pela autora. O número de entrevistas se deu pelo esgotamento de respostas novas e relevantes.

3. Justificativa

O estudo é relevante pois trata-se de um segmento de mercado que apesar da crise econômica instalada no Brasil, cresceu em 2017, segundo a 4ª edição da pesquisa Global Powers of Luxury Goods realizada pela Deloitte. Além de ser um tema atual, trata-se de um setor econômico que desafia a crise, o que torna o seu estudo interessante aos alunos de administração de empresas, futuros gestores.

A pesquisa também é relevante ao ambiente acadêmico, pois visa analisar a realidade sob a visão do consumidor final e analisando uma realidade, podemos produzir discussão e melhor entender a área de estudo escolhida, nesse caso o marketing.

4. Referencial teórico (Bibliografia Sumária)

ALLÉRÈS, D. *Luxo: Estratégias de Marketing*. São Paulo, Editora FGV, 2000.

CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Trad. de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

CASTARÉDE, J. *O luxo: os segredos dos produtos mais desejados do mundo*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2005.

D'ANGELO, A. C. *Precisar não precisa - um olhar sobre o consumo de bens de luxo no Brasil*. São Paulo: Lazuli / Cia. Editora Nacional, 2006.

DINIZ, Claudio. *O mercado de luxo no Brasil: tendências e oportunidades*. São Paulo: Seoman, 2012.

KOTLER, P., KELLER, K. **Administração de Marketing**. Trad. de Sônia Midori Yamamoto. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILI MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: JULIA SALVATORE, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 4797

TÍTULO: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A QUESTÃO DA PROGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL: O QUE CONTAM AS ATAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Neste trabalho, nos propomos a analisar as origens da situação contraditória dos esforços redistributivos brasileiros (apresentada pelo artigo motivador O Paradoxo Constitucional Brasileiro - Direitos Sociais Sob Tributação Regressiva, de Celia Lessa Kerstenetzky e Pedro Fandiño), em que os gastos sociais refletem uma aproximação a um estado de bem-estar social universalista, enquanto que o sistema tributário age em sentido contrário, uma vez que estes gastos são amparados por uma arrecadação regressiva. Dessa forma, os indivíduos beneficiários dos gastos são também aqueles que os financiam, o que atenua a qualidade redistributiva das políticas sociais.

Procuramos investigar a hipótese levantada no artigo motivador de que esta situação se originou de um pacto subjacente à Constituição de 1988, em que se permitiu uma expansão nos gastos desde que estes não fossem financiados de forma progressiva. A Constituição, expansiva quanto aos direitos sociais, é notoriamente vaga com relação à progressividade da carga tributária.

A partir da análise das atas da Comissão de Tributação da Assembleia Nacional Constituinte, identificamos, em discussões ali travadas, posicionamentos de naturezas diversas que se chocaram com o objetivo de ampliação da progressividade tributária brasileira. Buscamos recuperar que argumentos foram utilizados, quais eram as forças políticas que os advogavam, e como se chegou ao acordo que produziu a trajetória que levou à situação tributária brasileira hodierna. Essa situação se caracteriza por poucos impostos progressivos e apoio substancial na tributação indireta.

Dentro desta discussão, destacamos o debate em torno de um imposto específico, proposto por alguns constituintes com respaldo de tributaristas consagrados, o imposto sobre o patrimônio líquido, que na estimativa destes poderia gerar melhor distribuição de riqueza no Brasil. Esse debate será recuperado a partir das atas da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas e de pesquisa em jornais da época (o ano de 1987).

Além disso, com o propósito de situar a Constituição brasileira no contexto internacional, analisaremos as Constituições de países latino-americanos e de países desenvolvidos selecionados em busca de menções diretas ou indiretas, detalhadas ou genéricas, à progressividade dos impostos, e as respectivas justificativas para a sua existência.

Finalmente, queremos mencionar que este trabalho integra projeto de pesquisa do grupo sobre tributação progressiva, inserido no CEDE-UFRJ, e envolve o doutorando do PPED-UFRJ Pedro Fandiño e a pesquisadora associada do CEDE Lívia Vilas-Boas Alvarenga.

PARTICIPANTES: CELIA LESSA KERSTENETZKY, GUILHERME SOHNLEIN EXEL, YASMIN HUGHES, EDUARDO SARAIVA PINHEIRO

ARTIGO: 4805

TÍTULO: A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Constituição de 1988 alterou significativamente o Sistema de Justiça brasileiro. Refletindo o momento histórico, a Constituinte traduziu, em normas programáticas, as aspirações de liberdade e justiça que emanavam da sociedade. Com isto, uma das instituições que mais sofreram modificações foi o Ministério Público que, anteriormente ligado ao Executivo, adquiriu vasta automização, incumbido da “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. (Seção II- Do Ministério Público, art. 127 ao 130). O novo desenho institucional do Ministério Público conferiu independência funcional, administrativa e financeira, como também vastas atribuições e prerrogativas que não foram acompanhadas de mecanismos eficientes de *accountability*. Neste contexto, este trabalho tem por objetivo geral analisar os desdobramentos correlatos ao novo desenho institucional do Ministério Público, perpassando a criação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) através da Emenda Constitucional 45 de 2004, inserida no escopo de “Reformas do Judiciário”. É também de interesse específico deste trabalho, examinar a atuação do CNMP – principalmente no que tange seu órgão corregedor – através do controle administrativo, financeiro e disciplinar. A metodologia utilizada para este trabalho contará com análise bibliográfica e documental: utilizaremos, além da literatura a respeito deste assunto, um minucioso levantamento, seguido de tabulação dos dados disponibilizados pelo CNMP a respeito da atividade correccional. Com isto, objetivamos quantificar a capacidade de fiscalização do Conselho Nacional do Ministério Público evidenciando possíveis fragilidades no raio de atuação da corregedoria.

PARTICIPANTES: JESSICA FRADE DE MORAES, CHARLES FREITAS PESSANHA

ARTIGO: 4811

TÍTULO: PLANOS DE DEMISSÃO INCENTIVADA E VOLUNTÁRIA : LIMITES E POSSIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em períodos de crise econômica e social torna-se frequente a adoção de discursos e práticas neoliberais pelos governantes e setores empresariais. Após a crise econômica de 2008 a agenda neoliberal assumiu uma nova forma consubstanciada nas políticas de austeridade. Tais políticas possuem como base a responsabilização dos indivíduos pelo atual cenário de crise e consequente promoção da necessidade de privações e sacrifícios individuais alegadamente necessários para a superação da situação de colapso financeiro dos países como forma de viabilizar o corte de gastos públicos, congelamento de salários e flexibilização de direitos, por intermédio da promoção do medo social (FERREIRA, 2012).

No tocante aos direitos laborais, tais medidas de austeridade se evidenciam na legalização de práticas empresariais que anteriormente eram proibidas pela legislação trabalhista; demissões em massa; redução de custos com trabalhadores e enfraquecimento das entidades sindicais. As referidas alterações levam ao que Antônio Casimiro Ferreira (2012), ao estudar o caso português, denominou de “Direito do Trabalho de Exceção”.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
15ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

Em ciclos de crise econômica e social, no campo da dispensa, é comum verificar o advento de Planos de Demissão Incentivada e Voluntária. Tal instituto, em síntese, significa a adesão dos empregados pela rescisão de seus contratos de trabalho mediante estímulos financeiros.

No caso Brasileiro, os efeitos dos Planos de Demissão Incentivada e Voluntária negociados coletivamente foram objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 590.415, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. No acórdão foi fixada tese de repercussão geral que reconheceu a validade de cláusula de quitação geral e irrestrita quanto a todas as verbas decorrentes do contrato de trabalho, caso presentes os pressupostos fáticos e jurídicos estabelecidos na decisão, contrariando o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho que firmara entendimento jurisprudencial diverso, limitador dos efeitos da quitação extrajudicial. Posteriormente, a Lei 13.467 de 2017 introduziu na CLT o artigo 477-B que versa sobre tais Planos, prevendo que no momento da adesão aos mesmos, salvo negociação em sentido contrário entre as partes, os direitos oriundos da relação de emprego tem quitação plena e irrevogável.

Dessa forma, o presente trabalho, como parte do projeto de pesquisa do grupo “Configurações Institucionais e Relações de Trabalho”, tem como objetivo examinar o instituto jurídico do plano de dispensa incentivada e voluntária, suas origens, tipos, efeitos jurídicos e sua recepção pela jurisprudência e normativa estatal. Para a realização da pesquisa será adotada a técnica de levantamento e catalogação de material bibliográfico, documentos legislativos, jurisprudência e cotejamento das informações obtidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Antonio Casimiro. Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção. Lisboa: Vida Econômica, 2012.

PARTICIPANTES: TAINA REIS NASCIMENTO GOMES, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, HENRIQUE FIGUEIREDO DE LIMA

ARTIGO: 4815

TÍTULO: **BOLSA FAMÍLIA: INCLUSÃO SOCIAL E QUEBRA DA INTERGERACIONALIDADE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objeto de estudo a política social do governo federal, lida no Programa Bolsa Família. O objetivo é investigar de que forma esse programa de assistência social contribui para a redução da exclusão social. A pesquisa investiga o impacto do programas nas famílias na educação e qual o potencial do programa na quebra da intergeracionalidade.

O programa tem como objetivo primeiro a retirada das famílias da pobreza. Através do programa Bolsa Família, o Governo transfere mensalmente uma renda para as famílias carentes. As famílias são selecionadas a partir do Cadastro Único do Governo Federal, uma vez elegível ela entra como beneficiada do programa e o valor do auxílio varia segundo o grau de vulnerabilidade e a quantidade de membros da família.

Outra face importante do programa é a interação com outros serviços públicos como saúde e educação. O último é o que será avaliado com maior profundidade. Utilizarei dos conceitos de desigualdade de oportunidade e de resultado formulados por Atkinson. Um dos princípios do programa é a manutenção das crianças na escola, que minimizaria a desigualdade de oportunidade.

O benefício é transferido para a figura feminina da família, que na maioria das vezes é mãe dos filhos beneficiados. Envolver a figura feminina faz parte da estratégia do programa, pois isto garante que o auxílio seja destinado para a alimentação, saúde e educação das crianças. Portanto, no curto prazo, a finalidade é suprir às necessidades básicas.

O programa foi criado em 2004 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Bolsa Família une programas já em execução, como o Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único do Governo Federal.

O trabalho é uma visão econômica do problema social. Uso do arcabouço teórico econômico para embasar as visões do que será apresentado. Mas não só o que a teoria econômica será apresentada. Vejo a necessidade de acrescentar à discussão a sociologia, que tem como objetivo mostrar o lado que os dados econômicos não são capazes de abarcar.

A metodologia utilizada para análise do objeto é guiada pela literatura que abarca a temática, nas suas diferentes dimensões, para diálogo com o campo. Delimitação do objeto empírico, que contempla informações atuais, que é base informações de alteração da política pelo Governo Federal. Utilização de dados fornecidos por Ministério do Desenvolvimento Social e PNAD.

Em pesquisa já consolidada foi possível ver que há impactos positivos de curto prazo. Na economia, pelo estudo do Ipea, na medida em que é repassado R\$ 1,00 as famílias, gera ao PIB R\$1,78. Além disso, segundo dados da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), houve menor evasão escolar em 19,6% e 6% a mais de progressão escola, quando se compara alunos que recebem o programa daqueles que não.

PARTICIPANTES: PEDRO PAULO GONÇALVES NETO, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 4831

TÍTULO: **AUTOGESTÃO NA REDE RECICLA VERDE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, visando disponibilizar os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade, gera por meio de suporte à formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Este trabalho está inserido no debate sobre autogestão, principalmente, com foco nos temas de cooperativismo popular e economia solidária. O Cooperativismo popular, por sua vez, refere-se à organização produtiva sob o formato de cooperativa formado por indivíduos socialmente excluídos e/ou marginalizados que possuem restrito acesso a direitos básicos e serviços públicos; é um movimento de trabalhadores que procuram melhorar suas condições de vida através da cooperação e do trabalho associado, consciente ou não, é uma forma de expressão da economia solidária. Esta, por sua vez, é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão (CASTRO, 2018), que se baseia principalmente nos princípios de propriedade e democracia.

O objetivo deste trabalho é promover uma análise teórica do conceito de autogestão e traçar uma perspectiva paralela de comparação com a



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

prática da rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis Recicla Verde, no intuito de detectar estas disparidades entre teoria e prática, relatar as dificuldades e sugerir possíveis alternativas de adequação.

Neste sentido, foi desenvolvido um projeto, de forma a contribuir para que a rede de cooperativas possa encontrar caminhos para garantir sua sustentabilidade, focando na reorganização econômica e, principalmente, no fortalecimento da auto-gestão do empreendimento. As ações necessárias para a implementação deste projeto estão baseadas na seguinte metodologia:

Em caráter preliminar, foi realizada uma pesquisa e revisão bibliográfica sobre os conceitos da auto-gestão da economia solidária, posteriormente, foi realizada uma pesquisa qualitativa para identificar a estrutura organizacional da Rede de cooperativas Recicla Verde, e, verificar a aderência das práticas de gestão do empreendimento, com os conceitos de autogestão (SINGER, 2003; GORZ, 1996; RODRIGUES, 2010).

A avaliação preliminar, realizada até o momento, aponta para certo distanciamento das práticas adotadas, do que preconiza a teoria.

CASTRO, J. R. O que é economia solidária, foco de estudo e ação de Paul Singer. Nexo Jornal, São Paulo, 2018.

GORZ, André. Crítica da Divisão do Trabalho. SP-São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

RODRIGUES, O. A Gestão do Trabalho no Capitalismo, 2010.

SINGER, P. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. I. Economia solidária. Estudos Avançados, vol 22, n. 62, São Paulo, 2008.

PARTICIPANTES: JOSÉ ROBERTO MAFRA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, ROBERTO WESTENBERGER, ROMAN BERTOLDO, LUCAS DE AZEVEDO RIBEIRO, SIDNEY CUNHA DE LIMA, GONÇALO GUIMARÃES, VALERIA ALMEIDA DE LIMA

ARTIGO: **4843**

TÍTULO: **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM): UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O trabalho tem como objeto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), abordando suas limitações e vantagens. Será apresentado o estudo de caso referente ao município de Niterói, único do estado do Rio de Janeiro a alcançar a faixa mais alta de desenvolvimento humano, segundo ranking estadual de desenvolvimento humano municipal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Até a década de 1980, o desenvolvimento de uma nação, estado, município ou território era mensurado por meio do Produto Interno Bruto (PIB) e embora, alguns países apresentassem um aumento no crescimento econômico, persistiam altos níveis de pobreza e desigualdade. A partir dessa realidade, ficou claro que o crescimento econômico não era suficiente para garantir o desenvolvimento social.

Em 1990 surge o conceito de desenvolvimento humano e a partir dele é criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH surge como um contraponto na análise do desenvolvimento. Sua grande inovação seria a análise com foco no bem-estar das pessoas, analisando critérios referentes à qualidade de vida.

O IDH foi utilizado tradicionalmente como forma de mensurar o desenvolvimento humano dos países, e posteriormente começou a ser utilizado também como forma de avaliar o grau de desenvolvimento de Estados e municípios. O Brasil foi um dos pioneiros a utilizar a adequação do IDH global às realidades de Estados e municípios, que gerou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (**IDHM**).

Diante disso, faz-se a surgir a seguinte questão: Qual a capacidade do IDHM de mensurar o desenvolvimento humano?

Apesar de ser considerado um índice de referência, alguns autores apontam inúmeros limites, sendo alguns deles: substituição do uso do conceito de desenvolvimento humano pelo indicador; dificuldade do indicador em mensurar a eficiência dos gastos públicos, apresentando somente os resultados dos mesmos; pequeno número de dimensões utilizadas pelo IDHM para mensurar o desenvolvimento humano, dentre outros.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa pretende analisar o conceito de desenvolvimento humano, a partir de abordagens de diferentes autores, bem como comparar o IDHM com o conceito de desenvolvimento humano. Para tanto, será apresentado o estudo de caso do município de Niterói, que segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano divulgado em 2013, ocupa a sétima posição no ranking nacional do IDHM e é o primeiro colocado entre os municípios do Rio de Janeiro. Será feita uma pesquisa bibliográfica e documental, assim como uma pesquisa nos bancos de dados, por exemplo, do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da prefeitura de Niterói.

A pesquisa justifica-se, pois, ao ser utilizado como instrumento norteador das políticas públicas, esse indicador é capaz de afetar a qualidade de vida das pessoas.

Essa pesquisa encontra-se em sua fase preliminar, de modo que não apresenta resultados até a presente data.

PARTICIPANTES: ANA CAROLINA PAIXÃO DE ARAÚJO SOUZA, LALITA KRAUS

ARTIGO: **4851**

TÍTULO: **BIBLIOTECA ESCOLAR NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E NO INCENTIVO À IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLHA POR CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apesar dos avanços socioculturais conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, pesquisas indicam que a presença feminina em determinadas profissões de Ciência e Tecnologia (C&T), notadamente nas ciências exatas, é bem menor que a dos homens. Além disso, as mulheres ocupam mais espaços em setores de menor remuneração como os da saúde, educação e biblioteconomia, que tipicamente são consideradas profissões femininas. Diversos são os fatores que podem desestimular meninas a seguirem carreira em C&T, como apoio familiar



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

e escolar, além da percepção de que as mulheres recebem menos que os homens e têm mais dificuldade de progredir e crescer em suas carreiras em C&T. Sendo a escola um ambiente de influência na escolha de meninas e meninos por suas profissões futuras, entende-se que a biblioteca escolar deva ser também um espaço onde se debatam essas questões, pois a literatura biblioteconômica e da ciência da informação indica que ela pode assumir funções educativas e culturais junto ao corpo docente e técnico da escola. Desta forma, o presente trabalho apresenta os resultados do uso do método de observação feita nas dependências da biblioteca de uma escola pública do Centro do Rio de Janeiro, a fim de detectar as potencialidades da biblioteca escolar em ações que visem a desconstrução dos estereótipos de gênero quanto à escolha de meninas e meninos por profissões em Ciência e Tecnologia (C&T). Para a implementação de tais ações na biblioteca será proposto o uso da pesquisa-ação, envolvendo a promoção de novas abordagens sobre o tema dentro da biblioteca escolar a partir do planejamento de atividades a serem realizadas no ambiente, sugestões de ações a serem tomadas para gerar debates acerca do tema e a avaliação dos pontos positivos e negativos provenientes desta iniciativa. Por fim, expõe-se que a biblioteca escolar pode ser um espaço importante para o incentivo à igualdade de gênero em profissões em C&T, dado os resultados preliminares desta pesquisa e da literatura sobre o tema.

PARTICIPANTES: GABRIEL ANDRÉ MARTINS, GILDA OLINTO DE OLIVEIRA

ARTIGO: 4866

TÍTULO: ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O **Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin**, com o intuito de colocar na centralidade do debate acadêmico a importância da assessoria jurídica popular, atua e estuda o direito e a luta dos movimentos sociais para sua efetivação. Dessa maneira, utilizando como base metodológica a interação dialógica, é feito um diálogo pressupondo uma troca de saberes entre os atores sociais envolvidos. A partir disso, trabalhamos em conjunto com os movimentos sociais e suas demandas. Este presente resumo vai focar em nossa atuação com os movimentos que lutam pelo direito à cidade e moradia digna.

Em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, assessoramos a Ocupação Solano Trindade (Duque de Caxias), acompanhando os processos judicial e administrativo, em parceria com o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, a fim de contribuir para a regularização fundiária da ocupação e a construção de habitação de interesse social, além de oficinas e visitas à ocupação mediante demanda do movimento.

Outro movimento que assessoramos em parceria com o CAJP Mariana Criola é o Brigadas Populares, que organiza a Ocupação Povo sem Medo (Pavuna). Além de acompanhar o processo judicial, trabalhamos com a comunidade através de reuniões e oficinas para explicar aos moradores sobre o caso específico da ocupação, mas também debater a luta pelo direito à cidade. Utilizando um dos nossos princípios, a educação popular, a ideia é trazer o debate sobre direitos em uma linguagem mais acessível. Inclusive elaboramos uma cartilha para a formação sobre o direito à moradia, mas também com informes de alguns serviços essenciais.

Ademais, atuamos, conjuntamente com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, na comunidade de Rio das Pedras, que sofre uma ameaça de um projeto de remoção. A partir da articulação da Comissão de Moradores, junto ao trabalho realizado pelo NUTH e NAJUP, fazemos visitas semanais em diferentes pontos da comunidade conversando com as moradoras e moradores, entregando uma cartilha informativa, com os direitos que os moradores tinham e como eles poderiam se mobilizar para garantir seu direito de não-remoção.

Ajudamos o NUTH em outras duas comunidades: Metrô-Mangureira e Ocupação Bento Ribeiro. Em ambas a finalidade era realizar o cadastro socioeconômico, mas na primeira não chegamos a realizá-lo, por motivos alheios ao grupo. Mesmo assim fizemos reuniões de formações e uma ida à comunidade, com um café da manhã comunitário.

Em diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, estamos em diálogo com a Ocupação 6 de abril, onde realizamos uma oficina sobre a legalidade/legitimidade do método de ocupação.

Através dessas diversas articulações nós conseguimos, além de contribuir com a sociedade, um grande ganho na nossa formação, onde o aprendizado junto ao povo tem nos tornado profissionais do direito com um verdadeiro compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras.

PARTICIPANTES: LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, CAROLINA HENNIG GOMES, THALIA MARTINS DE ANDRADE, VICTOR ABI RIHAN AVILA, YURI REIS, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES

ARTIGO: 4875

TÍTULO: BRASIL E CORÉIA DO SUL: UM ESTUDO COMPARADO PARA C&T&I

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho entende a divergência entre os países Latino Americano e as economias centrais no marco da desigualdade no Sistema Mundo (Wallerstein, 1997), e examina a expressão dessa desigualdade no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para a análise, utiliza o caso do Brasil e da Coréia do Sul, ponderando a divergência entre esses países com base na noção de Desenvolvimento a Convite (Medeiros e Serrano, 1998) no Pós segunda guerra, e no papel desempenhado pelas principais potências regionais na dinâmica do desenvolvimento tecnológico, sobretudo Japão, China e Estados Unidos. A partir de teorias da Economia política Internacional, realiza a análise de dados primários e secundários para os países em questão, também realiza o levantamento de políticas públicas e Instituições para Ciência e Tecnologia desenvolvidas no Brasil e na Coréia do Sul. Por último, propõe uma reflexão sobre o atual regresso em importantes campo de germinação da C&T no Brasil e, portanto, o maior distanciamento em relação às economias baseadas em conhecimento e inovação, pois já ensaiam suas reformulações e desempenho em vista da Quarta Revolução Industrial.

PARTICIPANTES: KAROLINA YANINA SEVERINO, PATRICIA RIVERO

ARTIGO: 4880

TÍTULO: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente projeto é produto de um grupo de pesquisa que pretende colocar em foco no debate acadêmico o processo social, político e econômico que originou o reconhecimento de diversos direitos fundamentais e políticas públicas no texto constitucional de 1988, tendo em



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

vista a importância desse debate a luz dos 30 anos da Constituinte, relacionado-o com a conjuntura política instável atual.

Nesse contexto, a pesquisa busca elucidar algumas questões que muitas vezes são deixadas de lado no universo jurídico, o qual ao se propor analisar doutrina e letra de lei sem fazer uma interlocução com os interesses, conflitos e conciliações que se deram ao momento da elaboração da lei, não faz uma interpretação profunda e completa para a que a norma seja compreendida com seus traços históricos e todas as suas especificidades (MOTTA, 1996). Tendo isso em vista, destacam-se os estudos de Thompson sobre a Lei Negra na Inglaterra do século XVIII, nos quais ele identificou a lei como um instrumento de cristalização das relações assimétricas de poder, nesse mesmo sentido temos como objetivo entender de que modo e com quais instrumentos os movimentos sociais garantiram alguns dos seus direitos pleiteados na elaboração do texto constitucional brasileiro atual (THOMPSON, 1997).

Dentre os diversos movimentos sociais que se organizaram nesse cenário, essa parte da pesquisa dedica atenção especial ao movimento feminista, a influência dessas mulheres em 1988, visando compreender os debates ao longo do processo constituinte que fizeram com que algumas pautas relativas às mulheres fossem atendidas e outras pautas não foram ao menos discutidas. Para o desenvolvimento da pesquisa, analisam-se os discursos mobilizadores propagados na ANC de 1988, que refletem tanto estereótipos construídos e mantidos até hoje pelo universo jurídico, como aspirações que defendiam uma igualdade formal entre mulheres e homens. Em sequência, personagens da época como deputados, senadores e integrantes do "Lobby do Batom" - denominação dada às mulheres que fizeram pressão junto aos constituintes para que atendessem suas pautas no momento constituinte - serão entrevistados para compor uma base de dados (OLIVEIRA, 2015).

Tais dados serão obtidos principalmente pela metodologia de uma pesquisa qualitativa com técnicas de pesquisa empírica, tendo como primeira atividade uma análise bibliográfica da temática para inserção no contexto, uma segunda fase de análise dos anais da constituinte, sendo estes a fonte primária de informação para a pesquisa e, por fim, as entrevistas. Pretende-se com essa pesquisa, a partir do compilamento de depoimentos e registros legais, relatar a história da elaboração da Constituição Federal sobre o ponto de vista daquelas que lutaram para que específicas determinações não fossem excluídas do texto máximo legislativo, visando ressaltar não só a influência dessas mulheres em 1988, mas também fortalecer a solidificação desses direitos na sociedade.

PARTICIPANTES: THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARINA EVANGELISTA, RAFAELLA MOURÃO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

ARTIGO: 4881

TÍTULO: O EFEITO CHINA NAS RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES DOMINANTES E O ESTADO NAS ECONOMIAS DO SUL DE AMÉRICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A ascensão chinesa das últimas décadas não é uma novidade. Nesse sentido, América Latina não ficou fora do duplo polo conformado entre EUA e China na economia mundial de começo do século XXI. Várias pesquisas têm acompanhado o desenvolvimento das relações comerciais entre América Latina e a China, discutido o impacto das compras chinesas nos preços, a reprimarização da cesta exportadora e os efeitos dos investimentos chineses. Já é praticamente um consenso que a ampliação das relações econômicas e políticas entre a China e a região vêm se configurando a partir de uma totalidade do sistema internacional fortemente complexa, pois essa ampliação origina, ao mesmo tempo, oportunidades e ameaças para esses países.

Não obstante, de algum modo, a interpretação implícita ou explícita mais difundida é que a inserção internacional da região desenvolvida nos últimos anos foi passiva, sustentada somente nas vantagens comparativas estáticas de seus recursos naturais. Do lado de aqueles que destacam as potencialidades desta inserção, o Estado se apresenta como a antítese da racionalidade plena do mercado, o verdadeiro garante do bem comum. Do lado dos críticos, essa inserção internacional não foi capaz de gerar maiores encadeamentos, diversificar as cestas exportadoras ou, num plano mais geral, gerar um processo de crescimento moderno com mudança estrutural. Logo, a recomendação é uma participação estratégica do Estado na conformação de uma estratégia (neo) desenvolvimentista. Nesta linha de pensamento, o Estado mediante sua burocracia teria uma plena racionalidade e estaria por cima das classes sociais, suas relações e suas estruturas de dominação econômica.

Tendo em conta esta breve caracterização do debate, o presente documento procura discutir essa visão, argumentando que a essência da inserção internacional está fundamentada numa lógica ativa por parte do modelo de acumulação de cada país e de seus blocos no poder em plena interação com seus representantes na cena política e a luta pela distribuição de recursos estatais e por influenciar sob os diversos aparelhos do Estado. Logo, pretendemos analisar as novas relações de produção que se articulam entre a ascensão de China e a inserção internacional de América Latina, especificamente de Argentina, Brasil, Chile e Bolívia. Neste sentido, a seleção está justificada na ideia que os principais recursos naturais se encontram sob diferentes relações de propriedade: empresas estatais, firmas transnacionais ou burguesias internas.

Nesse marco, procuramos entender o impacto do "efeito China" sobre as estruturas econômicas da região e sob a interação entre as classes dominantes e as políticas dos Estados nacionais de começo de século XXI. Nesse último caso, a abordagem aproveita categorias desenvolvidas por Poulantzas (1977b; 1985) sob o caráter relacional do Estado, sua autonomia relativa e a capacidade de gerar influência sobre ele de parte dos setores dominantes e subalternos de acordo ao momento histórico.

PARTICIPANTES: SERGIO MARTIN PÁEZ, EDUARDO COSTA PINTO, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 4883

TÍTULO: DEFESA E GESTÃO ESTRATÉGICA INTERNACIONAL E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) é um curso com administração compartilhada entre diferentes unidades da UFRJ segundo previsto na Resolução 04/2008 do CONSUNI. O curso iniciado em 2010, tem como unidades responsáveis o Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID); o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC); e o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ (COPPEAD). Tais disposições buscam um modelo que concilie o processo ensino-aprendizagem integrado, multidisciplinar e coadunado às demandas sociais sem menosprezar o mercado de trabalho, com vistas à inserção dos egressos no mercado de trabalho. Tendo isso como base, após quase dez anos de criação do curso, esse trabalho tem a proposta de apresentar um primeiro mapeamento de possibilidades de inserção profissional dos alunos/egressos de DGEI.

Considerando as possibilidades de atuação profissional, a inserção no campo da gestão estratégica internacional ou mesmo nacional tem sido algo recorrente para os alunos, como estagiários ou jovens aprendizes, ou para os recém formados, como trainees ou funcionários efetivos. Assim buscamos nesse trabalho mapear e tentar analisar essa possibilidade de atuação por meio de questionários online (análise quantitativa) ou entrevistas estruturadas (análise qualitativa) a ser aplicado principalmente aos alunos/egressos. Outro foco de análise nesse ponto seria a contribuição das disciplinas do COPPEAD para a inserção e atuação nessa área de gestão estratégica.

Para além disso, o DGEI é o único curso de graduação no Brasil voltado para a temática de Defesa. As escolas militares de formação de oficiais



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
15ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

cujos cursos são reconhecidos pelo Ministério da Educação como graduação oferecem uma capacitação técnica que não equivale à formação acadêmica oferecida na universidade. O DGEI foi criado em um contexto de redemocratização do país e democratização do debate acerca dos temas relativos à defesa nacional e a segurança internacional que tem como marcos a elaboração de um conjunto de documentos normativos para o setor de defesa, a saber, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Talvez essa seja uma outra oportunidade e ao mesmo tempo uma dificuldade para inserção dos alunos no ambiente profissional correlacionado a áreas estratégicas nacionais, como instituições militares e empresas de defesa e segurança, pelo desconhecimento do curso. Considerando essa como outra oportunidade de atuação profissional, buscaremos mapear e tentar analisar essa possibilidade por meio de questionários online (análise quantitativa) ou entrevistas estruturadas (análise qualitativa) a ser aplicado aos alunos/egressos que já estejam atuando nessas, mas principalmente aos gestores das instituições militares e empresas de defesa e segurança.

PARTICIPANTES: DANIELE DIONISIO DA SILVA, HELENA ARAUJO PINHEIRO, ADRIANA MARQUES, BERNARDO SARMENTO PEREIRA, JEANINNE LOYOLA DOS SANTOS

ARTIGO: 4889

TÍTULO: **PRODUTIVIDADE, COLABORAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DE PESQUISADORES NAS ÁREAS DE BIOMEDICINA E SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO EM BASES DE DADOS INTERNACIONAIS: 2012 A 2017**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente estudo tem por principal objetivo investigar e analisar a produtividade, a representatividade e a colaboração científica de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nas áreas de Ciências Biomédicas e da Saúde, em bases de dados internacionais, à luz dos modelos bibliométricos e cientométricos de Derek Solla Price (1965) e Irina Marshakova (1981). O estudo insere-se no âmbito dos Estudos Métricos da Ciência, especificamente nos campos da Bibliometria e da Cientometria, e é vinculado ao Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Análise cientométrica da produtividade e popularidade de autores em domínios científicos, como abordagem teórico-metodológica para a organização do conhecimento, produzido por pesquisadores da UFRJ". Para tal, selecionaram-se as bases de dados a *Web of Science* (WoS) e *Science Direct* (SD) - dadas a qualidade, volume e expressividade do seu conteúdo - com o recorte temporal compreendido ao período entre 2012 e 2017. A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, é de natureza exploratória e se inicia a partir da coleta manual de dados com a utilização de estratégias de busca com termos simples e compostos adaptados aos metabuscadores de Afiliação (para a base SD) e de Organização Consolidada (para a base WoS). O propósito era obter um nível alto de revocação na busca e, assim, recuperar documentos nos quais a Instituição UFRJ encontra-se indexada de forma não padronizada. A segunda etapa consistiu na categorização dos indicadores obtidos em trabalhos de pesquisadores cuja autoria fosse, tanto em colaboração intrainstitucional, quanto interinstitucional, classificando-os por gêneros discursivos. Os dados foram organizados em planilha do *software Excel*, da *Microsoft*, para posterior uso em *softwares* bibliométricos (*VOSviewer* e *GEPHI*), responsáveis pelo mapeamento de padrões e descoberta de informações implícitas. Resultados preliminares apontam que os autores tendem a atuar em parceria com pesquisadores da mesma região, inclusive com pesquisadores de formações acadêmicas distintas, mas com interesses interdisciplinares comuns. Com relação às parcerias estrangeiras, a maioria é de pesquisadores de instituições norte-americanas; acredita-se que esse resultado possa estar relacionado ao fato de grande parte dos artigos, de autoria de pesquisadores brasileiros, estar redigida em língua inglesa. De modo igualmente relevante, vale citar que foram identificadas nove entradas diferentes registradas para descrição da Instituição UFRJ no campo Afiliação; acredita-se que, devido à falta de padronização no termo de indexação adotado, muitas publicações de pesquisadores da UFRJ não estejam sendo recuperadas; tal fato leva a considerar que a produtividade da Universidade Federal do Rio de Janeiro possa estar sendo subestimada, acarretando possíveis distorções em relatórios e estudos promovidos pelo Ministério da Educação do Brasil e em outros *rankings* de produtividade científica.

PARTICIPANTES: RAFAEL BARCELLOS GOMES, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS

ARTIGO: 4903

TÍTULO: **SEGURANÇA E AMEAÇAS NO ATLÂNTICO SUL SOB UMA PERSPECTIVA COOPERATIVA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Recentemente, o Atlântico Sul alcançou maior visibilidade e destaque internacionalmente. A recente descoberta de petróleo no oeste do oceano, em águas brasileiras, e a existência já confirmada de enormes reservas de petróleo no Golfo da Guiné atraí a atenção de atores extrarregionais. Tendo isso em consideração, surge a elaboração de um pensamento que vise garantir a segurança marítima em todo Atlântico Sul.

Neste cenário, o Brasil procura incentivar a cooperação em defesa com os países da costa da África, almejando projetar uma influência cada vez maior na região, visando criar um espaço de pensamento sul-atlântico. O país, ao longo dos últimos anos tem procurado expandir sua política externa para o Atlântico Sul, em uma vertente de cooperação com os países africanos, sobremaneira com os países de língua portuguesa da África, que receberam mais da metade da cooperação brasileira prestada no continente. Assim, o Brasil visa não apenas o aumento das transações comerciais, como também quer reforçar laços de cooperação e assistência na área de segurança marítima, criando no Atlântico Sul uma região onde as ameaças podem ser mapeadas e minimizadas por meio da cooperação. Apresentar essa cooperação será um dos focos desse trabalho.

Por sua vez, os países da costa ocidental africana também procuram mapear e/ou diminuir as ameaças presentes no Atlântico Sul e para isso optam pela cooperação regional e inter-regional, produzindo documentos como a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (EMIA 2050). A EMIA, estabelecida no âmbito da União Africana, visa estabelecer uma estratégia de segurança marítima comum para os oceanos que banham o continente africano. Outra discussão cooperativa e integradora com foco em problemáticas de segurança marítima é a Comissão do Golfo da Guiné, ambas iniciativas tem a intenção de procurar soluções africanas para os problemas africanos, mesmo que haja carência de recursos humanos e meios. Apresentar essas duas amplitudes de cooperação será outro foco desse trabalho.

Considerando esses dois focos, esse trabalho busca fazer uma análise comparada desses esforços de ambas as costas, visando estabelecer uma cooperação em segurança marítima útil aos países do leste e oeste do Atlântico Sul, mesmo que isso só ocorra em um longo prazo. A partir desses resultados podemos pontuar que, mesmo sendo uma alternativa ainda pouco estruturada e carente de recursos, a cooperação ainda é a melhor possibilidade para os países da bacia do Atlântico Sul estabelecerem uma segurança marítima regional.

PARTICIPANTES: DANIELE DIONISIO DA SILVA, ANDREWS DE OLIVEIRA SENA MELO

ARTIGO: 4945

TÍTULO: **AUTOGESTÃO EM COOPERATIVAS POPULARES. ESTUDO DE CASO DA REDE RECICLA VERDE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

A gestão é tarefa primordial para a que um empreendimento consiga manter-se no mercado. Em empreendimentos sociais, o ambiente de trabalho conta com pessoas de pouca instrução básica, o que torna o desafio da gestão ainda mais fundamental. Tais empreendimentos se fundamentam nos princípios da Economia Solidária (EC), e atuam segundo um modelo de autogestão (SINGER, 2003; GORZ, 1996; RODRIGUES, 2010).

A ITCP/COPPE, em parceria com o PGI/FACC, tem atuado na busca de caminhos para a conquista da sustentabilidade de empreendimentos sociais. Atualmente, desenvolve um trabalho voltado para a implantação de melhorias na Gestão da REDE Recicla Verde, um conjunto de seis cooperativas de catadores de Jardim Gramacho, um aterro sanitário desativado em junho de 2012.

O objetivo é elaborar e sistematizar um modelo de Gestão de Empreendimentos Sociais, o que se mostrou ainda mais relevante face às dificuldades identificadas de gestão dos empreendimentos desta natureza, sinalizadas pelos integrantes da REDE. A ideia é que este trabalho contribua para a consolidação e conquista da sustentabilidade de tais empreendimentos.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, necessária para dar suporte às propostas a serem desenvolvidas, o trabalho vem sendo desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa junto à REDE e a cada um dos seis empreendimentos que a compõem, a fim de estabelecer um panorama da situação atual do empreendimento e identificar as necessidades de atuação em cada um deles.

Ao longo do trabalho foram identificadas diferentes demandas e conflitos, o que fez com que fossem estabelecidos encontros semanais com cada empreendimento e com a REDE, de forma a ampliar as discussões dos temas mais críticos e definir tarefas e atividades a serem implementadas, com vistas à elaboração de propostas conjuntas de soluções para os conflitos.

Até o momento foi possível identificar uma forte demanda de introdução de um modelo de gestão efetivo, com ferramentas básicas de gestão e um regimento, de forma a garantir a existência de regras para a distribuição e o desenvolvimento do trabalho; e evitar a perda da transparência e a dificuldade de manter o controle do empreendimento.

Os conflitos surgem fundamentalmente dessa situação, ampliados pela dificuldade de lidar com as diferenças pessoais, gerando graves problemas para a estabilidade do empreendimento.

Os próximos passos do trabalho incluem a reestruturação do regimento da REDE, o mapeamento dos processos e a realização de estudos de posicionamento estratégico.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. SP-São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

RODRIGUES, O. *A Gestão do Trabalho no Capitalismo*, 2010.

SINGER, P. I. *Economia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. I. *Economia solidária*. *Estudos Avançados*, vol 22, n. 62, São Paulo, 2008.

PARTICIPANTES: JOSÉ ROBERTO MAFRA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, ROBERTO WESTENBERGER, GONÇALO GUIMARÃES, VIVIANE CARVALHO PARENTE, ESTHER SANTANA DA COSTA OLIVEIRA, SIDNEY CUNHA DE LIMA, VALERIA ALMEIDA DE LIMA

ARTIGO: **4950**

TÍTULO: **NOVA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS - REFORMA TRIBUTÁRIA E MODELO INSTITUCIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O tema do presente estudo é a reforma da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS. As contribuições no Brasil são encontradas nos art. 149 e 195 da Constituição de 1988. O PIS foi instituído pela LC 7/70 e financia a Seguridade Social. É tributo de competência da União e tem como sujeito passivo as pessoas jurídicas de direito privado. A legislação atual mostra-se complexa e incoerente, acarretando entrave à melhoria do ambiente de negócios no país. Genericamente, há dois regimes de incidência do PIS: o cumulativo e o não-cumulativo. No cumulativo, o PIS incide sobre o faturamento das sociedades à alíquota de 0,65%, conforme previsto na Lei 9.718/98, mas não permite a apropriação de créditos relativos a custos, despesas ou encargos. No não-cumulativo, criado pela Lei 10.637/02, o PIS incide sobre a totalidade da receita à alíquota de 1,65% e permite a apropriação de créditos referentes aos insumos das operações anteriores. Esses regimes diferenciados geraram vários problemas. O cumulativo, por incidir sobre a receita operacional das empresas, onera quase toda a cadeia produtiva. O não-cumulativo, embora permita crédito, incide sobre toda receita auferida e a complexa legislação prevê várias exceções. Tributos não-cumulativos constituem um regime onde o valor pago na operação anterior é apropriado como crédito na seguinte. No PIS, sem destaque na nota fiscal, a apropriação de crédito deve ser segregada por item, cabendo à empresa determinar o crédito a partir de dois critérios ainda em discussão no Judiciário: crédito físico e crédito financeiro. Ademais, há dissenso entre Fisco Federal e contribuintes quanto ao conceito de insumo para fins de crédito. O estudo tem como objeto a reforma do atual sistema de dois regimes do PIS para outro unicamente não-cumulativo, de crédito ampliado e simplificado. O problema é saber se a reforma do PIS em um único regime não-cumulativo contribui para a simplificação do tributo e a melhoria do ambiente de negócios. A hipótese prévia é que um sistema de PIS unicamente não-cumulativo, simplificado, de neutralidade econômica, com amplo creditamento e uniformidade para todos os setores da economia acarreta uma tributação mais simples e justa. O objetivo geral é analisar se a proposta de reforma do PIS contribui para simplificação deste tributo e melhoria do ambiente de negócios no país. Os objetivos específicos são avaliar se a adoção de um tributo sobre valor agregado, nos moldes europeus, com permissão ampla de créditos para todos os setores da economia, dito crédito financeiro, configura uma forma de tributação mais simples e mais justa do que a atual; analisar se a nova regra de creditamento promove sensível simplificação, neutralidade e racionalização da atual legislação do PIS; averiguar se as lacunas legais e os diversos regimes diferenciados têm gerado inúmeros litígios entre a Administração Tributária e os contribuintes, sem mencionar as dificuldades operacionais no controle desta contribuição.

PARTICIPANTES: CAIO COSTA RIBEIRO, EURICO MOREIRA DA SILVA JUNIOR, GUILHERME DE LARA PICININI, ELVIS SOARES CORREIA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: **4964**

TÍTULO: **A NOVAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: COMO SE APLICA O INSTITUTO DO DIREITO CIVIL NO DIREITO FALIMENTAR?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objeto a análise da aplicação do instituto clássico da novação derivado da novatio romana à recuperação judicial, através dos dispositivos constantes na Lei 11.101/05, conhecida popularmente como Lei de Falência. Devido à crise econômica que vêm se arrastando no país, o aumento do número de falências é tão alto que, de acordo com dados do IBGE, por dois anos seguidos, o Brasil mais fecha empresas do que abre. Tal fato acarreta problemas não somente para os empreendedores que atuam no mercado brasileiro, mas



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIOMASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTISTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

também para a coletividade em geral. Dentre as muitas consequências trazidas pelo fechamento de um empreendimento, são exemplos de grande impacto público a demissão em massa de trabalhadores e a redução na oferta de algum serviço que seja essencial para a sociedade. Sendo assim, a Lei 11.101/05, como forma de socorrer essas empresas que estão em processo de falência, mas que ainda têm chances de superar esse momento complicado e voltar a operar regularmente, traz como proposta o plano de recuperação judicial, reformulado e renomeado a fim de diferenciar-se da antiga concordata. Tal modalidade de plano, por sua vez, é a fonte da qual deriva o novo gênero empresarial da novação, que é o objeto a ser tratado por esta pesquisa. De natureza jurídica controversa a “novação” prevista na Lei 11.101/05 é entendida por alguns estudiosos como novação sui generis, pois não funciona exatamente como o instituto clássico. De acordo com o direito civil, a novação é a conversão de uma obrigação em outra, mediante a extinção do vínculo obrigatório, pela criação de outro, que absorve o primeiro (BEVILAQUA: 1956, p. 110). Derivadas desta definição, do conceito de novação, há várias características que não são observadas na “novação” da Lei de Falência. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é abordar novação do empresarial, com duplo enfoque: um, relativo à sua conceituação e caracterização em comparação com o direito civil clássico e outra, de cunho prático, a partir de sua utilidade para o direito falimentar. A metodologia aplicada parte do estudo teleológico das normas relativas à novação no direito civil e no falimentar, para, num segundo momento, partindo de decisões judiciais sobre o uso da novação no direito falimentar, demonstrar a utilidade do novo instituto a partir de suas consequências, especialmente as que distam da concepção tradicional da novação, tais como a reversibilidade da obrigação originária e a manutenção das garantias reais e fidejussórias da dívida originária. Ademais disso, como pontos de enorme relevância para a investigação a ser preparada, serão abordadas ainda: a forma como o plano de recuperação judicial origina a novação das dívidas; os casos em que é possível a execução de direitos do credor em oposição a terceiros.

PARTICIPANTES: DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS, JONAS ANTUNES, LEONARDO MARTINS CARAM

ARTIGO: 4973

TÍTULO: CRISE NUCLEAR NO EXTREMO ORIENTE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nos últimos anos, observa-se um crescente acirramento das relações entre a Coreia do Norte e os EUA, com efeitos sobre outros países da região do Extremo Oriente, como China, Coreia do Sul, Japão e, também, Rússia. Ao centro da crise está o desenvolvimento pela Coreia do Norte de arsenal atômico com efeitos dissuasórios importantes sobre toda a região. As guerras no Afeganistão (em 2001) e no Iraque (em 2003), a intervenção militar na Líbia (em 2011) e a Guerra na Síria (também em 2011) fortaleceram a percepção de Pyongyang de que apenas a posse de armas nucleares poderia evitar invasão de potência estrangeira. Em 2002, no contexto das guerras de Bush filho, Washington abandonou o acordo de 1994 com a Coreia do Norte, que buscava congelar o programa nuclear, de um lado, e normalizar as relações diplomáticas com a eliminação de sanções, de outro. Desde então, passou a fazer ameaças ao regime de Pyongyang. Diante da pressão, a Coreia do Norte acelerou o seu programa, logrou seu primeiro teste atômico em 2006 e outros quatro desde então.

Tal contexto, na península, acaba por envolver diretamente outros países: a Pequim, o aumento das tensões não interessa, uma vez que avalia haver riscos no estrangulamento e desestabilização do regime norte-coreano, assim como a nuclearização do vizinho; já Seul, vê com extrema preocupação o arsenal atômico de sua vizinha do Norte, mas defende a retomada do diálogo com Pyongyang; além de Rússia e Japão que também acompanham com preocupação os acontecimentos.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as diferentes racionalidades estratégicas presentes nos principais atores envolvidos: EUA, Coreia do Norte, Coreia do Sul e China. Assume como hipótese a ideia de que o programa nuclear e balístico de Pyongyang não é “uma moeda de troca” para retirada de sanções, constituem-se na verdade numa necessidade onde a renúncia ao seu armamento nuclear é percebido como suicídio, dada a violência dos EUA no mundo e as ameaças à Coreia do Norte.

Para tanto, este trabalho parte de uma perspectiva teórica realista, onde as disputas interestatais são assumidas como a principal força hierarquizadora e dinamizadora do sistema internacional. Associado a isto, empreende-se uma análise com base em raciocínio geográfico a partir da identificação dos antagonismos geoestratégicos entre as potências e os países envolvidos direta ou indiretamente na região (EUA, China, Rússia, Coreia do Norte, Coreia do Sul e Japão).

Ao final, espera-se identificar a complexidade das tensões e os impasses de difícil superação hoje presente na região, bem como analisar as estratégias aplicadas pelos principais atores desse conflito, desmistificando o discurso presente que circunda as grandes mídias quanto à falta de racionalidade presente nas atitudes realizadas pelo atual líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un.

PARTICIPANTES: LAURA DAYANE SOARES LIMA, MAURICIO METRI, RAFAEL DE ALMEIDA BESSA

ARTIGO: 5033

TÍTULO: PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS: UM DESAFIO CONTÍNUO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COPPE UFRJ, pioneira no Brasil, promove há mais de 20 anos estratégias que contribuem para a organização de grupos socialmente vulneráveis, visando o alcance de novas formas de geração de trabalho e renda, assim como a formação de cidadãos, por meio da lógica do cooperativismo popular. Seu objetivo consiste na Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e, por este motivo, há uma demanda por estratégias apropriadas e ações que atendam às necessidades das classes populares e ao mesmo tempo ao mercado nos quais estão inseridos. Este processo vem sendo implementado por intermédio do CERNE - Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, que objetiva aprimorar metodologicamente a gestão de novos empreendimentos.

A partir deste processo, o trabalho realizado há duas décadas ganha mais respaldo e notoriedade para além do âmbito do cooperativismo popular, podendo contribuir de forma mais incisiva com os EES, na medida em que padroniza processos, atividades internas e otimiza a metodologia e as ações da ITCP. Ressalta-se que mais uma vez o pioneirismo da ITCP COPPE UFRJ marca a história do cooperativismo popular, pois leva esta nova certificação também para a esfera dos EES, criando uma base de soluções facilitadoras, ampliando as atividades da incubadora e gerando, sistematicamente, empreendimentos inovadores.

O objetivo deste trabalho é investigar a continuidade dos empreendimentos incubados ao longo dos 22 anos de atuação da ITCP, considerando, tanto as dificuldades de continuidade do empreendimento propriamente dito (Negócio), quanto as dificuldades inerentes à manutenção de seu status de formalização (CNPJ).

O trabalho foi realizado a partir de uma busca documental e será complementado com pesquisa qualitativa, a fim de identificar a real situação de cada empreendimento.

Até o momento foram investigados 261 empreendimentos, dos quais apenas 28,35% permanece com CNPJ ativo. Os próximos passos permitirão verificar as atuais condições dos empreendimentos e fornecer elementos para melhorar o processo de incubação como um todo.

PARTICIPANTES: ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO MAFRA, GONÇALO GUIMARÃES, ROBERTO WESTENBERGER, JOÃO BRUM, YURI ALVES DA ROCHA, SÉRGIO LUIZ ARGOLLO, MARIA CECILIA CARVALHO CHAVES



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5096

TÍTULO: **TECNOLOGIAS GRIN: PANORAMA BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES ÉTICAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este texto visa apresentar alguns dos resultados do evento "Seminário de Tecnologias GRIN (Genética, Robótica, Inteligência Artificial e Nanotecnologia) e a pesquisa dual/sensível - Possibilidades ou Ficção?" que consistiu na realização de mesas redondas e grupos temáticos de discussão visando integrar visões e expertises, relacionando as visões tecnológicas, filosóficas e econômicas.

Para compreender a temática, é importante esclarecer que o acrônimo GRIN (genética; robótica; informação e nanotecnologia) consegue sintetizar foneticamente duas ideias agregadas à empiria dos avanços tecnológicos. A primeira diz respeito ao fantástico imaginário de mundos descritos por fábulas dos irmãos Grimm; a outra perspectiva se relaciona à busca pela conciliação entre desenvolvimento tecnológico e o meio ambiente, ideia encerrada no termo 'tecnologia verde' ou 'green technology'.

Realizar um fórum com indivíduos que se dedicam ao ensino, pesquisa e implementação dessas tecnologias, para o debate acadêmico com foco em questões éticas e implicações das mesmas para a soberania nacional, contribuiu para dar à sociedade o real dimensionamento entre realidade e ficção sobre a dualidade aperfeiçoamento/aprimoramento humano x indústria da guerra, além de oferecer substratos teóricos para tomadas de decisão quanto à governança das ditas tecnologias em e por nosso país. Nas três palestras realizadas no dia 11/06 (Genômica; Nanotecnologia; Robótica-Inteligência Artificial) e no dia 12/06 (Questões éticas do aprimoramento/aperfeiçoamento humanos; Questões legais das TecGRIN), a expertise dos expositores delineou o seguinte panorama e apontou para as seguintes considerações que serão trabalhadas pelo grupo posteriormente: 1) o Brasil é um dos protagonistas na pesquisa e desenvolvimento dessas tecnologias, tendo relevante papel no cenário internacional; 2) será preciso trabalhar no discernimento do que é legal e do que é moral. Por não existirem respostas prontas, a legislação vigente pode ser compreendida como "tentativa e erro" pelo decisor; 3) será necessário fomentar a comunicação aberta entre a tríplice hélice (academia; Estado; indústria) respeitando os processos éticos e que os custos e benefícios sejam distribuídos de forma equânime. Como ação imediata a esse ponto, o grupo decidiu criar uma página em mídia eletrônica para ampliar o acesso às informações e aos pesquisadores correlatos.

Referências

GARREAU, J. Radical evolution - the promise and peril of enhancing our minds, our bodies - and what it means to be human. New York: Broadway Books, 2005.

SOMMERVILLE M. Life Sciences or Death Sciences: Tipping the Balance towards Life with Ethics, Codes, and Laws. Disponível em: <http://www.ieb-eib.org/nl/pdf/etude-somerville.pdf> Acesso em: 15 ago 2015

PARTICIPANTES: SANDRA MARIA BECKER TAVARES, THAIS CRUZ, NICOLE MACHADO, GABRIEL GONÇALVES RIBEIRO, SARA PATRIOTA, THIAGO WILSON RODRIGUES DA COSTA

ARTIGO: 5121

TÍTULO: **A RESPONSABILIDADE CIVIL DE ATOS ILÍCITOS POTENCIALMENTE "PRATICADOS" POR INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Inteligência Artificial ou "AI" (*artificial intelligence*), principalmente se dotada de *machine learning*, é formada por algoritmos capazes de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades através da prática e descobrir novos fatos e teorias através da observação e experimentação. Com a evolução e aperfeiçoamento do *machine learning*, a AI poderá agir de forma independente e tomar decisões de modo autônomo.

Embora possam trazer eficiência e maior segurança à atividades tipicamente realizadas por humanos, as ferramentas de Inteligência Artificial também podem, eventualmente, gerar danos à indivíduos e à coletividade. Nesse sentido, surgem questionamentos sobre como responsabilizar os danos decorrentes de atos ilícitos "praticados" por Inteligências Artificiais no Brasil.

À luz dessa discussão, identifica-se como problema central a falta de jurisprudência e entendimento doutrinário, na esfera jurídica, acerca de como, quando e a quem responsabilizar pelos danos gerados e atos ilícitos "praticados" por Inteligência Artificial. Surge-se, então, três perguntas principais a serem debatidas: (i) A reparação pelos danos daria-se de acordo com uma responsabilidade subjetiva ou objetiva? (ii) Quais seriam os erros toleráveis e quais atos ilícitos deveriam ser punidos? (iii) A sanção deveria ser direcionada ao programador ou fabricante?

Na tentativa de responder esses dilemas serão abordados dois cenários diferentes, segundo a perspectiva da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro e adotando-se como responsável a empresa que comercializa ou fabrica a ferramenta de inteligência artificial e o seu programador. Na primeira situação, o fabricante/programador tem razoável conhecimento da possibilidade do fato jurídico danoso vir a ocorrer e assume o risco de sua ocorrência - trata-se, portanto, de uma conduta culposa. No segundo cenário, no entanto, há a imprevisibilidade, pelo fabricante/programador, do fato jurídico danoso vir a ocorrer, resultando na ausência de uma conduta culposa pelo mesmo. A imprevisibilidade, nesse caso, seria inerente à ferramenta de inteligência artificial, uma vez que, em constante aprendizado, pode performar ações que não foram inicialmente previstas pelo seu programador.

O presente trabalho tem como objetivo investigar em que medida deve-se ocorrer a responsabilização dos atos ilícitos "praticados" por Inteligências Artificiais no Brasil, sem tornar seu desenvolvimento desvantajoso ou demasiadamente arriscado. Ao passo que, também, é necessário resguardar minimamente o direito da pessoa natural, garantindo que uma máquina não possa ameaçar ou ferir o direito de outrem.

Além disso, utilizar-se-á como metodologia o critério hipotético-dedutivo, abrangendo também o modelo analítico de pesquisa. Levando-se em consideração os estudos bibliográficos de artigos já existentes sobre o assunto e casos concretos. O marco espacial centra-se no ordenamento jurídico institucional do Brasil.

PARTICIPANTES: BRUNA LUIZA BARBOSA CRUVINEL, LORENA COELHO ROBINSON, CARLOS AUGUSTO THOMAZ

ARTIGO: 5123



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

TÍTULO: POR UMA RELEITURA DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: NOTAS SOBRE OS CASOS FERMÍN RAMÍREZ VS GUATEMALA (2005) & DAMIÃO XIMENES LOPES VS BRASIL (2006), CORTE IDH

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho buscará apresentar novas interpretações e releituras das medidas de segurança a partir da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, notadamente, os casos Fermín Ramírez vs Guatemala (2005) e Damião Ximenes Lopes vs Brasil (2006). Para tanto, primeiramente, será feita breve exposição e análise crítica da disciplina e aplicação das medidas de segurança no direito penal brasileiro, inclusive os entendimentos jurisprudenciais predominantes no tema; na sequência, serão abordados os casos Fermín Ramírez e Damião Ximenes Lopes, destacando-se os entendimentos consolidados pela Corte Interamericana, para, ao final, levantar os principais pontos mercedores de adequação no tratamento jurídico-penal brasileiro dos portadores de sofrimento psíquico autores de infrações penais.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de trazer as contribuições e mandamentos do direito internacional dos direitos humanos para reorientar e equalizar o direito penal na proteção, reconhecimento e garantia de direitos aos mais vulneráveis e invisibilizados - no caso, a população que, em nome de "cura" e "tratamento", sofrem no silêncio ensurdecedor dos hospitais de custódia brasileiros ainda existentes, que em pouco ou nada se distinguem das prisões comuns - ao contrário, conseguem, muitas vezes, ser ainda piores.

PARTICIPANTES: ELOISA CANEDO DA SILVA, ANA CLARA OLIVEIRA MOTTA, ISABELA DA SILVA BEZERRA, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: **5134**

TÍTULO: O SILENCIAMENTO LGBT+ NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Graças a mudanças referentes ao acesso a direitos por grupos minoritários, estes têm conquistado maior destaque e representatividade contra discursos hegemônicos. A exemplo, a comunidade LGBT+, que foi o foco deste estudo, vem tendo direitos conquistados, tais como o direito ao nome social, a união estável entre pessoas do mesmo gênero e a leis que criminalizam a LGBTfobia em estabelecimentos, além disso o grupo vem ocupando mais lugares, inclusive no campo do trabalho. No entanto, apesar dos avanços conquistados por esse grupo, ainda há uma incidência de seu silenciamento dentro deste campo. Em vista disso, o presente estudo visa analisar o silêncio de LGBT+ nas organizações, buscando as razões que levaram a essa omissão através da discussão da relação do campo de trabalho atravessado pelas questões de gênero e sexualidade, visto que, como eixo intimamente ligado a sociedade, é amplamente afetado por ela e sua diversidade. Nesse sentido, este estudo tem como referencial teórico as pesquisas de que analisaram a vivência de gays e lésbicas em organizações e do sofrimento no ambiente organizacional. Como metodologia de pesquisa foi adotado entrevista semi-estruturada. A partir de um roteiro em 3 perguntas, elaboradas a partir dos estudos de Gomes e Araujo (2017) que abordam o silenciamento de minorias e o sofrimento no ambiente de trabalho. As questões tiveram como foco a relação entre os indivíduos, sua sexualidade e o ambiente de trabalho; as respostas foram enviadas por meio de correio eletrônico, em arquivos de áudio, com média de 7 minutos cada, obtendo um total de 15 respostas. Os resultados obtidos reafirmam os estudos anteriores em que apontam a insegurança de gays e lésbicas em assumirem sua sexualidade no ambiente organizacional, principalmente por medo de rejeição e até de demissão, consequentemente trazendo sofrimento a esses indivíduos por não terem assegurados a própria liberdade de expressão.

Referencia:

GOMES, R; ARAUJO, B. F. V. B. O self no armário: compreendendo o silêncio de gays e de lésbicas no ambiente de trabalho. **Anpad**, São Paulo, 2017.

PARTICIPANTES: ADRIANO CORRÊA DIAS, CAMILLA SANTOS, MARCOS ANTONIO FERNANDES SOUSA JUNIOR, MARINA FERREIRA, JOSÉ LUIS FELICIO DOS SANTOS DE CARVALHO

ARTIGO: **5218**

TÍTULO: FILTROS INVISÍVEIS E COMUNIDADES VISÍVEIS: A INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta relato de experiência, sob a perspectiva das discentes voluntárias, em atividade realizada no projeto de extensão universitária "A Competência em Informação na iniciação científica do Curso Integrado de Meio Ambiente" realizado em 2017. Contextualiza o cenário que consiste em um colégio público, na cidade do Rio de Janeiro, para alunos do primeiro ano do Ensino Médio e relaciona com a formação de futuras bibliotecárias que conjugaram práticas de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação. Descreve a atividade de apresentação de filtros invisíveis existentes na internet a partir da noção de vigilância de modo a promover a competência em informação no acesso e no uso de fontes de informações, partindo do entendimento de sua empregabilidade no contexto da iniciação científica. Indica os procedimentos metodológicos para a realização da atividade e para a sistematização deste trabalho a partir do método expositivo e interativo por meio de slides e questionamentos sobre o uso da internet e descritivo com abordagem qualitativa para o relato aqui apresentado. Aponta, como principal resultado para a comunidade "externa", o despertar do uso ético e crítico da informação, desde a identificação da necessidade de informação até o uso da informação na produção acadêmica e, para a comunidade "interna", a experiência da aplicabilidade dos ensinamentos adquiridos em sala de aula para além dos muros da comunidade acadêmica e os saberes disciplinares. Conclui que o tema era desconhecido pelo público e despertou o interesse diante do compartilhamento voluntário de exemplos dos estudantes e também que os filtros invisíveis, ao alterarem a relevância dos resultados de pesquisa para cada usuário, criam "bolhas informacionais" pode diminuir os atores que participam das ações de discursividade.

PARTICIPANTES: ANELI BELONI, ALEXANDRA BOTELHO CARDOSO DA SILVA, MARIANNA ZATTAR, NYSIA SÁ, ROBSON DA COSTA

ARTIGO: **5257**

TÍTULO: ALÉM DAS CRIPTOMOEDAS: A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O BLOCKCHAIN

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa, ainda em fase embrionária, tem por objeto a análise da blockchain e dos smart contracts, com a finalidade de entender as aplicações práticas dessas novas tecnologias na propriedade intelectual.

A blockchain configura uma rede peer-to-peer (ou seja, de usuário para usuário, sem passar por terceiros) que consiste em computadores



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

conhecidos como nodes, que rodam um software específico. Uma das aplicações mais famosas dessa tecnologia é o Bitcoin. Uma transação em Bitcoin possui vários estágios e começa com uma solicitação de transação na blockchain. Os nodes que formam a blockchain validam a transação através de determinados algoritmos de verificação de dados. Depois que a transação é validada, combina-se com todas as outras transações que já foram feitas por essa rede de nodes para criar um novo bloco de dados para a blockchain. Esse novo bloco de dados é, então, permanentemente adicionado à blockchain, e todos os dados dentro dele são imutáveis. A etapa de adição do novo bloco à blockchain é considerada a última etapa do processo e a transação é finalizada.

Além do uso para transação de criptomoedas, existem diversas formas de aplicação da tecnologia blockchain. Dentre esses possíveis usos existem os smart contracts, contratos que se autoexecutam. Esses contratos são escritos como algoritmos e dispensam a interferência de terceiros em uma negociação. Assim como as transações de criptomoedas, os smart contracts também passam pelo processo de verificação e validação de uma blockchain. A autoexecução desses contratos, assim como a transparência da blockchain, garantem uma forma livre de intermediários, o que pode reduzir consideravelmente o tempo de negociações, regulações e outros tipos de conflitos.

No que tange à propriedade intelectual, essas tecnologias mostram-se com potencial para redefinir o segmento dos direitos autorais. De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a blockchain pode ser usada para identificar a origem e autoria de uma obra, reforçar os direitos de licença de uso, controlar a distribuição e combater a pirataria, gerenciar os direitos digitais, integrar dados, realizar pagamentos em tempo real por meio dos smart contracts, entre outras utilidades. A criação de um canal direto permite que artistas remunerem-se sem depender da figura do middle man (intermediador).

A metodologia utilizada perfaz a análise crítica da bibliografia acerca do tema, de casos concretos e da jurisprudência que envolva problemas de direitos oriundos da propriedade intelectual que poderiam ser melhor equacionados pelo uso da blockchain. Buscar-se-á as fontes do material de pesquisa no Brasil e no direito comparado. Ao final, serão oferecidas propostas de utilização da blockchain no âmbito da propriedade intelectual à luz do direito brasileiro.

PARTICIPANTES: IZABELA DE MATOS BONIFÁCIO, LUCAS JOSÉ DE LIMA FRANK E SILVA, CARLOS AUGUSTO THOMAZ

ARTIGO: 5303

TÍTULO: INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO: O USO DE REDES SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O desenvolvimento tecnológico possui uma relação cada vez mais forte com a sociedade na qual estamos inseridos. A tecnologia provocou e continua a provocar alterações culturais, sociais e institucionais. Consequentemente, a área jurídica também sofre modificações em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias. Recentemente, tem-se observado um exemplo deste marcante impacto do uso de novas tecnologias na área jurídica: o uso de redes sociais para realização da comunicação processual por órgãos judiciais nacionais e estrangeiros. Tais ferramentas suscitam diversos questionamentos quanto a sua idoneidade e a sua validade legal e, visto que nem toda inovação necessariamente é boa, torna-se necessário avaliar se tal prática inovadora realmente é benéfica ou se este aparente avanço é, na verdade, um retrocesso.

Portanto, o presente trabalho visa determinar se o uso de redes sociais, especialmente o *Whatsapp*, na comunicação processual é uma prática benéfica ao funcionamento do Poder Judiciário, de modo a contribuir para o debate teórico e prático sobre a incorporação de inovações tecnológicas dentro das instituições. Para realizar esta tarefa, foi utilizado o método indutivo auxiliado pelo método comparativo e a Teoria Institucional formulada por Cass Sunstein e Adrian Vermeule foi utilizada como marco teórico. A metodologia utilizada foi a coleta e análise de relatos exemplificativos nacionais e estrangeiros em que tal prática foi utilizada e a posterior análise das principais características que tal inovação oferece, colhidas tanto a partir da análise dos casos encontrados, quanto do ponto de vista teórico.

Através das técnicas utilizadas foi possível levantar os seguintes aspectos sobre o uso de redes sociais na comunicação processual: ela pode contribuir para a celeridade processual e redução de custos por parte do Poder Judiciário; é uma possível ferramenta para o combate ao anonimato na Internet; torna possível a entrega de citações e intimações em situações em que os meios tradicionais não eram eficazes; não fere a privacidade das partes; e não fere a neutralidade da rede. Também é feita uma ressalva de que para tal prática inovadora ser viável é necessário que sejam estabelecidas orientações para se determinar os procedimentos a serem tomados em algumas questões, como as relativas a contagem de prazos processuais em intimações entregues via aplicativos de mensagens instantâneas ou quais medidas deverão ser adotadas caso as redes sociais falhem na entrega de algum documento, por exemplo. Tais diretrizes não precisam necessariamente vir de leis ou portarias, podendo também serem estabelecidas pelo magistrado no caso concreto ou através de costumes jurídicos. Chegou-se então ao resultado final de que, apesar de algumas possíveis ressalvas, esta prática inovadora é benéfica para a efetividade da Justiça e deve ser incentivada.

PARTICIPANTES: GUSTAVO PARMA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 5311

TÍTULO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENQUANTO FERRAMENTA DE INTEGRAÇÃO AOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA - UM DIÁLOGO ENTRE O NAJUP E O MST

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com o objetivo de incentivar o diálogo entre a Universidade e a Comunidade, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin tem consolidado a concepção de extensão universitária, articulando uma parceria ampla, coletiva e interdisciplinar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao desenvolver atividades e eventos com o propósito de sensibilizar o corpo discente quanto a questão do direito e a luta pela terra, conferindo maior visibilidade para as ações de luta - considerando a importância da temática para a formação acadêmica.

A partir disso, o NAJUP articulou a 5ª Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA). Nessa atuação, foram promovidas mesas na FND cujos temas foram "A Reforma Agrária em tempos de militarização", para dialogar com o decreto da intervenção federal do Rio de Janeiro, além das barbaridades da atual conjuntura como a morte de Marielle Franco e a violência no campo; e "Da lei do furto de lenha à luta pela reforma agrária: os despossuídos e o acesso à terra", um cine-debate do filme "O jovem Marx", relembrando os 200 anos de Marx e instigando, sobretudo, lugar de fala aos membros do MST e acadêmicos engajados com a luta. Outra atividade proposta foi a experiência da Oficina do Teatro do Oprimido, em parceria com o CTO.

Ainda como evento da JURA, um dia de atividades foi organizado no Espaço de comercialização Terra Crioula, feira realizada pelas cooperativas do MST. Neste dia houve uma roda de conversa sobre agroecologia, onde as(os) assentadas(os) puderam compartilhar um pouco dos desafios que é ser um produtor(a) rural. Logo depois ocorreu o lançamento do livro "Hasteemos a bandeira colorida", escrito pelo coletivo LGBT do MST e parceiros, em seguida, um samba em parceria com o DCE Mário Prata da UFRJ.

O grupo também participou do 20º Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio de Janeiro, ação do MST-RJ que pretende dar visibilidade à realidade vivenciada pelas crianças assentadas e acampadas. Neste evento, foi articulada uma dinâmica lúdica e pedagógica que dialogasse com a vivência das crianças e as integrasse à realidade comunitária e ao senso agroecológico que já acumulam. O núcleo também



15
21^a
OUT

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

acompanhou a audiência na ALERJ sobre educação no campo, atividade que finalizou o encontro. Além de participar de atividades propostas pelo movimento e levar o debate para universidade, o grupo promoveu duas visitas ao campo. A primeira ao Acampamento Marli Pereira da Silva, localizado em Paracambi. A segunda visita foi ao assentamento Terra Prometida, na qual um grupo de estudantes da UFRJ teve a oportunidade de acompanhar o dia de alguns moradores do assentamento. Depois, os estudantes foram convidados a conhecer a casa de sementes comunitária e alguns lotes.

Como consequência desse trabalho em conjunto, destaca-se um retorno positivo dos estudantes com maior engajamento ao tema, tendo em vista a grande adesão nos eventos, visitas aos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

PARTICIPANTES: JÉSSICA SOARES BORGES, ALONSO GOULART, LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, IANA GONÇALVES SOARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, MARIA CLARA COSTA DE PAULA LESTRO

ARTIGO: 5331

TÍTULO: DIVERSIDADE RACIAL E ADMINISTRAÇÃO: ANÁLISE DOCUMENTAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS PROMOVIDAS NO BANCO ITAÚ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A mudança de perfil das organizações tem aumentado as discussões em relação ao racismo e às oportunidades para os negros no mercado de trabalho brasileiro. O movimento de responsabilidade social das empresas, oriundo de uma pressão nacional e internacional, e os movimentos sociais negros têm acelerado esse processo e levantado discussões históricas, sociais, políticas e econômicas sobre o papel dos negros no mercado de trabalho. O Brasil é um país marcado pela herança da colonização e de seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Uma das consequências é a perpetuação da inferiorização dos negros (pretos e pardos), descendentes de africanos escravizados, que ainda sofrem com a disparidade de oportunidades, com o racismo social e que lutam pela conquista da igualdade.

Somente no final da década de 90, com a Lei 7.716/1989 e, depois, com a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - Seppir, que as discussões de estratégias para o aumento da representatividade negra nos espaços cresceram no Brasil, além da valorização da cultura e história africana e afrodiáspórica e da atenção aos direitos, saúde e educação da população negra. Essas discussões começaram nas organizações públicas e, aos poucos, tomaram espaço nas organizações privadas. As empresas não ficaram fora da discussão por muito tempo e iniciaram algumas medidas em resposta às cobranças da sociedade e do governo e/ou em função da disseminação de políticas e práticas de diversidade oriundas de suas matrizes localizadas em países estrangeiros.

Considerando as organizações privadas como importantes espaços para o combate da discriminação dos negros no mercado de trabalho, este estudo explora quais as estratégias de ações afirmativas estão sendo desenvolvidas atualmente nas empresas e questiona como elas têm sido aplicadas. Para a realização deste estudo, foi escolhido o banco Itaú, uma das empresas referências em promover diversidade racial através de ações afirmativas dentro da sua organização, reconhecida pelo Instituto Ethos e pelo Guia VOCE/SA. Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva, com o objetivo de analisar os relatórios anuais consolidados e relatórios integrados do banco Itaú para entender como e quais ações afirmativas raciais são desenvolvidas pela empresa. Quanto aos meios, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Serão utilizados materiais já elaborados, constituídos principalmente de artigos científicos, matérias jornalísticas, relatórios estatísticos e livros; além de uma pesquisa de documentos de domínio público (os relatórios disponibilizados pelo banco Itaú), que recorre a fontes mais diversificadas e dispersas do que a pesquisa bibliográfica.

PARTICIPANTES: MARIA BEATRIZ SANTOS SILVEIRA, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 5337

TÍTULO: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA CONSTITUINTE DE 87/88

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em 2018, a Constituição da República Federativa do Brasil completa 30 anos. Passadas essas três décadas é necessário resgatar o processo social, político e econômico que propiciou o reconhecimento de diversos direitos fundamentais e políticas públicas no texto constitucional.

O Brasil passava por um processo de democratização e a redação de uma nova constituição seria um marco para um novo equipamento jurídico-institucional. O início da abertura democrática provocou uma grande movimentação social, onde diversos movimentos sociais se articularam para pautar suas demandas.

A pauta da reforma agrária era um dos temas que o brasileiro elegeu como o que mais merecia importância na CF, ficando em terceiro lugar em uma pesquisa realizada pelo Ibope e pelo Jornal do Brasil. Por isso, este presente trabalho tem como objetivo analisar a incidência na constituinte dos movimentos populares que tem como a principal luta a reforma agrária.

A temática da Reforma Agrária foi debatida na Subcomissões de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária ligada a Comissão de Ordem Econômica. Os trabalhos desta Subcomissão compreenderam a realização de seminário com depoimentos de representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais. Esses seminários contaram com a participação de entidades representativas dos trabalhadores rurais e de defesa da reforma agrária, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a CPT e a Abra, representantes patronais, e de representantes de órgãos governamentais. Essa subcomissão também promoveu viagens de observação a regiões com focos de conflitos agrários.

A sociedade civil também procurou expressar suas reivindicações por meio da apresentação de emendas populares. Dentre elas, duas em defesa da reforma agrária propostas uma pela CNRA e Contag e outra apenas pelo MST, CPT e CUT, que totalizavam mais de 1,2 milhões de assinaturas. Segundo Adriano Pilatti (2008), nesta fase, foram realizadas oito audiências públicas, nas quais representantes de organizações da sociedade civil.

Dessa forma, nosso atual texto constitucional foi a síntese das relações de poder existentes na sociedade brasileira e presentes na ANC de 1987/88, período como analisado de intensa mobilização social e de insurgência de movimentos sociais.

Como metodologia utilizada temos uma pesquisa qualitativa sobre os debates da ANC, com uma revisão bibliográfica, sobre a temática buscando identificar as pesquisas já realizadas sobre a ANC e os movimentos sociais. Num segundo momento, será feita pesquisa sobre fontes escritas e orais. Com relação às fontes escritas, será feita pesquisa nos anais da ANC. Será feito ainda levantamento de documentos nos arquivos de entidades da sociedade civil e movimentos sociais sobre os debates preparatórios e nos espaços da ANC. Serão realizadas entrevistas com representantes de movimentos sociais, deputados e senadores que participaram dos debates na Constituinte.

PARTICIPANTES: THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, RAFAELLA MOURÃO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5338

TÍTULO: **REFUGIADOS AMBIENTAIS: A ÍNDIA E SEUS MILHÕES DE DESLOCADOS FORÇADOS PELAS CHUVAS DE MONÇÕES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

As migrações ambientais transfronteiriças ocorrem por conta do deslocamento forçado de grupos de pessoas dentro ou para fora de seu país em decorrência de eventos climáticos recorrentes ou incomuns e a degradação natural fortificada pela ação humana no ecossistema.

O reconhecimento e proteção legal dessa categoria é dificultado por conta da falta de crença de especialistas e organizações internacionais de que as mudanças climáticas seriam razões suficientes para gerar um movimento migratório nacional ou internacional, além das barreiras para legais para ampliar o status de refúgio a essas no pessoas no sistema internacional.

O objetivo do trabalho é mostrar que as alterações no clima causam impactos ambientais que forçam o movimento migratório de maneira direta por conta da destruição do local de vida das pessoas e que a solução para esses casos está na releitura das ações públicas e leis, além do replanejamento urbano, bem como a mitigação de mudanças climáticas e redução da poluição.

Para discutir o tema será apresentado o estudo de caso sobre as chuvas de monções, na Índia, que ocorrem anualmente entre julho e setembro, causando grandes prejuízos nas cidades e campos, forçando os moradores a se deslocarem para outras regiões, inclusive para países vizinhos. Essas chuvas vêm intensificando-se com o passar dos anos em decorrência da emissão de gases de efeito estufa pelos seres humanos e agropecuária intensiva em escala global que elevam a temperatura do solo, além de intensificar o derretimento das camadas de gelo das geleiras e montanhas, como no caso do Monte Everest. O sistema de aquecimento desenfreado na região indiana culmina em fortes tempestades que destroem casas, rodovias, sistemas de comunicação, plantações, indústrias, além de deixar centenas de mortos, forçando gastos extras do governo e do meio privado para reparações e reconstruções.

Em 2017, mais de 40 milhões de indianos foram obrigados a saírem de suas casas por conta das chuvas, muitos desses em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e sem condições de restabelecimento em suas residências por conta da destruição e não reparação por parte do Estado.

PARTICIPANTES: VICTOR CABRAL RIBEIRO, NATALIA CINTRA

ARTIGO: 5360

TÍTULO: **PERSPECTIVAS ÉTICAS NA TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O trabalho aborda as diferentes perspectivas éticas que podem auxiliar os administradores quando esses são confrontados com dilemas ou situações onde não consigam determinar claramente qual seria a decisão ética. O objetivo do trabalho é determinar quais são os critérios éticos para tomada de decisão gerencial. Tais resultados são obtidos a partir de uma pesquisa bibliográfica, que foi a metodologia adotada.

Ao longo da carreira de um gestor, esse pode ser confrontado com situações nas quais dois ou mais valores que lhe são caros entram em choque, e qualquer opção que se apresente acabe por ferir algum de seus princípios. Além de lançar dúvidas sobre qual é o melhor curso de ação, a escolha, que eventualmente terá de ser feita, pesará sobre a consciência do indivíduo que tomou a decisão, uma vez que todo agente consciente é responsável moralmente pelos seus atos. Além dos impactos sobre a consciência do administrador, as decisões gerenciais têm grande impacto sobre a vida de outras pessoas, que serão direta ou indiretamente afetados pelos rumos das organizações. Tais decisões podem gerar consequências para milhares de indivíduos e famílias, no caso de grandes organizações, o que evidencia a importância de processo de tomada de decisão que seja ético e responsável.

Os critérios ético para tomada de decisão são instrumentos úteis para evidenciar os dilemas e ambiguidades para os agentes, evitando que esses sejam levados pelas circunstâncias a se comportarem de forma que, caso tivessem afastamento e a clareza mental, considerariam antiéticos ou imorais. Ao tornarem claras os valores que estão em jogo, eles ajudar o gestor a exprimir ou refletir com clareza sobre questões que muitas vezes são percebidos apenas de forma intuitiva ou emocional.

PARTICIPANTES: LEO MENDONÇA WARSZAWSKI, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 5367

TÍTULO: **COMUNIDADE QUE SUPORTA AGRICULTURA (CSA): UM MODELO DE NEGÓCIO DE AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA DE BASE AGROECOLÓGICA E SEU PAPEL NA TRANSIÇÃO RUMO À UMA ECONOMIA CIRCULAR**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente estudo explora modelos de negócio de Comunidade que Suporta a Agricultura (CSA) que pratiquem agricultura orgânica com base agroecológica, e busca identificar convergências e alinhamentos com o conceito e as práticas da economia circular. O modelo de CSA consiste em uma parceria entre produtor(es) e um grupo de consumidores, onde riscos, responsabilidades e benefícios da atividade agrícola são compartilhados através de acordos de longo-prazo. Tal modelo é aplicado principalmente na agricultura familiar e se insere nas cadeias de alimento regionais, buscando o provimento de alimentos orgânicos produzidos de forma ecológica. Diversas pesquisas científicas apontam os malefícios da ordem econômica global vigente. As crescentes alterações climáticas e degradações ambientais evidenciadas expõem a necessidade de estudos e adoção de modelos de atividade econômica alternativos. A atividade agrícola, dentre as atividades econômicas, é a que mais se inter-relaciona com o uso de recursos naturais e doravante é responsável por grande parte da poluição ambiental através do uso ineficiente de recursos e práticas que visam a maximização de valores unicamente monetários. A economia circular é um conceito que se baseia no princípio da eficiência de recursos através do planejamento de produtos e serviços que sejam circulares em suas cadeias de valor. Isso ocorre através de práticas que mimetizam os ciclos naturais, minimizam impactos ambientais e aumentam valores econômicos e sociais de cadeias de valor. Entende-se, então, que a economia circular visa a eco-eficiência necessária para atividade agrícola e a eco-eficácia para regeneração dos sistemas e ciclos naturais do globo terrestre. Sob essa perspectiva, este estudo tem por objetivo analisar as características do modelo de negócio de CSA que não só beneficiem, como também fomentem ações concretas na transição para uma economia circular. A abordagem exploratória e qualitativa desta pesquisa se deu com a construção de um referencial teórico acerca da Agricultura Orgânica, Agricultura Familiar, Agroecologia, CSA e Economia Circular. A pesquisa é embasada por um estudo multicase, orientado por pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas realizadas com produtores e consumidores de diferentes modelos de CSA, que, aliadas ao referencial teórico, definem indicadores chave para uma análise exploratória e observação de campo. Dentre os resultados preliminares foram identificadas práticas de otimização dos recursos naturais, bem como o equilíbrio das relações de consumo, que juntos fortalecem a sustentabilidade no setor primário e integram os benefícios de uma perspectiva econômica circular para sociedade.

PARTICIPANTES: ALLAN BAPTISTA ALBINO LARA DE LIMA, CAMILA AVOSANI ZAGO



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40^a JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15^o CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10^a JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5^a JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5382

TÍTULO: **DE MULHERES A MULAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS NO JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Trata-se de pesquisa que pretende traçar um perfil das mulheres que figuraram na condição de réis em processos judiciais criminais que tramitaram nos últimos 12 (doze) anos na Justiça Federal do Rio de Janeiro sob à acusação do cometimento do delito de tráfico internacional de drogas. Num primeiro momento a pesquisa identifica objetivamente quem são essas mulheres, a partir da verificação de dados como país de origem, idade, situação econômica, grau de escolaridade, existência de filhos e estado civil. Longe de buscar a padronização de tais mulheres, a pesquisa visa justamente capturar a pluralidade de contextos e experiência vivenciadas por cada uma delas. Para tanto, a pesquisa rejeita a existência de uma categoria genérica de mulher, universal e homogênea, para adotar uma perspectiva interseccional que leva em consideração a forma entrecruzada que diversos eixos de injustiça, como gênero, raça e classe, operam nos processos de subalternização que agem contra as mulheres. Em momento posterior, a pesquisa pretende investigar os auto-discursos que essas mulheres produzem sobre si próprias durante o curso dos processos judiciais criminais analisados. Nesse sentido, nos apropriamos da categoria de self narrativo (BENHABIB, 1999), a qual propõe que, embora as identidades sejam fruto da multiplicidade de histórias e relações humanas que acompanham os indivíduos ao longo de suas vidas, sendo determinantes para a sua construção social, abrangem, ainda, a capacidade que os sujeitos, no âmbito de suas respectivas individualidades, têm de atribuir significados às suas vivências. Para materializar os objetivos da pesquisa, inicialmente, foi buscado, por meio da utilização das palavras chaves “tráfico” e “drogas” na ferramenta de pesquisa do site do TRF2 (<http://www10.trf2.jus.br/consultas>), sentenças judiciais proferidas nos últimos 12 (doze) anos pelos Juízos das 10 (dez) Varas Federais Criminais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Posteriormente, foram separados somente os processos de acusadas mulheres, verificando-se, pela leitura das denúncias e demais peças judiciais, os dados objetivos relacionados ao perfil de cada uma delas. Após esta compilação documental e levantamento de dados discursivos extraídos dos textos das peças, analisamos os discursos dos interrogatórios judiciais, proferidos pelos agentes do judiciário quando essas mulheres são levadas à presença de um juiz para contarem as razões que motivaram a prática dos crimes. Observamos, assim, como essas mulheres são percebidas e construídas discursivamente dentro do processo criminal pelo sistema de justiça, e, por conseguinte, identificamos que tipos de atributos e fatores são destacados por estes na construção da figura da mulher enquanto mula ou enquanto sujeito.

PARTICIPANTES: CAROLINE SCANCI DA SILVA, GISELE SOARES DE OLIVEIRA FARIA, JANAINA BENTO SILVA, MARIA EDUARDA COELHO, ANA CLARA MILITÃO, YASMIN DE MELO SILVA, CECILIA LOIS, ISADORA DE OLIVEIRA SILVA, CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO

ARTIGO: 5385

TÍTULO: **MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Monitoramos a política pública sobre o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, investigando a sua efetividade a partir da análise dos Relatórios Nacionais e Internacionais de países da América Latina. Partimos da seguinte premissa: mulheres necessitam sair do domínio do tráfico, mas também precisam ser reinseridas em ambientes propícios ao seu desenvolvimento humano. A premissa é a mesma da Campanha Coração Azul, do Ministério da Justiça: “Para que o sonho não vire armadilha. Liberdade não se compra. Dignidade não se vende” (BRASIL, 2015c, p. 1). A nossa análise abrange os mecanismos repressivos, mas também preventivos, como o acesso à informação e oportunidades dignas de trabalho.

O Decreto 5.948/06, sobre a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, trata das políticas públicas brasileiras, monitoradas no Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, do ano de 2015. O nosso projeto envolve o último relatório brasileiro em comparação com os dados dos demais países latino-americanos, traçando um panorama regional.

A investigação se justifica pela escassez de sistematização regional dos dados do tráfico de mulheres, bem como pela necessidade desse mapeamento para normatizar políticas públicas efetivas.

A análise comparativa se fundamenta na ideia de aproximação marginal de Zaffaroni, em seu caminho pela criminologia: entender as especificidades latino-americanas para se pensar em políticas adequadas. Delimita-se a matriz teórica no pragmatismo de Rorty em seu diálogo com Derrida, adensando-se nas particularidades latinas realistas de Zaffaroni.

O estudo abrange o Brasil e os cinco países relacionados ao informe Víctimas de Trata em América Latina, entre la desprotección y la indiferencia, produzido pela organização Women’s Link Worldwide, quais sejam, Colômbia, Equador, México, Paraguai e Peru. A metodologia consiste na análise dos dados fornecidos pelo informe, dos Relatórios Nacionais dos países e de informações globais do relatório do Departamento de Estado Norte-Americano. Confrontamos essas informações com os dados brasileiros. Identificamos, assim, os pontos de contato entre a política pública brasileira de combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e outras políticas latino-americanas, desenvolvendo um foco pragmático interamericano sobre o tema.

Verifica-se a existência de normas regulamentando o tema, mas falta o monitoramento complexo das rotas de tráfico e apoio às vítimas, demonstrando que a atuação autônoma do Direito não basta. Assim, recomendamos a realização de pesquisas qualitativas, para complementar as pesquisas quantitativas, pois o tráfico tem uma realidade subnotificada e os dados são ainda genéricos.

PARTICIPANTES: IGOR AMARAL DA COSTA, IGOR PEREIRA, AMANDA IZABELLE BRAGA GUIMARÃES, GABRIELA KILSON FERREIRA, FABIANO SOARES GOMES

ARTIGO: 5415

TÍTULO: **SATISFAÇÃO NO TRABALHO ENTRE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS E CONCURSADOS EM UMA GRANDE EMPRESA PÚBLICA NACIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Esta pesquisa retrata resultados de uma monografia de final de curso de Administração que teve por objetivo identificar e evidenciar diferenças com relação à satisfação no trabalho entre trabalhadores terceirizados e concursados de uma unidade no Rio de Janeiro de uma grande empresa pública nacional. Foi realizada uma pesquisa quantitativa a partir do emprego da técnica de levantamento de dados ou survey com dois grupos de trabalhadores desta unidade, sendo 22 concursados e 36 terceirizados. O instrumento, aplicado pessoalmente, denominado Escala de Satisfação no Trabalho, construído e validado por Siqueira (2008, p. 272), inclui cinco dimensões de satisfação no



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

trabalho, a saber: salário, colegas de trabalho, chefia, promoções e natureza do trabalho, a ser respondido em uma escala Likert de sete pontos. Os dados foram analisados por intermédio do *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* para o cálculo das estatísticas descritivas, assim como para a correlação de Pearson de cada um dos fatores e algumas variáveis demográficas significativas entre terceirizados e concursados. Os resultados apontaram para uma média geral de satisfação dos trabalhadores da unidade para 4,07 (entre indiferente e satisfeito), sendo que os concursados apresentaram uma média de satisfação igual a 4,23 (na mesma faixa), enquanto os terceirizados ficaram com nível de satisfação na faixa entre insatisfeito e indiferente, com média 3,98. O fator de maior insatisfação para ambos os grupos foi relacionado às promoções, onde a média geral ficou em 2,56, na faixa entre muito insatisfeito e insatisfeito. O fator de maior variação entre os grupos foi salário, onde a média das respostas dos terceirizados se situaram entre muito insatisfeito e insatisfeito (média 2,62), enquanto concursados estão entre indiferente e satisfeito (média 4,47). Buscou-se ainda através deste estudo entender em que fatores a terceirização interfere significativamente na satisfação dos trabalhadores. Foi verificada correlação positiva significativa entre o contrato de trabalho e o salário, indicando nisto estarem os terceirizados mais insatisfeitos. Por outro lado, identificou-se correlação negativa entre o contrato de trabalho e a satisfação com a chefia, indicando maior satisfação dos terceirizados com a chefia. O outro fator com correlação negativa foi com relação aos colegas de trabalho, indicando cooperação e relacionamento maior entre os membros da empresa terceirizada, mesmo com diferenças hierárquicas. As insatisfações dos terceirizados se deram justamente nas dimensões ligadas à remuneração, carreira e natureza do trabalho, em sintonia com a própria proposta da terceirização, de cortar custos e delegar aos terceirizados as atividades mais operacionais. Conclui-se então que a terceirização traz consequências negativas e demonstra ineficiência das políticas de gestão de pessoas sobre os terceirizados, sendo quase sempre nesta organização voltadas exclusivamente aos concursados.

PARTICIPANTES: RAFAEL DIAS AGOSTINO, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

ARTIGO: 5425

TÍTULO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, REPUTAÇÃO JUDICIAL E A CONSTRUÇÃO DA DECISÃO: O PAPEL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO CASO DO AMIANTO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa pretende compreender a efetiva utilização dos argumentos apresentados pelos participantes das audiências públicas (APs) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o sentido desse instituto em seu processo decisório. No exercício do controle de constitucionalidade, o STF deve decidir questões controversas, envolvendo temas, por vezes, alheios à formação jurídica. As leis nºs 9.868/99 e 9.882/99 preveem a realização de APs pelo STF, permitindo a oitiva de especialistas.

Com base na teoria da Judicial Reputation, desenvolvida por Nuno Garoupa e Tom Ginsburg, verifica-se o papel das APs no processo decisório do STF. No exercício da jurisdição constitucional, os decisores sempre procuram, em alguma medida, aumentar a aceitabilidade de seus provimentos pela opinião pública, ocorrendo em face desta a modulação de suas decisões. A legitimidade dos decisores será maior, assim como sua capacidade de gerar adesão social, quanto maior for o estoque de avaliações positivas pela opinião pública em relação à sociedade. A credibilidade social do Judiciário tende a possuir, portanto, importante papel no processo decisório das cortes constitucionais.

O controle de constitucionalidade exercido reconfigura o âmbito normativo dos direitos fundamentais, possuindo, em tese, importante função contramajoritária ao assegurar a proteção de direitos em face de maiorias conjunturais. Logo, a ideia de que as cortes constitucionais adaptam suas decisões conforme a opinião pública demanda uma análise mais detida. Investiga-se, especialmente, o papel que as APs exercem na construção de uma reputação judicial pelo STF. Como hipótese, aventa-se o uso das APs, pelos Ministros, como instrumento de legitimidade e aceitabilidade de seus entendimentos.

Para fins de análise, adota-se como recorte material o julgamento da proibição do uso de materiais e artefatos que utilizem amianto ou asbesto em sua composição. Esse tema, referente às ADIs 3937, 3406 e 3470, foi objeto de audiência pública, realizada em 2012.

A pesquisa pretende verificar se e em que medida a audiência pública impactou na formação do entendimento do STF, e seu papel na construção da reputação judicial do Tribunal, na questão sob julgamento.

Metodologicamente, a pesquisa qualitativa vale-se da análise bibliográfica de fontes doutrinárias, doutrinárias, documentais, legislativas e jurisprudenciais, com destaque para os registros da audiência pública selecionada, analisando-se a atuação dos expositores e dos Ministros do STF e seu papel no processo decisório da Corte.

Em conclusão preliminar, afere-se que, a despeito de sua função informativa, a audiência pública desempenhou um papel simbólico, cuja repercussão legitimadora incrementa a credibilidade da Corte para decidir. Assim, identifica-se indícios de uso estratégico das audiências para fins de reforço da reputação judicial do STF, mesmo em casos envolvendo controvérsias altamente especializadas.

PARTICIPANTES: BRUNA MIRANDA DE CARVALHO, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: 5429

TÍTULO: A FLEXIBILIDADE E A CORROSÃO DO CARÁTER: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA JORNADA INTERMITENTE DE TRABALHO À EXISTÊNCIA DIGNA DOS TRABALHADORES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa analisa o contrato de trabalho intermitente, introduzido nos arts. 443, §3º, e 452-A da CLT pela Lei 13.467/2017, na linha de flexibilização das relações laborais em prol do aumento da competitividade das empresas e solução da crise econômica - mote justificador da "Reforma Trabalhista". Perquire-se quanto aos danos aos projetos de vida, à convivência social e consequentes violações à dignidade da pessoa humana e ao direito ao trabalho digno a que podem ser expostos os trabalhadores em contratos intermitentes sem a garantia de uma rotina mínima de trabalho, abandonados à imprevisibilidade. A prestação de serviços pelo empregado depende da convocação do empregador, que o chama ao trabalho de acordo com as demandas da atividade econômica, sendo que o tempo de inatividade não é considerado tempo à disposição. Os contratos intermitentes tornam mais fluida a relação de emprego ao submeter os trabalhadores às necessidades imediatas da empresa, o que se soma à retirada de direitos sociais para a redução do custo do trabalho. No Reino Unido, a proliferação do chamado *zero-hour contract* provocou um intenso debate sobre os efeitos da flexibilidade sobre os trabalhadores (MAEDA, 2017). A concepção de austeridade, enquanto forma assumida pelo neoliberalismo com a crise econômica de 2008, segundo Antonio Casimiro Ferreira, subverte o princípio democrático e estabelece o direito de exceção, que se afasta das noções de previsibilidade, segurança e confiança para ancorar-se na flexibilidade (FERREIRA, 2016). Um dos elementos próprios do modelo de austeridade, como concebido por Ferreira, consiste na responsabilização dos cidadãos pelo fracasso do mercado, impondo-se, pois, a redução de garantias sociais, mormente a flexibilização do direito do trabalho (FERREIRA, 2016). David Harvey aponta ser a flexibilização dos processos e do mercado de trabalho uma das principais características da transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 2008). Para Richard Sennett, procura-se destruir os males da rotina por meio de práticas institucionais de flexibilidade as quais, contudo, "concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas" (SENNETT, 2012, pág. 51). Partindo da definição de caráter pessoal de Sennett, para quem o caráter é, em suma, o conjunto de "traços pessoais que damos valor em nós mesmos, e pelas quais buscamos que os outros nos valorizem" (SENNETT, 2012, pág. 51), pergunta-se: a proposta de flexibilização contida no contrato de trabalho intermitente pode ser compreendida no contexto das políticas de austeridade? De que forma esta flexibilidade atinge os trabalhadores em jornadas intermitentes? As incertezas geradas pela submissão de trabalhadores a contratos intermitentes afetam o seu caráter pessoal? O estudo se beneficia da abordagem interdisciplinar, a partir de estudos dos campos do direito e da sociologia. Realizou-se revisão bibliográfica, análise de documentos legislativos e do direito comparado.

PARTICIPANTES: NATHALIA MARBLY MIRANDA SANTOS, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, THIAGO PATRÍCIO GONDIM



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5433

TÍTULO: **PSICOLOGIA DAS MASSAS: UMA ANÁLISE DA BASE DO PENSAMENTO FASCISTA PRESENTE NAS ORGANIZAÇÕES AUTORITÁRIAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

I. Resumo

O trabalho busca analisar as características da Psicologia de Massas do Fascismo através de uma análise sócio-política, pautada na obra de Wilhelm Reich, acerca da erupção desse fenômeno necrófilo e opressivo na sociedade moderna, racionalizada e tecnocrática, mas incapaz de vivenciar positivamente o humanismo e o esclarecimento social.

II. Apresentação

O fascismo apresenta uma virulenta expressão de ressentimento contra a existência, pois o ódio é sua energia motivadora. O fascista necessita da criação fabulosa do inimigo para cancelar sua forma política de exclusão, promovendo ódio como força agregadora de corpos psicopatas. O dispositivo fascista faz da ignorância sua virtude e, tanto pior, não poupa esforços em impor essa ignorância sobre toda estrutura social. Além de temer o poder emancipador do conhecimento e não hesitar em atacar pessoas que pensem sem os entraves normativos da ordem patriarcal.

Ao trazer esse conceito para o contexto brasileiro, trabalharemos com exemplos dos movimentos obscurantistas como Escola sem Partido e Movimento Brasil Livre que, apesar de todo discurso contrário, se associam a dispositivos fascistas ao contribuir para o ódio político contra ações sociais emancipatórias, para o vazio ideológico que concedem espaço para lideranças autoritárias prosperarem através do ressentimento, medo e da incerteza.

III. Objetivos

Analisar de que modo organizações fascistas se manifestam na sociedade brasileira e apresentam suas pautas reacionárias e irracionais, inclusive mediante a criminalização da política emancipatória da esquerda, toda ela imputada como "comunista".

IV. Metodologia

A fundamentação teórico-metodológica do trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

PARTICIPANTES: MARIANA SOARES DE AZEVEDO, JOAO FELIPE WERNECK RUÓTOLO MIGUEL, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 5434

TÍTULO: **BIBLIOTERAPIA: O PODER DOS LIVROS EM CRIANÇAS ATENDIDAS NO ESPAÇO CAPSI CARIM**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A literatura tem evidenciado a importância da Biblioterapia como ferramenta para apoiar os tratamentos médicos realizados em diferentes áreas. É uma técnica auxiliar à psicoterapia, que utiliza a leitura e atividades lúdicas como mecanismos coadjuvantes no tratamento clínico de pessoas acometidas por determinada doença física ou problemas mentais. Nesse contexto, surgiu o projeto Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço CAPSI CARIM, uma parceria entre o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) e o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB). Esse projeto envolve profissionais das áreas de Psicologia, Psiquiatria, Assistência Social, Psicopedagogia e Biblioteconomia. O objetivo é contribuir para a promoção do bem-estar social e integração dos pacientes que frequentam as instalações do CAPSI CARIM, proporcionando atividades que possam estimular o desenvolvimento das capacidades cognitivas desses indivíduos e entreter os momentos de espera por atendimento. Para isso, utiliza-se recursos pedagógicos oriundos da Biblioteconomia, Letras e Artes e, nesse sentido, o projeto vem elaborando atividades com a finalidade de fomentar a comunicação e partilha dos sentimentos e emoções, bem como apoiar o tratamento psicoterapêutico, colaborando para o desenvolvimento do intelecto e aprendizado dos pacientes. O presente trabalho expõe um estudo de caso sobre a aplicação da Biblioterapia no Espaço CAPSI CARIM, que é direcionado para um público infanto-juvenil. Entretanto, o estudo aqui proposto está voltado para as crianças atendidas nesse espaço. Na maioria dos casos, são crianças que foram diagnosticadas com: autismo, transtornos mentais e/ou vítimas de violência social. Com o desenvolvimento do projeto, foi possível identificar a necessidade de reformular o pequeno acervo bibliográfico existente, sendo adquiridas novas obras infanto-juvenis. A equipe que desenvolve as atividades é multidisciplinar, composta por 6 profissionais, 2 estagiários e mais de 20 voluntários. O projeto possibilitou, até o momento, a realização de mais de 320 atividades de mediações de leitura, um evento do Coletivo (processo terapêutico desenvolvido em espaços abertos) e diversas oficinas. É um trabalho pioneiro dentro dos espaços CAPSIs e de acordo com os relatórios apresentados, profissionais e pacientes já contam com o suporte dos alunos de biblioteconomia para a realização de atividades nos dias de atendimento e os resultados preliminares apontam uma melhoria considerável na interação e participação nas atividades sugeridas.

PARTICIPANTES: ADÍLIA BATISTA DE ARAUJO, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, DELANA OLIVEIRA, DANIELLE MENEZES DE CARVALHO GOMES, ISABELLA OLIVEIRA DE FRANCA, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS, ISABELLA CRISTINA FREITAS SOUZA, BIANCA DE LÁIA VICENTINI, VERA LUCIA GONÇALVES BRETAS BRETAS

ARTIGO: 5441

TÍTULO: **TRANSGÊNEROS NO ESPORTE: AMPARO PELO DIREITO DESPORTIVO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa, ainda em fase preliminar, visa expor as dificuldades enfrentadas por diversas áreas do conhecimento, principalmente no que tange ao Direito Desportivo, referente à inclusão de pessoas transgêneros em competições esportivas.

Baseado em estudos bibliográficos do tipo levantamentos documentais exploratórios, acreditando que há máxima importância em destacar a visibilidade não marginal e criminal do atleta transgênero e salientando o esporte como uma modalidade essencial enquanto meio de inclusão social, representatividade e visibilidade, devemos considerar que o momento do estabelecimento de regras e condições para a inclusão dos transgêneros pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) foi tardio tendo acontecido somente em 2003, uma vez que sempre houve a divisão binária dos sexos no esporte devido as diferenças biológicas-fisiológicas existentes entre eles e possíveis benefícios que podem haver de um em relação ao outro. Em 2015, no entanto, a entidade promoveu alterações dessas regras permitindo a modernização e atualização do esporte para de acordo com as conquistas sociais.

Já o Brasil, que parecia não ser atingindo pelo assunto "Transgêneros no Esporte", tornou-se o protagonista da iniciação dos estudos e debates



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

sobre o tema tanto na Sociologia, como na Biologia e no Direito. Isso porque o que trouxe de volta a discussão foi uma atleta transgênero brasileira (Tiffany Abreu) que tivera a sua atuação iniciada em uma equipe de vôlei na Itália no início de 2017. Recentemente, retornou ao Brasil contratada por uma equipe brasileira e sua atuação durante a Superliga Feminina de Vôlei dividiu opiniões nas mais diversas áreas.

Dessa forma, tendo como apoio a Constituição Brasileira da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei Pelé e os Direitos Humanos, é necessário considerar que o atleta deve ser abraçado pelo esporte ao invés de sofrer ainda maior exclusão. Isso porque devemos tratar o esporte como o que ele realmente é: direito fundamental garantido, inclusive, pela nossa Carta Maior.

Adicionalmente, há de se considerar que, o esporte sempre esteve em intenso contato com a sociedade o que faz com que ele se obrigue a acompanhar as questões sociais surgidas. Então, parece injusto que o acesso ao esporte de um cidadão devido a sua identificação de gênero seja impedido. Todavia, é crível que o assunto não deva ser debatido somente no âmbito do direito uma vez que não se limita a ele, expandindo a discussão para com a biologia e sociologia em conjunto.

PARTICIPANTES: INGRID CAROLINE GRANDINI RODRIGUES, ANGELO LUIS DE SOUZA VARGAS

ARTIGO: 5453

TÍTULO: MULAS?: UMA ANÁLISE DAS MULHERES INTERROGADAS NO JUDICIÁRIO DO RIO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO SELF NARRATIVO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Trata-se de pesquisa que pretende traçar um perfil das mulheres que figuraram na condição de réus em processos judiciais criminais que tramitaram nos últimos 12 (doze) anos na Justiça Federal do Rio de Janeiro sob a acusação do cometimento do delito de tráfico internacional de drogas. Num primeiro momento a pesquisa identifica objetivamente quem são essas mulheres, a partir da verificação de dados como país de origem, idade, situação econômica, grau de escolaridade, existência de filhos e estado civil. Longe de buscar a padronização de tais mulheres, a pesquisa visa justamente capturar a pluralidade de contextos e experiências vivenciadas por cada uma delas. Para tanto, a pesquisa rejeita a existência de uma categoria genérica de mulher, universal e homogênea, para adotar uma perspectiva interseccional que leva em consideração a forma entrecruzada que diversos eixos de injustiça, como gênero, raça e classe, operam nos processos de subalternização que agem contra as mulheres. Em momento posterior, a pesquisa pretende investigar os auto-discursos que essas mulheres produzem sobre si próprias durante o curso dos processos judiciais criminais analisados. Nesse sentido, nos apropriamos da categoria de *self narrativo* (BENHABIB, 1999), a qual propõe que, embora as identidades sejam fruto da multiplicidade de histórias e relações humanas que acompanha os indivíduos ao longo de suas vidas, sendo determinantes para a sua construção social, abrangem, ainda, a capacidade que os sujeitos, no âmbito de suas respectivas individualidades, têm de atribuir significados às suas vivências. Para materializar os objetivos da pesquisa, inicialmente, foi buscado, por meio da utilização das palavras-chaves "tráfico" e "drogas" na ferramenta de pesquisa do site do TRF2 (<http://www10.trf2.jus.br/consultas>), sentenças judiciais proferidas nos últimos 12 (doze) anos pelos Juízes das 10 (dez) Varas Federais Criminais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Posteriormente, foram separados somente os processos de acusadas mulheres, verificando-se, pela leitura das denúncias e demais peças judiciais, os dados objetivos relacionados ao perfil de cada uma delas. Após esta compilação documental, analisamos os discursos das mulheres mulas em situação de juízo, momento no qual são colocadas perante os representantes do Judiciário e tem sua perspectivada individual anulada em divergência ao seu papel social. Dessa forma, busca-se ampliar a percepção da mulher enquanto elemento parte de uma realidade patriarcal que ameniza a existência de sua identidade, motivo pelo qual se faz necessária a investigação moral da auto percepção dessa mulher na situação exposta retro.

PARTICIPANTES: CAROLINE SCANCI DA SILVA, GISELE SOARES DE OLIVEIRA FARIA, MARIA EDUARDA COELHO, JANAINA BENTO SILVA, ANA CLARA MILITÃO, YASMIN DE MELO SILVA, ISADORA DE OLIVEIRA SILVA, CECILIA LOIS, CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO

ARTIGO: 5455

TÍTULO: ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR À COMUNIDADE DE RIO DAS PEDRAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em março de 2017, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Subsecretaria de Projetos Estratégicos, apresentou um Edital Público destinado às empresas privadas para a realização de uma Operação Urbana Consorciada na comunidade de Rio das Pedras, que possui cerca de 140 mil moradores. Essa OUC é uma proposta de legislação municipal que deve resultar dos estudos realizados em sede do procedimento de manifestação de interesse (PMI), no qual as empresas privadas apresentam seus estudos e consequentes propostas para a área.

Inicialmente, o edital era claro quanto à verticalização das habitações planejada para a área de Rio das Pedras, com o intuito, conforme o próprio edital, de valorização imobiliária da área ao redor da comunidade. Ademais, nas redes sociais do Prefeito Crivella, idealizador do projeto, foram postados vídeos sobre o plano de remoção dos moradores para construção na região de habitações verticalizadas e posterior financiamento destas.

Nesse panorama, alguns moradores de Rio das Pedras, autointitulados de Comissão de Moradores, procuraram o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para solicitar de assistência jurídica. Então, em contato com o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin, foi firmada uma parceria para que documentos descrevendo a situação fundiária de Rio das Pedras fossem escritos. Ademais, nesse material deveria constar a atuação da comissão de moradores, que já pressionava a prefeitura contra a remoção da comunidade e o legal andamento do edital, ou seja, a realização de audiências públicas e publicização do procedimento da OUC. Assim, foram realizadas reuniões entre integrantes do NAJUP e o NUTH, para pensar a situação fundiária da comunidade, quais as informações deveriam estar privilegiadas na cartilha a ser realizada e a logística interna da entrega dos materiais aos moradores.

Assim, realizamos visitas a Rio das Pedras, juntamente com a Defensoria Pública, onde conversamos com os moradores e entregamos uma cartilha informativa, explicando o que o projeto significava, quais os direitos que os moradores tinham e como poderiam se mobilizar para garanti-los. Participamos também de manifestações organizadas pela Comissão de moradores, tanto comunidade, quanto no centro da cidade, que resultaram na alteração do PMI concernente à OUC de Rio das pedras, substituindo o plano de verticalização pela manutenção das unidades habitacionais. Além disso, realizamos uma roda de conversa na Faculdade Nacional de Direito com os moradores sobre a história da comunidade e a situação atual.

Por meio dessas articulações, foi possível estabelecer um diálogo de modo a contribuir com a vitória da comunidade, que conseguiu barrar o projeto de verticalização. A parceria tem continuidade tendo em vista a importância de garantir que a Operação Urbana Consorciada, a qual permanece vigorando, ocorra nos trâmites da lei e o direito à permanência dos moradores e moradoras seja mantido.

PARTICIPANTES: LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, MARIA LUÍZA MIRANDA ALEXANDRE, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MAHARA VIEIRA TELES, IANA GONÇALVES SOARES, FÁBIO GUERRA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, JULIANA OLIVEIRA TEIXEIRA DE JESUS, DANIELLA PONTES



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5483

TÍTULO: **MIGRAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Segundo Vilém Flusser, o imigrante é um valor positivo, fenômeno de enriquecimento para promover transformações, ensejar o encontro com novas e diferentes belezas. Todos os migrantes devem ser vistos a partir de uma perspectiva de futuro, por meio de mecanismos capazes de promover, através de sua história e experiência específicas, o “desenraizar” de todas as raízes. Através das diferenças, formula-se a possibilidade da criação de outros a si próprio, uma nova criação em um processo de contestação de velhos hábitos. Com a aquisição dessas formas de julgar, decidir e agir livres, é forjado um novo ser além das fronteiras de si mesmos, transportando os limites da realidade.

Neste passo, faz-se necessário pensar a questão do migrante a partir de suas múltiplas vicissitudes que carregam em si mesmo, para além da seara puramente jurídica, estatal e territorial. Dessa forma, adota-se como ponto de partida o Direito Interacional dos Direitos Humanos e as múltiplas questões que envolvem a questão da migração com o intuito de desdobrar no alcance da nova Lei de Migração, Lei nº 13.445 de 2017, na proteção dos direitos dos migrantes nos termos da luta por reconhecimento de direitos no contexto brasileiro. A respeito do que ocorre com outros grupos, a normatividade destinada às pessoas migrantes estará sempre sujeita ao embate intrínseco para reconhecimento e efetividade de direitos.

Com isso, o trabalho perpassa as questões relacionadas a migração, cultura, provisoriedade, pertencimento, encontro de culturas, resistência e cidadania como pressupostos na dinâmica dos processos de lutas históricas de resistências no contexto brasileiro.

Os métodos utilizados na pesquisa foram de cunho teórico, com revisão bibliográfica realizada através artigos e livros de autores especializados sobre o assunto, bem como o estudo de leis e da interpretação das normas de direito interno e da legislação internacional, mantendo a investigação sob o cuidado de contextualizar a temática.

Utilizou-se para tanto o método de abordagem dialético realizando o confronto dos princípios internacionais de direitos humanos com a sua verificada limitação prática no que se refere à aplicação de políticas públicas de integração do indivíduo migrante à sociedade acolhedora. No estágio atual de desenvolvimento da presente pesquisa, preliminarmente verificamos a precariedade do conceito nacionalista de cidadania no que tange tanto à proteção dos direitos dos migrantes quanto à elaboração e eficácia de políticas públicas que visem à promoção do protagonismo desses indivíduos no interior da sociedade receptora.

Assim, verifica-se a necessidade de reconstrução das normas jurídicas que versam sobre a questão migratória a partir de um outro paradigma, pautado nos valores de uma sociedade comprometida com a dignidade da pessoa humana, destituída de limites fronteiriços.

PARTICIPANTES: BRUNA RODRIGUES SOARES, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER, CAROLINA GENOVEZ PARREIRA

ARTIGO: 5490

TÍTULO: **INFORMAÇÃO, SAÚDE E LIBERDADE: O PAPEL DA INTERNET NA BUSCA DE INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO SOBRE SOBRE PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

Apresenta uma perspectiva sobre a tomada de decisão com base no uso de informações em ambientes sociais digitais. Analisadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, que aponta que 57,8% da população brasileira tem acesso à internet (IBGE, 2016), percebe-se que houve uma ascensão das redes sociais digitais como fontes de informações, graças ao aumento de possibilidade de acesso a internet, não só no Brasil como no mundo. Em complemento, o Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ) (2014) diz que 74,4% da população brasileira realiza a automedicação por indicação da família ou amigos. Tem como tema o uso de anticoncepcional oral relacionado à saúde e liberdade da mulher. O objetivo é compreender como a informação digital influencia na tomada de decisão das mulheres sobre o uso ou não uso de pílulas anticoncepcionais. Adota como metodologia uma pesquisa descritiva e quanti-qualitativa, que utiliza a técnica de coleta de dados questionário, aplicado às mulheres estudantes do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Obtém como resultados: a identificação das redes sociais digitais, bulas online, sites governamentais e blogs como fontes de informação utilizadas; prevenção contra gravidez, tratamento de policísticos e tratamento de acne como critérios envolvidos na tomada de decisão sobre a escolha das pílulas como método anticoncepcional; o conhecimento acerca da temática referente aos riscos do uso de pílulas anticoncepcionais, pois 79,7% dizem conhecer os grupos de debate; a influência das informações digitais na tomada de decisão sobre o uso ou uso de pílulas em 52,2% das participantes. Conclui que as informações encontradas na internet influenciam na tomada de decisão das mulheres participantes sobre uso ou não uso das pílulas anticoncepcionais.

PARTICIPANTES: GABRIEL GUIMARÃES ROCHA ALVES, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5493

TÍTULO: **A EFETIVIDADE DA ACADEMIA NO PROCESSO DE REGULAÇÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL REFERENTE À IFRS 16**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com a instituição das Normas Internacionais de Contabilidade por meio das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e que no Brasil foi institucionalizada a partir da lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, os países começaram a participar mais fortemente do processo de regulação contábil, compreendendo as fases de consulta pública para elaboração e atualização das normas que são disponibilizadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Cada norma, em sua execução, pode ter até três fases de abertura à opiniões, dúvidas ou qualquer outro tipo de comentários, que são: *Discussion Paper*, *Exposure Draft* e *Revised Exposure Draft*. Nessa pesquisa, utilizou-se a terceira fase de audiência pública da norma IFRS 16 (*Lease*), o *Revised Exposure Draft*, também chamado EDR, onde o próprio IASB disponibiliza um documento que fala sobre a norma e, onde há 12 perguntas para que os respondentes digam se concordam ou discordam com as propostas que estão sendo feitas. As pesquisas dessa natureza, como explicam Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014), buscam identificar se os diversos grupos de interesses conseguem ou não influenciar o órgão normatizador (IASB) por meio da utilização de cartas comentários. No caso desta pesquisa, buscou investigar especificamente a influência da academia no processo de normatização contábil internacional. Essas ações em que indivíduos ou grupos tentam influenciar o resultado final das normas contábeis são chamadas de *lobbying*. As cartas-comentários enviadas ao IASB no EDR da IFRS 16 totalizaram 637 enviadas por empresas, indivíduos, investidores, contadores, órgãos, associações, dentre outros. Desse total, apenas 09 (nove) cartas pertenciam a acadêmicos, o que representa apenas 1,41% do total das cartas, demonstrando uma participação muito discreta da academia no processo de emissão da IFRS 16. Analisando as cartas enviadas por acadêmicos, seis foram dos Estados Unidos, duas da Austrália e uma proveniente do Brasil. Apenas duas cartas responderam todas as questões propostas pelo IASB, exceto a questão número 12, que relacionava à IAS 40 - Propriedade para investimento, que nenhum acadêmico respondeu. Em média, cada questão foi citada por quatro cartas e a questão mais citada foi a que tratava da classificação dos arrendamentos, respondida seis vezes. As



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

menos citadas foram as duas questões que falavam sobre as locações com partes relacionadas, citadas apenas duas vezes cada uma. Duas cartas não responderam diretamente a nenhuma questão. Depreende-se da análise realizada que a academia participa pouco das discussões sobre o processo de regulação contábil do IASB, concordando-se com os achados de Tavares, Anjos e Paulo (2014) de que existe um *gap* entre o conhecimento acadêmico e sua efetiva contribuição ao processo regulatório.

PARTICIPANTES: CLARICE VITORIA RODRIGUES SILVA DE LIMA, ODILANEI MORAIS DOS SANTOS

ARTIGO: 5499

TÍTULO: MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CONSTITUINTE: ATORES (IN)VISÍVEIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Pretende-se trazer para a academia o processo social, político e econômico que originou o reconhecimento de direitos fundamentais e políticas públicas em 1988. A pesquisa busca elucidar questões que são negligenciadas no universo jurídico, o qual, ao se propor analisar doutrina e letra de lei, sem fazer uma interlocução com os interesses, conflitos e conciliações que se deram ao momento da elaboração da lei, não faz uma interpretação profunda e completa para a que a norma seja compreendida com seus traços históricos e todas as suas especificidades (MOTTA, 1996). Através dessa perspectiva objetiva-se entender as reivindicações desses grupos, revivendo suas lutas e ressaltando a relevância deles para a Constituição e, ainda, fazer um apurado do que está representado em matéria de direitos. Foi realizada uma revisão bibliográfica durante o primeiro ano da pesquisa, e, em seguida, uma análise documental dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e de outras fontes escritas como artigos, dissertações e teses. Como parte final, utilizamos também de fontes orais (métodos e técnicas da história oral), (FERREIRA AMADO, 1996), para elaborar roteiros pré-estruturados a fim de realizar entrevistas com atores dos movimentos a época. Em "Quando novos personagens entraram em cena" (1988), Eder Sader traz vários elementos dos movimentos sociais da época. Para o autor, estes tiveram que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque eram ignorados nos cenários públicos instituídos. Por isso o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos, assim como a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.

Um dos movimentos nas disputas em torno do projeto da Constituição foi o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans* (transexuais e transgêneros), Travestis (LGBTs) que emergiu nesse momento em decorrência de uma demanda e necessidade. Por meio do material obtido, foi possível observar que, embora hoje o movimento seja denominado LGBT, com a proposta de unificar a luta, esta não era a realidade do período da constituinte. O Movimento Homossexual (VILLALON, 2009) foi o que ganhou maior visibilidade naquele momento e que teve, mesmo que de maneira mínima, certa representatividade durante a constituinte. Diante disso, questionam-se quais foram os fatores que contribuíram para que o movimento homossexual conferisse visibilidade somente aos homens gays e a relação que havia, numa perspectiva racial e de gênero, com o feminismo, movimento negro, transexuais e travestis. Este núcleo objetiva compreender onde estavam os outros subgrupos excluídos da sociedade por suas orientações sexuais e entender como se dava essa discussão no período.

PARTICIPANTES: MAHARA VIEIRA TELES, IANA GONÇALVES SOARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

ARTIGO: 5500

TÍTULO: CURSO DE FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES (PLPS)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O projeto do curso de Promotoras Legais Populares (PLPs) foi criado inicialmente pela União de Mulheres do Município de São Paulo e se espalhou por diversos estados do país, sendo trazido agora para o Rio de Janeiro com o apoio do curso de PLPs de São Paulo. O curso corresponde ao projeto de formação de mulheres que trabalham para o fortalecimento dos direitos das mulheres e para o combate à discriminação e à opressão, por meio do conhecimento dos direitos e dos caminhos de acesso à justiça. As promotoras legais populares podem prestar orientação, aconselhar e promover a função instrumental do direito no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais ou coletivas.

Trabalha-se com a ideia de uma troca de saberes entre as participantes do curso e as facilitadoras. O curso foca em duas operações que devemos analisar criticamente: a naturalização de uma construção social do gênero por meio de sua associação a caracteres biológicos e o estabelecimento de uma relação de dominação baseada nesta ideia naturalizada. A minimização desta violência de gênero só estará mais próxima com o fim dos mecanismos que a legitimam. A ruptura com tal lógica só virá com a superação dos valores simbólicos violentos e com a superação das condições sociais que mantêm a construção social desigual dos gêneros.

O presente curso tem como referencial metodológico as experiências de extensão universitária. Pode-se ressaltar, ainda, que o modo das ofertas de vagas, direcionadas, em sua maioria, para o público externo à Universidade, estende ainda mais a oportunidade dessas pessoas estabelecerem um contato com o meio acadêmico e a produção intelectual, de modo que redirecionem o conhecimento adquirido para demandas externas que envolvam seus coletivos, organizações, instituições, etc., incentivando a troca de conhecimento entre a academia e os saberes produzidos nas lutas sociais. Também estando presentes educandas advogadas.

As aulas do curso são interdisciplinares, de modo que, a partir da escolha das facilitadoras, que não são necessariamente operadoras do Direito ou professoras, torna-se possível analisar a temática de gênero e as suas desigualdades não só a partir da ótica do Direito, mas em conjunto com outras áreas epistemológicas. Assim, pode-se pensar as desigualdades de gênero na esfera da educação, da saúde, da segurança pública, entre outras áreas. A metodologia de educação popular de Paulo Freire e Antônio Gouveia é uma ferramenta indispensável. Essa perspectiva prático-metodológica destaca a necessária troca de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no processo. Para Freire, o conhecimento é um processo constante de troca dialógica de saberes e experiências entre os diferentes sujeitos. Nesse sentido, no curso, preza-se a construção horizontal do saber, de modo que as facilitadoras e as próprias educandas acabam construindo o conhecimento juntas, opondo-se à hierarquia de saberes e de falas.

PARTICIPANTES: THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, IANA GONÇALVES SOARES, LUMA SILVA PINTO MOTA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, CRISTIANE BRANDÃO, SALO DE CARVALHO, MAHARA VIEIRA TELES, LARISSA FREIRE DE OLIVEIRA BARBOSA



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5502

TÍTULO: **VEGETARIANISMO E CAPITALISMO SOB A PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

I. Objetivo

A sociologia do desenvolvimento, buscando analisar os efeitos da acumulação de conhecimentos científicos acerca da própria sociedade e levando em conta a interdependência entre as dimensões econômica, social e política, pode ser capaz de elucidar pontos importantes do capitalismo e suas consequências no mundo atual. Partindo dessa perspectiva, o presente estudo objetiva analisar profundas transformações globais resultantes do sistema econômico vigente e de que forma o vegetarianismo vem ganhando força, se contrapondo a lógica capitalista e sua cultura do consumo e permitindo uma reflexão e tomada de consciência dos aspectos extra econômicos da problemática desenvolvimento/subdesenvolvimento. Em geral, o vegetarianismo traz à tona um debate acerca de questões éticas, ambientais e de saúde, porém, se considerarmos a política como uma arte ou ciência que procura atender ao bem-estar comum na sociedade, observamos que a escolha comercial do consumidor pode ser interpretada como um ato político, já que gera impactos tanto na esfera pública como na individual.

II. Metodologia

O estudo será guiado de forma exploratória, buscando apoiar-se em revisão bibliográfica e argumentação de base ideológica, de forma a expor e cruzar conceitos sociológicos e o aspecto holístico de uma decisão individual.

PARTICIPANTES: BRUNA LIMA, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 5512

TÍTULO: **ÉTICA DA INFORMAÇÃO NUMA SOCIEDADE DESIGUAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este resumo discorre sobre a ética da informação no cenário das tecnologias digitais e os entrelaçamentos com a pluralidade cultural e as desigualdades sociais. A tecnologia é muito importante para as diversas áreas do conhecimento e com o surgimento no final do século XX e início do século XXI, tornou-se necessário elaborar novas plataformas de comunicação e de mapeamento de ideias. Com a explosão da disseminação de conhecimento, através da internet, faz-se necessária a presença de um profissional qualificado para gerir e filtrar as informações disponíveis. Muitos estudiosos chamam a sociedade atual de sociedade da informação, devido ao grande acúmulo de informações disponíveis ultimamente. Com o avanço das redes sociais na internet, aumentou o número de informações falsas circulando, por isso os bibliotecários e gestores de unidades de informação devem estar atentos aos avanços e progressos das novas tecnologias baseados na missão de orientar as necessidades do usuário, sem abrir mão de seus propósitos pessoais e morais; de vencer paradigmas; de obter reconhecimento, capazes de aplicar e desenvolver a ciência da informação mas que talvez não conheçam tão bem seu próprio código de ética, assunto pouco explorado na área e de grande valor estratégico, segurança e privacidade. A demanda por informação e as ofertas do mercado estão em constante mudanças. O profissional da informação, principal mediador entre a informação e o seu destinatário final, precisa estar atento às questões éticas das quais tem que estar ligadas às suas ações, tanto em relação ao usuário, quanto ao próprio fazer informacional. A Unesco ratifica essa ideia, pois, a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais e que só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e papel relevante na sociedade. A informação é um direito básico, constitucional. O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a ética da informação através de revisão de literatura, tendo como principal fundamentação teórica o autor Rafael Capurro e sua visão ética intercultural. As tecnologias da informação e comunicação são estruturais no dia a dia e por isso a exclusão digital em países mais pobres ou regiões desfavorecidas é inconcebível para uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências:

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticas de la ética intercultural de la información. In FREIRE, Gustavo (Org.). Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. Cd rom.

<http://snbp.culturadigital.br/informacao/boas-praticas-e-inovacao/>

PARTICIPANTES: ANA SENNA, KLEITON MOURA, LEILA CRISTINA DE OLIVEIRA FERNANDES, LOUISE ALMEIDA PINTO DE MENDONÇA

ARTIGO: 5521

TÍTULO: **ANÁLISE DE UMA REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA: JACOBINA OU ALFERES?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho, elaborado para a disciplina Representações Sociais na Literatura, no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, estabelece uma análise social e cultural do conto "O Espelho", do escritor Machado de Assis. Para a discussão do tema, foram utilizados os autores Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Judith Butler. O primeiro, aborda questões do sujeito e sua encenação enquanto ator dentro da sociedade; o segundo, insere as estruturas sociais e culturais e como elas interferem nesse ator-sujeito; e, o terceiro, Butler, demonstra e questiona como a identidade simbólica é construída com base na opressão de outras identidades. Tendo como pano de fundo a questão do sujeito dentro de um sistema simbólico, o objetivo da análise do conto é observar a construção identitária do narrador-personagem Jacobina e a transformação da sua postura quando se vê confrontado com a mudança de cargo. Foi utilizada como metodologia a Análise Modular do Discurso (AMD), um modelo genebrino pautado na Análise do Discurso, apresentado por Rodrigues, para demonstrar os processos sequenciais em que Machado de Assis vai construindo a persona do seu personagem. Em "O Espelho" Machado de Assis demonstra, ao final da leitura, como era consciente dos papéis herdados pelo sujeito diante de um sistema simbólico-social, e como este mesmo sujeito se aproveita do prestígio social para se edificar social e culturalmente.

PARTICIPANTES: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5524

TÍTULO: **MONITORIA E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: AÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA MEDIAÇÃO DE LEITURA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA UFRJ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Esta pesquisa busca expor e explicitar os principais aspectos concernentes à prática da monitoria, como uma prática de iniciação à docência relevante, na qual proporciona ao graduando a oportunidade de expansão e ampliação do conhecimento. Para isso, é fundamental enfatizar a necessidade da construção de ações e práticas pedagógicas que visam a valorização da formação discente e o diálogo com novas dinâmicas educacionais.

O objetivo da monitoria é propiciar ao aluno bolsista um real encontro com os principais aspectos referentes a docência, principalmente no que tange ao desenvolvimento de práticas pedagógicas devidamente orientadas, com fins específicos que visam principalmente o incentivo à leitura como forma de prazer e a formação do aluno enquanto cidadão e futuro bibliotecário. As ações realizadas são voltadas diretamente aos alunos do primeiro período, matriculados na disciplina Mediação de Leitura do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, campus Ilha do Fundão e Praia Vermelha.

A construção de atividades pedagógicas é um processo complexo que envolve múltiplas realidades, daí surge a necessidade de articulação e comunicação entre todos aqueles que compõem o processo: orientador, monitor e alunos. Para isto, a metodologia utilizada está centrada numa avaliação processual, onde todos estes agentes interagem entre si, proporcionando a mediação e a disseminação do conhecimento, alinhando assim, a prática e a teoria, essa experiência proporciona autonomia e desenvolvimento crítico, como destaca Machado: "todo processo de autonomia e de construção de consciência nos sujeitos exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser alinhado à sua aplicação" (MACHADO, 2008, p. 57). Diante disso, vale ressaltar a importância da função do aluno monitor, enquanto futuro discente e seu papel em cumprir os propósitos descritos no Edital 691 de Monitoria da UFRJ, principalmente no que se refere à execução do plano de atividades, visando o aperfeiçoamento acadêmico, profissional e educacional.

Todas as ações desenvolvidas, como as aulas práticas expositivas, o sarau de intervenção literária, as mediações de leitura e contações de história puderam contribuir significativamente para todos os envolvidos neste cenário. Portanto, espera-se que este projeto ajude a possibilitar uma maior discussão e valorização da importância do incentivo a leitura e também a articulação entre planejamento e execução em sala de aula.

PARTICIPANTES: BRUNO DE JESUS DE MIRANDA, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 5525

TÍTULO: **O BRASIL PÓS-MINUSTAH: PERCEPÇÕES DAS NARRATIVAS DO MILITAR BRASILEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O projeto "O Brasil pós-Minustah: Percepções das narrativas sobre o militar brasileiro" visa considerar as repercussões públicas que atendem a operação de paz no Haiti ocorrida entre 2004 e 2011. Apesar de ter uma relativa distância temporal recente, a literatura sobre a Minustah no Brasil tem diversas produções a cerca do desempenho das tropas. Assim sendo, objetiva-se perceber se haveria a criação de um perfil do militar brasileiro, com foco na operação de paz, e que esteja rebuscando bases referentes ao conceito de "homem cordial", de Sérgio Buarque de Holanda.

No intuito de se ter uma base satisfatória de compreensão do fenômeno, referente aos procedimentos metodológicos, serão feitas análises a partir de entrevistas de atores envolvidos direta e indiretamente com o tema. Somado a isso, serão explorados os materiais dos meios de comunicação que tenham abordado a política externa do Brasil, e também documentos e relatórios de governos, além de grandes organizações e instituições, como a Organização das Nações Unidas. Ademais, a bibliografia acadêmica nacional e internacional já produzida será articulada, assim como fontes primárias, como leis oficiais.

A missão de paz para o Brasil manifesta uma gama de efeitos para o país, mas que são discernidas entre os atores em contato com o tema. Dentre as possibilidades, ressaltam-se interesses sobre novas agendas diplomáticas em uma perspectiva Sul-Sul, a uma visão de amadurecimento da América Latina, conjunto ou não de uma perspectiva de liderança brasileira. Além disso, relaciona-se ao tema a uma melhoria das relações civis-militares, integrante a uma remodelação das forças militares após o processo de redemocratização. Aborda-se também uma percepção crítica da intervenção como força de ocupação, ou mesmo de construir um papel mais ativo das Forças Armadas brasileiras na segurança internacional. Assim sendo, percebe-se que há, mesmo com divergências, uma expressividade importante sobre a relevância dessa operação de paz, que concerne à construção do Brasil no cenário internacional.

Destaca-se concomitantemente a fala, em época do chefe do Exército brasileiro, de Francisco Roberto de Albuquerque, no ano da Resolução criada pelo Conselho de Segurança da ONU: "O soldado brasileiro, cordial por natureza, por características próprias de nossa cultura miscigenada, multirracial, e amparado pela formação profissional que recebe, mostra aptidão muito acima da média para esse tipo de operação militar" (Folha de São Paulo, 30 mai.2004). Desse modo, entende-se a relevância da Minustah, e, por conseguinte, dos seus usos políticos. O projeto, então, busca compreender como os fatores envolvidos na operação de paz estão sendo empregados para a construção de narrativas do militar brasileiro, e assim, seus efeitos

PARTICIPANTES: GABRIELA DE ASSUMPCÃO NOGUEIRA, MICHEL GHERMAN, MONICA GRIN MONTEIRO DE BARROS

ARTIGO: 5532

TÍTULO: **AFRICANIDADE E SIMBOLOGIA: A RELEVÂNCIA DO VALOR INFORMACIONAL, HISTÓRICO E CULTURAL DOS TECIDOS NO VIÉS DA BIBLIOTECONOMIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo proporcionar a reflexão sobre a relevância do estudo dos tecidos, visando à preservação histórica e cultural de uma sociedade no viés da Biblioteconomia. Ilustra-se, assim, a importância do tecido como fonte informacional e exemplifica-se a simbologia Adinkra, com seu conjunto ideográfico e pictográfico estampado em tecidos, para evidenciar os aspectos socioculturais dos povos Akan, presentes em Gana, na região oeste do continente africano. Com intuito de fortalecer a importância desse tema, será abordada, como estudo de caso, a Tecidoteca e Biblioteca do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do SENAI (SENAI/CETIQT), situada no bairro Riachuelo, no Rio de Janeiro/RJ, para sua preservação histórica e cultural, tendo em vista a especificidade dos serviços oferecidos pela instituição para seus usuários. Como resultado foi possível perceber a tecidoteca como parte essencial de um a biblioteca voltada para o estudo na área de têxteis. E a relevância significativa do estudo dos tecidos como fonte de informação. A importância do profissional bibliotecário atento as necessidades do mercado em que está inserido buscando a interdisciplinaridade para o aperfeiçoamento dos serviços



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

de informação prestados ao usuário. E o destaque da cultura africana pictográfica com seu simbolismo evocativo de sabedoria fortalecendo a oralidade de um povo.

PARTICIPANTES: ROSILENE GOMES DE CARVALHO, REGINA MARIA MACEDO COSTA DANTAS

ARTIGO: 5557

TÍTULO: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 87/88

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Constituição Federal completa trinta anos em 2018. A Constituinte de 1987/1988 foi palco de grande participação popular com atuação de diversos movimentos sociais, visto que era período de redemocratização, onde surgiram diversos movimentos populares, como o Movimento Negro Unificado (MNU). Este trabalho tem como objetivo geral analisar em que medida o movimento negro atuou para que o projeto de constituição tenha avançado no reconhecimento de direitos para a população negra, sua cultura, história e costumes.

Vários movimentos sociais se mobilizaram e vários encontros foram organizados para debater propostas para a constituinte, podemos citar como exemplo, a organização em 1986, do painel "O Negro e a Constituinte" na Convenção Nacional do Negro. Esse evento contou com a participação de mais de 60 representações ligadas a questão negra no Brasil.

Os debates no âmbito na ANC apresentaram momentos de conflitos a respeito das reivindicações dos movimentos sociais. Com relação ao movimento negro, os constituintes negros tiveram papel fundamental em apresentar e defender as bandeiras, especialmente Benedita da Silva e Carlos Alberto Caó.

A emenda popular relativa a temática negra foi proposta pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros, pela Associação Cultural Zumbi, pela Associação José do Patrocínio e assinada pelo Deputado Carlos Alberto Caó. Entretanto, essa emenda não chegou a ser apreciada na ANC, pois recebeu apenas 2.074 assinaturas e eram necessárias no mínimo 30 mil.

Os debates ao longo do processo constituinte fizeram com que alguns direitos reivindicados pelos movimentos sociais fossem incorporados ao texto, entretanto, outras bandeiras foram excluídas. Por exemplo, pautas foram incorporadas ao texto constitucional mas foram remetidas para o ADCT como o direito às terras pelos remanescentes das comunidades quilombolas, outras reivindicações foram excluídas como a política de cotas nas universidades.

Dessa forma, nosso atual texto constitucional foi a síntese das relações de poder existentes na sociedade brasileira e presentes na ANC de 1987/88, período como analisado de intensa mobilização social e de insurgência de movimentos sociais.

Como metodologia utilizada temos uma pesquisa qualitativa, com uma revisão bibliográfica, sobre a temática buscando identificar as pesquisas já realizadas sobre a ANC e os movimentos sociais. Num segundo momento, será feita pesquisa sobre fontes escritas e orais. Com relação as fontes escritas, será feita pesquisa nos anais da ANC que encontram-se disponíveis na internet. Será feito ainda levantamento de documentos nos arquivos de entidades da sociedade civil e movimentos sociais sobre os debates preparatórios e nos espaços da ANC. Ainda serão realizadas entrevistas, a partir de roteiro semiestruturado, com representantes de movimentos sociais, deputados e senadores que participaram dos debates na Assembleia Nacional Constituinte. Para tanto, utilizaremos os métodos e técnicas da história oral.

PARTICIPANTES: THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, JOYCE COSTA RODRIGUES, LARISSA TAVARES DA SILVA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

ARTIGO: 5584

TÍTULO: ANÁLISE DAS DEMANDAS DO SEGMENTO T ATRAVÉS DO PROJETO EDUCAÇÃO, QUESTÕES DE GÊNERO, HOMOFOBIA E DIREITO À CIDADANIA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade na última década. Com estudos desenvolvidos sobre masculinidade, feminilidade e identidade de gênero, criou-se um estudo sistemático de pessoas em situação de vulnerabilidade. Nessa conjuntura, torna-se crescente a procura pelo Judiciário na tentativa de garantir direitos básicos e intrínsecos, como a dignidade da pessoa humana. Diante da precariedade de atendimento para essa população surgiu o projeto de extensão Educação, Questões de Gênero, Homofobia e Direito à Cidadania, criado em 2009, que envolve professores, alunos e técnicos administrativos, a fim de fornecer amparo jurídico ao público que necessita de assistência jurídica gratuita para defesa dos seus direitos em situações de discriminação relacionada a questões de gênero. No âmbito das áreas trabalhista, cível e criminal fazemos os atendimentos nas dependências do NPJ da FND, buscando conscientizar mulheres e cidadãos LGBTI sobre seus direitos e valores culturais, para uma vida justa em sociedade. Esses atendimentos nos permitem um maior contato com os assistidos, nos proporcionando um aprofundamento sobre a situação de cada pessoa, nos deparando com as situações de precariedade que essas pessoas vivem, seja para conseguir um simples contato por telefone ou email, ou casos mais graves, com situações de ameaça e falta de condições financeiras. Diante dessa realidade, a importância do acompanhamento direto para fornecer o máximo de atenção e ajuda é importantíssimo. Com isso, a fim de mapear os perfis e demandas apresentadas dos assistidos, aplicamos um questionário semiestruturado com variáveis para compreender os direitos violados e como prestar o melhor auxílio. Acreditamos levar conhecimento e cidadania à essas pessoas para que se sintam acolhidas e possam ter seus direitos garantidos e o preconceito combatido a cada caso precedente. Buscamos envolver o máximo de pessoas no projeto, por meio de divulgação na internet, pelos corredores do prédio da FND e em parceiros que colaboram com o projeto, como o Rio sem Homofobia e o Grupo Arco-Iris do RJ. No primeiro semestre de 2018 pudemos realizar um curso com palestras sobre temáticas diversas dos direitos LGBTI, ministrada por uma variada equipe de juristas e promotores desses direitos, aberto aos cidadãos em geral. Diante da problemática dessa população, iniciamos uma pesquisa, para complementar a extensão, voltada para o estudo dos direitos de pessoas Trans, por meio de precedentes do STJ e STF sobre alteração de nome e gênero no registro civil, a fim de ampliar nossos conhecimentos. Como perspectiva futura, pretendemos promover parcerias de educação preventiva, por meio de palestras e oficinas ministradas a policiais, profissionais de saúde, professores e alunos da rede pública de ensino no RJ para conscientizar a todos sobre os direitos e valores de pessoas em situação de vulnerabilidade em uma sociedade democrática.

PARTICIPANTES: MAYARA FONTANA, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA, IANA GONÇALVES SOARES

ARTIGO: 5588

TÍTULO: PROPOSTA DE MODELO DE INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NO CONTEXTO DA DANÇA CONTEMPORÂNEA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

RESUMO:

Tem-se as narrativas corporais representadas pelos movimentos do corpo no contexto da dança contemporânea enquanto objeto de análise conceitual. Investiga-se como o indexador diante dessa nova abordagem de informação pode analisar, interpretar e sintetizar as diversas formas de expressão, comunicação e informação contidas nos movimentos corporais. Busca-se entender as contribuições da organização da informação pelas práticas de indexação de imagens em movimentos. São abordados os conceitos do corpo pela percepção da Filosofia, a noção de documento, o conceito de dança contemporânea e a relação dos seus movimentos performativos com as narrativas corporais. A pesquisa é de natureza exploratória com ênfase na observação de imagens de espetáculos de dança contemporânea. Ao evidenciar o corpo em movimento como um objeto suporte de informação, propõe-se para o escopo da Biblioteconomia e da Ciência da informação um modelo de indexação para registro de informação, assim como também instigar o profissional da informação a pensar e repensar novas formas de representação e recuperação da informação.

PARTICIPANTES: ADÍLIA BATISTA DE ARAUJO, JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO

ARTIGO: 5589

TÍTULO: FORMAS DE ATUAÇÃO DO NIAC PARA A GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À JUSTIÇA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC) - programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro -, em seus quase 12 (doze) anos de existência, vem desenvolvendo diferentes ações e projetos. Dentre as suas respectivas metodologias e especificidades, os diferentes projetos ofertam uma base comum de atividades de ensino, pesquisa e extensão: orientação aos alunos, estudos, cursos de extensão, publicações, assessoria técnica e atendimento jurídico, psicológico e social, orientado para a promoção dos direitos à cidadania e à justiça nas comunidades vizinhas ao Campus Ilha do Fundão, da UFRJ, em especial à população do Complexo da Maré. Dentre as várias ações, destaca-se o Escritório da Cidadania; que se volta para a defesa dos direitos humanos, através dos atendimentos interdisciplinares, envolvendo a atuação das três áreas, e promovendo atendimento psico-sócio-jurídico com o intuito de promover, junto com o usuário, suas potencialidades, para que, assim, ele possa ser um agente de transformação no seu meio. O funcionamento do Escritório da Cidadania é estruturado a partir do "primeiro atendimento", que tem o intuito de ser um momento de acolhimento do usuário e escuta de suas demandas. Após este primeiro momento, os extensionistas que participaram do atendimento passam a discutir essas demandas e seus possíveis encaminhamentos, e agendam o retorno do usuário. Entre os atendimentos jurídicos, há uma grande demanda por assuntos ligados às áreas de defesa do consumidor, de família, de sucessões e de direitos assistenciais. Nas demandas atendidas no núcleo deve-se levar em conta o contexto socioeconômico e cultural dos usuários do projeto, buscando soluções jurídicas ou extrajudiciais que satisfaçam suas necessidades e peculiaridades locais. O objetivo do presente trabalho é verificar quais formas o núcleo utilizou para garantir aos seus usuários o direito fundamental ao acesso à justiça, entre 2016 e 2018. A metodologia utilizada será estudo de casos em que houve diferentes formas de resolução do litígio. O âmago do Núcleo é o atendimento de pessoas hipossuficientes que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social e, conseqüentemente, não tem meios de contratar um advogado particular. Deve-se considerar para a presente pesquisa, a desconfiança que há por parte das pessoas perante o poder público, como já apontado pelo IPEA em 2010, bem como a lentidão e a burocracia do poder estatal de prestação judiciária (GRECO, 2003). Isso porque, ainda que o Núcleo surja do anseio em diminuir esse vácuo, os fatores apontados anteriormente são desafios enfrentados também pelo Escritório da Cidadania no dia-a-dia. No entanto, o Núcleo tem conseguido resoluções judiciais e extrajudiciais satisfatórias para seus usuários e apresentar seu modo de relacionamento com os casos à comunidade jurídica pode ser frutífero à reflexão sobre formas de incidência do direito na vida de usuários hipossuficientes e em situação de vulnerabilidade.

PARTICIPANTES: ANDRÉ PEREIRA SOARES, JUNYA RODRIGUES BARLETTA, FELIPE ANTONIO MENDES FERREIRA, BRENDA MATOS DA SILVA AZEVEDO, LEONARDO CAMPOS PAULISTANO DE SANTANA

ARTIGO: 5590

TÍTULO: ANÁLISE SOBRE O MARCADOR SOCIAL DA DIFERENÇA: RESTRIÇÃO FUNCIONAL E POLÍTICA PÚBLICA PARA REABILITAÇÃO HUMANA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As desigualdades sociais são produtos das afinidades estabelecidas entre os indivíduos, considerando a relação aos outros grupos que colocam todos na condição de dominadores e oprimidos. Nesse trabalho, busca-se fazer uma relação entre as pessoas portadoras de deficiência (PPD ou PPDs) e a política pública para atendimento de reabilitação humana. Os PPDs enfrentam graves dificuldades para inserção nos diversos setores da vida social, como por exemplo: acesso à educação, lazer, transporte, trabalho, etc. A política pública, por outro lado, apresenta a compensação na promoção dos direitos humanos das pessoas com restrições. Através da ação afirmativa, essa política pode promover a reabilitação funcional para quem tem necessidade dos meios auxiliares de locomoção no desempenho de suas atividades humanas da forma mais autônoma possível. O objetivo desse trabalho é fazer uma abordagem que relaciona o Direito e as Políticas Públicas para identificar, através do isolamento do objeto de estudo (ação governamental do Programa "Viver sem Limite"), no serviço de dispensação de meios auxiliares de locomoção. Como metodologia, foi utilizada uma síntese do quadro de referência para análise jurídica de políticas públicas de Maria Paula Dallari Bucci. O objeto de análise foi uso dos dados relativos ao Centro Especializado Reabilitação (CER) Oscar Clark da cidade do Rio de Janeiro - RJ, comparando aos indicadores do CER Noroeste da cidade de Belo Horizonte - MG. Num primeiro momento, essa pesquisa consiste nesses dados empíricos que tem a finalidade de garantir a participação da sociedade brasileira nas decisões governamentais referentes às pessoas com deficiência, proporcionando continuidade para futuras avaliações de outros serviços oferecidos pelos CERs. Cabe ao Estado garantir o direito da universalidade, equidade e integridade e outros princípios organizacionais. A junção estruturada entre os elementos jurídicos e políticos do programa de ação, permite integrar a visão das normas e procedimentos indispensáveis dos grupos políticos e sociais, afastando a metodologia imposta ao direito com a consagração do positivismo jurídico.

PARTICIPANTES: ANA LUCIA DA SILVA DO NASCIMENTO, TAYLISI DE SOUZA CORREA LEITE

ARTIGO: 5604

TÍTULO: A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A (NÃO) PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Neste cenário de constante evolução tecnológica, objetiva-se analisar a presença, ou ausência, de políticas e ações de preservação da informação e da memória, em tempos de substituição de suportes impressos para a tecnologia digital. Utilizou-se, inicialmente, a ampla base de dados científicos do Portal de Periódicos da CAPES para realizar um levantamento de termos relacionados ao tema, tais como: suporte informacional, preservação, conversão. Também foram pesquisadas algumas variações para averiguar a abordagem do assunto, por meio de uma análise quantitativa e qualitativa. Cinquenta e cinco artigos foram recuperados na etapa inicial desta pesquisa, ainda em andamento e



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

após a leitura dos resumos constatou-se que a maioria contemplava assuntos oriundos da administração apontando para outros vieses, sendo apenas seis considerados relevantes. Buscou-se por políticas e ações de preservação no conteúdo dos artigos pertinentes e nenhum apresentou resultado positivo. Os resultados parciais permitiram perceber a deficiência de pesquisas que tratam de políticas para a preservação da informação durante a conversão de suportes. Assim, identificou-se como contribuição desta pesquisa o fomento desta discussão. Nas próximas etapas a pesquisa será ampliada por meio da utilização de outras bases de dados e do mapeamento de ações que utilizam diretrizes preventivas para evitar a perda de informação e também a garantia de sua integridade, durante uma mudança de suporte informacional.

PARTICIPANTES: ANELI BELONI, MAYARA GOMES DO ROSARIO, CÍNTIA MARIA XAVIER DA SILVA, DANILO PESTANA DE FREITAS

ARTIGO: 5606

TÍTULO: ESTUDOS DE DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DE AÇÕES DE ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO DE PESSOAS TRANSEXUAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade na última década, sendo desenvolvidos estudos sobre masculinidade, feminilidade e identidade de gênero, criando um ponto de partida para um estudo mais sistemático de cidadãos Trans (transsexuais, travestis e transgêneros), pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha (OLAW, 2009). O espaço de luta contra a lgbtphobia e livre expressão sexual incomoda diversos segmentos conservadores da sociedade, trazendo à tona opiniões divergentes que refletem a dificuldade das pessoas Trans no reconhecimento de direitos e garantias de proteção. Diante dessa conjuntura, torna-se crescente a procura pelo Judiciário, na tentativa de garantir direitos básicos. Desta forma, surgiu a presente pesquisa, com o intuito de elencar dados, colaborando para o aumento da visibilidade da causa, através do levantamento de casos emblemáticos, analisando decisões dos Tribunais Estaduais e dos Tribunais Superiores, as quais demonstram os avanços e obstáculos no Poder Judiciário brasileiro sobre o direito ao nome e gênero alterado no registro civil. Importante salientar a histórica decisão do STF, proferida em março de 2018, que garantiu aos cidadãos Trans o direito à alteração do registro civil sem a necessidade da realização da cirurgia de redesignação sexual. O marco temporal utilizado para o mapeamento das decisões foi o ano de 2011, ano do progressista julgamento do STF que aprovou, por unanimidade, a equiparação dos direitos dos companheiros heteroafetivos aos companheiros homoafetivos. Valendo-se da forma qualitativa, a pesquisa se baseou pelo método hipotético-dedutivo. A partir do mapeamento das demandas judiciais, construiu-se uma ferramenta metodológica, a fim de examinar de forma objetiva todas as decisões mapeadas por meio das seguintes variáveis: i) tribunal; ii) partes; iii) ementa; iv) resumo dos fatos; v) procedimento perante o juízo; vi) mérito do juízo; vii) decisão do tribunal; e viii) repercussão. Analisou-se, também, projetos de leis que se destinam a regular a alteração do registro civil e o direito à cirurgia de redesignação sexual dos cidadãos Trans, além de regulamentos do Conselho Nacional de Justiça e Decretos, entre outras leis esparsas. Portanto, parcialmente, concluímos que esse grupo de cidadãos possuem demandas específicas perante os tribunais brasileiros, em razão das questões de gênero que permeiam seu cotidiano. O contexto no qual se insere a luta por direitos LGBTI no Brasil destaca a vulnerabilidade da população Trans, uma vez que transgêneros, travestis e transsexuais ainda encontram obstáculos quanto à garantia de direitos, o que traz à tona a necessidade de maior visibilidade dessa população.

PARTICIPANTES: MAYARA FONTANA, IANA GONÇALVES SOARES, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

ARTIGO: 5618

TÍTULO: A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Refere-se ao trabalho em desenvolvimento, em disciplina do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que propõe analisar como a competência em informação promove o acesso à informação a partir da divulgação científica. Parte da noção de que o desconhecimento sobre a ciência propicia a disseminação de desinformação em mídias sociais em diferentes contextos e comunidades. Apresenta como justificativa a distância ainda existente entre a sociedade e a ciência, que vem resultando em fenômenos de negação de fatos científicos comprovados. Fundamenta o referencial teórico a partir das noções de Competência em Informação, Desinformação e Comunicação e divulgação científicas. Indica uma metodologia qualitativa nos níveis exploratório e descritivo utilizando três técnicas de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica e a observação do campo em grupos do Facebook. Apresenta como resultado parcial a noção de reconhecimento das fontes de informação para acesso à informação verdadeira, precisa ou não enganosa. Conclui que a competência em informação é e pode ser vista como um caminho para a promoção da crítica e da ética nas dinâmicas informacionais do dia-a-dia.

PARTICIPANTES: THAUANNA CRUZ RODRIGUES, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 5621

TÍTULO: MEDIAÇÃO E PESQUISA-PARTICIPANTE: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

O acesso à justiça, previsto como direito fundamental da Constituição Federal de 1988, compreende a conciliação e a mediação como meios consensuais de solução e prevenção de litígios. A judicialização dos conflitos nos últimos anos vem atingindo proporções excessivas. Assim, para superar os obstáculos jurídicos, econômicos e culturais de acesso à justiça, entendemos que estes métodos consensuais contribuem para melhorar o acesso de populações vulnerabilizadas. A metodologia a ser utilizada fixa-se com demarcação conceitual na teoria do agir comunicativo de Habermas (2012; 1997), desenvolvida no Brasil pela pesquisa participante de Demo (1982). Na abordagem de mediação, adotamos a metodologia de Christopher Moore (1998), que se baseia na comunicação não-violenta e no poder de negociação das partes. A teoria do agir comunicativo de Habermas verifica que o direito moderno é "um meio ambíguo de integração social". O direito moderno produz-se a partir de uma linguagem especializada que atua tanto na forma instrumental da burocracia e do mercado quanto na conformação de uma "solidariedade" do mundo da vida. Na perspectiva de Pedro Demo, a pesquisa participante é método alternativo às pesquisas tradicionais que selecionam, na realidade, o que cabe no método. Ela possui traços característicos, como o autodiagnóstico e a confluência entre conhecimento científico e saber popular. O conhecimento científico é fundamental; porém, é preciso que as problematizações sejam compreendidas enquanto questão de tomada de consciência, em sentido político e científico. A partir desse conhecimento, é traçada uma estratégia de enfrentamento prático dos problemas detectados. Da obra de Moore, usada neste projeto (1998), extrai-se a classificação desenvolvida para a identificação de vários tipos sociais que se transfiguram em mediadores. Tem-se, assim, uma série de variações nos papéis e nos procedimentos do mediador, sendo possível identificar três categorias, definidas pelo tipo de relacionamento que aquele tem com as partes envolvidas.

Com base nisso, a presente pesquisa pretende recortar o seu estudo no território do complexo de favelas da Maré, com os seguintes objetivos: (i) fazer um diagnóstico das demandas cíveis e de família nas comunidades do complexo de favelas da Maré a partir de bancos de dados existentes e organizados pela sociedade civil; (ii) observar, de modo participante, a formação de agentes comunitários para atuar na mediação



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILLO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

comunitária ou familiar, de modo independente; (iii) propor cursos e eventos de extensão para as lideranças comunitárias; (iv) estruturar Câmara de Mediação a partir do suporte técnico oferecido pelas entidades mediadoras parceiras. Este projeto é fundado no binômio pesquisa-extensão, cujo emprego impõe um comportamento ativo dos pesquisadores. Assim, todos os aspectos que circundam os dados obtidos serão debatidos com os atores sociais envolvidos.

PARTICIPANTES: CATIA BASTOS, NICOLE DUARTE, MARILSON SANTANA, LEANDRO DA CONCEIÇÃO SILVA, LEONARDO SÁ

ARTIGO: 5625

TÍTULO: **LILI MARLEEN: A MÚSICA QUE INFLUENCIOU OS RUMOS DA II GUERRA MUNDIAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Músicas marcam a história de um homem, de grupos e até da humanidade. Este estudo de caso trata das múltiplas facetas que cercam a música "Lili Marleen", que se transformou em propaganda de guerra de 1939 a 1945, quando foi executada de forma massiva pela Alemanha e pela Inglaterra. Posteriormente, a música foi gravada com a letra alterada por vários países e ainda hoje é cultuada, como uma marcha militar. A partir da versão original alemã, o autor construiu este texto como produto de sua monografia de conclusão de curso, através da análise de 07 (sete) de suas versões (alemã original; alemã de Lucie Mannheim, brasileira e quatro versões inglesas, cantadas por Lale Andersen, Marlene Dietrich, Anne Shelton e Lucie Mannheim). As considerações finais aqui expostas, ainda se encontram em estado preliminar tendo em vista que o autor ainda está com seu estudo em andamento, encaminhando-o para a finalização, mas as comparações já realizadas indicaram que:

1. a) Apesar de ter se popularizado durante um período sombrio da Alemanha, a arte existente na música "Lili Marleen" foi capaz de ir além das fronteiras geográficas e ideológicas tomando diversas formas e significados, a cada vez que uma nova versão nascia, até no mesmo idioma. Assim surgiu uma gama de interpretações diferentes, todas originadas da mesma obra cujas diferenças decorreram exclusivamente da visão do(s) compositor(es) sobre o contexto no qual estava(m) inserido(s).
2. b) A música desempenhou um papel de grande importância para a recuperação do pessoal, especialmente o militar, por incluir-se no grupo de elementos que auxiliam na manutenção do moral e bem-estar. "Lili Marleen" não fugiu ao padrão, mas constituiu-se em caso emblemático, pelo impacto causado pela música ao chegar aos ouvidos dos combatentes de fora da Alemanha. Pela primeira vez, uma melodia sintetizou, exemplificou aquelas situações de guerra onde o desgaste causado pelo combate fora amenizado por elementos musicais que induziram o indivíduo para um estado mental mais confortável e geraram efetivamente trégua e cordialidade entre inimigos combatentes.
3. c) "Lili Marleen" foi uma canção importante também na manutenção e na demarcação da percepção ideológica dos lados envolvidos. Versos eram alterados de forma a remeter às visões políticas alinhadas de cada lado do conflito armado no qual a versão fora escrita, inclusive, levando-a a ser utilizada além de marcha militar (para a manutenção do moral) como propaganda política anti-nazista veiculada para além das fronteiras dos aliados, ou seja, uma forma de *soft power*.

Referências

- LEIBOVITZ, Liel; MILLER, Matthew I. Lili Marlene: The Soldiers' Song of World War II. 1. ed.: W W Norton & Company Incorporated, 2008.
- NYE, Joseph S. Soft Power, New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

PARTICIPANTES: LUCAS RODRIGUES SILVA, SANDRA MARIA BECKER TAVARES

ARTIGO: 5629

TÍTULO: **A ABERTURA DA BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DO PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho propõe uma análise dos impactos econômica e dos efeitos concorrenciais, diante da possibilidade da reabertura da bolsa de valores na Cidade do Rio de Janeiro, a partir do método hipotético-dedutivo, verificando a Lei nº 12.520/11 e as teorias de law and economics de Richard Posner.

Atualmente, o mercado de capitais brasileiro é explorado, exclusivamente, pela B3, empresa formada a partir da fusão entre a Cetip e a BM&FBOVESPA. Em 2010, a empresa Bats, operadora global de valores, apresentou planos para a um clearing (processo de abertura de plataforma de negociação com intuito de efetuar a liquidação das operações) no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, entretanto, seus planos foram frustrados em 2012, diante dos extensos custos marginais e burocracia apresentada.

Todavia, em 2013, a ATG (Americas Trading Group) entrou com um novo pedido de autorização junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para lançar uma bolsa de valores no país e operar como plataforma eletrônica de negociação para, assim, concorrer com a B3.

A CVM, autarquia responsável pela regulação do mercado mobiliário brasileiro, realizou em 2013, uma consulta pública sobre "a adequação do arcabouço regulatório à hipótese da concorrência entre plataformas de negociação", porém até o momento não se manifestou sobre o assunto.

Em pesquisa realizada, por uma das 4 grandes empresas de consultoria do mundo, Deloitte, apontou que 62% dos executivos de pequenas e médias empresas brasileiras afirmaram que uma abertura de capital não é acessível, apesar de ser a melhor forma de arrecadação de recursos no mercado financeiro nacional. Hoje, a B3 cobra diversas taxas dos empreendedores, sendo a maior delas a anuidade, com um teto de R\$ 800 mil.

Estima-se que haja um potencial de pelo menos 200 novas companhias que poderiam lançar ofertas públicas de ações (sigla em inglês, IPO) no mercado de capitais brasileiro. Tal acontecimento fomentaria a circulação de crédito e de capital, proporcionando crescimento dessas empresas e, consequentemente, criação de novos empregos, fortalecendo toda a economia nacional e aumentando a arrecadação de impostos para o empenho financeiro de políticas públicas e, concretização do projeto de nação brasileira.

PARTICIPANTES: ABNER ALVES SERAPIÃO SILVA, JULIA GUERRA FONSECA, LUCAS GUERRA FONSECA, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 5634

TÍTULO: **REINTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PELA TEORIA FEMINISTA: CONSTITUIÇÃO CIDADÃ PARA QUEM?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente projeto almeja analisar o discurso internalizado na Constituição Federal de 1988 que teve um contexto bastante conturbado: o país tinha saído recentemente de uma ditadura militar. Em meio a busca por mais liberdade de expressão e o direito de escolher diretamente seus representantes através do sufrágio universal, questiona-se por meio desse presente trabalho qual representação as mulheres tiveram nessa Constituição "Cidadã". O próprio conceito de constituição, de modo geral, expressa um poder jurídico, teórico e político significativo, pois



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

contém a legitimação de um discurso que foi produzido pela negociação e aliança de quem teve o poder de redigir tais normas. Na Constituição temos a sintetização da lei escrita e os meios utilizados para estabelecimento do poder e a expressão de valores hegemônicos de uma nação. Ou seja, não apenas fixa os limites de um Estado moderno e as relações entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, mas condiciona e orienta as relações de sexo, raça, classe e sexualidade entre os conacionais. Nesse trabalho, haverá a reinterpretação dessa constituição de 1988 com enfoque, principalmente, na questão da mulher e na supremacia da Constituição para delimitar questões gênero. Para haver essa reinterpretação, se contará com o auxílio da teoria feminista, que é entendida como uma teoria política e filosófica, além de um movimento social e que visa, de modo bastante simplificado, desocultar a figura feminina e torná-la a protagonista do discurso, não apenas uma coadjuvante como se tem feito ao longo de tantos anos e de opressão. Como a mulher foi delineada na Constituição e como o fato dela ser delineada de tal forma afeta as relações sociais é uma questão importante que contrasta, ao mesmo tempo as definições de sua norma política (ideológica), norma substantiva (como é executada) e norma formal e como esses conceitos são perfeitamente imiscuídos entre si, não podendo serem dissociados.

PARTICIPANTES: CAMILLA GUTIERREZ, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

ARTIGO: 5648

TÍTULO: BRASIL EM EMERGÊNCIA: ESTADO DE EXCEÇÃO, GOLPE DE ESTADO E RETIRADA DE DIREITOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo busca analisar os recentes processos de alteração do Direito brasileiro, a desconstrução do Estado Democrático de Direito no Brasil, a partir do conceito de “Estado de Exceção” e dos processos que desenvolveram o campo de estudo do Direito de Estado de Exceção.

Busca-se compreender os conceitos de regimes de Estados ditatoriais, totalitários, militarizados, além de elucidar as transformações impostas pelo neoliberalismo nas últimas décadas.

A América Latina passa hoje por um período de desconstitucionalização dos direitos conquistados após o fim das ditaduras civis-militares. Não diferentemente, no Brasil, os movimentos políticos democráticos, responsáveis pela restituição do Estado Democrático de Direito e pela promulgação da Constituição de 1988, iniciaram um período de democratização, no qual foram depositadas esperanças de mudanças relevantes para garantia de Direitos Humanos.

No Golpe de Estado de 2016, observa-se o possível fim de um ciclo, desgastado pelo abismo da desigualdade social, derivada das ingerências do mercado na sociedade e do esvaziamento do espaços de debate democrático. Grupos que detêm poder político e econômico conjecturaram, quase uniformemente, movimentos conservadores que tem tomado o direito e as instituições, a fim de manter o país sob um ordenamento autoritário e de precarizar as condições de vida da população.

Conquanto, deve-se reparar que a precarização da vida e das populações, enquanto fenômeno social, mais evidente em países periféricos, são análogas e equiparáveis em inúmeras localidades do mundo. Isto é, a situação atual configura paradoxo criado por uma presumida consolidação da democracia como ordenamento ao longo do século XX, diga-se nos países ocidentais principalmente, ou como imagem de Estado Democrático de Direito, porém insúrio.

Nesse sentido, o que pode se observar em realidade é um imediato retorno à práticas de ordenamentos autoritários, senão completamente ineficazes e criminosas, obsoletas para os efeitos que se pretende na sociedade contemporânea. O produto deste esfacelamento é a violência institucionalizada, na reprodução cultural, o medo e a política da morte, do sujeito eliminável.

O direito do estado de exceção busca estabelecer os limites do direito e do não-direito, *nomos e anomia*. Com auxílio do conceito de soberania desenvolvido por Carl Schmitt, debatido por Agamben, sob as ópticas do derrotado e do vencedor, do prisma histórico proposto por Walter Benjamin, este estudo busca elucidar fatos que caracterizariam evidências de um estado de emergência em vigor atualmente no Brasil, a partir da análise do processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, da suspensão da regra constitucional dos investimentos sociais na Emenda Constitucional nº 55, das reformas impostas pelo mercado e do tribunal de exceção ao qual está submetido o ex-Presidente Lula, na forma de cerceamento de direitos fundamentais e da relativização de cláusulas pétreas do texto constitucional.

PARTICIPANTES: IGOR LIMA DA SILVA, JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

ARTIGO: 5664

TÍTULO: ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO PÚBLICA (EPG): AÇÃO PARA FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente ação de extensão encontra-se em fase de desenvolvimento e faz parte das atividades inscritas no âmbito do Projeto Escritório de Planejamento Territorial e Gestão Pública (EPG), aprovado no Edital RUA n. 606/2017, juntamente com outras cinco ações extensionistas dispersas pela metrópole do Rio de Janeiro, com a intenção de estabelecer elos entre a Universidade e a sociedade civil e organizações estatais e não estatais de comprometidas com o interesse coletivo. O EPG é vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) surgiu de experiências extensionistas desta unidade acadêmica e constituiu-se como lugar de prática e reflexão em extensão universitária, assessoria popular, assessoria aos órgãos públicos, estágio acadêmico e produção de conhecimento no campo do planejamento urbano e regional e gestão pública. A ação descrita neste resumo tem como objetivo colaborar para o fortalecimento das capacidades institucionais do Município de Mesquita no processo de implementação do seu Plano Plurianual - PPA 2018-2021. Fundamentada em uma metodologia participativa e colaborativa envolvendo a membros da comunidade universitária do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/IPPUR) e gestores públicos atuantes no município de Mesquita, as atividades desenvolvidas até o momento têm oferecido aos docentes e discentes um contato prático e analítico com diferentes etapas do fazer administrativo no âmbito municipal. Como resultado preliminar das atividades desenvolvidas, em colaboração com a Secretaria de Governo, Administração e Planejamento de Mesquita, foi possível perceber alguns dos problemas e desafios enfrentados pelo poder público municipal, com destaque especial para o problema da baixa capacidade financeira do município, visto que apenas 15% das receitas municipais são obtidas por meio de arrecadação própria. A partir dessa constatação os próximos esforços a serem desenvolvidos incluem: (i) organização e tratamento das informações relevantes para um diagnóstico satisfatório da realidade municipal; (ii) realização de atividades articuladas com associações, grupos comunitários e representantes da prefeitura municipal para validação das informações obtidas no item anterior; (iii) proposição de um plano de ação com iniciativas e projetos que atendam de forma satisfatória as áreas consideradas prioritárias, subsidiando política e tecnicamente o trabalho da gestão pública municipal; e (iv) realização de debates, exposições e pesquisas sobre a experiência desenvolvida, evidenciando as contribuições potenciais do Projeto para o município de Mesquita. Com a concretização dos esforços assinalados acima, espera-se que a interação entre a comunidade acadêmica do GPDES, membros do poder público municipal e da sociedade civil fortaleça a construção de ações, planos e projetos de desenvolvimento que expressem o compromisso da gestão pública com o interesse público e a justiça social.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: JOAO PEDRO VIEIRA MARIEN, PAULO REIS, DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, SAMUEL SANTANA DE PAULO

ARTIGO: 5668

TÍTULO: ESTUDO DE COMUNIDADE DA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ: CENSO DOMICILIAR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta resultados preliminares de parte do projeto de pesquisa Estudo de comunidade na Vila Residencial da UFRJ, que está relacionado ao projeto de extensão Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ, integrante do Programa de Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ. Tal estudo nasceu a partir da necessidade de se conhecer melhor a comunidade para o desenvolvimento do projeto de extensão, como também de outros projetos que integram o Programa e da própria Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA), sendo esta última parceira durante a pesquisa. Possui como objetivo geral conhecer a comunidade local, no que diz respeito a: serviços e atividades de lazer, comerciais e comunitárias; dados sociodemográficos; história e memória local; demandas e necessidades de informação. Apresenta os procedimentos metodológicos e resultados preliminares referentes aos seguintes objetivos específicos: mapeamento do espaço físico que envolve as ruas, comércio, igrejas, atividades de lazer e esporte etc., na Vila Residencial; estudo sócio demográfico realizado por meio de censo domiciliar; estudo das demandas e necessidades locais. É um estudo de tipo descritivo, que adota técnicas específicas para coleta e análise de dados: observação simples, observação participante, entrevista com perguntas fechadas e algumas abertas (formulário). Seguiu as seguintes etapas metodológicas: primeiramente, foi utilizada observação simples e participante para realizar o mapeamento e os dados coletados foram compilados em uma espécie de diário de bordo dos bolsistas; o censo domiciliar ocorreu durante o ano de 2017 e contou com formulário próprio elaborado especialmente para a pesquisa, tendo sido ajustado no decorrer da mesma; os dados coletados estão em fase de análise, sendo que num primeiro momento foram tratados em uma estrutura de planilha Excel. Observa-se como resultados preliminares: forte demanda por algum tipo de unidade de saúde, seja ela clínica da família ou posto de pronto atendimento; cobrança por melhorias no hospital universitário da UFRJ e na continuidade de projetos de saúde na Vila; necessidade de se terem farmácias, visto que a população precisa se deslocar muito para conseguir medicamentos com receita/ prescritos e manipulados. Outra forte demanda é pela criação de creches na Vila, além da implantação de variedades de negócios que ofereçam geração de renda para os próprios moradores, tais como: academias de ginásticas, supermercados e farmácias. Conclui-se que o desenvolvimento do censo tem promovido aos participantes da pesquisa, maior integração com os moradores e conhecimento mais abrangente sobre os espaços e os simbolismos produzidos na comunidade.

PARTICIPANTES: GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, THIAGO RIBEIRO CHAVES, PAULO VINÍCIUS MATTOS INÁCIO DA SILVA, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5676

TÍTULO: OUTRAS FORMAS DE TORTURA EM ÁREAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: PARA ALÉM DAS AGRESSÕES FÍSICAS POLICIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem o intuito de expandir o conceito de tortura, em áreas de privação de liberdade, reconhecendo e explicitando as múltiplas formas de sua aplicabilidade na vida real. Os abusos policiais, quando divulgados, geralmente são apenas denunciados por um ato de agressão física. De forma a endossar a ideia amplamente divulgada pelas mídias hegemônicas de comunicação da não relevância de outros possíveis danos causados. Vide danos psicológicos e sociais, por exemplo, constantemente ignorados e não discutidos.

Indo além, através de uma análise de dados fica evidente o que autores como Vera Malaguti, Nilo Batista e Raul Zaffaroni chamam de “inimigo do direito penal”, indivíduos sobre a qual recai o ethos de violação dos direitos civis e humanos praticado pelo Estado durante o percurso dos corpos no sistema penal.

Não é de nossa alçada buscar soluções estruturais, mas sim evidenciar ações abusivas praticadas sistematicamente contra determinados grupos entendendo a amplitude de sua complexidade e articulação estatal que a sustenta, não só hoje, mas sim, com influência do passado colonial brasileiro.

PARTICIPANTES: MARIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 5680

TÍTULO: A EXPERIÊNCIA DO ALUNO DE DIREITO NO ATENDIMENTO AO MICRO EMPREENDEDOR EM UNIDADES DO SEBRAE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A CF/88 disciplina sobre o incentivo e tratamento favorecido aos pequenos negócios como meio de desenvolvimento social e econômico, fundamentos da ordem constitucional econômica. Para tanto adveio a Lei Complementar 128/2008 que regulamentou a atividade do MEI (micro empreendedor Individual), sendo que o SEBRAE, atua fundamentalmente na aplicação prática desses preceitos legais. A faculdade nacional de direito - FND, oferta uma disciplina de extensão que visa a interação entre os alunos (teoria do direito empresarial) e a prática no relacionamento com o MEI vulnerável. Os alunos acompanham o atendimento do SEBRAE aos MEIS nas unidades do Centro. O objetivo é que os alunos levem os conhecimentos aprendidos em sala de aula para os MEIS, e assim tenham a percepção dos problemas desses atendimentos do SEBRAE, verifiquem o perfil desses MEIS, dificuldades enfrentadas no processo de formalização e o conhecimento dos MEIS sobre seus direitos. O procedimento metodológico são debates de textos teóricos e o levantamento empírico nos atendimentos feitos pelos alunos. Ainda não há um resultado, pois está em fase preliminar, mas é possível apresentar algumas questões durante a jornada.

PARTICIPANTES: LEANDRO DA CONCEIÇÃO SILVA, KONE CESARIO, VÍTOR PEREIRA LELO NASCIMENTO

ARTIGO: 5695

TÍTULO: A DESTRUIÇÃO DE LIVROS PELO NAZISMO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Sabe-se que a destruição de livros foi uma prática largamente adotada pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, como forma de controle ideológico. O dia 10 de maio de 1933 marcou o auge da perseguição dos nazistas aos intelectuais, sobretudo aos escritores e suas



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

obras. Em toda a Alemanha, principalmente nas cidades universitárias, livros ou suas cinzas se acumulavam nas praças. O regime pretendia, desta forma, garantir o controle, não somente da informação, como também sobre a produção de uma determinada memória coletiva forjada por meio da literatura e pelos intelectuais. Este controle pressupõe a eliminação do que era considerado perigoso, impondo obras afins à ideologia nazista, pelo controle da produção discursivo-memorialística. A partir de abordagens como as tratadas por Chartier (1999), Hall (2016), Manning (2015), Baez (2006) e Althusser (1970), esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a política implementada para censura, destruição de livros e perseguição aos autores, isto é, o controle ao acesso, a deliberada e reiterada ação de destruição de livros ao longo da história. Pretende-se demonstrar que os livros foram peça fundamental durante a grande guerra: além das bombas e projéteis, os livros também foram usados como armas, numa espécie de guerras de ideias. Utiliza-se o método de pesquisa de cunho exploratório a partir de bibliografia que trata do tema. Nesta pesquisa pretende-se traçar uma tipologia dos livros, autores e temas que mais sofreram as ações destrutivas do regime.

PARTICIPANTES: JULIANA TEIXEIRA BARROS, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA

ARTIGO: 5696

TÍTULO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO PROPORCIONADORA DE LIBERDADE: DO COLETIVO AO INDIVIDUAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente artigo tem como principal objetivo analisar o papel da universidade pública como locus de emancipação do indivíduo. Pelo viés da teoria crítica de emancipação humana, pretende-se debater como que o ensino superior mantido pela contribuição popular nacional possui a responsabilidade fundamental de expandir o campo de criticidade dos cidadãos. Baseada em uma pesquisa qualitativa com alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro do campus da Praia Vermelha, pretende-se observar pelo olhar do formando, como o processo de ampliação de percepção da realidade impacta na liberdade individual do sujeito. Se preocupou principalmente em entender a relação entre a liberdade coletiva e a liberdade individual percebidas pelos universitários. Também foi escolhida a análise documental como metodologia, como estudo de outros artigos no assunto, autores consagrados na temática e obras que abarcam os conceitos fundamentais para proposição do artigo. Baseando-se ainda pela narrativa de educação libertadora de FREIRE, objetiva-se contextualizar o papel político e de resistência do serviço público que foge da ótica do lucro e produtividade exacerbada pouco humanizada.

PARTICIPANTES: FILIPPO LATTARI, VANESSA BRULON

ARTIGO: 5712

TÍTULO: REGULAÇÃO DA ECONOMIA COMPARTILHADA NO BRASIL: O CASO DO AIRBNB

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com o decorrer dos anos, o avanço da tecnologia tem fomentado novas formas de modelo de consumo em todo o globo. A mais nova alteração é o que especialistas denominaram de *sharing economy*, ou, economia compartilhada. A economia compartilhada é fundamentada no consumo colaborativo, que tem por objetivo realizar trocas econômicas com enfoque na relação entre os indivíduos, e sua atuação engloba plataformas de vendas de bens até o compartilhamento de bens como meios de produção. Diante desta proposta inovadora, bem como a utilização da estrutura de mercado de dois lados, surgiram companhias que propuseram um novo modelo de negócio a partir da criação de plataformas, que proporcionam o encontro entre dois grupos distintos, viabilizando a ocorrência de transações entre estes grupos. Sob essa ótica, surgiram empresas hoteleiras que permitem o aluguel, por pernoite ou temporada, de quartos ou imóveis para viajantes, por meio de aplicativos ou websites. Nesse sentido, tem-se o surgimento e crescimento do Airbnb. Nesta empresa, o Brasil representa o quarto maior mercado no mundo. Diante deste cenário, algumas questões vêm sendo levantadas, como por exemplo: deve o Airbnb pagar impostos, tal qual as redes hoteleiras? qual deve ser o limite de dias por ano para locação de imóvel através desta plataforma? etc. A vista dessa problemática, tem-se discutido a necessidade de uma regulação do Airbnb no país. No âmbito federal, tramita um Projeto de Lei do Senado nº 7485/2015, que visa a alteração da Lei nº 8.245/1991 para atualizar o regime de locação para temporada, com intuito de disciplinar a atividade de compartilhamento de imóveis residenciais por meio de sítios eletrônicos ou aplicativos. Por todo o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar os obstáculos a serem enfrentados, a fim de consolidar uma regulação acerca desse modelo de negócio, bem como as possíveis consequências ("systemic effects") dessa regulação. Por fim, a metodologia utilizada será o método hipotético-dedutivo, a partir do qual será analisado à luz da teoria institucional.

PARTICIPANTES: GABRIELLA DE SOUSA RODRIGUES, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 5716

TÍTULO: ESTUDO DE COMUNIDADE DA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ: HISTÓRICO DA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Estudo de comunidade em andamento surge a partir do projeto de extensão "Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ", a fim de compreender a Vila Residencial enquanto comunidade e adequar as atividades do projeto de extensão à sua realidade, além de também dar subsídios aos outros projetos de extensão. O objetivo geral da pesquisa é conhecer a comunidade local, no que diz respeito a: serviços e atividades de lazer, comerciais e comunitárias; dados sociodemográficos; história e memória local; demandas e necessidades de informação. Expressa como um dos objetivos específicos: o resgate da memória local, através da história e cultura da Vila Residencial. Trata-se de uma pesquisa descritiva, utilizando como técnicas de coleta de dados observação participante, observação extensiva mediante entrevista focalizada, pesquisa bibliográfica (com estudo de tese referente a construção da Vila Residencial) e pesquisa documental. Obteve como resultados preliminares o histórico sobre a construção da Cidade Universitária e da Ponte Rio-Niterói, determinantes para construção da Vila Residencial da UFRJ. Destaca-se neste resumo a construção da ponte e da Vila. **Da construção Ponte Rio-Niterói:** Uma grande construção que movimentou a cidade do Rio de Janeiro e entrou para o rol dos grandes empreendimentos brasileiros no século XX, foi a Ponte Rio-Niterói. Essa construção, realizada pela Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e Silva S.A (ECEX), modificou o cenário carioca no final da década de sessenta e início da de setenta e se tornou um dos símbolos do "progresso". Por sua localização ser considerada estratégica para a construção da ponte, a UFRJ cedeu 300.000m² de seu terreno ao extremo sul da atual Ilha do Fundão, onde se estabeleceu um dos seis canteiros de obras da construção. Pelo grande contingente na construção, viabilizou-se a implementação de uma minicidade, com diversos alojamentos, para alojar e dar suportes não só aos trabalhadores mas a seus familiares. **Da construção da Vila Residencial:** Com o término da obra da Ponte Rio-Niterói, os canteiros que obrigavam os trabalhadores e suas famílias passaram a ser desativados. A ECEX teria, porém, descumprido diversas vezes o prazo dado pela UFRJ para a desocupação total do terreno na Ilha do Fundão, devido a uma grande resistência por conta dos ex-operários em desocupar o alojamento. Como uma tentativa de resolver esse problema, a UFRJ decidiu criar um novo complexo residencial, nos antigos alojamentos da ECEX, para concentrar todos os seus funcionários que ainda residiam em casas dispersas pela, recém-criada, Cidade Universitária e possibilitar a ocupação dos alojamentos disponíveis por outras famílias de funcionários que assim solicitaram. É dentro desse contexto que nasce a Vila Residencial da UFRJ. Esta história está sendo complementada com entrevistas



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

aos moradores e famílias mais antigos da Vila.

PARTICIPANTES: THIAGO RIBEIRO CHAVES, GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, PAULO VINÍCIUS MATTOS INÁCIO DA SILVA, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5734

TÍTULO: **A CONTRAPOSIÇÃO GEOPOLÍTICA NO CONTINENTE AMERICANO: ANÁLISE DO PAPEL DA UNASUL E OEA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A formação de Organizações estratégicas no cenário da Guerra Fria foi decisiva para a conformação da política e economia do continente americano, dando origem à Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, que causou grandes mudanças em aspectos geopolíticos e econômicos para seus membros. Com a ascensão dos Estados Unidos como grande potência do século XX, a geopolítica do continente inevitavelmente se transforma, a disposição hierarquizada entre os Estados se faz perceber nas políticas da OEA. Formam-se também outras organizações de coalização entre os Estados da América Latina, como a UNASUL em 2008, que em seus princípios de integração cultural e econômico faz contraponto às políticas da OEA.

A presente pesquisa pretende analisar os antagonismos entre organizações continentais e regionais, em especial a OEA e a UNASUL. Como as organizações agem paralelamente uma à outra, como essa disputa por espaço se reflete nas políticas externas regionais do Sul e na relação com a grande potência do continente, os EUA.

A pesquisa será realizada com base na estrutura anárquica de disputas interestatais preconizadas na teoria realista das Relações Internacionais, nas teorias geopolíticas do norte em contraposição com autores do sul e na análise de mídias jornalísticas, em conformação com o Grupo de Pesquisa Oricellari de Análise de Conjuntura. Washington Post, Aljazeera, El país, Telesur, Russian Today News, Sputnik serão as mídias foco de análise de conteúdo, sendo comparadas entre si e posteriormente dando base para a coleta de dados pertinentes ao tema.

Os resultados esperados se encontram em uma conclusão, que exponha o antagonismo entre o desejo de autonomia da região frente o Sistema Internacional e a ameaça que isso representa à hegemonia estadunidense no continente. Desde políticas externas como a PEI até a criação da UNASUL (2008) como um propulsor para o alcance da projeção almejada.

PARTICIPANTES: HARYEL ALVES AZEVEDO DE CARVALHO, MAURICIO METRI

ARTIGO: 5736

TÍTULO: **ANÁLISE DA REALIDADE ESTRUTURAL DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são estratégias coletivas de mobilização de recursos locais para a viabilização de projetos produtivos. Por sua natureza associativa, eles são considerados parte integrante do universo dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. No estado do Rio de Janeiro foram identificados recentemente 22 FRS em atividade, sendo 20 deles na região metropolitana da capital. Este estudo visa analisar a realidade estrutural desses FRS no estado a partir de suas principais dimensões operacionais. Para tanto, serão utilizadas as informações de dois bancos de dados nacionais: o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e o Mapeamento Nacional dos Fundos. De forma complementar, serão ainda realizadas entrevistas junto a seus representantes, além de consulta bibliográfica e análise documental. Espera-se que as informações aqui sistematizadas possam contribuir diretamente para a organização estadual desses FRS e sua viabilização enquanto estratégia de ação coletiva para o desenvolvimento local.

PARTICIPANTES: LUCAS REDKO DE CARVALHO, DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO

ARTIGO: 5737

TÍTULO: **OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELO DIREITO DIANTE DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NOS TRIBUNAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Quando pensamos em Inteligências Artificiais, automaticamente somos levados para o mundo da Ficção Científica e Fantasia, é mais simples lembrar de personagens como o Robô HAL-9000 de 2001: Uma Odisseia no Espaço ou de R2D2 de Star Wars do que lembrar dos programas dotados dessa capacidade embarcados em nossos smartphones. Ter noção da quantidade de Inteligências Artificiais com quem lidamos no dia a dia, seja em redes sociais, atendimentos online ou em anúncios é algo pouco difundido e quando entramos nos meandros do direito as discussões são ainda mais incipientes.

O fenômeno das Inteligências Artificiais (IA's) no Direito acometeu o globo recentemente, já sendo capaz de causar efeitos no âmbito dos processos judiciais, com especial ênfase ao polo passivo das ações. Estas tecnologias disruptivas são capazes de, em um futuro próximo, diminuir significativamente a demanda de mão-de-obra humana em escritórios de advocacia, assumindo tarefas como acompanhamento processual, pesquisa jurisprudencial e até mesmo o desenvolvimento de peças e estratégias para casos.

Atualmente os dois exemplos mais eficientes, são as inteligências artificiais Ross, da IBM e COI da JP Morgan, duas tecnologias já operacionais e muito utilizadas nos EUA, chegando a ponto de diminuir o tempo dedicado em uma atividade em até 30% (Ross) ou mesmo poupando até 360 mil horas de trabalho anualmente (COI), inclusive com tecnologias similares atuando no Brasil. No entanto, um fenômeno ainda mais importante se faz presente principalmente no ano de 2018 em nosso país, que pode alterar completamente a forma com a qual é vista o processo judicial, sua capacidade postulatória e a intervenção humana no mesmo.

O nome ingênuo, VICTOR, guarda uma poderosa Inteligência implementada durante o primeiro semestre de 2018, a serviço do Supremo Tribunal Federal e além de outra da Receita Federal, ainda não nomeada; as duas com um mesmo objetivo inicial: Desafogar o quase colapsado sistema judiciário brasileiro, de modo a filtrar e processar o colossal fluxo de ações que diariamente chegam aos dois órgãos, reduzindo o tempo de espera pelas decisões. Contudo suas capacidades vão além de mero processamento cartorário, uma vez que as duas IA's podem, não apenas agilizar a fila por meio de processamento de dados, como também oferecer ao Poder Judiciário sugestões de sentenças e posturas para o caso em pauta, gerando o questionamento o qual se pretende explorar neste artigo. Quais os efeitos e desafios enfrentados pelo Direito diante das Inteligências Artificiais nos tribunais?

Por meio de entrevistas, estudos doutrinários, de legislação e de casos concretos; almeja-se encontrar os paradigmas que rodeiam essas novas tecnologias na rotina judicial, bem como mensurar seus impactos na doutrina buscando colocar em evidência o que muda e o que permanece com a inserção cada vez maior dos softwares na rotina do operador do direito, com especial foco no juízo.



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

PARTICIPANTES: GABRIEL HENRIQUE VIEIRA BARBOSA SALDANHA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

ARTIGO: 5743

TÍTULO: CURSO DE EXTENSÃO À DISTÂNCIA EM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA: RESULTADOS INICIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A questão da distribuição e desigualdade de renda é um tema recorrente nos diversos espaços de nossa sociedade e cujos resultados são amplamente encampados em narrativas, muitas das quais sem conexão com a veracidade dos fatos ou sem aderência aos dados divulgados. Trata-se de fato de um tema com inúmeras complexidades e interconexões de caráter interdisciplinar, envolvendo, por exemplo, Economia, Estatística e Métodos Quantitativos, Ciências Políticas e Sociais, dentre outros campos do saber. Nesse sentido, a proposta do curso de extensão "Distribuição de renda e pobreza: uma abordagem introdutória e algumas experiências no Brasil" visa preencher uma lacuna formativa dos cursos de graduação, particularmente os cursos de Economia e das demais Ciências Sociais Aplicadas, e contribuir para o aprimoramento daqueles que atuam como formadores de opinião. Desta forma, para ir além das narrativas pouco fundamentadas, o curso oferece uma introdução geral ao tema, por meio de grande revisão de dados e metodologias, bem como extensa revisão bibliográfica. Espera-se, ao final do curso, que o aluno domine os temas gerais desenvolvidos e seja capaz de desenvolver reflexões e análises que propiciem elementos que contribuam para o desenvolvimento do debate em torno da questão da desigualdade e da pobreza no Brasil. Por meio de forte interação dialógica vários subtemas surgirão e serão objeto de debate contínuo, num esforço de construção conjunta de saberes e abertura de novos horizontes no âmbito do ensino e pesquisa e na atuação político-social. Queremos apresentar os resultados preliminares do curso, oferecido no primeiro semestre de 2018.

PARTICIPANTES: JOÃO FELIPPE CURY CURY MARINHO MATHIAS, FÁBIO BENTZ MACIEL

ARTIGO: 5776

TÍTULO: ESTUPRO CORRETIVO: A CURA LÉSBICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A "cura gay" tem se verificado na psicologia e psiquiatria como forma de trazer as pessoas que estão no espectro LGBT+ para a norma vigente, a heterossexualidade. No entanto, tal prática se dá de maneira diferente na vida de cada componente deste grupo suficientemente heterogêneo. A presente pesquisa se direciona para a "cura gay" destinada às mulheres homossexuais, ou em termo mais apropriado, lésbicas.

Na sociedade patriarcal, o estupro é praticado como forma de demonstração de poder. Lésbicas são aquelas que rejeitam seus corpos, energias e esforços a homens, dedicando-se a uma vida voltada para mulheres. Devido a isto, o patriarcado precisa punir tais mulheres por subverterem a ordem heterossexual, por isto ocorrem os chamados estupros corretivos. O termo tem grande difusão na América Latina e África do Sul, regiões onde nos últimos tempos, tem se verificado um maior número de denúncias.

O crime "estupro", no Código Penal, apesar de contemplar a situação, não é por si só capaz de analisar a motivação patriarcal desta violência. "Eu vou te fazer mulher" e "você vai aprender a gostar de homem" são algumas das frases ouvidas pelas vítimas que não são suficientes para que a sociedade entenda que o objetivo por trás do estupro, nestes casos, é trazer aquela mulher desviante para a heterossexualidade.

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo verificar a necessidade de uma resposta penal diferenciada para esta modalidade de estupro. E ainda objetiva compreender o crime em suas particularidades de modo a trazer para a comunidade jurídica a discussão, que já é tema de Projeto de Lei, para garantir o acesso a justiça e uma melhor forma de assistência e representação às vítimas.

Para isto, serão utilizadas autoras feministas como marco teórico, como por exemplo, Tânia Navarro Swain, Andrea Dworkin, Sheyla Jeffreys, Bev Jo, dentre outras. Por metodologia, além de revisão de literatura sobre o tema, fase inicial do projeto, serão analisadas matérias jornalísticas, de modo a apreender o discurso da sociedade e o desfecho de casos passados, bem como a realização de entrevistas com vítimas de estupro corretivo de forma anônima, numa fase conclusiva do projeto de pesquisa.

PARTICIPANTES: MARIANA CARVALHO FERREIRA, CAROLINA MACHADO CYRILLO DA SILVA

ARTIGO: 5778

TÍTULO: INFORMALIDADE, INVISIBILIDADE E VULNERABILIDADE DOS CORTIÇOS: DISPUTAS PELA CENTRALIDADE NA ÁREA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho visa discutir os resultados preliminares da pesquisa desenvolvida na área portuária do Rio de Janeiro tendo como foco as condições de moradia, o perfil dos moradores e demais informações dos cortiços dessa região. Compreendendo a ausência de informações sobre as condições das moradias, principalmente no âmbito oficial quando se confronta com o Plano de Habitação de Interesse Social, elaborado pela Prefeitura no segundo semestre de 2015, e a situação de informalidade que é própria dos cortiços, foi feito um extenso trabalho nas ruas na região buscando identificar os imóveis que funcionam como cortiços na área da Operação Urbana do Porto Maravilha.

A análise é centrada nos imóveis que possuem cômodos alugados, coabitados por mais de uma família, excluindo formas de habitação coletiva como as ocupações, que apesar da possibilidade de apresentarem características físicas similares aos cortiços, não são caracterizadas por relações precárias de locação do imóvel (própria do cortiço de fato). Entretanto, vale ressaltar que o termo cortiço é pouco usado pela maior parte dos proprietários, moradores e administradores, constatado pela pesquisa, possivelmente pelo caráter pejorativo que figura no imaginário popular, como sinônimo de precariedade, exploração, pobreza e insalubridade, lembrando também do famoso cortiço demolido no início do século XX, o Cabeça de Porco. Assim, em geral, utilizam o uso dos termos quartos ou cômodos alugados.

Pelo levantamento de campo foi possível identificar 54 cortiços na área portuária, estimando a população dos residentes em torno de 1120 pessoas, distribuídos em 712 cômodos ao longo dos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, e também em ruas do Centro, dentro dos limites da Operação Urbana. Com tudo isso, foi buscado desconstruir a percepção corrente que estigmatiza estes espaços e seus moradores como precários e marginais, chegando muitas vezes a ser internalizado pelos próprios habitantes. Esse trabalho mostra justamente que os cortiços são marcados por uma grande heterogeneidade de condições de moradia e de grupos sociais, unificados em sua demanda de viver na área central.

PARTICIPANTES: YAGO DE AVILA VIAL, ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIOMASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLOGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: 5786

TÍTULO: **PROJETO DE EXTENSÃO “BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ”**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Projeto de Extensão Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está inserido no Programa Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ, e é desenvolvido por estudantes e professores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), em parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ (AMAVILA). Parte-se da premissa de que extensão universitária é uma forma de política pública que pode suprir as bibliotecas comunitárias de recursos humanos técnicos públicos, sendo que a gestão destas deve ser realizada sempre em parceria com a comunidade local, a fim de atender suas reais necessidades e desejos. O objetivo do projeto é implantar e manter uma biblioteca comunitária, em parceria com a comunidade local, para dar suporte às atividades comunitárias, servindo de espaço público de agregação comunitária, informação, lazer, aprendizado e memória local. Apresenta o percurso do projeto e suas atividades. O projeto iniciou suas atividades em setembro de 2014, a partir de uma demanda da comunidade local, que já possuía um acervo inicial e realizava atividades de reforço escolar. No início não havia um espaço físico destinado à biblioteca. Em maio de 2015, se iniciou uma atividade mensal, denominada Biblioteca a Céu Aberto, na praça da Vila Residencial, que se constitui em atividades de mediação de leitura para e com crianças, empréstimos de livros para todos os públicos e atividades temáticas. Em maio de 2016, a AMAVILA destinou uma sala para a instalação da biblioteca, que passou a ser aberta uma vez por semana e a atividade Biblioteca a Céu Aberto se manteve no segundo sábado do mês. No mês de abril de 2017, foi feito um mutirão para seleção do acervo, a partir de uma política de desenvolvimento de coleções. Após o mutirão, a biblioteca passou a abrir três dias por semana e todos os sábados. A atividade de Biblioteca a Céu Aberto permaneceu sendo realizada na praça da Vila Residencial, no segundo e no quarto sábados do mês. O projeto promove atividades como contação de histórias relacionadas a uma temática específica para cada evento, como por exemplo o dia mundial da gentileza, em que todas as atividades promovidas foram elaboradas e organizadas pensando em promover a gentileza. O projeto também participa de eventos integrados que acontecem na Vila, como a feira de produtos fabricados por idosos, que aconteceu em dezembro de 2017, onde as atividades tinham enfoque na saúde dos idosos. No início de 2018, devido a problemas de infraestrutura na sala onde estava localizada a biblioteca, o acervo precisou ser realocado. A Biblioteca da Central de Memória Acadêmica da UFRJ cedeu um espaço para alocação temporária do acervo, com estantes e mesa para trabalho. Também foi conseguido um computador junto à Decania do CCJE, o que possibilitará a automação da biblioteca. Por conta do ocorrido, o projeto pausou suas atividades, retomando no mês de maio.

PARTICIPANTES: SARA LOPES CORRÊA, HUGO SUZART PINTO, THAYNARA MOTTA DOS SANTOS, TATIANE DA SILVA COSTA, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, DANILO PESTANA DE FREITAS, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5792

TÍTULO: **GESTÃO DO CONHECIMENTO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: INSERÇÃO DO WORKFLOW**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A partir da compreensão da importância de registrar o conhecimento tácito referente à realização de uma tarefa, buscou-se apresentar um método para registro das ações e processos realizados dentro de Unidades de Informação por meio de um formato de fácil leitura, compreensão e compartilhamento dentro do ambiente. A primeira fase do projeto levantou e analisou diversos métodos e concluiu que a criação de workflow, fluxos de trabalho, atenderia a demanda por ser uma metodologia eficiente na ordenação e detalhamento de ações. Na segunda fase foram mapeados programas que criam workflow e o Bizagi, foi considerado o software mais apropriado para a proposta. Deste modo, escolheu-se uma biblioteca especializada, dentro de um centro de pesquisa, para aplicação do projeto. O Bizagi foi instalado nos computadores dos oito funcionários da biblioteca, as bibliotecárias, a secretária e os estagiários receberam orientação para o uso da ferramenta e cada um detalhou três tarefas realizadas ordenando e descrevendo cada ação necessária para a conclusão dessas tarefas. A etapa final foi a troca de funções onde um funcionário realizaria a função do outro pela leitura do workflow e foi muito bem sucedida, todos conseguiram realizar as tarefas. Concluiu-se que o workflow é um método apropriado para registro das tarefas realizadas em unidades de informação, que com os fluxos de trabalho a ausência de um funcionário não impedirá o desenvolvimento de uma tarefa importante que seja executada por ele, que o a visualização da ordem e das ações contribuem para melhoria e otimização dos processos.

PARTICIPANTES: ANELI BELONI, GABRIEL GUIMARÃES ROCHA ALVES, DANILO PESTANA DE FREITAS

ARTIGO: 5795

TÍTULO: **ANÁLISE DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO DO CURTO CAFÉ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho, realizado como estudo de caso para a disciplina Análise de Marketing do curso de Administração, tem como objetivo analisar o empreendimento Curto Café, localizado no Terminal Menezes Cortes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em relação aos conceitos de marketing aprendidos na disciplina. A cafeteria foi idealizada segundo os conceitos da Economia Solidária que busca valorizar os produtos locais, a democracia, a cooperação, a confiança, a autonomia e com um modelo econômico voltado para pessoas baseado nos pilares da solidariedade. A análise foi realizada sob a ótica das teorias do Marketing, explorando os conceitos de produto e serviço, ambiente interno e externo, segmentação e posicionamento. As informações e dados foram coletados por meio de entrevistas com os sócios e pela análise de redes sociais para entender as estratégias de promoção, que ocorre em grande parte por meio destes veículos. Observou-se que, apesar do modelo de negócio estar na contra-mão da lógica capitalista, a empresa está expandindo suas operações e aumentando a variedade de produtos ofertados.

PARTICIPANTES: PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA, NATHALIA MELO DE CARVALHO GRANADO, NATHIELE VITOR, PRISCILA LIMA DE MENESES, THIAGO DE PAULO, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 5800

TÍTULO: **INFORMAÇÃO DESIDERATA: O EMPREENDEDORISMO DENTRO DA BIBLIOTECONOMIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa mercadológica, em andamento, que pretende evidenciar a possibilidade de atuação do Bibliotecário em diversos nichos de mercado. Apontando o empreendedorismo como uma oportunidade para inserção do profissional da informação em espaços diferenciados no mercado de trabalho. Aborda os conceitos de oferta e de procura relacionados às áreas de Marketing e Economia para a compreensão de mercado e estímulo ao empreendedorismo biblioteconômico. Utilizou-se como metodologia uma análise quantitativa e qualitativa de estudos de casos de profissionais empreendedores na área da Biblioteconomia, do perfil desejado para Bibliotecários em



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

anúncios de vagas de emprego e da demanda de serviços biblioteconômicos em vagas direcionadas para outras áreas. Apresenta como prática empreendedora a criação de uma consultoria especializada, denominada *Informação Desejada*, idealizada por três estudantes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que oferece serviços informacionais para mercados variados. Além de expor resultados parciais promissores para o profissional Bibliotecário disposto a inovar e atingir mercados diferenciados na sociedade contemporânea produtora e consumidora de um fluxo demorado de informação, cada vez mais demandante de uma aprimorada organização informacional.

PARTICIPANTES: ANELI BELONI, CÍNTIA MARIA XAVIER DA SILVA, ADÍLIA BATISTA DE ARAUJO, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 5804

TÍTULO: **O SOFRIMENTO NO TRABALHO E AS TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS: UMA COMPARAÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

OBJETIVO DO TRABALHO

O trabalho tem o objetivo de comparar o sofrimento no trabalho, sob a perspectiva Dejouriana, com os dogmas da Administração criados no início do século 20 e perpetuados através do século. Uma vez que Cristophe Dejours identifica o trabalho como instrumento de autorrealização, compreende-se que o indivíduo projeta-se no que faz, tornando o trabalho parte de si mesmo. Quando o trabalho não o satisfaz, gera inquietação, insatisfação e pode progredir para quadros depressivos. Por outro lado, a Administração foca seus esforços para uma gestão que atinja metas, que dê resultados financeiros e cujo objetivo principal é o lucro. Isto faz com que grande parte das empresas tenham seus esforços voltados para o resultado de seus colaboradores, ignorando o bem-estar destes. O ciclo termina com os trabalhadores insatisfeitos no trabalho, não cumprindo as metas estabelecidas, adoecendo e se afastando, comprovando a ineficiência deste pensamento. Desta forma, este comportamento por parte das empresas acaba agindo contra as próprias.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa serão efetuadas consultas bibliográficas, com o intuito de formação de base teórica e intelectual da argumentação. Foram selecionados periódicos filtrados por meio da base Scielo, com as palavras chave “sofrimento”, “Dejours”, “Cristophe Dejours” e “ensino em administração”. Foram pesquisados artigos em português, inglês e espanhol. Por meio da pesquisa bibliográfica serão utilizados além de artigos da base Scielo, livros de administração cujos autores são reconhecidos na comunidade acadêmica como clássicos, a ser Chiavenato, Kotler, Drucker e Porter. O fundamento da hipótese da pesquisa se dá por meio de os livros de Cristophe Dejours, a ser A Loucura do Trabalho e A Banalidade da Injustiça Social. Ao comparar as metodologias ensinadas nos cursos de administração com o sofrimento do trabalhador quando submetido a estas e a seus reflexos, a pesquisa visa acrescentar ainda mais fundamentação acadêmica para possíveis futuras argumentações sobre a regressão brasileira acerca da desregulação profissional e hegemonia patronal nos processos decisórios.

PARTICIPANTES: LAURA PERELBERG PINTO, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 5820

TÍTULO: **CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E O ENSINO JURÍDICO: ANÁLISE CONCISA DO INSTITUTO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NOS PRINCIPAIS MANUAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, implementada por meio do decreto 9.288/2018, em fevereiro de 2018, tem deixado suas marcas. Os efeitos desta medida, decretada sem o devido debate público e tida como manobra para se evitar a derrota política na reforma da previdência, não se esgotam no aspecto teatral e no dispêndio de recursos públicos escassos em contexto de crise. Além disso, os últimos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) apontam que a letalidade violenta e os homicídios decorrentes de intervenção policial cresceram, em comparação com o mês de maio de 2017, respectivamente, 6% e 46%, em que pese ter havido ligeira redução nos índices de roubo de veículo (5% menor) e roubo de rua (14% menor). Se é verdade que existe alguma insatisfação no que diz respeito ao modo de funcionamento da democracia, em especial no que diz respeito ao seu papel para contribuir para a solução do problema da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, isso não quer dizer que se deve suprimir a participação popular dos debates sobre essa questão. O fato é que não há solução simples para o problema da segurança pública, que não pode ser pensada sem considerar os limites do Estado e do próprio Direito. Entretanto, uma postura dogmática de ensino jurídico, não raras vezes ideologicamente marcada, que sobrevaloriza a capacidade do direito, reproduz a ilusão de que a sociedade pode ser plenamente controlada e organizada puramente a partir dos desígnios jurídicos, apresentando-se a intervenção federal como o mecanismo jurídico que traz a melhor saída para a restauração da ordem, ocultando-se, assim, alternativas mais promissoras e até mais democráticas. Assim, o **objetivo central** deste trabalho é discutir o instituto da intervenção federal dentro dos marcos do Constitucionalismo Democrático e verificar se este marco teórico figura nos principais manuais utilizados durante a formação dos alunos de direito. O **objetivo específico** deste trabalho é fazer um levantamento do tratamento da intervenção nos principais manuais de Direito Constitucional no Brasil. Acredita-se que o ensino jurídico da intervenção federal nestes manuais não problematiza o déficit democrático deste instituto. Para alcançar os objetivos deste trabalho, busca-se trazer as contribuições de Giorgio Agamben, notadamente no que diz respeito às ligações entre intervenção federal e Estado de Exceção, e também de Pierre Bourdieu, sobretudo a sua categoria “poder simbólico” para jogar luzes sobre a questão do ensino jurídico da intervenção federal nos principais manuais de Direito Constitucional. Assim, em primeiro lugar, este trabalho fará o levantamento dos manuais de direito constitucional mais representativos da categoria. Na sequência, o estudo investigará como a intervenção é tratada nesses manuais. Na conclusão indicaremos algumas percepções concisas sobre ensino jurídico e a formação democrática na matriz do Direito Constitucional brasileiro.

PARTICIPANTES: SAMIR RAMOS Z Aidan, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, YURI HENRIQUE BERNARDES CAMPAGNOLLI

ARTIGO: 5835

TÍTULO: **A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em novembro de 2017 a nova Lei de Migração entrou em vigor para todo território brasileiro. A aprovação do texto gerou uma crescente discussão acerca do posicionamento do Brasil em relação aos migrantes diante da questão internacional dos refugiados, assim, frente a esses fluxos migratórios, os Estados têm sido obrigados a tomar uma posição. Este trabalho visa compreender o impacto da nova Lei de Migração no ordenamento jurídico brasileiro. Para isto, foi analisado tanto o Estatuto do Estrangeiro - atualmente vigente - como o projeto da nova Lei com



15
21^a
OUT
www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

suas inovações e vetos do Presidente da República. O trabalho parte da hipótese de que a positivação de direitos é a primeira parte de um processo que se aperfeiçoaria com ações práticas. Assim, busca-se esclarecer não apenas o que é a nova Lei, mas também explicar e problematizar seu conteúdo, não perdendo de vista sua relação com os direitos humanos.

Após seis meses da vigência, serão analisados numa segunda etapa da pesquisa as implicações da entrada desta lei no ordenamento jurídico brasileiro e no dia a dia de imigrantes e refugiados que encontram-se em território brasileiro. De modo a verificar este impacto, serão realizadas entrevistas e visitas de campo junto de instituições que atuem diretamente com os objetos dos principais dispositivos da lei.

PARTICIPANTES: MARIANA CARVALHO FERREIRA, CAROLINA MACHADO CYRILLO DA SILVA

ARTIGO: **5837**

TÍTULO: **ACESSIBILIDADE NO ENSINO BÁSICO E ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O tema abordado nesta pesquisa diz respeito a dois direitos fundamentais: o direito à igualdade, no caso tanto material quanto formal, e o direito básico à educação.

A entrada em vigor da Lei 13.146/2015 trouxe mudanças significativas na forma como esses dois tópicos devem ser trabalhados quando observados e aplicados conjuntamente. Nesse sentido, a discussão a ser feita no presente projeto aborda a questão da acessibilidade, em todas as suas acepções, nos estabelecimentos de Ensino sob a ótica do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A análise será direcionada às mudanças as quais estão sujeitas as instituições de ensino, com recorte especial nas escolas de Ensino Básico, pois é nesse segmento que o indivíduo começa a ser, de fato, inserido na sociedade.

Além desse primeiro fator, para melhor apreciação e das questões levantadas, a análise da revisão legislativa, no que diz respeito às normas estaduais e municipais, será feita em relação ao Estado e à Cidade do Rio de Janeiro.

A questão envolvendo a inclusão no Ensino Regular de indivíduos com deficiência, não mais os limitando à Educação Especial, é delicada, mas cada vez mais se afirma como uma discussão necessária. O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direitos, deve caminhar ao encontro da concretização dos Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, dentre os quais se inclui o direito à educação para todos.

É necessário avaliar se os meios e objetivos apresentados pela nova Legislação de fato são compatíveis com o atual sistema de ensino brasileiro. Nesse sentido, é preciso que se observe como a educação de pessoas com deficiência está sendo introduzida no já precário sistema educacional do país e quais os reais impactos e resultados dessas modificações no cenário brasileiro.

Nesse sentido, deve-se ter sensibilidade e razoabilidade ao apreciar a questão levantada, pois ao mesmo tempo em que é inegável a necessidade de políticas inclusivas, há questões de ordem prática e estrutural que podem apresentar entraves no caminho da Lei. O fato de, em alguns momentos, não ser clara em suas disposições, por exemplo, como no que diz respeito às *adaptações razoáveis*.

Sendo assim, é preciso que se observe e se busquem caminhos para superar os obstáculos enfrentados, que vão desde a demanda por profissionais especializados, até adaptações nas diretrizes pedagógicas das instituições - e do país - visando a atribuir efetividade no longo prazo, incluindo cada vez mais os cidadãos com deficiência na sociedade.

Para tanto, será realizada análise comparada da Legislação anterior à entrada em vigor desse Estatuto, com ênfase na produção legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no que lhe couber. Além disso, serão analisados casos concretos que ingressaram no Judiciário, aplicando o método indutivo, sendo observados casos particulares e específicos, buscando soluções para os desafios da educação inclusiva no Brasil e observando os parâmetros que possam ser extraídos das decisões judiciais.

PARTICIPANTES: DANIELE MARTINS LIBÓRIO, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: **5881**

TÍTULO: **ELEFANTE BRANCO: COMO O MAL-ESTAR EM EQUIPES MULTICONTRATUAIS AFETA A COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS A LONGO PRAZO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Os trabalhadores terceirizados representam 18.9% dos trabalhadores brasileiros (IBGE, 2017). Porém, apesar de não possuir trabalho de contrato direto com a empresa em que atuam como "prestadores de serviços", no dia a dia, estão vinculados às equipes de maneira orgânica, possuindo muitas responsabilidades e com grande preocupação em demonstrar bom desempenho (SCHIRRMESTER e LIMONGI-FRANÇA, 2012).

Desta forma, por se tratarem de pessoas no contexto brasileiro de personalização (DA MATTA, 1981), tensões são geradas e o senso de justiça prejudicado, criando um "elefante branco" no ambiente de trabalho. O que pode ocasionar desmotivação e foco em interesses pessoais acima dos organizacionais, levando a tomada de decisões que não priorizem o melhor resultado para o todo (ARUBAYI, 2012). Não obstante a isso, este modo de composição de equipes é justificado pelo alto custo por empregado diretamente vinculado à organização. Assim, o presente estudo objetiva verificar se terceirização é realmente mais lucrativa a longo prazo. Como a metodologia adotada classifica-se como uma pesquisa aplicada por visar a aplicação prática dos resultados, qualitativa por se tratar de temas socialmente construídos, exploratória por meio de revisão bibliográfica, que faz uso de um estudo de caso comparativo a ser realizado através de entrevistas colaboradores de equipes multicontratuais, em empresas no setor de O&G.

SCHIRRMESTER, R., LIMONGI-FRANÇA, A., "A Qualidade de Vida no Trabalho: Relações com o Comprometimento Organizacional nas Equipes Multicontratuais". Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 12(3), set-dez 2012, pp. 283-298 ISSN 1984-665

Schillen, Sarah J., and Gerhard Steinke. "Mitigating the adversity of outsourcing: outsourcing from the employee's perspective." *Communications of the IJMA*, vol. 11, no. 1, 2011, p. 63+. *Academic OneFile*, <http://link.galegroup.com/apps/doc/A289432852/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=bf883265>. Accessed 19 June 2018.

ARUBAYI, D. "The Benefits and Dangers of Outsourcing Employees in an Emerging Economy". *AUDA*, vol. 4, no. 2/2012, pp. 65-78

PARTICIPANTES: KEZIA SENNA EMYGDIO, ANDRE BARCAUI



15
21
OUT
www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ
40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
15ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SINCT/UFRJ 2018

ARTIGO: **5895**

TÍTULO: **SISTEMA POLÍTICO ISRAELENSE: UM DEBATE ENTRE O "JUDEU" E O "DEMOCRÁTICO"**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

É bastante comum, na mídia ocidental, a apresentação do Estado de Israel como "a única democracia do Oriente Médio". Tal afirmação nos leva a perguntar sobre o regime político daquele estado, considerando diferentes aspectos da relação entre Estado e as populações sob sua jurisdição. É bastante conhecido que Israel surge como estado no contexto e no centro da reconfiguração institucional internacional do imediato pós-guerra - sob os efeitos daquela e após um longo processo de reivindicação de um ente estatal que abrigasse os judeus - tendo tal afirmação passado por uma decisão não unânime da então muito recentemente criada ONU e que vai assumindo a extensão territorial atual através de inúmeros conflitos armados. Não possuindo aquele Estado - e por razões que tem a ver com as dificuldades de se alcançar o consenso correspondente - uma constituição no sentido formal clássico (um conjunto de normas escritas com esta designação e sujeitas a um regime mais protegido de alterações) busca-se nas leis básicas e na atuação das suas principais instituições - como o parlamento, o Knesset, e a Suprema Corte - as chaves para a compreensão daquele regime político. Constando o funcionamento regular de instituições correspondentes ao que seria uma "democracia liberal" nos moldes ocidentais - nos termos apontados por Norberto Bobbio, por exemplo - emerge uma questão fundamental: ao adotar em diversas leis critérios diferenciadores baseados na etnia - estendendo direitos a seus integrantes em detrimento de sua restrição aos que a ela não pertencem - aquele regime se mantém correspondente a uma "democracia" ou se configura no que Oren Yiftachel define como "Etnocracia" (*Ethnocracy*), ou seja, regime onde a etnia, e não a cidadania, é o principal critério de expansão de poder e recursos, facilitando a expansão de uma nação étnica dominante em um território multiétnico? Ou tratar-se-ia de uma "Democracia étnica" como afirma Sammy Smooha? O objetivo fundamental do trabalho é contribuir com dados acerca do funcionamento do sistema jurídico-político daquele estado para o enriquecimento das respostas a estas questões.

PARTICIPANTES: RAQUEL DAMASCENO FRANÇA, NYCOLAS CANDIDO DA SILVA LAU, ELIEZER MARCON PIANO, ADRIANA DE SOUZA LIMA, ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

ARTIGO: **5918**

TÍTULO: **RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS COM AS METAS ESTABELECIDAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Resumo:

I- Objetivo do trabalho

O estabelecimento de metas em uma organização é uma prática amplamente difundida e utilizada. É inegável sua importância, uma vez que são capazes de estimular melhores resultados. Organizações, tanto públicas quanto privadas fazem uso deste sistema em suas gestões. Estas metas frequentemente são estabelecidas pela alta gestão, cabendo aos funcionários o papel de buscá-las ou usando uma linguagem mais informal: cabe ao funcionário "bater" a meta. No entanto, nem sempre essas metas estabelecidas são compatíveis com o tempo, os recursos disponíveis, sejam eles humanos ou materiais, ou mesmo as condições de absorção do mercado.

Diante disso, neste trabalho abordaremos a relação do trabalhador com essas metas, levando em consideração, os expedientes que ele utiliza para alcançá-la, que muitas vezes cruzam a barreira ética, e ainda os efeitos causados pela incessante busca por metas. Uma vez que a pressão por alcançar metas pode influenciar de forma negativa o ambiente organizacional e também ser danosa ao indivíduo.

II- Metodologia

Para realização do projeto serão efetuadas consultas bibliográficas e análise de casos, com o propósito de formar base teórica e intelectual da argumentação.

PARTICIPANTES: PRISCILA LUCIANA GARRET SIMÕES DA SILVA, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: **5948**

TÍTULO: **O CONSUMO DE LIVROS ATRAVÉS DOS HÁBITOS DE LEITURA DOS BOOKTUBERS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com o surgimento da Internet, muito se tem debatido a respeito do livro e suas diversas fases. A linha do tempo do desenvolvimento do livro possui muitas fases, passando pelo manuscrito, o impresso por Gutenberg e chegando às telas de computadores e plataformas digitais. A evolução da tecnologia e suas constantes atualizações provocam mudanças no cenário atual redefinindo e transformando o negócio do livro, principalmente pelos espaços virtuais, com canais literários, conhecidos como *booktube*. Os *booktubers* apresentam livros tanto impressos quanto eletrônicos através do *Youtube*, atraindo milhares de pessoas que acessam seus vídeos para descobrir sobre determinado conteúdo. Este contexto torna pertinente o seguinte questionamento: como se dá o consumo de livros impressos e eletrônicos através da disseminação da leitura no contexto *booktube* na contemporaneidade? Esta pesquisa busca compreender como o modo de consumo dos livros impressos e eletrônicos pelo *booktube* pode afetar os hábitos de consumo dos seus seguidores. São conceitos e, portanto componentes de seu referencial teórico: o negócio do livro, mercado editorial e *booktube*. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica, buscando relevância sobre o tema para discutir e apresentar conceitos relacionados, e analisar canais literários pré selecionados, a partir de critério pré estabelecidos. Os canais literários servem como ponte entre leitores e *booktube*, promovendo a leitura através da tecnologia independentemente do seu formato.

PARTICIPANTES: LUANA DOS SANTOS MARCELINO, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: **5951**

TÍTULO: **MARC 21 COMO PADRÃO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO: UTILIZÁ-LO POR QUÊ?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho visa entender a adoção de padrões internacionais de intercâmbio de dados para a representação de suportes de informação em base de dados ou catálogos eletrônicos. Sabe-se que representar o conhecimento humano registrado em seus mais diversos suportes, objetivando recuperá-lo e transmiti-lo às gerações futuras é uma ação que ocorre desde os primórdios das civilizações, exemplo dessa prática é a Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade, que possuía um catálogo estruturado que identificava, ainda que de forma



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

primitiva, o seu acervo - o Pinakes - organizado pelo sábio Calimachus de Sirene. Nesse sentido, a Catalogação, ou Representação Descritiva é disciplina primordial da área de pesquisa de Organização da Informação e do Conhecimento, ministrada no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. A Catalogação tem como propósito descrever e representar de forma fidedigna e padronizada a informação contida em suportes de informação, como, livros, artigos de periódicos, teses, discos, filmes, objetos tridimensionais, entre outros, em sistemas de recuperação da informação, catálogos eletrônicos ou bases de dados, visando sua recuperação para produção de conhecimento. Nessa perspectiva, são utilizados padrões internacionais, que se configuram em códigos e formatos de intercâmbio de dados etc que facilitam a cooperação entre unidades de informação e democratizam o alcance à informação, tanto em nível local, como nacional e internacional. Um desses padrões é o formato de intercâmbio MARC 21, sigla de Machine-Readable Cataloging Record (Registro de catalogação legível por máquina), padrão de metadados criado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, para a catalogação em ambientes digitais. O MARC 21 tem como finalidade organizar, de forma estruturada, os dados em um sistema de recuperação da informação, objetivando um gerenciamento mais eficaz das buscas. Como o próprio nome sugere, o formato MARC21 codifica registros e os torna legíveis por computadores, possibilitando o intercâmbio de dados entre sistemas que utilizam esse mesmo padrão. A pesquisa se caracteriza como exploratória e o campo empírico é composto de alunos da disciplina Representação Descritiva II, no seu último semestre. Foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa tem como principal finalidade detectar se os alunos dessa disciplina assimilaram e compreenderam o porquê da necessidade de utilização, no processo de catalogação, de padrões internacionais, em particular, o formato de intercâmbio MARC 21. Os resultados da pesquisa estão em fase de análise e tabulação dos dados.

PARTICIPANTES: LARISSA DE OLIVEIRA BUSTILLOS VILLAFAN, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, NATHÁLIA CORRÊA

ARTIGO: 5953

TÍTULO: **O COLECIONISMO BIBLIOGRÁFICO NO INSTAGRAM**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Vivemos em uma era tecnológica, onde é possível se ter vários livros digitais em um único dispositivo eletrônico, mas existem indivíduos que ainda preferem o cheiro das folhas e a brochura de um livro de papel, para além de lê-los, guardá-los e colecioná-los. Esse ato de colecionar livros está visível hoje em uma rede social, o Instagram. Nessa ferramenta tecnológica leitores expõem suas coleções, compartilhando fotos e vídeos curtos acompanhados de uma legenda onde deixam suas percepções sobre o livro e o divulgam. A partir do que foi mencionado anteriormente o objetivo da pesquisa é estudar o colecionismo bibliográfico a partir de perfis literários do Instagram, a fim de reconhecer uma forma contemporânea de colecionismo. Para tanto será utilizada bibliografia especializada para apresentar e discutir conceitos relacionados ao tema colecionismo bibliográfico, estes servindo de base para uma análise de três perfis literários do Instagram, selecionados a partir de critérios pré-definidos. Esta pesquisa visa ampliar a discussão acerca do colecionismo bibliográfico tradicional e somar com as considerações das práticas colecionistas nos perfis literários do Instagram.

PARTICIPANTES: LETÍCIA MACHADO, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: 5957

TÍTULO: **DAS PARTICIPAÇÕES DE ATORES ESTATAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO DURANTE OS SÉCULOS XX E XXI**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Desde o século XX, as favelas cariocas são construídas discursivamente como espaços geográficos indesejados, tomados pela violência, criminalidade e indivíduos privados do estilo cosmopolita necessário a cidade. Abarcando os primeiros projetos de remoção por parte do Estado, a “desfavelização moral” promovida pela Igreja Católica e as atuais políticas sociais com ênfase na cidadania, essa pesquisa tem o propósito de elucidar as participações de atores estatais e não governamentais nas favelas do Rio de Janeiro durante 1900 e 2018, e como estes corroboraram ou negaram ideias equivocadas que se refletem até hoje nas políticas públicas e de segurança da cidade.

Há um foco especial, ainda, nas associações de moradores, nas ONGs e nos programas sociais realizados pelo Estado em conjunto com a sociedade civil durante esse período amostral, para que se possa conhecê-los e entendê-los como ferramentas capazes de gerar mudanças estruturais. O estudo entende-se relevante para fomentar melhores e mais adequadas soluções para o problema da violência e criminalidade, num debate consciente da favela como espaço de vítimas, atores e pessoas aptas a colaborarem de forma prática e acadêmica com as diversas esferas responsáveis pela segurança pública.

PARTICIPANTES: BEATRIZ DE SOUZA PERES, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 5961

TÍTULO: **REDES SOCIAIS: COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este resumo apresenta uma proposta de averiguar sobre a relação existente entre informações disponibilizadas na internet, com o intuito de compreender se há uma relação de causa e efeito que impacta a disseminação da informação a partir das interações de dados de um grupo social participante da rede social Facebook. Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez constante. As interações sociais mostram uma compreensão maior sobre os fenômenos sociais através dos sujeitos, grupos e organizações que usam as redes para a ação social, política e econômica. Objetiva-se com esta pesquisa, um referencial teórico sobre disseminação da informação de um grupo social escolhido no Facebook, utilizando-se uma metodologia exploratória para analisar o fenômeno da disseminação da informação. Usar-se-á para interpretar as informações quantitativas que circulam entre os membros do grupo escolhido, dessa rede, o software Gephi e a interpretação desses dados qualitativamente será pelos autores desta pesquisa. Entendemos neste trabalho que as redes sociais mediam informações e ratificamos que a expressão rede social é utilizada nas Ciências Sociais enquanto instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos de interação entre os indivíduos e suas participações em grupos.

Referências

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. **Redes sociais e poder local**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 2., 2012, Rio de Janeiro. Redes e processos info-comunicacionais: mediações, memórias, apropriações. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^a SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GUILIUM MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 12, n. esp. 2007.

PARTICIPANTES: JEAN MICHEL GALINDO SILVA, ANA SENNA

ARTIGO: 5970

TÍTULO: A PERCEPÇÃO SOBRE NEGÓCIOS SOCIAIS DE ALUNOS E PROFESSORES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Dentro do atual cenário global de desigualdade social, em que grande parte das riquezas geradas se concentram na mão de apenas 1% da população mundial (OXFAM, 2018), algumas formas alternativas de organizações e empresas tem surgido com o objetivo de serem parte da solução para questões sociais ao mesmo tempo em que procuram manter sua sustentabilidade financeira dentro da lógica de mercado (PETRINI; SCHERER; BACK, 2016; BARKI et al. 2015). Para esses novos moldes de organizações já foram atribuídos diversos nomes tais como negócio social, empresa social, empreendedorismo social, etc (BARKI et al., 2015), que acabam se confundindo devido à inexistência de uma definição universal (TEODÓSIO; COMINI, 2012). Sendo estas mudanças que afetam as relações no mercado e as formas de gestão das organizações, o trabalho tem como objetivo entender a percepção de alunos e professores do curso de administração da UFRJ a respeito dos modelos de negócios sociais e seus aspectos característicos. Baseando-se na literatura atual sobre o assunto, busca-se compreender o que os diferenciam do modelo comum prevalecente e como essas diferenças são vistas no âmbito do ensino superior em administração da UFRJ. Para tanto, é feita também uma breve recapitulação através da literatura sobre a formulação do ensino superior em administração no Brasil e sua movimentação perante a crescente relevância do tema da sustentabilidade nas empresas a fim de melhor compreender o quanto as questões socioambientais estão inseridas, ou não, historicamente no curso. A partir da revisão foram criados dois questionários a serem aplicados, um para alunos e outro para professores, ambos de administração da UFRJ, com 5 perguntas demográficas, 16 perguntas fechadas e 1 aberta com o propósito de analisar quanti e qualitativamente o nível de proximidade e impressões desses grupos com o tema. Ainda em fase inicial, o estudo espera entender em que nível de desenvolvimento de ensino o curso de administração da UFRJ se encontra frente a essas novas formas de gestão e, sobretudo, se existe crescente interesse por parte de alunos e professores em se aprofundarem no assunto.

REFERÊNCIAS

BARKI, E. et al. Social entrepreneurship and social business: retrospective and prospective research. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n.4, p. 380-384, aug. 2015.

OXFAM International. **Reward work, not wealth**. Jan. 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/en/research/reward-work-not-wealth>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L. Modelo de negócios com impacto social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 209-225, mar/abr. 2016.

TEODÓSIO, A.; COMINI, G. Inclusive business and poverty: prospects in the Brazilian context. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 410-421, jul/set. 2012.

PARTICIPANTES: LIVIA FRANÇA MORAIS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 5994

TÍTULO: A PERMANÊNCIA DA INVISIBILIDADE LÉSBICA NO DIREITO PENAL: AS QUESTÕES DE LESBOFOBIA E LESBICÍDIO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho visa trazer os contornos com relação à questão da invisibilidade lésbica dentro de um paradigma jurídico-penal. Nesse sentido, propõem-se uma breve introdução histórica com base nas concepções sobre violência de gênero ao longo da formação da sociedade brasileira. A partir dessa perspectiva, a pesquisa vem elucidar a marginalização do grupo minoritário em uma dinâmica normativa penalizante que possuiu como motivação a proteção aos crimes contra a mulher. Por meio disso, o projeto vem a proporcionar um estudo e caracterização do lesbicídio em um recorte a toda a temática abordada e introduzir um viés crítico ligado aos estigmas e percepções sociais que recaem sobre as vítimas. Dessa forma, extrai-se a origem que configura esse tipo penal do panorama vinculado à condição feminina e liga-se ao entendimento atual sobre as consequências da lesbofobia.

Além disso, a pesquisa fragmenta-se em tópicos que buscam salientar os efeitos da lesbofobia em uma amplitude de segmentos sociais que resultam em crimes em razão da homossexualidade feminina. Nesse viés, a violência institucional ligada ao caso Luana Barbosa e a composição das particularidades materiais e processuais do caso mostram-se como um dos destaques que o estudo vem a apresentar. Em seguimento as ramificações, explicita-se o projeto de lei municipal proposto por Marielle Franco que visava a resolução da problemática estrutural de discriminação por meio de uma distância da esfera penal e a promoção de um mínimo de visibilidade ao grupo. Em continuidade, há um importante realce à escassez de conteúdos relacionados ao tema tratado e uma ligação dessa problemática com a condição de invisibilidade desenvolvida durante o estudo.

Assim, o estudo vem a propor a análise da invisibilidade lésbica dentro de todo o contexto histórico-jurídico dos crimes de gênero e destacar o lesbicídio como um dos efeitos da condição social do grupo em questão. Com isso, há uma fragmentação estrutural do trabalho que vem a compor as particularidades da violência em razão de lesbofobia. Nesse viés, a construção metodológica é dedutiva e indutiva, com pesquisa bibliográfica e análise de casos concretos. Dessa maneira, a pesquisa possui como objetivo explorar os contornos originários e específicos que envolvem a dinâmica da marginalização do direito penal sobre a vulnerabilidade decorrente da homossexualidade feminina.

PARTICIPANTES: JÚLIA VELOSO, TAYLISI DE SOUZA CORREA LEITE

ARTIGO: 5995

TÍTULO: GESTÃO ESTRATÉGICA NA DEFESA: NOVOS CAMINHOS PARA O ELEFANTE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso

RESUMO:

O século XXI trouxe para as organizações a necessidade de se adaptarem a um mundo caracterizado pela velocidade e a intensidade das mudanças. Em relação às organizações militares, novas demandas têm surgido, quer na temática estritamente militar, quer no apoio às demandas da sociedade. Sob este prisma, constata-se o quão difícil tem sido encontrar trabalhos que se preocupem com essa temática. Entender como essas organizações podem absorver os conceitos de estratégia e de gestão estratégica, recorrentes no ambiente empresarial e, incipiente na administração pública, é o foco central deste trabalho. A grande quantidade de informações existentes e a velocidade com que as estratégias precisam se modificar para atenderem as novas demandas que impactam a consecução dos objetivos, da visão estratégica da



15
21^a
OUT

www.siac.ufrj.br

9^A SEMANA DE
INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA
DA UFRJ

40ª JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL
15º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ
10ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS UFRJ - MACAE
5ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE • PIBID/UFRJ
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA • SINCT/UFRJ 2018

organização, também chegou ao campo de batalha. Saber por quê, quando e como as estratégias precisam ser alteradas face a esse ambiente, já faz parte, também, da gestão militar. Nesse contexto, busca-se uma analogia das atuais estruturas organizacionais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas com o elefante, maior animal terrestre e suas principais características que permeiam o imaginário popular, quais sejam: seu gigantismo (estruturas pesadas e complexas), sua voraz necessidade alimentar (um dos maiores orçamentos dos Ministérios), sua memória prodigiosa (as mudanças demoram a ocorrer, a serem institucionalizadas) e sua capacidade de venerar seus mortos (as ideias só são debatidas/substituídas quando seus idealizadores falecem). Assim, o minicurso será constituído de duas partes, a primeira onde serão apresentados os fundamentos da gestão estratégica e as estruturas de defesa, em um segundo momento, serão apresentadas propostas de novos caminhos para esse elefante que, atualmente, se encontra no meio da sala. Finalmente, acredita-se que, ao analisar os conceitos delineadores do campo da gestão estratégica, a partir de seus pressupostos fundamentais, que eles possam contribuir para uma gestão mais eficiente do aparato militar em prol das demandas da sociedade e dos interesses da Nação.

PARTICIPANTES: WILSON VIEIRA, JACINTHO MAIA NETO, KAIQUE BINI SBAMPATO, GLAYCE KEROLIN RODRIGUES
MAXIMIANO, ADRIANA MARQUES
